

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE

JOSIANE ROZA DE OLIVEIRA

**UM HISTORIADOR EM FORMAÇÃO:
OS PRIMEIROS ANOS DA VIDA INTELECTUAL DE CAPISTRANO DE
ABREU (1875-1882)**

Rio de Janeiro
2011

JOSIANE ROZA DE OLIVEIRA

**UM HISTORIADOR EM FORMAÇÃO:
OS PRIMEIROS ANOS DA VIDA INTELLECTUAL DE CAPISTRANO DE ABREU
(1875-1882)**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde, sob orientação do professor Dr. ROBERT WEGNER.

**Rio de Janeiro
2011**

O48 Oliveira, Josiane Roza de

..Um historiador em formação: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875-1882) / Josiane Roza de Oliveira.– Rio de Janeiro : s.n., 2011.

309 f .

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde)-Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011.

Bibliografia: 290-309 f. - .

1. História. 2. Historiografia. 3.Abreu, Capistrano de. 4 Bibliotecas. 5 Brasil

CDD. 981

JOSIANE ROZA DE OLIVEIRA

**UM HISTORIADOR EM FORMAÇÃO:
OS PRIMEIROS ANOS DA VIDA INTELLECTUA DE CAPISTRANO DE ABREU
(1875-1882)**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde, sob orientação do professor Dr. ROBERT WEGNER.

Data:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ilmar Rohloff de Mattos (PUC-RIO)

Prof. Dr. Temístocles Cezar (UFRGS)

Profa. Dra. Lorelai Brilhante Kury
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde - COC-FIOCRUZ)

Profa. Dra. Kaori Kodama Flexor
(Departamento de Pesquisa da COC-FIOCRUZ)

Prof. Dr. Robert Wegner – Orientador
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde - COC-FIOCRUZ)

Rio de Janeiro
2011

Para meus pais, José Leonardo e Lurdes Marlene
exemplos de vida, carinho e amor.

Agradecimentos

Para o bem, para o mal e para ambos uma tese não é feita somente da vida acadêmica. Nesse momento retrospectivo muitas cenas vêm à mente, muitas lembranças e emoções iniciadas ainda na fase preparatória do projeto para a seleção. Na dúvida sobre fazer ou não o doutorado, sobre sair ou não de um espaço de exercício profissional recompensador e enfrentar novos desafios - decidi por enfrentá-los. Imaginava que o trajeto seria difícil, talvez não imaginasse que fosse tanto. As dificuldades estiveram justamente na não dualidade da vida, na forma de experimentá-la com intensidades nem sempre suportáveis e que muitas vezes me fizeram recuar para poder recomeçar.

Em princípio, os novos desafios talvez tenham sido novos demais ou muitos ao mesmo tempo: nova cidade, nova instituição, nova área, nova problemática de pesquisa, novas bibliografias, nova situação financeira. Ao fim da tese acabei por chegar reconstituída com novos elementos que se combinaram teimosamente a uma trajetória que, hoje percebo, estava mais enrijecida do que eu vislumbrava – ação do tempo poderia ser dito.

Nesse *meu* processo de formação *inacabado* (qualquer semelhança com o que for lido a seguir não será mera coincidência) muitas pessoas se tornaram referenciais afetivo, humano e intelectual, aliás, algumas delas, desde há muito fazem parte do meu universo e é hora do reconhecimento.

Se consegui chegar até aqui e defender essa tese é devido a uma dívida adquirida com meu orientador prof. Dr. Robert Wegner. Digo isso não só pelo profissionalismo, leitura atenta, respeito intelectual, mas também por ser uma pessoa *demasiadamente humana* que vê e acredita no semelhante. Sentia-me encabulada com as suas orientações porque ele tinha um olhar crédulo no melhor sentido do termo, e depositava uma confiança em mim que nem mesma eu tinha – talvez esse fosse o motivo do meu acanhamento. É um orientador que leva muito a sério seu trabalho e o compreende na sua inteireza. Se essa tese não corresponde ao que ele e eu imaginávamos em nossas expectativas iniciais, é preciso dizer que a responsabilidade é mais minha que dele. Obrigada prof. Robert Wegner, ser sua orientanda foi uma experiência enriquecedora que levo para a vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde que possibilitou a abertura para um universo pouco conhecido por mim, com discussões pertinentes, densas e prazerosas. Agradeço imensamente aos professores e funcionários do

programa, inspiradores em seus projetos profissionais e institucionais. Em especial aos professores Flávio Edler, com aulas instigantes e envolventes; ao professor Luiz Antonio Teixeira pela variedade das leituras e discussões; às professoras Dominichi Miranda de Sá e Nísia Trindade de Lima pelo profissionalismo e gosto pelo ato de ensinar; às professoras Ana Teresa Venancio e Maria Rachel Fróes da Fonseca pelo acompanhamento do projeto de tese. Em especial aos funcionários: Maria Claudia e Paulo, pelo atendimento e pelo sorriso amigo.

Agradeço imensamente ao professores Ilmar Rohloff de Mattos e Lorelai Kury pela leitura cuidadosa no momento da qualificação e por contribuírem para a reflexão do meu próprio processo de constituição enquanto historiadora.

Ao professor Temístocles Cezar, por ter lido meu projeto de doutorado com uma generosidade impar, recebendo uma desconhecida, orientando e encaminhando ao processo de seleção da UFRGS. Um agradecimento especial ao professor Manoel Salgado Guimarães (*In memoriam*) pela oportunidade de tê-lo conhecido para além dos textos também em sala de aula, o que foi o bastante para reafirmar o conceito de professor-pesquisador em sua amplitude - marca registrada de sua trajetória profissional. Agradeço ao prof. Ricardo Benzaquen Araújo pelas aulas inspiradoras e sintetizadoras de uma estética muito própria do gosto pela atividade intelectual – puro deleite para alma.

Importante agradecer a oportunidade concedida, por meio de uma bolsa de estudos, pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sem a qual dificilmente teria tido acesso ao Doutorado.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Rodolfo Garcia e da Biblioteca Lúcio de Mendonça. As últimas, núcleos da Academia Brasileira de Letras, lugares primorosos pelo atendimento impecável e ambiente agradável para os estudos. Agradeço especialmente a Mila, Verônica, Júlio e Luiz Antonio.

Mesmo tendo cortado vínculos institucionais com a Unochapecó durante o doutorado é preciso agradecer as experiências vividas a partir dela. Lugar onde muitos sonhos ingênuos e coletivos foram sonhados e alguns vividos. Agradeço aos colegas e amigos dessa Universidade que me inspiraram na busca pela realização profissional e humana: Arlene Anélia Renk, sempre! Monica Hass, Vilson Cabral, Liliane Moser, Marco Acco, Claiton Márcio da Silva, amigos para toda a vida. Alceu Werlang, Elison Paim professores da graduação, colegas de trabalho e parceiros de algumas jornadas. Nessa Universidade tive a experiência profissional mais compensadora até aqui, a oportunidade de coordenar o CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, espaço cujas atividades e reflexões estavam relacionadas aos dilemas e possibilidades do ofício historiográfico e que acabaram por

configurar o eixo central desta tese. Agradeço aos meus amigos e colegas de trabalho Denise Argenta, Marcos Batista Schuh e Mirian Carbonera, por tudo que realizamos juntos e que não foi pouco. Minha vida está marcada com as suas vidas e que seja sempre assim.

Às minhas amigas de infância e juventude que permanecem, acompanham e torcem por mim: Édina Ruaro e Mayley Andrade. Mesmo com rumos diferentes nossos vínculos continuam fortes e nada mais precisa ser dito. A amiga Marinilse Carminatti, pelo apoio.

Aos meus queridos amigos conquistados ainda no mestrado em São Paulo e cuja fidelidade e carinho se mantém: Vanicléia Silva Santos; Francisco Régis Lopes, Gleudson Passos, Damian Kraus.

Aos meninos e meninas do Rio, mais das gratas surpresas que a cidade maravilhosa me preparou. Colegas e amigos de turma de 2006, em especial Vivian Cunha, André Carvalho, Silvio Lima, Ricardo de Souza e Júlio Paixão. Júlio, amigo fraterno, atencioso e solícito, obrigada pela presença e pelas atividades culturais. Aos amigos Sal (Alexander Jabert) admirável, impetuoso, alegrava meus dias com descobertas musicais. Ao André Felipe pela alegria da convivência, pelas interpretações da Bethânia.

Às minhas parceiras, cúmplices e sócias carioquíssimas cada uma ao seu modo: Fernanda Rebelo, Paula Habib e Daiana Chagas, mulheres guerreiras e brilhantes que acolheram com muito carinho essa sulista. Sempre apoiando, animando e perseverando na amizade. Obrigada, obrigada, obrigada!

A família do sul no Rio, Fernanda Piccolo, a gaúcha mais carioca que eu conheço, sinônimo de coragem e paixão desmedida, que nossos caminhos continuem se cruzando é só o que peço - o resto a vida dá. Vanderlei de Souza, o paranaense mais paranaense que eu conheço, leal, atencioso, dedicado, admirável. Meu amigo íntimo, das conversas, dos choramingos, dos encorajamentos e dramas mútuos, mas acima de tudo o da companhia para o dia-a-dia no Rio. Obrigada por tudo e mais um pouco – meu irmão de coração.

À família Lima que me adotou, com quem passei horas felizes, onde, mesmo no Rio me sentia em casa e protegida. Obrigada pelo amor de Ligia e Ledi. Obrigada ao Rafael pelo tempo divertido, pela possibilidade de conhecer sua dignidade, beleza, integridade e pela partilha daqueles momentos em que o equilíbrio entre o peso e a leveza da vida foi difícil de alcançar. Com esta família tive a oportunidade de conviver um pouquinho com a família ampliada: Leila, Larissa, Gabriel, Renata, Felipe, Tiquinho, Tatiana, Raísa, Diana, Leonardo – grata satisfação.

Ao Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho a quem nem ontem nem hoje tenho as palavras certas ou suficientes para agradecer. Sua presença em minha vida às vezes se

configura no meu fio de sustentação. Ele é meio novo pra eu dizer isso, mas junto ao meu pai e a minha mãe é a grande referência e, se eu precisasse, em algum momento, tomar a decisão mais importante da minha vida, seria com ele a conversa fundamental. Cearense, historiador, nascido no dia 23 de outubro seriam coincidências suficientes para eu suspeitar que ainda outras semelhanças entre ele e Capistrano de Abreu apareceriam, e apareceram: inteligência fora do comum, sensibilidade para as coisas da vida, gosto pelas palavras e pela leitura e o cuidado especial com aqueles a quem ama. Mais uma vez estou eu aqui, em dívida! Obrigada por compartilhar essa vida e tantas histórias.

A Saul Eduardo Seiguer Milder, minha maior contradição, agradeço pelos sonhos bons, pela vida a dois, pelo acolhimento num momento difícil, pelo calor do inverno, a convivência em família traduzidos nos nomes Camilla, Iuri, Tom, Ellen, vô Eldio, Luci, pela mel, pela make... Pude acompanhar suas dores e você as minhas durante quase todo o tempo de feitura da tese. Doses “cavalares” de emoção, restando pouco tempo de calma. Mas hoje, o respeito mais do que ontem. Entendo melhor a sua luta e o seu instinto de sobrevivência, tão apurado quanto o das sociedades que você estuda. É um gigante e eu lhe admiro muito.

Aos meus tios e tias, em especial Neco, Nera, Augustinho, Verônica, Maríndia, Mara, pela torcida. Querida tia Mara exemplo de persistência e coragem, tem toda a minha admiração. À minha vovó Rosa (In memoriam) e a minha vovó Amélia, presença lúdica em minha vida.

À minha cunhada Rose e meu irmão Jayson por fazerem parte de mim e por me presentear com o Henrique – o sobrinho lindo e fofo da dinda.

Aos meus pais, José Leonardo e Lurdes Marlene que são simplesmente tudo pra mim. Referência de amor, carinho, conforto, segurança, aconchego, vitalidade, vibração. Sofreram comigo o processo de término da tese e estavam loucos para me ver sair do quarto e do meio dos livros. Eles não acham justo este trabalho e não entendem a escolha por esse caminho, mas apoiaram e me esperam de braços abertos para a retomada da vida.

“Ah! Tem uma repetição que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido nas idéias dos lugares de saída e de chegada”. (Guimarães Rosa, *Grande sertão: Veredas*)

Resumo

Um historiador em formação: os primeiros anos de Capistrano de Abreu (1875-1882)

Esta tese procura demonstrar o processo formativo de um historiador brasileiro, João Capistrano de Abreu, tido como o primeiro a praticar o que se convencionou chamar de história moderna. Esta tese não trata de toda a sua trajetória, mas dos anos entre 1875 e 1882, período que coincide com a vinda de Capistrano para o Rio de Janeiro, suas atividades de crítico e de oficial da Biblioteca Nacional. Seus primeiros anos de trabalho enquanto estudioso de temas nacionais fazem parte de um cenário em que as ciências humanas e sociais surgiam na esteira das ciências da natureza e das belas letras. A tese aborda como a sua trajetória esteve ligada a esse processo de estruturação de áreas de conhecimento específicas que envolviam práticas tradicionais, temas recorrentes e novas formas de abordagem, perspectivas analíticas, desenvolvimento de técnicas e temáticas que se apresentavam no período em que vivia. Analisar uma única trajetória num cenário complexo como é o final do século XIX, evidencia uma opção teórica e metodológica em que a abordagem de um momento da vida de Capistrano de Abreu possibilitou o estabelecimento de fios constituintes de uma trama social importante para a produção da história moderna no Brasil. O que conta nesse tipo de abordagem é a integração de dados variados frente às análises da história social ou econômica. A estratégia foi a articulação de um personagem com uma geração - a de 1870, instituições - IHGB e Biblioteca Nacional e uma prática social emergente - a de historiador.

Palavras-chave: João Capistrano de Abreu, instituições de acervo, historiografia brasileira, usos do passado.

Abstract

A historian being shaped: the starting years of Capistrano de Abreu (1875-1882)

The present dissertation has the aim to present the formation process of a Brazilian historian, João Capistrano de Abreu, regarded as the first practitioner of what has been conventionally known as modern history. This work is not intended to cover his entire career: it will focus only on the period between years 1875 and 1882, a moment which coincides with his coming to Rio de Janeiro and includes his activities as a critic and National Library official. His starting years as a scholar dedicated to national themes took place at a time human and social sciences were rising in the wake of natural sciences and the belles-lettres. This dissertation shows the career of Capistrano de Abreu in connection with specific fields of knowledge, including traditional practices, recurrent topics and new approaches, analytical perspectives, development of techniques and themes of relevance at the time he lived. The investigation of a single path in such a complex scenario as the end of the 19th century evidences a theoretical and methodological choice, for the analysis of a moment of Capistrano de Abreu's life makes it possible to establish connections among social construction elements of major relevance to the production of modern history in Brazil. What matters in this type of approach is the integration of varied data with the analyses of social or economic history. The strategy applied is the articulation of a figure and a generation – of 1870 –, institutions – IHGB (Brazilian Historic and Geographic Institute) and the National Library – and an emerging social practice – that of a historian.

Key words: João Capistrano de Abreu, collection institutions, Brazilian historiography, uses of the past.

Sumário

Introdução	14
Capítulo I – Capistrano: sua geração e a literatura	25
1.1. Capistrano de Abreu e a geração de 1870	25
1.2. Literatura e nação	36
1.3. O paralelo: jovens autores, jovem nação	55
1.4. “A literatura brasileira contemporânea”	74
1.4.1. O debate com Silvio Romero	91
1.4.2. O diálogo com Machado de Assis	101
Capítulo II – Biblioteca Nacional e IHGB: da erudição ao laboratório de história	112
2.1. Lugares de Acervo	114
2.2. Acervos entre lugares	126
2.3. O desenvolvimento de uma técnica	145
2.4. O laboratório da história	162
Capítulo III – Exposição, Catálogo e escrita da história	180
3.1. Publicação de documentos	180
3.2. Capistrano de Abreu: funcionário da Biblioteca Nacional e colunista do <i>Jornal Gazeta de Notícias</i>	196
3.3. Ciência e imaginação histórica	218
3.3.1. Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil	222
3.3.2. Cientificidade e história	236
3.3.3. O Brasil por dentro	257
Considerações finais	277
Fontes	290
Bibliografia	293

Introdução

Embora tenha sido bastante estudado, João Capistrano de Abreu, considerado o primeiro historiador moderno brasileiro, traz ainda elementos para se pensar a produção de conhecimento histórico sobre o país. Abordando os seus primeiros escritos pretendo com esta tese evidenciar como ele se constituiu enquanto historiador num momento de estabelecimento de novas relações com o passado, com a idéia de pesquisa, e com a escrita da história.

Alguns aspectos trabalhados aqui, tais como a influência positivista em seus primeiros escritos, a importância do seu trabalho como funcionário da Biblioteca Nacional para o desenvolvimento do ofício historiográfico, sua relação com o historicismo, já foram trabalhados por outros pesquisadores (Rodrigues 1977, 1978; Bottmann 1985; Falcon 2000, 2004; Wehling 2000).

A especificidade de seu cuidado com a documentação histórica e sua escrita moderna também já foram tratados em especial pelos trabalhos de Benzaquen Araújo (1988) e Maria da Glória de Oliveira (2006). Dialogando com esses estudos esta tese se ocupa das sinuosidades dos primeiros anos do trabalho intelectual de Capistrano de Abreu. Desta forma, procura demonstrar que o processo constitutivo do conhecimento histórico e do próprio historiador perpassou uma experiência efetiva de Capistrano com a tradição de estudos sobre o país, com as novas leituras e com sua própria situacionalidade frente aos seus contemporâneos.

Olhando sob a perspectiva da micro-análise, pude visualizar elementos de afinidade

de Capistrano de Abreu com personalidades como Alencar, Machado de Assis, Silvio Romero sem deixar de destacar quais fatores diferenciavam o historiador frente aos seus interlocutores. Essa perspectiva evidencia uma opção teórica e metodológica em que a análise de um momento da vida de Capistrano de Abreu possibilitou o estabelecimento de fios constituintes de uma trama social importante para a produção da história moderna no Brasil. O que conta nesse tipo de abordagem frente às análises da história social ou econômica é a integração de dados variados. A estratégia foi a articulação de uma personagem com uma geração, instituições e uma prática social emergente. Como diz Revel (1998, p. 21) ao analisar as proposições de Carlo Ginzburg e C. Poni sobre a micro-história:

(...) a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve.

Desta forma, Capistrano apareceu na pesquisa como um ponto articulador de questões. Ao mesmo tempo em que se tratou de sua experiência social constitutiva, foi possível traçar certa “rede de relações” (Revel, 1998, p. 25), ainda que recortada devido a enorme complexidade e pluralidade de abordagens que um indivíduo possibilita. O recorte de personagens e instituições foi aquele que melhor propiciou colocar a questão de como Capistrano se constituía enquanto historiador frente às tradições da literatura, da crítica literária e das instituições de acervo por um lado e, por outro, frente à ciência moderna para as humanidades e à própria revisão historiográfica, para afirmar suas perspectivas e arriscar sua primeira incursão como historiador. Este último momento é o término da tese, para onde confluíram muitas de suas expectativas e aprendizados no decorrer dos anos em foco.

Os primeiros anos de trabalho de Capistrano de Abreu enquanto estudioso de temas nacionais faziam parte de um cenário em que as ciências humanas e sociais surgiam na esteira das ciências da natureza e das belas letras. A década de 1870 configurou um momento de transformações mais evidentes nas instituições e na vida intelectual brasileira. Os analistas situam nesses anos o início do período cientificista ou positivista brasileiro, durante o qual foi possível identificar alterações significativas nas formas de o país lidar com seu passado e seus vestígios.

Capistrano de Abreu se constituiu como historiador nesse contexto. Interessado no processo formativo de seu país, iniciou sua atividade pública pela crítica literária. Crítica que

devia muito ao período romântico o seu estabelecimento como o lugar de produção de conhecimento sobre o país. Capistrano não rompe com essa tradição. Ao contrário, estabelece vínculos com temas, autores e formas de pensar comuns a esse momento do pensamento social brasileiro. Ao mesmo tempo, já em suas primeiras análises, Capistrano procurava utilizar o arcabouço conceitual que estava conhecendo por meio de associações literárias e livros que circulavam entre amigos e que eram lidos para alguma aplicabilidade aos estudos sobre o Brasil. E se temas como a natureza, o indígena, o passado eram uma preocupação no nosso romantismo, eles se mantêm fundamentais a Capistrano no início de suas reflexões. A questão que se colocava para ele, no entanto, era como abordar esses temas dentro de uma perspectiva científica. Diferentemente de muitos de sua geração que se dedicavam a atividades variadas, indo da medicina à literatura, Capistrano desde muito cedo se interessava tão somente pela ciência que tornaria possível conhecer a sociedade brasileira.

Em torno dessa preocupação com a sociedade brasileira e seu processo formativo é que ele constrói o seu ofício, passando por atividades como oficial da Biblioteca Nacional (BN) e posteriormente professor do Colégio Pedro II, até ser colocado em disponibilidade pelo Governo Imperial. Desde então se dedicou mais assiduamente à pesquisa histórica, dividindo seu tempo com a atividade de editor de obras históricas, tradutor de obras de história e geografia e também de obras que lhe permitissem amalhar alguns tostões.

Esta tese não trata de toda a sua trajetória, mas apenas dos anos entre 1875 e 1882, período que coincide com a vinda de Capistrano para o Rio de Janeiro, suas atividades de crítico e de oficial da Biblioteca Nacional. Se por um lado esse curto período não permite compreender o historiador de maneira mais abrangente, por outro permite acompanhar certos detalhes de seu processo analítico e relativizar alguns entendimentos que se têm sobre sua trajetória intelectual.

Poderemos ver como alguns temas permaneceram de uma época a outra, mas com abordagens renovadas. Por um lado a proximidade com o romantismo permitiu a Capistrano uma grande sensibilidade com a individualidade e com a própria idéia de desenvolvimento singular, muito cara à constituição da nacionalidade. Por outro lado o positivismo comteano e spenceriano o estimularam não só a buscar “leis” próprias ao funcionamento da sociedade brasileira mas também a pensar e se posicionar cientificamente.

Capistrano se utilizava muito claramente dessas leituras para reconhecer um processo de desenvolvimento específico do país que não seria inferior a Europa e aos EUA, e não mereceria as visões desabonadoras de suas potencialidades, seja por fatores ambientais e ou

raciais cada vez mais presentes nas interpretações. O Brasil, em sua forma de entender, estava em desenvolvimento, era um país inacabado, não passível de veredictos negativos. Como pretendemos demonstrar a relação de Capistrano com o romantismo e a própria crítica literária fez um contraponto com as posturas mais radicais do que se imaginava ser a ciência naqueles anos, que procurava, inclusive, intervir mais diretamente no processo criativo da produção literária.

Nesta perspectiva minha intenção não foi localizar nos seus primeiros escritos fases propriamente distintivas de um ou de outro paradigma científico vigente, mas sim evidenciar como em suas atividades que envolviam leituras, trabalho técnico, interpretação das fontes, crítica literária, debate com interlocutores, escrita, Capistrano se constituía enquanto historiador. A partir dessa abordagem procuro entender a formação de Capistrano de Abreu como “o primeiro historiador brasileiro moderno”.

Capistrano não era um teórico dedicado a especulações filosóficas sobre a ciência e a história, mas era muito aplicado na utilização de preceitos que considerasse adequados para elaboração de interpretações sobre o Brasil. Nesse sentido, procuro demonstrar que a teoria lhe era importante desde que tivesse uma materialidade sobre a qual exercer sua análise, sendo que as fontes históricas logo ampliaram a significação em seus trabalhos. A opção tomada para abordar o significado da caracterização de Capistrano como historiador moderno foi a de fazer um apanhado de como o estatuto do documento foi se alterando no século XIX junto às principais instituições de custódia, tendo especial destaque a Biblioteca Nacional, lugar que Capistrano de Abreu freqüentou, com o qual se identificou e onde trabalhou. Discutir a Biblioteca Nacional como um importante lugar para a constituição de Capistrano enquanto historiador possibilitou trazer à tona um confronto entre o entendimento da Biblioteca Nacional enquanto um lugar de cultura antiquária, de erudição e de crítica documental, sentidos que se apresentaram na pesquisa em suas ambiguidades.

Ainda sobre a documentação histórica é importante considerar que o, por assim dizer, desprendimento das ciências da sociedade das ciências da natureza implicou, muitas vezes, a transformação do significado dos documentos. De modo geral, é possível dizer que os documentos gerados para cumprir determinada função administrativa, freqüentemente de descrição da natureza brasileira, como relatórios de viajantes e de agentes imperiais passaram gradualmente a atingir o estatuto de patrimônio nacional e de fonte histórica. Nada parece mais certo para a historiografia contemporânea do que esse processo de alteração de significados do documento histórico, mas a identificação dessas alterações no momento

mesmo em que aconteciam em nossas instituições possibilita a visualização de um historiador de história nacional que não necessariamente se vinculava à apropriação do documento como monumento, dando um passo a mais para a constituição de uma ciência interpretativa.

Em que pese a importância da Biblioteca Nacional na formação de Capistrano de Abreu, este não é, porém, pura identificação com a instituição. Capistrano se vinculava aos novos procedimentos de tratamento documental estabelecidos na BN, mas se caracterizava também por uma atitude perante a prática historiográfica que o diferenciaria dos seus colegas. Seja pelo exercício de se lançar aos documentos com questões prévias de interpretação sobre o país, estimulado por suas leituras positivistas, seja pelas novas atitudes que a prova documentária lhe possibilitava, num contexto em que havia a necessidade de garantir cientificidade ao seu trabalho. Além disso, a Biblioteca Nacional era também o lugar onde Capistrano conseguia se lançar à historiografia sem, necessariamente, fazer parte da principal instituição do Império dedicada à história – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

Num contexto mais abrangente da história da ciência no Brasil, essa tese procura evidenciar aspectos constitutivos das ciências humanas do país e suas tentativas de afirmação, tomando como objeto uma das disciplinas mais controversas em se tratando de afirmação de sua cientificidade. Nem por isso deixa de ser importante lançar a hipótese, que poderá ser verificada no decorrer do trabalho, de que haveria uma pretensão científica, interlocutores, formas de controle na produção do conhecimento histórico, processos de diferenciação da atividade de estudos sobre a sociedade que vão se estabelecendo em meio à tradição retórica e do conhecimento beletrista, sem deixar de ter em conta a erudição como constitutiva do conhecimento histórico que se desenvolvia, nem a narrativa como uma dimensão importante para consolidação das idéias.

Desta forma, é possível afirmar junto com Lopes (1997), Figuerôa (1997), Domingues (1995), autoras dedicadas ao estudo do desenvolvimento das ciências naturais no Brasil, que também as chamadas ciências humanas tiveram ainda no século XIX o seu florescimento no país. Um exemplo desse movimento é a personagem aqui estudada. Capistrano evidenciava o processo de estabelecimento de uma especialidade de estudos no seu processo constitutivo enquanto historiador, distanciando essa prática dos estudos dos letrados que se aproximavam da área por gosto pessoal enquanto atividade paralela a um ofício principal ou entendendo a história enquanto um instrumento de ação política. O historiador, para Capistrano, haveria de cumprir alguns pré-requisitos para bem produzir uma

história. Esta tese, portanto, vai tratar desse curto espaço de tempo em que diferentes concepções de passado estão em contato e no qual a história se afirma enquanto uma área de pesquisa com procedimentos e atitudes próprias a um ofício.

Importante dizer que a reflexão sobre *o fazer da história e do historiador*, ou sobre uma história da história, como ressaltou Hartog (2003a), teve grande expressão principalmente a partir dos anos 1980 na França. No Brasil os trabalhos de Manoel Salgado Guimarães, “*Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*”, publicado em 1988 e o de Ricardo Benzaquen Araújo “*Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*”, também de 1988 são dos primeiros a abordar a preocupação com a produção historiográfica dentro das perspectivas que também animavam as pesquisas francesas.

A diferença desses trabalhos com os anteriores está em fazer uma reflexão, no caso de Guimarães, marcadamente inspirada pela “*A operação historiográfica*” de Michel de Certeau, publicado no Brasil em 1976 (e em 1974 na França), na trilogia organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, *História: novos problemas, objetos e abordagens*, e do livro do mesmo autor publicado em 1975, “*L’écriture de l’histoire*”¹. Outra obra que estimulou as discussões sobre a história da história no Brasil, presente no trabalho de Araújo sobre Capistrano, foi o livro *Futuro Passado* de Reinhart Koselleck (1979).

Antes deles outros trabalhos de historiografia como os de José Honório Rodrigues (1965); Francisco Iglésias (1971, 1975); Carlos Guilherme Mota (1977), José Roberto do Amaral Lapa (1981), procuraram fazer levantamentos, resumos das obras publicadas, assinalando as principais influências sobre os autores, aspectos gerais das obras, produziram revisões, balanços e tipificação do que existia em termos de produção disciplinar. Os marcos mais recorrentes na história da história brasileira são: a criação do IHGB (1838); a *História Geral do Brasil* de Varnhagen (1854, 1º.vol, 1857, 2º. vol.) e a produção historiográfica de Capistrano no final do século XIX início do XX.

A retomada aos estudos da obra de Capistrano pela historiografia brasileira, parece ter encontrado diferentes momentos até aqui. Alguns deles já tratados por Gontijo (2006) aos quais acrescento o final dos anos 60 e início dos 70, a exemplo dos artigos de Holanda (1967) e Canabrava (1971) e outro na segunda metade dos anos 80, quando são publicados os textos,

¹ A proposição de Certeau (1982, p. 66) é compreender a *operação historiográfica* “como uma relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.) procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). (...) “a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de um *escrita*”.

já citados, de Benzaquem Araújo e de Manoel Salgado Guimarães, ambos em 1988 inaugurando uma nova forma de problematização historiográfica.

O momento de elaboração desta pesquisa não é menos significativo: monografias, dissertações, teses, artigos tem problematizado a escrita da história e a personalidade de Capistrano. As releituras de Capistrano em diferentes momentos têm a ver com preocupações específicas que evidenciam que a história enquanto um problema da história traz consigo questões do tempo presente, que podem ser melhor explorados, principalmente pela forma como olhamos e construímos um percurso para nossa disciplina: escolhendo marcos, quadros, precursores, legitimidade, autoridade, construindo oposições, outros ícones, muitas vezes mais para referendar nosso campo do que para compreender uma especificidade histórica. Questões que ficam em aberto.

De qualquer forma é importante dizer que esta tese se insere na perspectiva inaugurada no país por Manoel Salgado Guimarães em que se pretende submeter à própria disciplina a investigação histórica “como forma de compreendê-la como uma produção temporal das sociedades” (2002, p. 185). A busca empreendida por este autor para refigurar a historiografia, retirando-a da acepção clássica de cânone de autores e obras, sem enveredar pela epistemologia, objetiva incumbi-la de outro papel: aquele relacionado à investigação questionadora da memória disciplinar. Os modos pelos quais o passado é narrado, transmitido, obliterado, combatido, glorificado, disputado, portanto, tomariam parte nessa empreitada, ajudando inclusive a problematizar a constituição de zonas de fronteira entre história, literatura, antiquariado.

Nesse sentido, esta tese também é devedora das reflexões de Michel de Certeau (1982). Procura evidenciar a *operação historiográfica* desenvolvida por Capistrano de Abreu ao analisar o *lugar social, as práticas científicas e a escrita* de uma história articulada à problematização da constituição disciplinar e ao desenvolvimento das ciências humanas no Brasil.

No primeiro capítulo intitulado *Capistrano de Abreu: sua geração e a literatura* trato da inserção de Capistrano no debate sobre a questão nacional por meio de ensaios críticos sobre a literatura brasileira publicados em jornais. A crítica literária era a atividade agregadora dos estudiosos preocupados em compreender o país, realizando estudos sobre a expressão artística produzida e o quanto ela expressava ou retratava o Brasil e os brasileiros. Meu principal argumento é o de que nesse debate Capistrano procurava lidar de forma dialógica com certa tradição de escritos sobre o Brasil, principalmente, a produção do

romantismo brasileiro e, por meio deste, procurava visibilizar a especificidade constitutiva do sentimento nacional. Nesse sentido, Capistrano se ligava ao que era tido como retrógrado e em desuso por sua geração – o romantismo, entendido como um elemento do atraso nacional. Por outro lado, Capistrano participava junto a sua geração da leitura e interpretação de autores europeus que procuravam estudar a sociedade se utilizando da ciência nomológica, compreendendo as produções humanas no campo artístico como passíveis de análise por meio da identificação de leis gerais de funcionamento, a exemplo do que exerciam as ciências da natureza.

Ainda assim, dado o vínculo com o romantismo, Capistrano mantinha-se no entendimento de que a literatura era a expressão da sociedade e não o retrato da nação. Essa abordagem possibilitou a ele constituir um lugar com pontos de contato e afastamentos diante da tradição e de sua própria geração, tendo significativa influência em sua concepção histórica. A influência principal estaria na preocupação com o desenvolvimento ou formação de uma sociedade singular, frente aos seus condicionantes históricos e ambientais.

A hipótese principal desenvolvida nesse capítulo é a de que vivendo esse tempo de transformações na forma de analisar a sociedade, Capistrano conseguia articular com sensibilidade as novas teorias com a tradição estabelecida, evitando os reducionismos comuns à época e mantendo elevada e diferenciada da produção científica a capacidade criativa de uma expressão artística como a literatura. Pensando assim, é possível dizer que a atividade de crítica que o envolvia com a produção literária deixou marcas na constituição de seu ofício enquanto historiador.

O segundo capítulo *Biblioteca Nacional e IHGB: da erudição ao laboratório de história* aborda como Capistrano de Abreu ao chegar à Corte teve a possibilidade de estabelecer uma relação mais próxima com duas importantes instituições do Império: o IHGB e a Biblioteca Nacional. O IHGB era visto por ele como uma instituição cujos membros pouco faziam pela história e pela geografia do país, entendendo-a mais como uma instituição de sociabilidades do que de produção de conhecimento. Já a Biblioteca Nacional vivia um momento *sui generis* com muitas transformações e um maior cuidado com os documentos históricos sobre o Brasil. Foi nela que Capistrano encontrou acolhimento e desenvolveu novas habilidades no tratamento das fontes históricas, que se tornariam tão importantes para o desenvolvimento do seu ofício.

Nesse capítulo tive a oportunidade de colocar em diálogo entendimentos diferenciados e em mutação em torno do passado e da documentação histórica brasileira,

assim como o alcance que essas transformações produziram na especificidade historiográfica de Capistrano de Abreu. Sendo a Biblioteca uma instituição muito vinculada à tradição antiquária mais resistente às transformações da Luzes, possuía um acervo que pouco atendia às ciências modernas. Lentamente esse quadro se alterou, abrindo espaço para a produção de expectativas nacionais em torno do seu acervo e função institucional. A estruturação do país para a criação deliberada de um projeto nacional implicava organizar instituições que cuidassem de sua história e, por conseguinte, dos vestígios do passado que seriam tidos como testemunhas de sua existência. Essas iniciativas surgiam mais precisamente em 1838 com a criação do Arquivo Imperial e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e vinculavam-se à própria configuração do Estado.

O argumento principal é o de que uma instituição monumental como a Biblioteca Real e Pública foi se transformando em um lugar que contribuiria para o desenvolvimento de novos conhecimentos, demonstrando que se assentava uma diferenciação entre a idéia de erudição enquanto puro deleite pessoal, ligada a um conhecimentos humanista e universal e a erudição mais voltada ao desenvolvimento de uma especialidade a serviço da construção de uma nação. Uma importante mudança acontece no trabalho interno da Biblioteca, que passou a cuidar do acervo a partir de duas preocupações principais: preservá-lo e divulgá-lo por meio de obras de referência tais como catálogos e os *Annaes*, visando estimular os estudiosos a produzir conhecimento original. Essa nova configuração exigia o estabelecimento de rotinas diferenciadas de tratamento das obras e documentos conforme preceitos da crítica documental erudita. Essas exigências fizeram surgir e ao mesmo tempo acolheram no país um grupo de trabalhadores com maior afinidade para desenvolvê-las.

Capistrano foi o primeiro funcionário da Biblioteca Nacional a entrar por meio de um concurso público, realizado em 1879. Preenchia as exigências da instituição para o novo perfil de seus funcionários. Essa atividade tornou possível ao futuro historiador manter uma relação mais próxima com as novas técnicas apreendidas naquele lugar de acervo. Desta forma, outro argumento a ser destacado é de que a conjunção das inquietações de Capistrano de Abreu a respeito da formação do Brasil, por meio da análise de seu passado, com as atividades exercidas na instituição, propiciou ao futuro historiador uma comunhão com seus colegas de trabalho e uma diferenciação. A comunhão pode ser vista no interesse desses funcionários em organizar, preservar e divulgar o acervo relativo principalmente ao país por meio da aplicação de técnicas específicas de trato e investigação documental. A diferenciação diz respeito ao tipo de análise que Capistrano se propõe ao se defrontar com os documentos.

Logo que chegou ao Rio de Janeiro, Capistrano procurou desenvolver suas hipóteses levantadas ainda no Ceará sobre a literatura brasileira e o caráter da sociedade que a produzia. No Rio tinha acesso direto a fontes históricas que contribuiriam para seus estudos e produziram um incremento em suas análises, sendo que as fontes deveriam embasar seus principais argumentos. O capítulo, portanto, procura evidenciar o encontro das premissas advindas de suas leituras positivistas, a experiência de contato e de trabalho na Biblioteca Nacional e as importantes reflexões que elaborava sobre a escrita da história do Brasil produzida até então e sobre os requisitos para melhor escrevê-la.

O terceiro e último capítulo *Exposição, catálogo e escrita da história* procura articular a relação entre vestígios do passado, imaginação e ciência histórica. A publicação de documentos é um elemento significativo na elaboração historiográfica brasileira e começo com este tema para demonstrar que essa atividade passou por transformações em suas intencionalidades. Iniciada com um sentido puramente administrativo, vai adquirindo foros de cientificidade quando vinculada à História Natural e, mais tarde, ao mesmo tempo em que o documento é apropriado como evidência direta de um passado ausente, é tomado pela perspectiva interpretativa de Capistrano de Abreu.

José Honório Rodrigues já afirmou que a Biblioteca Nacional foi o laboratório da história para Capistrano. Na esteira dessa afirmativa demonstro nesse capítulo como a BN se apresentaria de fato enquanto laboratório em suas reflexões e iniciativas. Nos artigos desse período Capistrano vai perfilando seu entendimento relativo à produção historiográfica, falando de técnicas, estilos narrativos, temáticas que conformariam uma especificidade diante da abordagem erudita, administrativa ou monumental dos documentos.

Desta forma, em um primeiro momento, este capítulo aborda as reflexões e escritos de Capistrano pela via da cientificidade demonstrando quais procedimentos configurariam uma atitude científica no seu trabalho ao mesmo tempo em que dão indicativos da formação de uma comunidade científica em torno da pesquisa histórica. Outro aspecto ressaltado no diálogo com seus intérpretes é a dificuldade de dividir o pensamento do historiador em fases, demarcando suas principais influências em termos de etapas de pensamento. Capistrano nesses seus primeiros anos de atuação cultivava muitas confluências que giravam em torno da crítica documental, as concepções de ciência, as aspirações românticas. Esse aparato aparece em suas análises de forma muito imbricada, como procuraremos demonstrar.

Para finalizar retomo uma questão aventada no primeiro capítulo – a importância da literatura nesse momento da vida intelectual de Capistrano de Abreu. Para se tornar um

historiador *per se*, a necessidade de se dedicar à escrita da história do Brasil era também uma preocupação. A narrativa historiográfica também era uma dimensão da produção do conhecimento histórico e neste sentido, procuro evidenciar como o historiador articulava suas idéias, hipóteses, documentação, interlocutores, concepções subjetivas e idiossincráticas para construir seu primeiro livro propriamente de história do Brasil.

Uma monografia sim, um exercício metodológico sim, mas também uma narrativa que almejava uma forma literária, que pudesse oferecer vitalidade ao passado brasileiro ao apresentar um momento histórico, suas personagens e intrigas de forma cética e, por que não dizer, subversiva. É desta maneira que vejo a *A Armada de Dom Nuno*, um pequeno opúsculo que permitiu a Capistrano dessacralizar um momento inaugural da história brasileira.

CAPÍTULO I –

CAPISTRANO: SUA GERAÇÃO E A LITERATURA

A crítica literária foi uma forma textual e uma prática escriturária de extrema importância para a formação de Capistrano de Abreu. Com o uso desse artifício Capistrano elaborou teses a respeito da formação da nacionalidade brasileira. Essas teses possuíam vínculos com certa tradição de escritos de crítica, de concepções sobre o país, mas também inovavam as abordagens de então, com interpretações singulares produzidas a partir de um repertório de leitura comum à sua geração. Esse capítulo, portanto, demonstra os vínculos e as rupturas de Capistrano, em sua inserção nessa atividade, com o que havia de mais tradicional e de mais inovador na reflexão sobre o país. Adentrando o trabalho do historiador por essa porta, tornou-se possível pensar uma atividade historiográfica construída no decorrer de sua trajetória em que a articulação e a criação de uma narrativa agregadora de informações e fontes variadas perpassou pelas práticas literárias do período.

1.1. Capistrano de Abreu e a geração de 1870

A geração de 1870 é caracterizada como um movimento intelectual não homogêneo², composta por leitores ávidos de diferentes teorias produzidas na Europa e ativa

² A necessidade de ressaltar a heterogeneidade do pensamento dessa geração refere-se a leituras que se tornaram

social e politicamente³. Geração caracterizada por intelectuais antenados com leituras que circulavam internacionalmente⁴. Seus membros tinham propensões a constituir “unidades de geração”, nos termos de Mannheim, por meio da reunião em associações que tivessem a “questão nacional” como eixo condutor de seus pensamentos, debates e proposições⁵. A dimensão geracional é um elemento importante para essa pesquisa, tendo em vista diferentes elementos que ajudam a compreender melhor a experiência intelectual de Capistrano de Abreu na segunda metade do século XIX.

Segundo Mannheim (1982, p. 69-86) é preciso dizer que uma geração não se caracteriza pela formação de um grupo concreto baseado na existência de uma consciência de pertencimento, vínculos de proximidade ou de vontade consciente. Para este autor o fato que melhor caracteriza o pertencimento a uma geração é a “similaridade de situação de vários indivíduos dentro de um todo social”. A *situação* que configura uma geração carrega consigo um ritmo biológico de vida, morte, um período delimitado da vida e o envelhecimento, mas a geração enquanto fenômeno de localização social não se baseia exclusivamente nesses fatores. Segundo Mannheim “o que realmente cria uma situação comum é elas estarem numa posição para experienciar os mesmos acontecimentos e dados, etc., e especialmente que essas

canônicas entre os anos 50 e 70, de que todo o conhecimento produzido nesse período teria sido positivista e cópia das teorias em voga na Europa. A diversidade entre os autores foi assinalada por Sevckenko (1985); Bottmann (1985); Ventura (1991); Alonso (2002).

³ Muitos trabalhos abordaram esse momento da história brasileira, de grandes transformações políticas e sociais e identificaram a participação ativa dos intelectuais no processo de modernização do Brasil. Como assinalou Alonso (2002) essa abertura para o “novo” foi sentida pelos próprios contemporâneos num momento identificado com o *slogan* de Silvio Romero de “um bando de idéias novas”. Alonso fez um levantamento das principais interpretações do que foi considerado como um “movimento intelectual” caracterizado pela adoção e divulgação do cientificismo, positivismo, spencerianismo, darwinismo social, novo liberalismo. A autora identificou duas linhas interpretativas, uma de Cruz Costa e outra de Antonio Paim que “equacionam o problema da relação entre doutrinas européias e formação nacional” e organizam as obras dos autores dessa geração a partir da filiação intelectual em escolas teóricas. Por um lado, aparecem análises dos autores sem conexão com as problemáticas sociais contemporâneas com as quais esses autores se debatiam (Paim) e, por outro, aparece a questão do quanto os intelectuais brasileiros assimilariam o pensamento europeu e o deformariam visando uma ação social (Cruz Costa). Para Alonso esses trabalhos foram elaborados na perspectiva de uma história da filosofia no Brasil. A autora destaca outros trabalhos sobre a intelectualidade do período, na linha da história intelectual a exemplo dos de Süsskind & Ventura (1984), Carvalho (1988) e Nogueira (1984). E outros preocupados com uma abordagem mais institucional da formação desses intelectuais, tais como Schwartz (1993) e Castro (1995). Entre as pesquisas que analisam o período houve a abordagem baseada em ideologias de classe como os de Graham (1973), Nachman (1972), Bresciani (1976; 1993), Hall (1976), Love (1971), Carvalho (1989). Identificando novos movimentos intelectuais e a configuração de novos grupos sociais na esfera econômica, tais trabalhos contribuíram para tornar visível a ação política desses “intelectuais”. A crítica de Alonso a essas vertentes interpretativas refere-se à “separação entre os campos intelectual e político e a incorporação dos esquemas explicativos dos agentes” para elaboração das análises. Diante desse quadro a autora justifica a elaboração de sua própria tese que procura demonstrar os significados desse movimento na configuração política nacional (Alonso, 2002, p. 21-29).

⁴ Entre as principais idéias a circular no período estão as dos “positivismos francês e inglês (com as obras de Comte, Taine, Buckle, Spencer), o historicismo alemão (com a Escola Histórica Alemã) e o realismo epistemológico, particularmente na historiografia (por influência de Ranke)”. (Bottmann, 1991, p. 135).

⁵ Ver a esse respeito Sá (2006) e Alonso (2002).

experiências incidam sobre uma consciência similarmente ‘estratificada’”. Para a configuração de uma geração é necessário levar em conta: a interação social entre seres humanos, a existência de uma estrutura social definida, e o fato de a história estar baseada num tipo particular de continuidade.

Os nascidos num mesmo período são colocados numa mesma dimensão histórica do processo social que, segundo Mannheim os

restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante (...). Existe uma tendência inerente a toda situação que aponta em direção a certos modos definidos de comportamento, sentimento e pensamento

O que não quer dizer que os indivíduos que compartilham o mesmo momento do processo histórico tenham o mesmo tipo de acesso às experiências disponíveis pela sociedade a seu tempo. Esse fator depende do estrato social ao qual o indivíduo pertence, denotando um tipo de abordagem, uma maneira de assimilação e aplicação direcionadas por fatores sociais.

A dinâmica das gerações implica: a emergência e o desaparecimento contínuos de participantes no processo cultural; seus membros podem participar somente de uma seção temporalmente limitada do processo histórico; há a necessidade de transmissão constante da herança cultural; há séries ininterruptas de gerações. A contínua mudança nas condições objetivas da vida “tem sua contrapartida em uma contínua mudança nas novas gerações seguintes”. Por isso a importância nesta tese de se pensar o que Ricoeur (1997, p. 191), a partir das reflexões de Alfred Schutz, chamou de “reino dos predecessores”, “reino dos contemporâneos”, “reino dos sucessores” que tornam possível a existência de uma dimensão geracional composta por uma ambiência que coloca diferentes tempos na base da experiência do tempo presente, formando uma trama temporal (aspecto que retomarei adiante).

Para Mannheim (1982, p. 86), a geração enquanto uma realidade existiria “apenas onde é criado um vínculo concreto entre os membros de uma geração, através da exposição deles aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica”. Haveria para o autor uma diferença entre a participação em uma mesma situação de geração e a participação numa geração enquanto realidade. A geração enquanto realidade existiria “apenas na medida em que participam [os indivíduos] das correntes sociais e intelectuais características de sua sociedade e período, e na medida em que têm experiência ativa ou passiva das interações das forças constituintes da nova situação”.

Um nexos concreto para a compreensão da geração de Capistrano seria a participação

no destino comum de uma unidade histórica e social na medida em que o país enquanto realidade objetiva estava sendo pensado e construído ideologicamente com a participação ativa da geração de 1870. Pode-se dizer com isso que esta geração experimentava uma *situação comum* que os colocava frente a “problemas históricos concretos” que diziam respeito à compreensão e configuração do seu próprio país. Experiência que se constituía num momento de significativas transformações culturais movidas por certa aceleração e homogeneidade no acesso às informações e literaturas, por parte de determinados estratos sociais, que caracterizariam o recebimento e a transmissão resignificada do “bando de idéias novas” – na expressão de Silvio Romero.

Circulavam pelo país naquele momento, idéias relacionadas ao positivismo, darwinismo, liberalismo e spencerianismo, que não irradiavam apenas do e no ambiente da Corte, mas se manifestavam em outras regiões como assinalou Mariza Corrêa (2000). Um caso notório deste fato é a “Escola de Recife”, da qual Silvio Romero chegou a participar. Idéias e leituras que se manifestaram também no Ceará, terra de Capistrano de Abreu, onde surgiram associações de intelectuais que escreviam e debatiam nos jornais locais.

Nesse sentido, há que se destacar que a ambiência conformadora de uma geração não está necessariamente circunscrita a um espaço geográfico, dizendo respeito a um grupo de indivíduos que sofrem juntos determinados acontecimentos. Uma geração ou unidade de geração apresenta, conforme Mannheim (1982, p. 87) uma

(...) grande semelhança dos dados que constituem a consciência de seus membros. Os dados mentais são sociologicamente importantes não apenas por seu conteúdo real, mas também por levarem os indivíduos que os partilham a formarem um grupo – eles têm um efeito socializante.

Partilhar dos mesmos dados não implica necessariamente na proximidade física, o que vai vincular a geração de 1870, além da faixa etária, são as questões suscitadas por uma “exposição comum” a fatores histórico-sociais.

Desta forma, a experiência de geração de Capistrano, embora vivenciada em princípio em sua terra natal, teve continuidade na Corte onde passou a se relacionar com as discussões intelectuais na capital. No entanto, no caso de Capistrano, a dimensão local não deve ser menosprezada em virtude de sua experiência pessoal com aquele universo que lhe era importante enquanto referência⁶. Estando no ambiente da Corte após 1875, procurava

⁶ João Capistrano de Abreu nasceu em 1853, na localidade de Columinjuba, município de Maranguape, na província do Ceará. Fez seus primeiros estudos com um mestre-escola e depois seguiu para Fortaleza

reafirmar sua condição de cearense e manter contatos que o lembravam e o faziam experimentar as coisas da terra natal. O vínculo com o Ceará se tornou visível não apenas nas relações familiares, de amizade ou intelectuais, mas também em questões do cotidiano⁷.

Outro aspecto fundamental a se considerar é o dos primeiros anos de estudos e leituras na sua juventude na província natal. A experiência de dois anos de Capistrano em Fortaleza, entre 1872 e 1874, em meio às atividades culturais da capital cearense, participando e fundando, junto a colegas, a Academia Francesa⁸, é marcada por reflexões sobre as interpretações do que seria e do que poderia vir a ser a sociedade brasileira. O vínculo geracional os levava a constituir associações em torno de afinidades e questões relacionadas aos seus processos formativos e às temáticas candentes sobre o desenvolvimento do país.

Em sua dissertação de mestrado *As Repúblicas das Letras Cearenses: literatura, imprensa e política*, Gleudson Cardoso caracterizou a Academia Francesa pelo seu combate veemente “aos setores mais tradicionais da sociedade cearense como a Igreja Católica, acusando a Companhia de Jesus de ‘absorver a vitalidade dos povos na condenação eterna ao jugo romano’” (Cardoso, 2000, p. 17). Era um grupo de oposição ao poder tradicional, então identificado principalmente à Igreja Católica. Por meio de discursos veiculados na imprensa local, principalmente no jornal *A Fraternidade*, a agremiação visava difundir idéias liberais, promover o desenvolvimento científico e intelectual, propagar a doutrina positivista e fazer conhecer as “leis do progresso” (Cardoso, 2006, p. 45). Seus integrantes se reuniam para discutir os livros em voga na Europa, especialmente os de Taine, Buckle, Comte, Spencer e Darwin. Praticamente todos os seus membros faziam parte de setores econômicos privilegiados do Ceará, realizando seus estudos superiores nos principais centros intelectuais do Império, sobretudo em Recife.

Embora não pertencesse à elite econômica, Capistrano parece ter conseguido se

freqüentando durante três anos o Colégio de Educandos. Aos 12 anos, em 1865, foi matriculado no Seminário Episcopal do Ceará, onde estudou com o padre Cícero, e permaneceu até março de 1866, sendo convidado a se retirar, devido à “preguiça e vadiação”. Foi matriculado no Colégio Ateneu Cearense até os 16 anos e, em 1869 foi a Recife, capital pernambucana, para fazer os preparatórios de ingresso ao curso de Direito, estudando humanidades no Colégio das Artes. Não conseguindo concluir os preparatórios, retornou a Maranguape, em 1871, indo a Fortaleza com freqüência, onde participou da criação da Academia Francesa, em 1873.

⁷ “Acho-me reduzido a uma única rêde; peço-lhe me arranje e envie outra com brevidade. Não quero rede bonita, nem muito grande, por que aqui só se pode armá-la nos cantos! Quero rede forte no pano e nos punhos. Parece que no Ceará não sabem mais fabricá-la” (Capistrano de Abreu em Carta a Luís Sombra, 05 de novembro de 1917).

⁸ A Academia Francesa, sociedade literária fundada em 1872, da qual faziam parte, junto a Capistrano, Araripe Júnior, João Lopes Ferreira Filho, Felino Barroso (pai de Gustavo Barroso), Xilderico de Faria, Tomás Pompeu Filho e Rocha Lima. Para Cardoso (2006, p. 17), a experiência da Academia Francesa “deu-se em debates constantes na imprensa local (jornais, pasquins, folhetos) e a agitação das idéias filosóficas e valores de classe na cidade, com as leituras sociais tentando recriar modos de vida para os indivíduos, principalmente entre o período que compreende o final do regime monárquico e o início da República”.

situar entre os demais por meio das boas relações de sua família⁹, que sempre investiu em seus estudos, possibilitando inclusive sua ida a Recife para os preparatórios ao Curso de Direito, o qual não chegou a concluir. Em Fortaleza, Capistrano e seus companheiros criaram a *Escola Popular*, que se reunia na rua Conde d’Eu n. 98 com a finalidade de manter as relações entre si e ampliar o público em torno dos seus interesses. Nessa “escola” eram proferidas conferências sobre, por exemplo, “Eletricidade”, “Soberania Popular”, “O Estado”, “A Religião”, “O Direito” (Cardoso, 2000, p. 48).

Conforme Capistrano descreveria mais tarde, em 1878, no prefácio ao livro *Crítica e Literatura*, de Rocha Lima¹⁰, um dos integrantes do grupo,

As discussões e estudos não bastavam todavia à sua atividade: com João Lopes e outros companheiros fundou a Escola Popular, escola noturna destinada aos pobres e operários. Os que tiveram ocasião de visitá-la recordam-se da animação, da cordialidade, do estímulo que ali reinavam e corriam parselhas com o desinteresse dos jovens professores. E entretanto, quantos obstáculos não tiveram a vencer, quanta calúnia a esmagar, quanta prevenção a destruir! Um jornal houve...

É melhor não falar desse jornal.

Grande foi a influência da *Escola Popular* não só sobre as classes a que se destinava, como sobre a sociedade cearense em geral, por intermédio de conferências ali feitas, em que o ideal moderno era apregoado por pessoas altamente convencidas de sua excelência. Maior ainda foi a influência da *Escola* sobre os espíritos audazes e juvenis, que congregou, reuniu e fecundou uns pelos outros. Era em casa de Rocha Lima que se reuniam os membros do que chamávamos “Academia Francesa”. Quanta ilusão! Quanta força! Quanta mocidade! França Leite advogava os direitos do comtismo puro e sustentava que o *Système de la Politique* era o complemento do *Cours de Philosophie*. Melo descrevia a anatomia do cérebro, com a exatidão do sábio e o estro do poeta. Pompeu Filho dissertava sobre a filosofia alemã e sobre a Índia, citava Laurent e combatia Taine. Varela – o garboso abnegado paladino – enristava lanças a favor do racionalismo. Araripe Júnior encobria com a máscara de Falstaff a alma dolorida de René. Felino falava da revolução francesa com o arrebatamento de Camilo Desmoulins. Lopes, ora candente como um raio de sol, ora lóbrego como uma noite de Walpurgis, dava asas a seu humor colossal. Por vezes das margens do Amazonas chegava o eco de uma voz, doce como a poesia de suas águas sem fim – a de Xilderico de Faria, hoje para sempre mudo no regaço do Oceano. (E. E. 1ª Série, 1975, p. 78)

⁹ Seu pai chegou a pertencer à Guarda Nacional e era muito respeitado na cidade de Maranguape assim como sua família. (Câmara, 1965, p. 20).

¹⁰ Rocha Lima era seu amigo e um dos membros fundadores da Academia Francesa e da Escola Popular, e veio a falecer precocemente, aos 23 anos, em 1878.

A descrição do ambiente que proporcionou muitas trocas intelectuais nos oferece a imagem daqueles jovens empolgados com as leituras e os ideais correntes. Demonstra também a diversidade de posicionamentos e os enfrentamentos por discordâncias interpretativas, marcando, de todo modo, uma atmosfera de vitalidade intelectual, assinalada, inclusive, pela tonalidade juvenil, certa imaturidade do grupo, no qual nem sempre os assuntos eram tratados, na opinião retrospectiva de Capistrano, com a devida seriedade.

Comtismo, anatomia, filosofia alemã, Índia, racionalismo, Revolução Francesa são alguns dos temas que preenchiam o gosto daquele grupo que muito pouco tem a ver com uma geração de idéias estabilizadas, característica comumente vista numa geração com idade mais avançada. Nesse sentido, a perspectiva biológica do conceito de geração contribui para pensar o efeito do tempo na formação de uma seqüência de gerações. Para Mannheim (1982, p. 80) a consciência humana se caracteriza por uma dialética interna muito particular e, uma experiência produzida por aquelas “primeiras impressões” e “experiências infantis” poderia conformar as outras situações geracionais¹¹.

Capistrano após três anos de sua ida para o Rio de Janeiro fez uma descrição de conjunto do grupo ao qual pertencia no Ceará. Então com 25 anos de idade remetia aquela experiência a um momento especialmente vivaz, mas juvenil, encerrando uma etapa da vida e assumindo para si outro estrato geracional. Essa experiência, embora não se enquadre na descrição de Mannheim, ajuda a pensar sobre o processo consciente da narrativa biográfica, quando uma seleção de detalhes (consciente ou inconscientemente assimilados) do tempo transcorrido adquire coerência para ser verbalizado. Uma temporalização de sua própria trajetória é configurada na relação dialética entre presente e passado e poderíamos nos perguntar o quanto dessa etapa juvenil da vida de Capistrano de Abreu imprimiu marcas na sua forma de ver e lidar com o seu presente-futuro.

De qualquer modo, aquela *situação geracional* possibilitou a constituição de um espaço-tempo de sociabilidade dando vazão às inquietações daqueles jovens e às suas perspectivas de aprimoramento por meio do contato com teóricos europeus e do exercício da escrita. A Academia Francesa teve apenas um ano de duração, mas a sua existência é um

¹¹ Segundo Mannheim (1982, p. 80) “Inversamente, ao se estimar a significação biográfica de uma experiência particular, é importante saber se ela foi vivida pelo indivíduo como uma experiência infantil decisiva, ou num período mais tardio de sua vida, sobreposta a outras impressões básicas anteriores. As impressões iniciais tendem a cristalizar-se numa *visão natural* do mundo. Todas as experiências posteriores, então, tendem a receber seu significado desse conjunto original, quer elas apareçam como a verificação e finalização daquele conjunto, quer como sua negação e antítese. As experiências não se acumulam no curso de uma vida através de um processo de adição ou aglomeração, mas são articuladas “dialéticamente” da maneira descrita”.

acontecimento biográfico importante a Capistrano de Abreu¹².

Era também explícita a tentativa de estabelecimento de públicos ouvintes. Nesse ambiente, Capistrano apresentou as conferências sobre literatura brasileira, que, no início do ano de 1875, foram publicadas no jornal *Constituição* (1886-1889)¹³, de Fortaleza. No final do mesmo ano, quando já havia fixado residência no Rio de Janeiro, com o título “A literatura brasileira contemporânea”, foram publicadas no jornal *O Globo*.

Após uma ampla revisão dos trabalhos sobre a “geração de 1870”, Angela Alonso (2002) argumenta que foi introduzida nas análises uma separação entre a atuação intelectual e a política dos seus atores, resultando em interpretações que diminuía a ênfase da participação desses intelectuais nesta última seara. Em contraposição a essa idéia, com base na indissociabilidade das áreas mesmo na Europa deste período, a autora afirmou a existência de sobreposição entre as dimensões política e intelectual. Contudo, conforme o seu argumento, não havia “um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual. A existência de uma única carreira pública centralizada no Estado, incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia da sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção” (Alonso, 2002, p. 30). Nesse contexto, eram poucos os letrados que não possuíam vínculos com atividades políticas ou não fossem ligados à elite econômica. Seguindo essa constatação, por opção metodológica, Alonso circunscreveu em sua análise os intelectuais que faziam parte da elite com “alta escolaridade”, aqueles que passaram pelas faculdades imperiais ou publicaram obras, e tomou suas publicações como ação política (idem, p. 46). Portanto, embora seu trabalho seja importante para pensar o momento histórico em que Capistrano se insere no debate nacional, percebe-se que esse intelectual não fez parte exatamente da caracterização do grupo analisado pela autora.

Sem o capital financeiro ou político, mas construindo um capital simbólico, João Capistrano de Abreu foi um intelectual que manteve relações, discussões e diálogos constantes em meio ao “movimento intelectual da geração de 1870”. Capistrano possuía idéias bastante claras sobre o cenário político do final do Império e do início da República e

¹² Infelizmente não consegui tomar contato com pesquisas que analisam a Academia Francesa e a Escola Popular. Uma análise das atividades da agremiação seria importante para melhor compreender os embates posteriores, travados na Corte, entre os intelectuais que se encontraram no Recife e que procuraram se diferenciar nos debates encetados no Rio de Janeiro. A respeito das polêmicas, principalmente entre Silvio Romero, que cunhou a idéia de uma “Escola do Recife” e Araripe Júnior, pode ser lida em Ventura (1991). E, entre Capistrano de Abreu e Silvio Romero, pode ser visto a partir de artigos do primeiro “O caráter nacional e as origens do povo brasileiro” de 1876 (EE, 4ª. Série, 1976) e História Pátria, de 1880 (EE, 3ª. Série, 1976).

¹³ “Órgão do “partido conservador adiantado”, da facção dissidente liderada pelo rico comerciante Joaquim da Cunha Freire”, o Barão de Ibiapaba” (Cardoso, 2006, p. 83). Havia em Fortaleza nesse período vários jornais e, em sua maioria representavam facções partidárias, religiosas corolárias de uma elite econômica.

não estava isolado em sua produção. No entanto, é importante não perder de vista que procurava desenvolver suas atividades sem exercer uma ação política mais direta, inclusive das atividades mais significativas no período. Enquanto, por exemplo, Silvio Romero e Joaquim Nabuco¹⁴ se engajaram no movimento abolicionista e no republicano, Capistrano não se envolveu diretamente neles. Além disso, diferenciava-se do grupo analisado por Angela Alonso com relação a sua formação, pois não chegou a concluir os estudos superiores em meio a bacharéis em direito e medicina.

De qualquer modo, compartilhava com os membros da sua geração características diversas, como um lugar na imprensa – principalmente na condição de crítico de livros na *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1879 e 1886 –, a participação na Igreja Positivista e a passagem pelo serviço público, como funcionário da Biblioteca Nacional, entre os anos de 1879 e 1883, quando foi aprovado no concurso para professor do Colégio Pedro II, onde permaneceria até 1898¹⁵. Além disso, compartilhava com sua geração a sede pelas idéias novas e o propósito de interpretar o país.

Partindo dessas considerações, é imprescindível olhar a obra de Capistrano tanto pela dimensão geracional quanto pela individual. Estas dimensões tornaram-se claras nas polêmicas e debates em jornais, quando se pôde perceber a recepção de teorias científicas européias e seus diferentes usos na interpretação da literatura e da história do Brasil. Nesta linha, considero importante levar em consideração que as apropriações de conceitos e idéias que circulavam na Europa traziam consigo um valor singular pela própria forma como a ciência ocidental se constituiu: enquanto “bem universal” e articulada por redes e padrões internacionais de cientificidade¹⁶, fruto da perspectiva iluminista da universalidade e totalidade do conhecimento que procurou desenvolver padrões para o estabelecimento da

¹⁴ Personagens principais dos quais Ventura (1991) partiu para refletir sobre a cultura e os letrados brasileiros do final do século XIX e início do XX. O autor identifica Silvio Romero com sua adesão à luta pela Abolição e pela República e Joaquim Nabuco engajado no movimento abolicionista mas a favor da Monarquia. Para Capistrano as questões relativas ao Estado, no momento de seus primeiros escritos, tinha uma relação íntima com as idéias comteanas e spencerianas, de que a forma de governo não solucionaria as questões prementes que impediam o desenvolvimento pleno do país.

¹⁵ Em 1898 acontece uma reforma educacional que unifica a História do Brasil à História Geral desagradando muito Capistrano que, considerando-se incapacitado para tratar do assunto, é colocado em disponibilidade não voltando a exercer atividades docentes no Colégio até a sua morte. (Rodrigues, 1953).

¹⁶ Sobre Capistrano e as redes de conhecimento internacionais há a tese de Beatriz Protti Christino, defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da USP, em que a autora aborda as relações internacionais estabelecidas por Capistrano de Abreu para elaboração de seu livro sobre a língua dos caxinauás. CHRISTINO, Beatriz Protti. *As redes de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku--i em face da sul-americanística 1890-1929*. Araujo (1988) chamou a atenção para o nível de cosmopolitismo que a atividade de Capistrano de Abreu, enquanto um historiador moderno, havia atingido, pela necessidade de reconhecimento profissional através da utilização de procedimentos críticos empregados pelos historiadores em diferentes partes do mundo.

ciência moderna¹⁷.

Capistrano lidava com esse legado iluminista da perspectiva científica, visível tanto na crença na racionalidade científica quanto no desejo de se apropriar da miríade de idéias que lhe chegavam da Europa. Como dizia Cassirer (1994, p. 34) sobre os intelectuais do iluminismo “não se quer mergulhar apenas em redemoinhos e turbilhões de idéias novas, mas assumir o leme e guiar o curso do espírito para metas definidas”. Nesse sentido, Capistrano parecia alimentar sua curiosidade intelectual projetando os frutos que poderia colher desse investimento. A perspectiva geracional com suas implicações no processo constitutivo de Capistrano, portanto, inclui essa dimensão mais ampla do que seria produzir ciência, num sentido que escapa a uma região histórico-social mais circunscrita para partilhar de uma idéia que se pretendia universal: a do desenvolvimento científico. Isso acontecia ao mesmo tempo em que a perspectiva local, nacional também requeria atenção e investimento.

O próprio Capistrano entendia fazer parte de uma “(...) moderna geração do Ceará, forte, corajosa, viril (...)” (Prefácio do livro de Rocha Lima publicado em 1878, E.E. 1ª.Série, 1975, p. 80). Colocar-se e acreditar que a geração da qual fazia parte era diferente das anteriores em termos de concepção e ação no mundo também implicava, para Capistrano, algumas responsabilidades para com o seu passado. Tal compreensão fazia com que instituições ligadas ao Império, como a Igreja Católica, a estrutura governamental ou mesmo o IHGB, parecessem a antítese dos ventos dos novos tempos¹⁸. Contudo, por outro lado, era no passado que ele encontrava a formação de um sentimento nacional que caracterizaria e singularizaria o seu país.

Nesse sentido, o termo “sequência de gerações” utilizado por Ricoeur (1997, p. 179) oferece um aspecto dinâmico de “refiguração do tempo” enquanto mediação utilizada pela prática historiográfica, colocada pelo autor ao lado do calendário e dos arquivos e rastros. O que significa dizer que além da temporalização estabelecida pela cronologia do calendário¹⁹ e

¹⁷ Segundo Cassirer (1994, p. 33) a ciência iluminista tinha uma tarefa construtiva, objetivava por meio da razão “construir uma verdadeira totalidade. Mas ao criar ela própria essa totalidade, ao levar as partes a constituírem o todo segundo a regra que ela própria promulgou, a razão assegura-se de um perfeito conhecimento da estrutura do edifício assim erigido”.

¹⁸ Essas instituições foram citadas aqui por serem alvo de crítica generalizada da “geração de 1870” e da nova categoria social de cientistas que surgia (Alonso, 2002; Sá, 2006).

¹⁹ Para Ricoeur (1997) o calendário agiria como um conector entre o tempo vivido e o tempo cósmico, com importante papel na percepção da consciência histórica. O calendário teria um parentesco explícito com o tempo físico principalmente nas seguintes características: “um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade” (Beneviste apud Ricoeur 1997, p. 183). A segmentação do tempo diz respeito a “uma direção na relação de antes e depois, mas ignora a oposição entre o passado e o futuro; é essa direcionalidade que permite que o olhar do observador o percorra em ambos os sentidos; nesse sentido, a bidimensionalidade do percurso do olhar supõe a unidireção do curso das coisas” baseada nos fenômenos astronômicos (Ricoeur, 1997, p. 184). O que acontece, no entanto, é que o “princípio da divisão do tempo do calendário escapa à física e à astronomia” na

pelos vestígios materiais de um tempo transcorrido, a “sequência de gerações” contribuiria para pensar o tempo que não corresponde a uma linha reta como a cronologia, nem está fixada nos documentos do passado, mas que agiria sob os contemporâneos de maneira anônima, criando um novo “operador temporal” chamado por Ricoeur (1997, p. 187) de “terceiro tempo”. A noção de sequência de gerações daria conta do encadeamento entre “os agentes históricos como *viventes* que vem ocupar o lugar dos mortos”. Essa noção de substituição de gerações pensada por meio da continuidade histórica implica o ritmo da tradição e da inovação, como sugere Ricoeur (idem p. 188), onde haveria a “combinação entre influências recebidas e influências exercidas”, fazendo o “‘encadeamento’ oriundo do cruzamento entre a transmissão da bagagem e a abertura de novas possibilidades” (idem 189) e, ao mesmo tempo, haveria o “ricochete dos questionamentos feitos pelas classes de idade mais jovem sobre as certezas adquiridas pelos mais velhos” (Mannheim apud Ricoeur, 1997, p. 189).

A substituição de gerações na análise desses primeiros anos de vida intelectual ativa de Capistrano de Abreu no Rio de Janeiro implica essa tentativa de compreender a forma como ele mesmo explicitava sua consciência histórica. Consciência que ele visibilizou ao tratar de seu momento de juventude, por meio do prefácio ao livro de Rocha Lima, e ao se colocar no patamar da sua geração, aquela dos seus contemporâneos não mais em idade juvenil, de onde podia olhar para trás e circunscrever a diferença de um momento frente a outro. Momento em que ficam mais claras as “transições que levam da experiência direta do nós ao anonimato característico do mundo social cotidiano” (idem p. 191). Experiência com a qual Capistrano se deparava e a partir da qual desenvolvia seu olhar, estendido para a amplitude da tradição recebida sobre os temas que lhe interessavam e dos quais sofria forte influência.

Desta forma a questão da geração e da sequência de gerações possibilitou ver Capistrano nesses primeiros momentos de transição de uma situação geracional a outra,

“determinação de ponto zero do cômputo”. No estabelecimento do ponto zero estaria a noção fenomenológica de presente: “o hoje a partir do qual há um amanhã e um ontem” que possibilita a experiência de um acontecimento novo, a idéia de percurso, a idéia de rememoração. Diz Ricoeur (p. 185) “não há presente, portanto tampouco passado ou futuro, no tempo físico, enquanto um instante não é determinado como “agora”, como hoje, portanto, como presente.” Mas haveria para melhor compreensão da experiência do tempo um outro aspecto relacionado ao tempo físico e ao tempo psicológico que não seria o instante nem o presente seria o “momento axial” que é, segundo Benveniste, “um acontecimento tão importante que se considera que ele dá um curso novo às coisas” (Benveniste apud Ricoeur 1997,p. 185). “A partir desse momento axial, os aspectos cósmicos e psicológicos do tempo recebem respectivamente significação nova” (idem). É em relação a esse momento axial que os acontecimentos adquirem uma posição no tempo. Para finalizar a reflexão Ricoeur (idem, p. 186) conclui que o calendário sendo um instrumento exterior ao tempo cósmico e também ao tempo vivido, atua como mediador entre as duas bases de experiência temporal: “ele cosmologiza o tempo vivido, humaniza o tempo histórico. É dessa maneira que contribui para reinscrever o tempo da narrativa no tempo do mundo.”

lidando tanto com interlocutores próximos quanto com uma interlocução dada pelo tempo que o configurava. Experiências presentes nos tópicos a seguir.

1.2. Literatura e Nação

Durante todo o decorrer do século XIX, a literatura se consolidou como o lugar da nacionalidade, de modo que falar de sua origem se confundia com o tema da origem da brasilidade. Isto porque, após a Independência, surgiu a necessidade de sustentação de uma “essência” brasileira que se diferenciasse da portuguesa. Para Ferdinand Denis, em seu *Resumo da história literária do Brasil*, de 1825, e Almeida Garret, em *A restauração das letras, em Portugal e no Brasil, em meados do século XVIII*, de 1826, a singularidade do país repousaria no fato de a literatura brasileira ser a expressão da própria natureza do país²⁰. O posicionamento desses dois escritores deu o tom da produção romântica que se seguiu, oferecendo suas principais diretrizes. Recorrendo fundamentalmente aos relatos de viagem dos naturalistas estrangeiros, os escritores do XIX tornaram inextricável a imbricação entre literatura, natureza e nação. De certa forma, a constituição do Império brasileiro estava nas mãos de uma elite letrada vinculada em sua maioria ao poder estatal, cabendo a ela a invenção da identidade nacional (Rowland, 2003; Carvalho, 1980; Mattos, 1987).

Chamando a atenção para a especificidade dos Estados pós-coloniais em suas tentativas de definição de identidades nacionais, Robert Rowland afirma que os

novos países americanos não podiam baseá-las exclusiva ou mesmo principalmente nas características das suas populações e tradições indígenas. A língua, a cultura, a religião, as próprias características étnicas das elites remetiam necessariamente às antigas metrópoles européias, e a procura de raízes nacionais passava pela invenção, ou re-criação, de uma tradição que de uma maneira ou outra estabelecesse uma relação entre a antiga metrópole, a cultura dos indígenas e o novo Estado independente (Rowland, 2003, p. 366).

²⁰ As principais diretrizes da crítica romântica elaboradas por Denis vinham de leituras de Chateaubriand, Madame de Staël, Augusto Guilherme Schlegel, e Sismonde de Sismondi (Candido, 1981, p. 319) e foram sintetizadas por Antonio Candido da seguinte forma: “não se deve imitar servilmente os clássicos; muito menos o Brasil, que, sendo país novo, há de procurar expressão literária própria, que exprima o seu gênio. A literatura vem de baixo, e os próprios primitivos têm capacidade poética; os primitivos brasileiros são os índios, que conseqüentemente devem ser tema literário e fonte de inspiração. Os sentimentos dominantes na literatura serão portanto o nacionalismo, o indianismo e o cristianismo, pois este foi o ideal que dirigiu a nossa colonização. A tradição clássica, levando à imitação do passado, não corresponde ao nosso gênio nacional, impede a comunhão do artista com a natureza misteriosa que o circunda no trópico e, sobretudo, liga-o a Portugal, isto é, ao jugo colonial. A língua e as imagens da literatura são, assim, estreitamente ligadas à sociedade.” (idem, p. 323)

Pode-se dizer que o projeto de José de Alencar, segundo o próprio autor, procurou cumprir tal programa. Na sua execução, o literato buscou conferir uma linha de continuidade, mutação sem rupturas bruscas, que configurasse uma identidade brasileira conciliadora com a antiga metrópole. A singularidade era marcada pela ação do tempo e, da mesma forma, estaria aberta a novas mudanças a partir de contatos contemporâneos.

As idéias românticas da literatura brasileira estavam embasadas sobre certa homogeneidade, caracterizada por Antonio Candido (1981, v. II, p. 11) pelo “desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos”, tais como o orgulho patriótico, enquanto extensão do antigo nativismo, o desejo de criar uma literatura independente, a busca de modelos novos e a atividade intelectual como tarefa da construção do nacional. A crítica literária era a forma por excelência de expressar as avaliações e os desejos de produção ou identificação de uma literatura que, em alguma medida, espelhasse a nação²¹. Tanto a produção literária quanto a sua crítica possuíam a pretensão de criar uma consciência nacional²², se não exprimi-la.

²¹ Para Antonio Candido (2000, p. 83) a preocupação com os estudos da Literatura desenvolvida no Brasil, no período do Romantismo (sec. XIX), procuravam demarcar uma origem essencialmente brasileira “e como a época era de exigente nacionalismo, consideravam que lutaram dois séculos para se formar, a partir do nada, como expressão de uma realidade local própria, descobrindo aos poucos o verdadeiro caminho, isto é, a descrição dos elementos diferenciais, notadamente a natureza e o índio”. Segundo esse autor, Joaquim Norberto Souza e Silva (1820-1891) em sua História da Literatura Brasileira “chegou a imaginar a existência de uma literatura indígena, autenticamente nossa, que, a não ter sido sufocada maliciosamente pelo colonizador, teria desempenhado o papel formador que coube à portuguesa”. Depois desse período Candido ressaltou o surgimento da crítica naturalista, “levando a conceber a literatura como processo retilíneo de abasileiramento, por descoberta da realidade da terra ou recuperação de uma posição idealmente pré-portuguesa, quando não anti-portuguesa. Resultaria uma espécie de espectrograma em que a mesma cor fosse passando das tonalidades esmaecidas para as mais densamente carregadas, até o nacionalismo triunfal dos indianistas românticos”. Grande importância teve no período romântico um grupo de jovens que estudava em Paris entre os anos de 1833 e 1836: Domingos José Magalhães, Manuel Araújo Porto-Alegre, Francisco de Sales Torres Homem, João Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azeredo Coutinho. Capitaneados por Magalhães procuraram mostrar que a literatura produzida no Brasil se autonomizava da de Portugal, constituindo em suas compreensões, no plano das artes o que fora a Independência na vida política e social do país (Candido, 2000, p. 13 v. 2). Esse grupo relacionando-se com as idéias românticas européias incorporaram a ligação causal entre o meio e a literatura tanto para diagnóstico do que havia sido produzido até então quanto para prognóstico ao estimular o desenvolvimento da literatura seguindo essa orientação/constatação. De certa forma, estava mais bem configurada, para esses jovens, a relação entre a literatura e a história ou filosofia natural. Ao mesmo tempo em que tinham em mente os cânones literários ocidentais, procuravam ressaltar a especificidade e independência da literatura produzida no Brasil. Para Candido, “os contemporâneos intuíram ou pressentiram esse fato, arraigando-se em consequência no seu espírito a noção de que ‘fundavam’ a literatura brasileira. Cada um que vinha – Magalhães, Gonçalves Dias, Alencar, Franklin Távora, Taunay – imaginava-se detentor da fórmula ideal de ‘fundação’, referindo-se invariavelmente às condições previstas por Denis e retomadas pelo grupo da *Niterói*: expressão nacional autêntica”. (idem, p. 15, v. 2).

²² Outro trabalho importante e pioneiro nos estudos narrativos envolvendo a literatura e a construção do nacional é o de Flora Süssekind (1990) “O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem”. A autora analisa os referenciais de construção de uma literatura que se queria “originalmente” brasileira, produzida nos anos 1830-40. Como a História desenvolvida no período, essa literatura se baseava nas crônicas dos viajantes naturalistas para sua produção essencial, como se esses naturalistas tivessem localizado a origem do Brasil, a qual os narradores literatos tematizariam, produzindo uma literatura endógena, brasileira, a partir dos mapas imaginários

Já com o Romantismo, “espírito nacional”, ação mesológica e fatores raciais tornaram-se comuns nas abordagens do país e sua produção literária. Como vimos, o momento era propício para o desenvolvimento de novas idéias e as críticas dirigidas a José de Alencar pelos integrantes da geração de 1870 são representativas do momento. Conforme argumenta Daniel Pinha em sua dissertação de mestrado, intitulada “Como e porque sou moderno: o lugar do passado no pensamento crítico de José de Alencar”, os opositores do indianista viam em sua obra tanto o apelo comercial quanto a nota de uma literatura ultrapassada (Pinha, 2007, p. 120). Alencar era um literato estabelecido e assumia o papel de representante maior do Romantismo brasileiro. Achando-se desiludido na política²³, via o seu refúgio, a literatura, ser atacada sob o embasamento das novas compreensões do porquê e de como a literatura brasileira deveria ser escrita.

Em 1872, no prefácio ao seu livro *Sonhos d’Ouro*, José de Alencar reagia às críticas dirigidas a sua obra por jovens autores e perguntava: a “literatura nacional que outra coisa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização?”. A observação é uma resposta às críticas de Franklin Távora e José Feliciano Castilho, vindas a público no ano anterior, no jornal *Questões do Dia*. Para Alencar, a história da literatura brasileira se confundia com a própria história do país: a chegada dos portugueses, o amalgamento com os indígenas e o enriquecimento através do contato com diferentes povos no seu tempo presente. Seguiu assim o autor a “missão”, legada pelos ilustrados do século XVIII e pelos precursores românticos, de construção do país por meio da elaboração uma “literatura nacional”.

Até sua morte, em 1877, o autor enfrentaria ainda uma polêmica com Joaquim Nabuco²⁴ nas páginas do jornal *O Globo*, no ano de 1875. Esta dizia respeito ao lugar da cultura africana e do escravo liberto na sociedade brasileira. Outro tema relacionado era a presença de personagens escravas nas peças de teatro de Alencar. Como demonstrou Roberto Ventura, para Nabuco, nem o escravo nem o indígena deveriam ser temas literários, pois suas presenças na literatura desacreditavam “a sociedade brasileira” e a “vida civilizada do nosso

dos cronistas, que “viram” o que realmente era o país, recolheram exemplares de flora e fauna, classificaram, descreveram o que seria “a essência brasileira”.

²³ Dizia Alencar em seu livro *Sonhos d’Ouro* “Que fortuna para teu autor, livrinho, se lhe tirassem esta querida ilusão literária, como já lhe arrancaram o outro puro entusiasmo da política: essas duas cordas da pátria, essa gêmea aspiração do belo e do grande, que afagava-lhe os sonhos da mocidade e tocava-os de luz esplêndido” (Alencar, 1872).

²⁴ Segundo Rodrigues (2001), após a morte de Alencar, Joaquim Nabuco teria reconhecido suas injustas críticas feitas ao literato: “Travei com José de Alencar uma polêmica em que receio ter tratado com a presunção e a injustiça da mocidade o grande escritor” (Nabuco apud Rodrigues, 2001, p. 140).

país” (Ventura, 1991, p. 44 e 47)²⁵.

Muitas coisas estavam em jogo nessa exemplar polêmica, especialmente a disputa, por meio da crítica literária, sobre qual seria a imagem ideal da sociedade brasileira e o que seria efetivamente o Brasil – tema presente, como dissemos, durante todo o Império²⁶. Esta definição passava pela questão de se saber se seria realizada por um olhar voltado para o passado ou para o futuro. Como bem ressaltou Antonio Edmilson Rodrigues (2001, p. 146), a polêmica entre Alencar e Nabuco “(...) colocava em questão os rumos do Brasil e confrontava aqueles que construíram uma tradição nacional com aqueles que, partindo do que havia sido realizado, achavam que o Brasil poderia decolar em direção ao progresso, incorporando experiências de fora que, justamente por esse motivo, eram consideradas modernas”. Essa discussão é fundamental para percebermos os diferentes projetos de país presentes na chamada “geração de 1870”, especialmente para perseguirmos o modo pelo qual Capistrano de Abreu foi delineando suas interpretações nos trabalhos de crítica literária.

Os anos de 1870 eram de transformações, e tanto a crítica quanto a produção literária do período revisitavam os antigos. A literatura entendida por Alencar como a “alma” da pátria perdia terreno para a compreensão da literatura como o “retrato” da nação. A intelectualidade brasileira permanecia concebendo a literatura como atividade precípua e necessária para a construção de um espírito nacional. Contudo, nesse momento, sob a influência do naturalismo e do cientificismo, a literatura almejada não deveria mais exprimir a nação, mas sim refleti-la, retratá-la.

Sobre a literatura brasileira desse momento, Flora Süssekind observou a

ansiosa busca de fidelidade documental à “paisagem”, à “realidade” e ao “caráter” nacionais. Meio filho pródigo, meio espelho, meio fotografia; é numa busca de unidade e de especificidade que passam a fundar uma identidade nacional que se costuma definir a literatura no Brasil. E, diante da impossibilidade de se fugir ao “desenraizamento”, à “orfandade”, o projeto de uma literatura “realista” e “documental” parece viajar em direção a utopia semelhante a Camala, a cidade fantasma de “Pedro Páramo”. E, quanto mais longe a identidade e a nacionalidade que busca, tanto maior a exigência que se faça da linguagem a mediadora “invisível” de uma viagem impossível. Mediadora de uma “tal literatura brasileira” que procura um “Brasil”, uma “verdade”, uma “nacionalidade”, que possa reproduzir de modo fiel

²⁵ Ventura (1991) situa esse debate entre as polêmicas travadas por Silvio Romero naqueles anos para ressaltar a novidade da inserção da contribuição da cultura africana para a formação da sociedade brasileira o que teria aparecido somente na história da literatura de Silvio Romero e na etnologia de Nina-Rodrigues.

²⁶ Algumas pesquisas reforçam a imagem da ação ideológica e política de constituição da unidade nacional a partir da invenção de tradições (Hobsbawn, 1984) por parte do Império, em que o indianismo teria exercido papel fundamental na constituição de um passado mitológico ligado à população indígena. Ver Guimarães, 1988; Alonso, 2001; Kodama, 2005).

(Süssekind, 1984, p. 36).

É justamente no que diz respeito à compreensão da relação entre literatura e nação que Capistrano de Abreu participa das polêmicas literárias do momento e defende José de Alencar.

Capistrano conheceu Alencar ainda no Ceará. Em 1874, o literato lhe recomendou ao jornalista Joaquim Serra que, por sua vez, o apresentou a Machado de Assis (Gontijo, 2006, p. 33). Desta forma, Alencar preparou uma recepção ao jovem que o teria ajudado em suas pesquisas naquela província. Do vínculo entre os dois há notícias também de um caderno de anotações de Capistrano “com observações pessoais e juízos críticos, bem como as conversações que mantinha com determinadas pessoas. O que ouvia de José de Alencar, por exemplo, a quem visitava com frequência, era registrado pontualmente naquele diário, documento precioso, hoje definitivamente perdido” (Câmara, 1965, p. 99).

O vínculo entre Capistrano e Alencar pode nos ajudar a refletir sobre os significados múltiplos da chamada “geração de 1870”, principalmente por esta ser marcada pela oposição ao Romantismo e à proeminência do elemento indígena na formação do brasileiro. A postura anti-romântica foi bastante declarada na crítica elaborada por Tobias Barreto, José de Castilho, Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Franklin Távora, entre outros, a partir de 1871 (Ventura, 1991). E, por outro lado, os elementos valorizados no período romântico ainda encontraram ressonância em pelo menos três intelectuais daqueles anos: Raimundo da Rocha Lima, Capistrano de Abreu e Araripe Júnior, todos cearenses, o último, inclusive, primo de Alencar.

Alencar parecia ser a referência para aqueles jovens. Em carta publicada no jornal *A Constituição*, de Fortaleza, em maio de 1874, Capistrano avaliava o livro *O ninho do beija-flor* de Araripe Júnior, estabelecendo relação com a obra de Alencar

(...) finalmente você tem de comum com José de Alencar, porém menos vivaz que o dele, o sentimento do instintivo, que estabelece entre o homem e a natureza tão estreita relação, que se pode aplicar a definição da ciência de Bacon invertida. Bacon dizia da ciência: *homo additus naturae*. Você pode dizer: a natureza é um complemento do homem (Abreu apud Câmara, 1965, p. 86).

Na primeira metade de 1870, na Academia Francesa em Fortaleza, os três leram e debateram, entre outros, os livros de Hipolyte Taine, Thomas Buckle, Herbert Spencer. Junto

a Romero e Veríssimo, foram considerados por Ventura (1991, p.48-93) como os críticos que teriam adotado o modelo evolucionista e naturalista na interpretação da literatura brasileira. Foram vistos, por este autor, como “atualizadores” do “indianismo de acordo com os novos credos cientificistas”, por valorizarem o meio e o indígena na formação do brasileiro²⁷. Os três²⁸ se mantiveram com posturas diferenciadas da crítica baseada na discussão de questões raciais como fundamento da formação de uma sociedade brasileira.

Para Capistrano, Alencar teria sido o “primeiro e principal homem de letras brasileiro”, “essencialmente nacional”. Proferia essas palavras em 13 de dezembro de 1877 (Ensaios e Estudos, 4ª. Série, 1976, p. 42), um dia após a morte do literato, num necrológico publicado pela *Gazeta de Notícias*, substituindo outro preparado por Machado de Assis²⁹. Não via no horizonte quem pudesse substituí-lo nas letras nacionais e apoiava a idéia de que Alencar teria sido o fundador da literatura brasileira.

Antes mesmo da morte de Alencar, Capistrano havia manifestado sua admiração pelo escritor ao polemizar com Silvio Romero no artigo *O caráter nacional e a origem do povo brasileiro*, publicado no jornal *O Globo*, entre 21 de janeiro e 9 de março de 1876 (EE 4ª. Série, 1976, p. 3). Artigo hoje muito conhecido pela argumentação em favor da proeminência do indígena sobre o negro na formação do brasileiro, ao contrário do que postulava Romero. Traz uma manifestação fervorosa em defesa de Alencar, possível de ser vista com maior ênfase no final do artigo do dia 27 de fevereiro, em que, como um *post script*, cita o que considera um insulto ao literato proferido por Romero em seu livro. Transcreve Capistrano:

(...) O insigne romancista, que não tem o senso da história, e, muito menos, sabe coisa alguma de sério em linguística e mitologia, nada de merecidamente apreciável pode produzir sobre o problema da poesia popular ainda que exerça a sua análise sobre o que ela tem de mais acanhado, a

²⁷ Para Ventura, Silvio Romero teria exacerbado sua postura anti-romântica e anti-indianista e elaborado uma “teoria etnográfica hierarquizada, em que o negro é apresentado como superior ao indígena, e o branco como mais evoluído do que ambos” (Ventura, 1991, p. 87).

²⁸ Raimundo Antonio da Rocha Lima faleceu jovem em 1878, deixando como obra póstuma *Crítica e Literatura* publicado no mesmo ano de sua morte com prefácio de Capistrano de Abreu, no qual o historiador fez uma análise da sua sua geração. Já Araripe Júnior, segundo Roberto Ventura, teria concebido a partir da noção de estilo a combinação entre a teoria climática e um modelo de orientação psicológica a “obnubilação tropical” “como processo de diferenciação psicológica e literária, determinado pelo impacto do meio sobre a mentalidade européia. O estilo nacional se origina assim, de tal incorporação de traços particulares, como tropicalidade e a miscigenação, aos modelos cosmopolitas de literatura e cultura” (Ventura, 1991, p. 37)

²⁹ Entre as histórias sobre Capistrano consta a de que Machado de Assis teria rasgado o necrológico de José de Alencar de sua autoria depois de ter lido o de Capistrano de Abreu, entregue sorrateiramente ao editor da *Gazeta de Notícias*, como conta o biógrafo José Aurélio Saraiva Câmara (1969, p. 99): “O fato é que, por ocasião do falecimento do insigne romancista, Araújo pediu-lhe que lesse um outro sobre igual tema que lhe trouxera um sujeito assanhado e mal vestido, que se apresentara apenas como cearense e admirador de José de Alencar. ‘Machado de Assis, depois de ler o artigo que era de Capistrano, disse apenas: é admirável. E rasgou com calma o que lhe fôra encomendado por Ferreira de Araújo’”.

poesia popular brasileira. Não é este o lugar apropriado para mostrar que a cultura romântico-jurídica do autor do Garatuja, que bem pode ser a de um dramaturgo ou romancista, mas que está muito longe de ser nada pelo que a ciência de hoje tem de mais notável, não devia pôr o vidro de sua luneta sobre uma tese que fica muito além do círculo de seu ordinário.

Não é esta a ocasião de mostrá-la mas creio que ela não faltará. Então indagar-se-á da causa por que, após cinquenta anos de romantismo, dos quais vinte e cinco pertencem ao autor da Viuvinha só agora é que se lembraram de poesia popular no Brasil. (Silvio Romero apud Capistrano de Abreu, *O Globo*, 1876, in EE 4ª. Série, 1976, p. 15).

Antes da transcrição, Capistrano de Abreu escreve uma nota ironizando Silvio Romero, avisando que sua crítica, “além de ser muito interessante, apresenta o autor como distinto humorístico”. Aprofundando a ironia, acrescenta que um outro motivo o levava a transcrever a observação de Romero: “o autor conta muito com ela para o sucesso de seu livro e receberá com especial agrado o aumento de circulação que por meio deste jornal lhe é proporcionado”.

De tempos em tempos, no aniversário de morte de Alencar, escrevia um artigo analisando sua obra, para lembrar e para consolidar a memória do escritor. Capistrano se ressentia que, mesmo após a morte, a obra e o nome do literato não eram lembrados nem homenageados como em sua opinião deveriam (cf. *Ensaios e Estudos*, 4ª. série, 1976, p. 47-48).

Capistrano manteve uma reverência respeitosa a Alencar nos seus escritos de crítica. Pode-se supor mesmo que o indianismo do escritor, junto às periodizações da história da literatura, contribuíram para as reflexões do futuro historiador a respeito da formação da sociedade brasileira, embora os operasse com referenciais diferenciados dos de Alencar e falando de um outro lugar, ainda não bem constituído – o da crítica não vinculada ao romantismo ou aos ideais do Império.

Capistrano percebia que o próprio escritor havia se ocupado em construir um lugar para si ao reconstruir a trajetória de suas obras. Como observou em suas análises, Alencar tinha pressa, havia assumido uma missão (cf. José de Alencar. *Gazeta de Notícias*, 13.12.1877, *Ensaios e Estudos* 4ª. série, 1976, p. 43)³⁰. Desejava traduzir a formação do Brasil de forma orgânica em sua literatura, conforme apresentou no prefácio de *Sonhos D' Ouro*.

³⁰ Capistrano sentia muito os ataques sofridos por Alencar nos seus últimos anos de vida e procurou compreender e explicar o seu afastamento do que ele chamou de “mundo exterior”: “Se segregara-se do mundo exterior, é porque não encontrara aí o que fazia objeto de seus esforços; e no mundo que surgia ao condão da sua fantasia é que estavam os seus aspiros, as suas crenças e o seu ideal”. (*Livros e Letras*, *Gazeta de Notícias*, 12 de dezembro de 1979).

Para Alencar sua obra poderia ser dividida em três fases. A primitiva ou aborígine, representada pelas “lendas e mitos da terra selvagem e conquistada” e pelas “tradições que embalarão a infância do povo”. A esta fase pertenceria *Iracema*. A segunda seria o período histórico representado pelo “consórcio do povo invasor com a terra americana” quando “formam-se outros costumes, e uma existência nova, pautada por diverso clima, vai surgindo”. A esta fase pertenceriam o *Guarani* e *Minas de Prata*. A última, “a infância de nossa literatura, começa com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não podem pelo braço”. Nesta fase ressoaria a poesia nas cantigas do povo, nos serões de família e especialmente onde não se propagasse “a luz da civilização” surgiria a “cor local” e encontrar-se-ia “*ainda em sua pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem*”. Haveria, na opinião do literato, recantos onde se guardaria “*intacto, ou quase, o passado*”. A esta fase pertenceriam *O Tronco do Ipê*, *Til*, *O Gaúcho*. A proximidade da corte e os tempos mais recentes sofriam a “influência da nova cidade que de dia se modifica e se repassa do espírito do forasteiro”. Na corte e em cidades com maior aglomeração de pessoas, a sociedade se apresentava com “a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência é o efeito da transição que opera; e também do amálgama dos elementos diversos” (Alencar, 1872).

Alencar desenvolveu uma história da nacionalidade brasileira e uma história da literatura, colocando suas obras como sínteses dos movimentos constituidores de um novo povo e de uma nova literatura. Primeiro a infância do povo, depois a infância da literatura e suas adolescências. Note-se que os vínculos vão se constituindo não por rupturas, mas por amalgamento e prolongamento: “uma gestação lenta do povo americano”, dizia Alencar. Para o autor, o indígena e a terra americana eram pura natureza, enquanto o colonizador e a pátria lusa representavam os influxos da cultura e da civilização. O povo brasileiro teria começado a se formar com o encontro dos dois mundos, mas a literatura brasileira iniciaria apenas com a Independência do país.

Desse modo, gostaria de sugerir que Capistrano manteve um vínculo com o pensamento de Alencar especialmente no que diz respeito à periodização e à compreensão de que a formação do brasileiro se daria lentamente, a partir do povo aqui residente com os influxos vindos do exterior. Seriam necessários tempo e amalgamento para concluir o processo formativo de um novo povo, original, local. Por outro lado, uma das diferenças entre

os dois autores cearenses, mesmo nesse período em que estiveram mais próximos temporal e espacialmente, é a de que, para Capistrano, a nação não se apresentava apenas como uma missão, elaborada enquanto um projeto, como ele via se apresentar ordenadamente para Alencar. De acordo com Capistrano, a literatura era uma expressão involuntária da sociedade, refletindo o que de mais íntimo poderia fazer emergir da psicologia do indivíduo autor. Buscava não na literatura e seus nomes exponenciais, mas na sociedade a origem de uma especificidade expressa nas obras.

Nesse sentido, vale lembrar seu primeiro artigo de crítica, publicado ainda no Ceará, em 1874:

[...] se a literatura é a expressão da sociedade, toda obra literária sendo um meio de tornar mais fiel esta expressão, é um foco de que pode jorrar irradiante luz, é um instrumento de que pode tornar melhor conhecido o todo, definindo melhor as partes (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos 1ª série, 1975, p. 3).

Falava Capistrano da necessidade de ver na literatura um instrumento para melhor conhecer a sociedade e vice-versa. Para ele não era possível falar da literatura sem falar da sociedade que a gerou. Nesse sentido, a periodização era fundamental para a percepção das circunstâncias propícias ao surgimento de um novo povo. Capistrano abordou este tema na seção “Livros e Letras”, da *Gazeta de Notícias* de 12 de dezembro de 1879, data alusiva ao segundo ano de morte do indianista. Diferenciando-se do escritor, estabelece outra ordem do processo formativo do indianismo e do brasileiro:

Antes de chegar a um termo final, José de Alencar percorria todos os termos intermédios. Assim o indianismo, que nunca abandonou, porém que, prova-o o prólogo dos *Sonhos de Ouro*, estava longe de considerar como única forma nacional a exemplo de Alexandre Herculano; o indianismo implantou-se no correr de muitos anos. No *Guarani* aparece um selvagem entre os portugueses. Alguns anos mais tarde na *Iracema* aparece o português entre os selvagens. No *Ubirajara*, escrito dez anos depois, é que se faz abstração completa do elemento europeu, e o quadro rasga-se em horizontes pura e exclusivamente brasileiros. Nos *Filhos de Tupã*, infelizmente incompletos, vai o poeta adiante: descreve a formação primitiva das tribos, antes que as migrações esgalhassem a grande árvore (Ensaios e Estudos, 4ª. série, 1976, p. 47).

No entendimento de Capistrano, a literatura de Alencar passava por um processo evolutivo no sentido inverso do descrito pelo próprio escritor, como visto há pouco. Ao invés de a literatura de Alencar partir do “incivilizado” para chegar ao “civilizado”, tratava-se da

capacidade de sair do imaginário do colonizador até chegar ao que seria a origem da brasilidade, na “formação das tribos” indígenas. No entanto, esse processo era menos um fenômeno espontâneo da sociedade do que um propósito do projeto literário do escritor. Desse modo, era necessário distinguir o indianismo de José de Alencar dos anteriores. Segundo argumenta Capistrano de Abreu,

[a] questão do indianismo tem sido discutida diferentes vezes e sob diferentes pontos de vista. Entretanto, ainda não se chegou a uma conclusão satisfatória, porque não se distinguiu entre o indianismo contemporâneo, de Gonçalves Dias, Magalhães e Alencar, e o indianismo do século passado, de Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Alvarenga e outros.

Apenas à primeira vista os dois indianismos eram idênticos, pois na realidade, segundo o autor, eram muito diversos. Por um lado,

O indianismo de nosso século é de simples imitação, puro reflexo de Chateaubriand e Cooper e da necessidade de cor local e de cenas novas tão sentida no princípio do século, a que felizmente devemos a obra grandiosa de Southey sobre a nossa história.

De outro lado, na visão do autor,

O indianismo do século passado foi espontâneo e original, surgiu do seio brasileiro, e circunstâncias especiais e imanentes. O que representava era a luta de raça contra os portugueses dominadores; a identificação com os indígenas, a diferenciação sistemática dos reinóis. O sentimento que o inspirava foi o mesmo que nos tempos da independência levou tantos homens a trocarem os apelidos portugueses por nomes de madeiras, de animais e de tribos selvagens.

Esta diferente atribuição de valores é fundamental para compreendermos o raciocínio de Capistrano. Se por um lado havíamos visto o grande valor que Capistrano atribuía à obra de Alencar, aqui o critério era diferente, sendo remetido não ao projeto literário, mas à correspondência da literatura com a sociedade. Por isso, para o autor,

Embora os poetas mineiros não se comparem com Gonçalves Dias e Alencar, é incontestável que a sua obra tem mais importância social, mais significação histórica do que as obras muito mais belas dos dois filhos do norte (Ensaio e Estudos, 4ª. série, p.1882, p. 58).

Como vimos, literatura e história possuem relações estreitas para Capistrano, mas uma não se confunde com a outra e, nesse sentido, a idéia de progresso também não quer dizer a mesma coisa na literatura – que possui seus cânones estéticos para a análise – e na

sociedade – que possui dinâmica, formas de existência e métodos analíticos próprios. Às obras de Gonçalves Dias e Alencar pode ser atribuído um valor maior no que diz respeito à forma e ao estilo literário, contudo, perdem em importância em relação ao indianismo anterior no que se refere ao significado histórico. Este indianismo significou um momento histórico fundamental para o entendimento da formação da sociedade brasileira, enquanto a obra de Alencar representou um marco dentro da própria literatura. Assim, para Capistrano, “no indianismo atual tão diferente do indianismo antigo, o que predomina é a concepção da arte, é a renovação do princípio artístico que se aspira” (Ensaio e Estudos 1ª. série, 1976, p. 70), mas, pelo mesmo motivo, era um tempo de submissão ao mundo europeu e de pouca revolução no espírito social.

Retomando o momento conturbado da crítica literária, um mês após a referida polêmica entre Alencar e Nabuco nos jornais da capital, o autor cearense, recém-chegado ao Rio de Janeiro, publica seu primeiro artigo em jornal da corte. “A literatura brasileira contemporânea”, resultado das conferências na *Escola Popular do Ceará*, promovidas pela Academia Francesa, foi publicado no Jornal *O Globo* de forma independente, na seção de “ineditoriais”. Uma primeira versão do artigo havia vindo a público no Jornal *Constituição*, de Fortaleza, janeiro de 1875, dois meses antes de sua viagem para o Rio. Dividido em quatro partes, “A literatura brasileira contemporânea” aparece entre os dias 29 de novembro e 18 dezembro do mesmo ano, contendo epígrafes de autores como Glennie, Spencer, Comte e Taine e sumários com os assuntos principais. Era a apresentação de Capistrano ao público leitor da Corte, principalmente aqueles que seriam os seus interlocutores nos debates intelectuais da “cabeça do Império”.

Capistrano havia chegado ao Rio de Janeiro em abril³¹ e não era conhecido como os contendores. Recebido na casa do Visconde de Jaguaribe, onde permaneceu nos primeiros meses, foi recomendado a trabalhar na Livraria Garnier³². Não é possível saber quanto tempo teria permanecido neste emprego³³, pois muito de sua biografia foi produzida reforçando certa

³¹ Capistrano tinha um gosto todo especial por se remeter a datas significativas como bem notou Gontijo (2006), suas cartas comumente eram datadas referindo aos acontecimentos significativos, pessoais, nacionais ou estrangeiros. Era uma brincadeira e uma forma de significar o tempo. Abril, o mês “escolhido” para viajar para o Rio, data oficial do “descobrimento” do Brasil, também era o mês de nascimento do filho Fernando que, como o pai queria, foi apelidado com o nome do mês. (Menezes, 1965, p. 154).

³² “Ali sua incumbência era a de dizer bem dos livros lançados pela editora. Aconteceu, porém, que a primeira obra que lhe caiu nas mãos não teve outro jeito, em sua consciência, senão arrasar tal moxinfada. Em consequência, foi posto no olho da rua...” (Menezes, 1956, p. 11)

³³ Segundo Gontijo (2006, p. 33), a prestigiosa Livraria Garnier foi “chamada de ‘sublime porta’ pois através dela era possível ascender ao sucesso no mundo das letras. Com humor, dizia-se que parar diante de sua porta era o mesmo que ‘posar para a posteridade’. Outro observador notou que aquela livraria não era ‘um simples estabelecimento comercial, mas um clube, uma academia, uma corte de mecenato’”.

rebeldia do historiador que o incompatibilizaria com aquele trabalho (Gontijo, 2006) e, de fato, já em 1876 começou a dar aulas de português e francês no conceituado Colégio Aquino, onde permaneceu até 1880 (Câmara, 1965).

No âmbito da crítica literária a polêmica entre Alencar e Nabuco, em 1875, foi vista por dois ângulos principais. O apontado por Afrânio Coutinho (1978), segundo o qual o que estava em jogo era o fim do romantismo e o início do naturalismo cientificista e do realismo brasileiro na literatura e no discurso literário, e aquele apontado por Ventura (1991) e Sússekind (1984), de que é o período de adoção do racismo científico pelos intelectuais da “geração de 1870”, devido à influência do cientificismo, evolucionismo e positivismo. O artigo de Capistrano é uma clara inserção nesse debate. Tratar da literatura contemporânea era uma ousadia de quem se dirigia à Corte procurando demarcar um espaço na discussão do nacional. A ousadia se refletia na postura de um jovem recém-chegado que, com amplo aparato teórico, publicava prontamente um artigo que dialogava com as polêmicas daqueles anos.

O livro *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil* de Roberto Ventura, trata justamente dos debates entre os críticos literários. Partindo de Silvio Romero, foram analisados os enfrentamentos em termos de concepções de literatura subordinadas à discussão sobre a formação da sociedade e da nacionalidade brasileiras. Para o autor

A crítica e a historiografia, produzidas no Brasil a partir de 1870, foram marcadas por modelos etnológicos e naturalistas e por formas reatualizadas de história natural, que levaram à aspiração à “unidade do saber” e à exclusão de especialização científica ou disciplinar. Daí a importância do ensaio literário, histórico e cultural, como forma de expressão dos letrados e bacharéis, que tornava possível uma concatenação eclética de teorias e conhecimentos díspares, apresentados como saber “universal”. A crítica literária e a história social se orientaram até 1930 pelas noções de raça e natureza, o que explica a grande recepção do positivismo, do evolucionismo e do racismo (Ventura 1991, p. 41).

Analisando esse período da vida intelectual de Capistrano de Abreu, percebemos um movimento distinto do argumento de Ventura segundo o qual a crítica literária subordinada às questões históricas e sociológicas teria dificultado o desenvolvimento da crítica enquanto disciplina e área de conhecimento específica. O autor constata a afirmação de uma tradição de ensaio literário, histórico e social que se evidenciou na época, a exemplo dos escritos de Silvio Romero, Araripe Júnior e Euclides da Cunha, a quem privilegia em seus estudos. Já no caso de Capistrano, os modelos etnológicos e naturalistas estimulavam o desenvolvimento de

um pensamento científico, mas seu movimento reflexivo, ao invés de se consolidar no ensaio, acabou por se direcionar para atividades e formas de abordagem que contribuiriam para o desenvolvimento da história enquanto disciplina.

Por ora, gostaria de destacar que a relação com os modelos etnológicos e naturalistas, somada à “atualização” do indianismo também referida por Ventura, interessa para perceber o vínculo de intelectuais pertencentes à “geração de 1870” com Alencar e o movimento romântico, e ajuda, também, para nuançar a ruptura que teria acontecido nesse momento, conforme apontam alguns analistas³⁴. Fator que possibilita melhor compreender os desdobramentos e a distensão da literatura, que se tornaria objeto de estudo numa abordagem universalista da ciência moderna, ainda que reforçando o horizonte nacional.

Embora a periodização da história da literatura brasileira consolidada durante o romantismo – a saber: a literatura colonial, o indianismo e a literatura contemporânea – não tenha se alterado significativamente nos artigos de crítica de Capistrano e dos seus contemporâneos, é possível perceber uma mudança na forma de tratamento da literatura. Se para a maioria dos críticos até ali a questão era descobrir o início de uma literatura originalmente brasileira, para Capistrano e sua geração a questão era investigar qual sociedade a teria gerado.

Capistrano pensava a literatura como sendo antes a expressão que um retrato dessa sociedade; por meio dela, buscava as causas da formação da sociedade brasileira. Desta forma, falar da literatura brasileira exigiria fazer uma abordagem da história do país. E Alencar era importante tanto para o trabalho pretendido como para a inserção de Capistrano no debate da Corte.

Alencar representava uma tradição e uma inovação – o começo e o final de um ciclo, poderia ser dito. Com ele teve início uma nova forma de elaborar o indianismo, cujo marco foi estabelecido por ele mesmo na polêmica com Gonçalves de Magalhães, em 1856, ao mesmo tempo em que sua polêmica com Nabuco, quase vinte anos depois, demarcou o fim desse mesmo indianismo³⁵. No entanto, diferentemente de outros membros de sua geração,

³⁴ Para Monica Pimenta Veloso, por exemplo, a literatura brasileira seria refém da situação colonial e sua produção estaria vinculada a uma atitude programática, controlada, ressaltando-se o seu valor documental. Segundo a autora: “Essa concepção da literatura, vista como apêndice ou epifenômeno da sociedade, é de matriz positivista. Encarada como coisa menor e discurso de segunda grandeza, a literatura somente passa a ser respeitada quando escorada nos parâmetros cientificistas” (Veloso, 1988, p. 241).

³⁵ Segundo Ventura: “A trajetória de José de Alencar foi marcada por polêmicas. O escritor se projetou ao criticar a forma épica adotada por Gonçalves de Magalhães em *A Confederação dos Tamoios* (1856), pregando a prosa indianista que lançaria com *O Guarani* (1857). Por sua vez, seu romantismo foi contestado, em 1871, por José Feliciano de Castilho e Franklin Távora nas *Questões do Dia* e, em 1875, por Joaquim Nabuco em *O Globo*. Em sua primeira intervenção como polemista, Sílvio Romero participou do debate das *Questões do Dia* e atacou

Capistrano não acreditava em rupturas profundas, acreditava em transições. É assim que se remete ao seu conterrâneo e o insere no seu tempo, como fundamentalmente constituidor da literatura brasileira.

Impregnado de um sentimento nacionalista, como aqueles que aspiravam conseguir localizar no passado o lugar e a época para o surgimento da nação brasileira por meio da crítica literária, Capistrano tomava parte num debate sobre a especificidade da nação, ao mesmo tempo em que se desenvolvia uma ciência para o estudo da sociedade. O sentimento do nacional era uma característica que poderia tanto contribuir para o desenvolvimento dessas ciências da sociedade quanto interferir no entendimento do que seria uma prática científica moderna, com seu apreço pela neutralidade e observação distanciada dos objetos em análise. O encontro do nacionalismo com a ciência moderna, portanto, expressava desde cedo as dificuldades do historiador moderno frente à parcialidade nacional e à pretensa imparcialidade da ciência. A modernidade que surgia vinculada ao surgimento da nação enquanto artefato, que recorria à narrativa histórica e possibilitava aos historiadores um lugar social é a mesma que procurava estabelecer princípios universais. É sob este pêndulo que Capistrano no final do século XIX procurou compreender a formação do brasileiro, assim partindo, por um lado, de uma premissa nacionalista e, por outro, utilizando métodos universais de abordagem.

É também esse encontro entre nação (conceito moderno) e ciência (moderna) que possibilitou a Capistrano diferenciar-se do nacionalismo romântico de seus predecessores, inserindo em suas análises um olhar crítico sobre a formação da brasilidade sem excluir o fato de esse fenômeno/sentimento nacional ter surgido em meados do século XVIII como formulado pelos românticos (Smith, 2000, p. 187). Por outro lado, o entendimento de um tempo lento propiciava ao historiador, diferentemente de seus contemporâneos, ter um olhar mais complacente para com o passado, seguindo possibilidades otimistas amparadas na historicidade do país, antes que na ruptura com seu processo formativo, como sugeriam alguns dos seus interlocutores.

Desta forma, o artigo de Capistrano de Abreu “A literatura brasileira contemporânea” é uma porta de entrada para compreender a contribuição da crítica literária para o desenvolvimento de perspectivas investigativas e de representação do nacional. O entendimento de que a “literatura era a expressão da sociedade” trazia uma série de implicações, inclusive aquela de se opor à idéia de “retrato da nação” notabilizada pela crítica de sua geração. Para se chegar à literatura contemporânea, um longo período deveria ser

a obra de Alencar a partir de uma posição anti-romântica” (Ventura, 2000, p. 78-79).

percorrido, o que incluía falar de brasilidade e contemporaneidade. A literatura brasileira contemporânea era apenas o ponto de chegada. O ponto de partida implicava estabelecer as condições de sua produção, que seriam próprias à formação da sociedade brasileira.

Assim como outros críticos do período, ao analisar a literatura, Capistrano exercitava uma interpretação da história brasileira. Para Ventura (2000, p. 160), os intérpretes da literatura da geração de 1870 foram responsáveis pela inclusão da sociedade e da história na análise, inclusive enxergando a literatura “como reflexo de condições sociais e naturais e cujo critério de valor é a correspondência entre ambos”. Entretanto, na abordagem de Capistrano essa afirmação pode ser significativamente nuançada. Vejamos como questões histórico-sociais e também relativas ao meio eram apropriadas na interpretação do autor.

No já citado artigo de 1875, “A literatura brasileira contemporânea”, publicado no jornal *O Globo*, que será analisado detidamente no próximo tópico, Capistrano procurou oferecer um panorama do que chamou “antecedentes físicos e morais”, aplicando a metodologia de Taine ao Brasil. Conforme argumenta o autor:

Ao passo que [os antecedentes físicos], pela inoculação de novos princípios, deviam transformar o organismo, [os antecedentes morais] tendiam a renovar-se espontaneamente, porque suas funções não podiam desenvolver-se em circunstâncias normais. Daí a dupla elaboração diferenciativa e integrativa que penetrou todos os membros sociais e mudou-lhes as relações e a natureza íntima.

Desse modo, mesmo a compreensão da literatura brasileira contemporânea dependia da consideração dos seus antecedentes. Sendo:

Expressão da sociedade, a literatura deveria traduzir esta situação que com efeito se manifesta ao mais ligeiro estudo das formas que ela revestiu e do espírito em que se inspirou. Nosso objeto é a literatura contemporânea, mas como ela é inexplicável sem a consideração das origens, vejo-me obrigado a traçar da literatura colonial um esboço, forçosamente incompleto pela falta de tempo e raridade dos livros.

Expressão e tradução pareciam ser os melhores termos utilizados por Capistrano para falar do significado da análise da literatura para o entendimento da sociedade. As questões históricas e sociais trazidas nesse artigo demarcavam as “condições do problema”, tornavam possível ver a “concatenação dos agentes” e perceber “a colaboração e a confluência” dos “antecedentes físicos e morais”. Longe estava Capistrano do entendimento da literatura como um retrato naturalista da sociedade.

Essas considerações de Capistrano permitem destacar o quanto era necessário, para a

análise empreendida, levar em consideração o passado. Os antecedentes físicos e morais eram fundamentais para a compreensão do contemporâneo, pois eles colaboraram tanto para a produção daquele presente, quanto confluíam para ele. Neste sentido nada mais romântico do que essa centralidade da história para a produção do conhecimento.

Assim, na esteira do que já havia sido produzido sobre a literatura colonial, as “cenas” da natureza despertavam emoções nos escritores, mas não eram suficientes para oferecer a produção de uma literatura de qualidade. Dialogando diretamente com os críticos românticos e sua busca patriótica pela originalidade brasileira, Capistrano considerava impossível perceber nos primeiros escritos algo que pudesse destacar alguma especificidade nacional ou qualidade artística, principalmente devido a concepção dominante, que agia sobre o pequeno grupo de habitantes e escritores do país:

Definir a concepção dominante é fácil, mostrando como ela surgiu. Logo que se estabeleceram os jesuítas fundaram escolas em que hauriu instrução toda a mocidade brasileira. Com a população pouco densa era limitado o número de alunos. Com a dificuldade de comunicações era impossível acompanhar o movimento intelectual transatlântico. O primeiro fato tornava mais íntimas as relações entre os colegas; todos se conheciam, todos tinham as mesmas idéias, um podia rematar o pensamento que o outro esboçara. Daí a facilidade de alusões, de subentendidos, de meias palavras; daí a naturalidade de conceitos sutis e alambicados. Os conceitos sutis e alambicados eram favorecidos pelo outro fato, que tornando impossível a extensão e variedade de conhecimentos, obrigava a macerá-los, a espremê-los, a torturá-los. Situação semelhante produziu a literatura escolástica nos tempos medievais; aqui produziu a literatura esotérica dos dois primeiros séculos.

Para um público e para um autor nestas condições a literatura não tinha a mesma significação que para nós. Era um torneio! No gongorismo, no improvisado, nas rimas forçadas, nas glosas intermináveis consistia o ideal. O critério eram as dificuldades vencidas, os movimentos complicados e imprevistos (Ensaios e Estudos, 1ª. série, 1976, p. 58).

Um contexto estático é esboçado por Capistrano nesse excerto, provocado pela falta de comunicação, de novidades, de população, de contatos, de imprensa. Situação modificada apenas na identificação de uma mudança fundamental: “evolução da cor local” que começa a aparecer em diferentes trabalhos. “Bento Teixeira descreve Pernambuco; o anônimo Itaparicano descreve Itaparica; e Botelho de Oliveira compara a suavidade das musas à doçura do açúcar, em um prólogo característico do espírito e tendências de época” (Ensaios e Estudos, 1ª. série, 1976, p. 59). Interessante notar que, ao mesmo tempo em que Capistrano ressaltava os trabalhos com feições regionais, locais, expressa sua dificuldade de compreensão

imediate do trabalho de Gregório de Matos, considerado por ele fruto da natureza esotérica da produção do período, advindo de uma “evolução subterrânea” semelhante a outras manifestações “amorfas, brancas, brutais, expressão de impulsos que produziram entre nós Palmares e Pedra Bonita, e que nos Estados Unidos produziram os Mórmons” (Ensaio e Estudos, 1ª. série, 1976, p. 59)³⁶. Sem se demorar nos dois primeiros séculos da colônia, considerou essa produção “natural e profunda” com reflexos na produção posterior, mas desaparecendo com o tempo devido a novos influxos tais como o aumento da população, criação de novos centros, sistemas de educação e a facilidade e frequência relativa de comunicações.

Esta concepção já não inspira as obras dos poetas que se agruparam ao redor do segundo centro – Minas – porque as circunstâncias eram inteiramente diversas. Com efeito, em Minas não houve congregações como na Bahia; não houve organização literária que perpetuasse e fixasse a tradição; três séculos tinham a pouco e pouco aumentado as tendências nacionais. Além disso a riqueza se acumulava, a dignidade pessoal crescera, os sentimentos a manifestar eram mais elevados e positivos; o jugo era suportado com impaciência. Em vez de abater os audazes mineiros, o despotismo mostrara por sua mesma pressão quanto eles eram indispensáveis à economia portuguesa. Nestas condições a literatura não podia ser aferida pelo mesmo padrão que na Bahia.

Para Capistrano, a grande mudança das tendências da literatura produzida no Brasil foi decorrente do indianismo, que expressava o sentimento de superioridade em relação a Portugal

A literatura mineira apresenta-nos uma feição de grande importância histórica: refiro-me ao *indianismo*. O indianismo é um dos primeiros pródromos visíveis do movimento que enfim culminou na independência: o sentimento de superioridade a Portugal. Efetivamente era necessária grave mudança nas condições da sociedade, para que a inspiração se voltasse para as florestas e íncolas primitivos, que até então evitara, mudança tanto mais grave quanto o indianismo foi muito geral para surgir de causas puramente individuais (Ensaio e Estudos, 1ª. série, 1976, p. 60).

O tempo e as novas circunstâncias possibilitavam o surgimento de tendências nacionais que culminariam na independência do país. A ênfase total da análise está nas circunstâncias históricas que possibilitaram tanto um novo tipo de produção literária quanto a

³⁶ Vale lembrar que, de outra parte, Silvio Romero, como chama a atenção Roberto Ventura, “na *História da literatura brasileira*, elegeu Gregório de Matos o fundador da literatura nacional, por ter abordado, em seus poemas satíricos, o *mestiço*, o genuíno brasileiro, filho do país, ausente dos textos de Anchieta ou das crônicas coloniais” (Ventura, 1991, p. 99-100).

independência do Brasil. Mesmo considerando importante a originalidade individual na produção literária, a imagem de sentimentos generalizados que se enraizavam na sociedade, espontaneamente, no sentido de não planejados, explicavam essa guinada na história brasileira. Minas apresentava circunstâncias propícias a um desenvolvimento mais independente da literatura³⁷ e os motivos elencados por Capistrano deixam isso claro: por um lado, não houve congregações nem organizações literárias que perpetuassem e fixassem tradições, e, por outro, o aumento da riqueza e da dignidade inverteram a ordem nos sentimentos com relação a Portugal. Para Capistrano o indianismo teria acontecido em diferentes centros do país. Além disso, ressaltava uma característica a que, mais tarde, Antonio Candido irá se opor: a origem popular do indianismo³⁸. Para Capistrano de Abreu,

A verdadeira significação do indianismo é dada pelos contos populares. Neste ponto serei forçosamente incompleto pois as observações referem-se apenas à nossa província; mas a lacuna será uma confirmação indireta, porque se no Ceará, onde o movimento emancipador foi lento, a florescência foi tão exuberante, podemos calcular qual e quão importante seria em outras províncias que lhe serviram de centro.

Esses contos, tendo por herói eterno o caboclo e o marinheiro, são os documentos mais importantes para a nossa história, e escrevê-la sem estudar os contos satíricos é tão ilusório como apanhar o caráter nacional sem interpretar os contos épico-fantásticos (Ensaio e Estudos, 1ª. série, 1976, p. 61).

Por mais que Candido tenha considerado importante apontar o vínculo oferecido por Capistrano de que o indianismo teria forte base popular, qualificou sua “opinião” como “infelizmente sumária e mal formulada”, além de discordar enfaticamente dessa hipótese. Para Candido, o indianismo proviria de fonte erudita e a utilização nativista do índio é que se teria projetado na consciência popular (Candido, 2000, v. 2, p. 18). É difícil precisar quem teria razão na contenda anacrônica; o interessante, porém, são as ênfases. Para Capistrano, era importante assinalar que a literatura não era um produto que se fazia de forma independente da sociedade. A emoção vivida pela sociedade brasileira enquanto movimento rumo à independência do país estaria expressa na literatura, a menos que houvesse a atrofia subjetiva dos escritores, como veremos no próximo tópico. Já Antonio Candido enfatiza, como vimos, as origens eruditas européias do indianismo e o seu movimento de forjar um passado mítico nacional, “à maneira da tradição folclórica dos germanos, celtas ou escandinavos, mas como

³⁷ Capistrano está se referindo à produção de Basílio e a Durão no século XVII.

³⁸ Interessante notar que Antonio Candido (2000) não trata as análises de Capistrano como fonte, suas considerações são levadas em conta, ainda que para negá-las demonstrando certo valor contemporâneo dos seus escritos.

passado histórico, à maneira da Idade Média” (Candido, 2000, v. 2, p. 19)³⁹.

O próprio Capistrano faz analogias entre a produção brasileira e os “clássicos” europeus, mas contextualiza a utilização dos personagens, tais como o “marinheiro” e o “caboclo”, de forma a garantir a importância do aparecimento desses elementos na literatura, mesmo tendo como base uma “forma” estrangeira. Portanto, seria ilusória a possibilidade de se escrever uma história do Brasil sem levar em consideração esses contos que expressariam a emoção social vivida.

Nos contos satíricos facilmente se reconhecem três camadas. Na primeira o *marinheiro* aparece em luta contra a Natureza brasileira, abarcando *enchuhi* por uma, comendo *os ovos do pássaro biabo*, pasmo de vê-lo saber ler; na segunda aparece o caboclo em luta contra a civilização, reproduzindo cenas semelhantes às que MOLIÈRE pintou em Mr. De Pourceaupines. Nestas duas correntes antagônicas pode-se, *a priori*, ver sintomas e resíduos das lutas e rivalidades. Um fato que agora mesmo se está passando confirma *a posteriori* esta sugestão. Refiro-me ao que sucede em S. Paulo e em Minas: paulistas e mineiros antipatizam-se mútua e hereditariamente. Pois bem; vazam os seus sentimentos em contos exatamente iguais aos que resultaram do antagonismo dos colonos portugueses.

Na terceira camada o herói é ainda o caboclo; mas o ridículo como que está esfumado, e através, sente-se, não só a fraternidade, como o desvanecimento. É a estes últimos contos que se prende o indianismo, cujo espírito se assemelha ao que levou GNEVA e SANS CULOTE a adotarem, vangloriando-se, o nome com que os tentaram estigmatizar.

Desta forma, Capistrano reafirma o antagonismo com relação a Portugal que já aparecia na crítica romântica, mas o coloca em outros termos, ressaltando como o sentimento antagônico é decorrente de condições histórico-sociais (e ambientais, como veremos a seguir), e não apenas do desejo de autores brasileiros em produzir mitos de uma cultura específica, nos moldes da literatura canônica européia.

³⁹ Sobre as origens do indianismo, escreve Antonio Candido: “As suas origens são óbvias; busca do específico brasileiro, já orientada neste sentido (com meia consciência do problema) pelos poemas de Durão e Basílio e as metamorfoses de Diniz, além duma crescente utilização alegórica do aborígine na comemoração plástica e poética. Nas festas do Brasil joanino ele aparecia amplamente com este significado, representando o país com uma dignidade equiparável à das figuras mitológicas. O processo se intensifica a partir da Independência, pela adoção e nomes e atribuição de títulos indígenas; pela identificação do selvagem ao brio nacional e o seu aproveitamento plástico. Em 1825, uma gravura representava D. Pedro recebendo nos braços o Brasil liberto de grilhões, sob a forma de uma índia; segundo Schlichthorst, o modelo foi a então viscondessa de Santos. (...) Já os *ilustrados* da fase joanina utilizavam-no [o índio] como símbolo, bastando lembrar o nome dado por José Bonifácio ao seu jornal, *O Tamoio*, evocando o adversário dos portugueses nas campanhas contra Villegaignon e encarnando nele a resistência nativista; ou ainda os nomes que aparecem na sociedade secreta que fundou, o Apostolado, (...) [e assim segue com os exemplos]. (...) Deste modo, o indianismo serviu não apenas como passado mítico e lendário, (à maneira da tradição folclórica dos germanos, celtas ou escandinavos), mas como passado histórico, à maneira da Idade Média. Lenda e história fundiram-se na poesia de Gonçalves Dias e mais ainda no romance de Alencar, pelo esforço de suscitar um mundo poético digno do europeu” (Candido, 2000, v. 2, p. 18-19).

Muito embora utilize um arcabouço intelectual cientificista e esteja mais próximo da produção literária caracterizada como naturalista e realista, os vínculos com o romantismo e o indianismo prosseguem na vida de Capistrano, tanto na referência à memória de Alencar e na relação com sua família como quando aborda a literatura enquanto expressão, e não reflexo, da sociedade.

A valorização do indivíduo e da psicologia nesse tipo de abordagem da literatura em alguma medida contribuiria para que Capistrano não avançasse nos processos de generalização, possibilitando uma abertura para o específico, único e inesperado próprio de processos históricos passíveis de identificação, mas não de controle ou previsão. No livro *Tragédia moderna*, Raymond Williams chama atenção a esse aspecto da literatura romântica. Nela, diz o autor, “o homem é visto, pela primeira vez, como fazendo-se a si mesmo” (Williams, 2002, p. 100). Essa impressão está presente em Capistrano na medida em que, em seus textos, o brasileiro fazia-se a si mesmo enquanto dava vazão à sua literatura.

1.3. O paralelo: jovens autores, jovem nação

Um dos primeiros artigos escritos por Capistrano de Abreu foi publicado no *Jornal Maranguapense*, semanário “literário, comercial e noticioso”, que iniciou sua circulação no dia 2 de junho de 1874 (Câmara, 1965, p. 84). Denominado *Perfis Juvenis*, aparece já no segundo dia, 3 de junho, com a apresentação de dois princípios que guiariam sua crítica. O primeiro, como exploramos no tópico anterior, é a afirmativa de que a “literatura é a expressão da sociedade”. O segundo é a de que “o estilo é o homem”. Segundo as considerações de Capistrano,

Se o estilo é o homem, todo o livro é um problema psicológico digno de estudo, e, se a curiosidade estética não se satisfaz, a teoria científica sempre aproveita com seu exame (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maranguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 3).

Explorando este segundo aspecto, o autor se deteve na análise de dois literatos que viveram entre os anos de 1832 e 1860: Junqueira Freire (1832-1855)⁴⁰ e Casimiro de Abreu

⁴⁰ “Luiz José Junqueira Freire (Bahia, 1832-1855). Faz humanidades no Liceu Provincial de Salvador e aos

(1839-1860)⁴¹. O estudo desses dois escritores está ligado à conferência proferida meses depois na Escola Popular “A literatura brasileira contemporânea”⁴². Neste tópico procuro demonstrar que esse primeiro artigo fazia parte das abordagens empreendidas por Capistrano para desenvolver o argumento segundo o qual a obra de cada autor seria significativa na elaboração da literatura brasileira como uma totalidade e esta, por sua vez, seria a expressão da sociedade correspondente. “Perfis Juvenis”, portanto, seria a análise de uma parte da totalidade e a “A literatura brasileira contemporânea”, publicada no final daquele ano, corresponderia à totalidade da literatura que expressaria a sociedade.

Dois aspectos chamam a atenção nos “Perfis Juvenis”. Em primeiro lugar, o fato de os escritores analisados serem figuras importantes do romantismo brasileiro que tiveram morte precoce, tendo seu processo de desenvolvimento interrompido. O segundo aspecto é que a sociedade, da qual a obra dos escritores seria a expressão, também parecia a Capistrano inacabada, com seus fatores não desenvolvidos. Capistrano avaliava as obras dos escritores como expressão da própria sociedade brasileira. Poderemos observar de que maneira sua interpretação estava colada à interpretação da produção subjetiva dos autores como característica formativa do Brasil enquanto nação. Outro aspecto ainda a ser evidenciado é a forma como mobilizava suas leituras teóricas e metodológicas para melhor construir suas análises e se colocar como “cientista”.

Nesse sentido, venho salientar que discuto o primeiro artigo de Capistrano para explorar sua sensibilidade romântica no que diz respeito à idéia de formação de uma especificidade nacional, ao mesmo tempo em que buscava, por meio da crítica moderna e das perspectivas científicas em voga, o aprimoramento do estudo da sociedade.

dezenove anos entra como noviço na Ordem Beneditina. Professora aos vinte, ao que parece sem nenhuma vocação segura e talvez empurrado pelo desejo de fugir à vida familiar extremamente infeliz. Depois de um ano de sacerdócio, pediu secularização, voltando para casa (1854). Falece de moléstia Cardíaca no ano seguinte” (Bosi, 1975 p. 124).

⁴¹ “Casimiro José Marques de Abreu nasceu em 1839 na freguesia da Barra de São João, Província do Rio de Janeiro, (como declara no testamento), filho natural do abastado comerciante e fazendeiro português José Joaquim Marques Abreu e de Luísa Joaquina das Neves. O pai nunca residiu com a mãe de modo permanente, acentuando assim o caráter ilegal de uma origem que parece ter causado bastante humilhação ao poeta. Passou a infância sobretudo na propriedade materna, Fazenda da Prata, na Freguesia de Correntezas, onde fez os primeiros estudos, completados por quatro anos no Colégio Freese, de Nova Friburgo (1849-1852), onde foi colega de Pedro Luís, seu grande amigo para o resto da vida. Em 52 foi para o Rio estudar e praticar comércio, atividade que lhe desagradava, e a que se submeteu por vontade do pai, com o qual viaja para a Europa no ano seguinte. Em Lisboa inicia a atividade literária, publicando um conto, alguns outros escritos e, sobretudo, compondo o drama Camões e o Jáó, publicado e representado em 1856 aparecem *As Primaveras*. (...) Assaltado pela tuberculose, busca alívio no clima de Nova Friburgo, de onde, não obtendo melhora, recolhe à fazenda de Indaiáçu, em S. João, onde morrera o pai, e onde morre, seis meses depois dele, em outubro de 1860, faltando três meses para completar vinte e dois anos. (...) (Candido, 2000, p. 336)

⁴² Como vimos no tópico anterior essa conferência foi proferida provavelmente em 20 de dezembro de 1874 e publicada no *Jornal A Constituição* de Fortaleza entre 27 e 29 de janeiro de 1875 e posteriormente no *Jornal O Globo*, no Rio de Janeiro entre 29 de novembro e 18 de dezembro de 1875 (Câmara, 1965, p 75).

No contexto geral da tese, esse subcapítulo contribui para relativizar sua postura tida como puramente cientificista no período de juventude, assim como para enriquecer o olhar sobre suas perspectivas analíticas. O estudo do único, do particular, do específico tão próprio à idéia de gênio, comum na abordagem romântica, é articulada por Capistrano neste artigo à perspectiva generalizadora, de construção de sínteses, totalidade e identificação de leis de funcionamento da sociedade.

O artigo de Capistrano tem uma apresentação e se encontra dividido em duas partes. A primeira delas relativa a Casimiro de Abreu e a segunda a Junqueira Freire. O estudo sobre a obra dos dois literatos esteve intrinsecamente articulado a uma prática que o autor procurava assumir e dar visibilidade: a do cientista analisando os fenômenos sociais. Em uma operação científica, Capistrano, em primeiro lugar, circunscreve o objeto, explicita como irá abordá-lo e realiza a interpretação.

O texto estabelecia um diálogo com seus leitores, que então, eram basicamente os seus pares locais: “*Aos leitores do Maranguapense ofereço estes perfis juvenis*”.

Capistrano tinha a concepção de que a imprensa não deveria trazer muita “aridez na exposição das idéias” e a entendia como espaço prioritário para dar vazão ao pensamento. Essa prática estava diretamente relacionada às atividades pedagógicas que os intelectuais da Academia Francesa desenvolviam na Escola Popular e com o espírito científico que estava sendo vivenciado pelo autor⁴³.

A partir daí, Capistrano estabeleceu dois tipos de escritores, os *tipos viris* e os *tipos juvenis*, enquadrando os autores analisados por ele na segunda categoria:

Há na literatura duas qualidades de tipos: os *tipos viris*, isto é, os artistas que chegaram ao desenvolvimento completo de suas tendências, ao amadurecimento de seus talentos, à evolução de suas faculdades; e os *tipos juvenis*, romeiros finados antes do termo da viagem, plantas mesquinhas estioladas antes de lhes desabrocharem as flores perfumosas. Aprecio muito os primeiros, porém, não considero os segundos insignificantes. Mais: esta palavra insignificante encobre uma falsidade.

No seu entendimento, a vida e a obra dos dois escritores eram extremamente significativas para a compreensão de uma totalidade que ultrapassava o limite dos próprios escritores enquanto unidades individualizadas.

⁴³ Um bom exemplo dessa forma de divulgar idéias e estabelecer o debate é uma “carta” endereçada a Araripe Júnior, publicada no *Jornal Constituição* em Fortaleza, em 17 de maio de 1874, resultado da análise do livro “O ninho do beija-flor” de Araripe (Câmara, 1965, p. 87). Nesta “carta”, talvez a primeira publicação de Capistrano, ele se dirige diretamente a Araripe, tornando uma interlocução entre amigos e co-partícipes da Academia Francesa em uma conversa pública.

Isolado, qualquer fato parece insignificante por mais importante que seja na realidade; mas, ligado a seus congêneres, oposto a seus contrários, preso a seus antecedentes, toma grave importância filosófica, filia-se a um todo, compõe um sistema, é regido por princípios e leis que se patenteiam ao estudo consciencioso de um espírito investigador (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 2).

No caso dos escritores analisados por Capistrano, suas vidas foram interrompidas pela morte sem que houvessem, portanto, desenvolvido completamente suas tendências, amadurecido seus talentos e evoluído suas faculdades. Essa evidência, em sua concepção, pouco significaria se fosse tratada isoladamente. A partir daí torna-se evidente a manifestação da ciência positiva comteana sendo mobilizada⁴⁴.

Como vimos, para Capistrano, compreender a literatura em seu conjunto e como expressão da sociedade implicaria tomar cada obra para análise, cada autor como elemento de compreensão do conjunto, levando em consideração seu estilo e seu ser individualizado psicologicamente. Como parte da expressão literária, autor e obra lançariam luz ao entendimento de uma sociedade. Desta forma, mesmo não sendo a obra considerada relevante por seu valor estético, ela poderia ser utilizada para compreensão do indivíduo produtor e da sociedade correspondente. No tópico anterior pudemos observar que, para o autor, as obras poderiam ser analisadas sob dois pontos de vista principais: um, por sua significação histórica, o outro por seu significado estético. Essa diferenciação acontece quando Capistrano fala do indianismo de Alencar diferenciando-o do indianismo do século XVIII. Capistrano separa a análise da literatura pela estética e pela sua dimensão social.

Diante da possibilidade de apenas descrever a sociedade, ao invés de analisar sua expressão por meio da literatura, Capistrano se vê na situação de ter que explicar esse procedimento, imaginando uma suposta pergunta de seu leitor:

Entraria desde já no assunto, se não tivesse de responder a uma observação que o leitor me fará talvez.

Se a literatura é a expressão da sociedade, pode ele dizer, por que não descreve a sociedade, antes de examinar-lhe a expressão?

A resposta é fácil. A literatura é, com efeito, a expressão da sociedade. Só pode compreender esta quem estudou aquela e vice-versa.

⁴⁴ A compreensão de Ferreira (1989, p. 50) sobre a importância do positivismo na constituição de uma categoria social de cientistas no Brasil, é interessante para pensar o desenvolvimento da cientificidade assumida e operada por Capistrano. Não pretendo entrar na discussão clássica na literatura sobre o tema, que aborda o positivismo ortodoxo, heterodoxo ou difuso relacionado às elites políticas, apenas assinalar algumas formas de compreensão de mundo e de ciência forjados em meio às idéias positivistas, visíveis na obra de Capistrano.

Além disso, segundo Capistrano, no caso específico da sociedade brasileira ainda não era possível entendê-la inteiramente como um reflexo imediato da literatura. Isso acontecia porque

nossa sociedade ainda não está bem definida, os fatores ainda não se desenvolveram e, se a análise descobre a influência do clima, da raça, dos antecedentes sociológicos sobre os fenômenos sociais contemporâneos, tais elementos ainda não chegaram ao estado de elaboração que é necessário à síntese definitiva (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 3).

A trajetória da sociedade seria um processo autônomo em relação à literatura e a síntese definitiva dependeria da compreensão de seu funcionamento por meio dos novos estudos da ciência⁴⁵.

Vale ressaltar que a questão do caráter da “sociedade brasileira” foi alvo de discussão pela “geração de 1870”, quando os intelectuais estavam preocupados em descobrir ou estabelecer em que efetivamente ela se constituía. Pensar o processo de formação dessa sociedade passava pela literatura, como demonstrou Roberto Ventura (1991) em seu trabalho sobre as polêmicas na seara da crítica literária dessa “geração”. Envolveria aqueles fatores principais ressaltados acima por Capistrano: o clima, a raça e os antecedentes sociológicos, e também a idéia de constituição de um sistema ou de uma síntese definitiva do que seria o país e sua sociedade⁴⁶.

Nesse momento, pela indefinição dos fatores formadores da sociedade e a precariedade das pesquisas, estava impossibilitada a elaboração de um conjunto ao qual se pudesse conferir organicidade. A crítica literária de Capistrano não prescindia da sociedade brasileira enquanto elemento fundamental à análise da literatura. O existente até então, enquanto produção de conhecimento sobre ela, não dava conta das necessidades analíticas. No seu entendimento, era necessário um procedimento científico para poder compreender a

⁴⁵ Segundo Löwy (1987), metodologicamente, para o positivismo comteano, a sociedade é regida por leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas podendo ser epistemologicamente assimilada pela natureza (naturalismo positivista) e ser estudada pelos métodos e processos empregados pelas ciências da natureza, partindo principalmente da observação, sem julgamento de valor ou ideologias a priori. (Löwy apud Ferreira 1989 p. 11-12).

⁴⁶ Angel Rama, estudando a constituição das cidades na América Latina como “um parto da inteligência” dos “letrados”, reforçou a importância dessa categoria social para o estabelecimento da literatura como um discurso sobre a “formação, composição e definição da nação” no final do século XIX, incorporando materiais diversos, diferentes daqueles caracterizados pelas “belas letras”. A literatura oral, popular, rural se tornou relevante tanto no discurso literário quanto na produção historiográfica do período, mas sendo, segundo o autor, subordinada a uma “higienização” através da transfiguração operada pela escrita dos “letrados” (Rama, 1985, p. 93). A partir dessas considerações é possível dizer que Capistrano estaria inserido nessa chave do discurso literário e historiográfico, preocupado com a formação da nacionalidade por meio de certa busca pelas origens, chamada por ele de antecedentes sociológicos, que ajudariam na compreensão do contemporâneo.

sociedade produtora da literatura que seria sua expressão. Analisar os autores e suas obras, portanto, era apenas uma parte do trabalho⁴⁷.

Outro escritor o ajudava a realizar a especificidade do trabalho empírico. Se Comte o estimulava a pensar e aspirar a uma grande síntese, com suas partes completamente articuladas e correlatas, foi com a leitura de *Histoire da Litterature Anglaise* (1863), de Hippolyte Taine (1828-1893), que Capistrano encontrou os elementos de análise que tornariam possível tomar a literatura e o indivíduo como parte desse todo⁴⁸. Capistrano buscou, seguindo Taine, a “sensação original” dos autores expressa nas obras literárias. A análise dos “Perfis Juvenis” é feita pelo destaque de que “o estilo é o homem – eis o meu ponto de chegada, como meu ponto de partida”. A esse enunciado, Capistrano agrega o conceito de “germe original” como sendo a “base e o substractum” do talento dos escritores.

Para melhor compreensão do que seria esse germe original, relativo à metodologia de Taine, uma frase de Stuart Mill é esclarecedora: a “natureza humana não se compara a uma máquina construída segundo um modelo, mas a uma árvore que cresce de acordo com a tendência das forças internas, que fazem dela um ser vivo” (Stuart Mill apud Baumer 1977, p. 80). Esse tipo de abordagem do que seria a essência humana tornava a apreensão do seu desenvolvimento algo mais complexo que a dissecação utilizada em outros elementos da natureza ou mesmo de uma máquina passível de discernimento pelo modelo de funcionamento. Consolidava-se a idéia de que cada ser humano e cada sociedade desenvolveriam, com o decorrer do tempo, algo que se configuraria como próprio. Essas idéias românticas se apresentavam em oposição aos métodos e abordagens universalistas do mundo decorrentes do iluminismo, e se apresentavam em meados do século XIX de maneiras variadas, em diferentes pensadores influentes no desenvolvimento das ciências humanas. Com abordagens diferenciadas ou com a negação da possibilidade de um olhar científico, a

⁴⁷ O século XIX foi o século de predominância das idéias positivistas, de profunda crença no progresso e os intelectuais procuravam construir um caminho metodológico para o conhecimento da realidade “tal qual ela fosse”. A produção de conhecimento passava pelo conceito norteador de ciência e de certa forma pelo de experiência. Pretendia-se produzir um consenso sobre o método mais adequado para se acerrar da realidade, torná-la inteligível, através dos critérios de objetividade, neutralidade, universalidade e experimentação. Essa nova forma de conceber a ciência exigia algo além da observação e da descrição prevalecentes e estava centrada não no conhecimento da essência das coisas, mas nas relações entre elas, responsáveis pela existência dos fenômenos. (A esse respeito, ver Châtelet, 1984; Pestre, 1996) Muito embora a idéia de ciência de Comte estivesse baseada na observação, no final do século XIX, o otimismo científico ultrapassava algumas fronteiras. Influenciada pela fisiologia, incorporava também a experimentação como fundamental para o conhecimento do real funcionamento dos fenômenos, (Canguilhem, 1994). Talvez por isso o estabelecimento de muitas analogias no que diz respeito ao funcionamento do organismo humano com o funcionamento de um suposto “organismo social” em que deveria haver correlação entre as partes e o todo a se influenciar mutuamente.

⁴⁸ Taine é um autor importante para a inclusão da questão do clima, da raça e da idéia de época nos trabalhos de Capistrano.

valorização da especificidade individual e das particularidades das representações sociais se colocava como questão para a compreensão da realidade social e psicológica de indivíduos e coletividades (Duarte, 2004, p. 14)⁴⁹.

George Simmel, um autor considerado herdeiro da tradição romântica, pode nos ajudar a compreender a noção de “germe original” que Capistrano utilizou ao analisar os escritores. Trago aqui especialmente a discussão de Simmel sobre a diferença entre natureza e cultura desenvolvida no texto “Cultura Subjetiva - Cultura Objetiva”. O autor evidencia o que seria próprio ao indivíduo e como essa particularidade poderia ser cultivada ou produzir cultura a partir da relação com um mundo exterior.

Com o desenvolvimento do conceito de cultura acontece um estreitamento do conceito de natureza pela alocação de alguns conteúdos da seqüência de eventos para outra ordem de significados: o cultural. Isso aconteceria pela idéia de cultivo e de cultura, esclarecido por Simmel da seguinte maneira:

No caso, o desenvolvimento “natural” estende-se apenas até certo ponto além do qual recoloca-se o desenvolvimento cultural. A pereira selvagem mantém na floresta a fruta azeda. Tal é o ponto final deste desenvolvimento na floresta. Neste momento, a vontade humana e o intelecto teriam intervindo e conduzido a árvore, por meio de uma variedade de influências, para a produção de peras comestíveis, isto é, as tendo cultivado. Similarmente, nós acreditamos que o desenvolvimento da espécie humana através da estrutura física e psicológica, por hereditariedade e adaptação, chegam até certas formas e conteúdos de existência. Neste momento, em direção ao processo teleológico em que energias existentes aumentam ao nível que era, em princípio, inatingível, com suas previsíveis possibilidades de desenvolvimento. Neste momento o desatrelamento de forças de desenvolvimento ocorre em torno da fronteira entre o estado de natureza e o estado de cultura (Simmel, 1971, p. 227)⁵⁰.

⁴⁹ Luiz Fernando Duarte em artigo *A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente* aborda a importância das idéias do romantismo para a constituição das ciências humanas, chamando a atenção para os trabalhos de Wundt sobre psicologia na Alemanha e sua relação com Dilthey. Preocupado com o desenvolvimento de uma cientificidade estruturante para a psicologia de Wundt, especialmente em seu trabalho sobre a “psicologia dos povos”, apresentou um “modelo das representações coletivas [que] implicava justamente o reconhecimento das propriedades específicas da vida psicológica coletiva, mais abstrata e complexa” que teria influenciado diretamente E. Durkheim, B. Malinowski, William James e Franz Boas (Duarte, 2004, p. 14).

⁵⁰ Tradução minha. “(...) For in that case, the ‘natural’ development extends only to a certain point, beyond which cultural development replaces it. The wilde pear tree bears woody, sour fruit. Such is the end point of its development in the wild. At this point, human will and intellect have intervened and have led the tree by means of a variety of influences to the production of edible pears, that is have ‘cultivated’ it. Similarly, we believe that the development of the human species through its physical and psychological structure, by heredity and adaptation, arrives at certain forms and contents of existence. At this point, teleological processes set in that raise existing energies to a level that was in principle unattainable with their previous development possibilities. The point at which this unleashing of developmental forces occurs marks the boundary between the state of nature and the state of culture” (Simmel, 1971, p. 227-228).

Para Simmel, existiriam “algo interno” à forma (corpo), que é próprio ao indivíduo, peculiar à existência individual que produziria a cultura subjetiva, e “algo externo”, a sociedade, compreendida em termos de herança histórica da cultura exterior e a técnica da vida que conformariam uma totalidade, correspondente à cultura objetiva (Simmel, 2005, p. 557). Seria nessa tensão entre o interior e o exterior que se produziriam experiências que não confundissem as duas dimensões em uma só, de modo a sobrepor uma a outra, principalmente no sentido de garantir a produção da peculiaridade, particularidade, singularidade da vida humana em meio aos demais processos, evitando assim um determinismo prescritivo da natureza humana. Seria nessa relação entre interior e exterior que se daria a formação de um estado de cultura, que não existiria sem a transformação provocada pelo contato com o mundo objetivo/exterior.

Haveria, portanto, tendências interiores que poderiam chegar ou não a um amadurecimento ou desenvolvimento cultural que ultrapassaria as suas próprias tendências, dependendo de sua relação com o mundo exterior. Essa perspectiva nos auxilia a compreender a análise dos escritores empreendida por Capistrano. Sua abordagem das obras dos escritores remete ao entendimento da formação da sociedade brasileira como um todo, um coletivo de indivíduos em interação e não em justaposição. Contudo, como vimos, para Capistrano, a sociedade brasileira, mesmo possuidora de tendências internas, ainda não teria desenvolvido suas potencialidades na relação com as técnicas de vida e as produções culturais da civilização, o que poderia ser verificado por meio da análise da produção literária.

As reflexões de Simmel escritas no início do século XX contribuem para pensar a forma de Capistrano produzir suas primeiras análises de um processo de desenvolvimento cultural que teria culminado na especificidade do brasileiro. Isto porque o conceito de cultura não estava bem definido no final do século XIX, e era recorrente a aproximação das análises da sociedade com os métodos das ciências da natureza. A possibilidade de abordar a idéia de “formação” da brasilidade como cultivo da natureza pela cultura, forma de entender o desenvolvimento do brasileiro que parece se apresentar na abordagem de Capistrano de Abreu, deve seus créditos às idéias e questões colocadas pelo romantismo.

Como muitos de sua geração, Capistrano era leitor de romances de formação (*Bildungsroman*) que se notabilizavam pelo descolamento do centro do mundo da exterioridade para a interioridade. Tornado o principal gênero literário do século XVIII, o romance de formação influenciou muitos pensadores por expressar o antagonismo entre o interior e o exterior do indivíduo (Santos Neto, 2005, p. 48). A literatura e a crítica literária

românticas fincaram raízes no desenvolvimento interpretativo da sociedade brasileira e, mesmo se direcionando a uma prática científica mais voltada às perspectivas universalistas, Capistrano trazia em suas análises muitos elementos que se consolidaram por meio da tradição romântica.

Capistrano, desta forma, procurava não reduzir a produção humana aos condicionantes externos, valorizando a singularidade. A interioridade, na relação com o mundo exterior, pode se desenvolver, “do mesmo modo que a pedra lançada n’água rasga em círculos concêntricos a superfície cristalina, este princípio [germe original] lançado n’alma incita suas sensações, associa suas idéias, determina suas emoções” (Perfis Juvenis, 1874, Ensaios e Estudos, 1976, 1ª Série, p. 4). Pode então o homem, rasgando assim a superfície exterior, reunir em si, elementos que permitam desenvolver-se enquanto poeta, músico, pintor, escultor, demonstrando sua singularidade. Como escrevia, “se o estilo é o homem, todo livro é um problema psicológico digno de estudo” (Perfis Juvenis, 1874, Ensaios e Estudos, 1976, 1ª Série, p. 3). O germe primordial seria o elemento que poderia distinguir um escritor e uma sociedade perante outros. Recorrendo novamente a Simmel (1971, p. 229), podemos compreender melhor como se processaria, nesta perspectiva devedora da tradição romântica, a relação entre o germe primordial e o desenvolvimento da cultura:

O cultivar pressupõe que haja algo que antes de sua verificação se encontre em estado não cultivado, precisamente em estado “natural”; e pressupõe além disso que a modificação que se realiza neste sujeito esteja latente de algum modo em suas relações estruturais e forças motrizes, ainda quando não realizadas por elas, mas somente pela cultura; pressupõe que o cultivar conduza o seu objeto à perfeição determinada para ela, perfeição situada na autêntica e enraizada tendência de seu ser (Simmel, 1971, p. 229).

Esse *germe primordial* Capistrano buscou identificar nos “Perfis Juvenis”. Na análise de Casimiro de Abreu o autor restringe seus estudos à tentativa de indicar a influência que tiveram, sobre a vida do poeta, o exílio, o amor e o estado social, todos temas vinculados ao romantismo e remetidos a uma exterioridade que agiria sobre o poeta. Em primeiro lugar o exílio: aos 17 anos Casimiro muda-se com o pai para Portugal. Capistrano procurou caracterizar o drama vivido e narrado pelo autor:

Quem não deixou a casa em que pela primeira vez se abriram os olhos à luz da existência; quem da amurada do navio não viu sumirem-se pouco a pouco as praias arenosas, os coqueiros elevados, os horizontes azulados da pátria, e achou-se no alto mar, isolado, esmagado pela imensidão das perspectivas, crestado pelo hálito abrasador dos ventos, embalado pela orquestra gigantea

das ondas e tempestades, imerso no seio da natureza, de envolta com as lutas vertiginosas do Cosmos, em frágil lenho fabricado pela lavoura e grandeza do Homem, nem sabe, nem pode compreender o que é o exílio (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 6)

É na saída do ambiente aconchegante do lugar onde se nasce, com a paisagem domesticada pelo hábito do olhar e da convivência, para o enfrentamento da grandiosidade da natureza indômita do oceano, sob a fragilidade artefactual do navio, que Casimiro irá se constringendo. A passagem do Novo para o Velho Mundo nessa narrativa sobre o exílio demonstra um movimento que perpassa a obra de Capistrano, a fase transoceânica em que o brasileiro ainda se sentia diminuído frente ao português, muito embora neste momento já aparecesse uma inversão: a perspectiva ameaçadora não residia no novo mundo, e sim no retorno ao velho mundo. A própria natureza tratava de produzir a fragilidade quando Casimiro se lança ao mar em direção a Portugal. Como se ali, naquele lugar de passagem, o escritor houvesse se apequenado, perdido suas referências relacionadas à natureza territorializada do seu país de nascença: “O exílio é uma crise letal, uma rupção de todas as associações, um incêndio que incinera todos os afetos, um furacão que abala e arranca as raízes da alma” (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 6).

Capistrano argumenta que, embora essa seja uma situação “naturalmente assoladora”, para Casimiro era ainda mais significativa, mediante a “alma poética, espírito cismador” de quem “entrara na vida pela porta das ilusões”. O encantamento produzido pela natureza pátria na formação daquela subjetividade singular influía na produção de suas emoções:

Ao contemplar os panoramas graciosos das montanhas; ao admirar a lua sedutora, as estrelas a palpitarem cambiantes nos páramos infindos de nossos céus deslumbrantes, sua imaginação despertara, o ideal inebriara-o e a mão trêmula ao choque de tanta majestade começara a esboçar harmoniosa do desenho a manifestação de suas emoções.

E o exílio privava-o do sol, do fogo dos trópicos! O exílio privava-o das virações balsâmicas do sul, e levava-o ao centro de uma natureza vencida, longe, bem longe do país risonho em que habitava a virgem de seus amores! (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos 1ª série, 1975, p. 6)

A natureza vital era a natureza dos trópicos e não a natureza vencida da velha Europa. O tom romântico da nossa literatura, a que Capistrano se rende para falar do autor, deixava transparecer a tentativa de identificação das emoções constituidoras do sentimento

patriótico na obra do poeta. Natureza viva e natureza vencida são oposições que encontramos com frequência em outros debates do autor. Identificar as emoções relativas aos sentimentos patrióticos parece ter sido uma das intencionalidades de Capistrano frente ao que, no movimento de configuração de uma identidade nacional, poderia ser visto como o opositor: a Europa. O exílio significava, para o poeta, uma situação constrangedora mais do que propriamente uma oportunidade de expansão de sua subjetividade.

O exílio é um sentimento que desterra, mas o amor poderia ser apenas efeito psicológico, uma irrealdade vivida pelo autor. Esses dois elementos, aos quais veio juntar-se “a exasperação provocada em seu espírito generoso pelo tolhimento de sua vocação e pela emoção social predominante”, constituíam a dramática vida de Casimiro de Abreu. Os elementos exteriores, segundo Capistrano de Abreu, concorriam para não permitir o desenvolvimento de suas tendências originais. A “emoção social predominante” era entendida dentro de um contexto de mutações da época moderna que atingiam a alma do poeta. Para além da natureza de sua pátria, Casimiro de Abreu havia conhecido o mundo exterior apenas através da dor. Os elementos experimentados por Casimiro, nas considerações de Capistrano, se elaboravam também num ambiente de “sentimentalismo” inaugurado pelos escritores europeus e que “grassava transformado no Brasil” (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 7). Capistrano descreveu esse período da seguinte maneira:

Antes opunha em bloco o homem da natureza ao homem civilizado. No período de que trato, e que durou talvez de 1840 a 1864, pouco mais ou menos, declamava-se principalmente sobre o ouro, a indústria, os bancos, os agiotas, o fumo sufocador do vapor, o talento desconhecido e *tutti quanti*. Estas declamações, a que hoje damos o justo preço, causaram impressões em Casimiro de Abreu, e em mais de uma página de suas obras ele fala do homem sério que prefere uma moeda de cobre a uma página de Lamartine (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 8).

A situacionalidade de Casimiro descrita por Capistrano traz a oposição existente entre as idéias românticas e as idéias liberais que regiam o período em que o poeta escrevia. Mais uma vez recorrendo a Simmel, podemos lembrar seu texto sobre o individualismo:

“o século XVIII encontrou o indivíduo em ligações violentadoras, que se tornaram sem sentido, de tipo político e agrário, corporativo e religioso – limitações que coagiam os homens como que a uma forma não natural e a desigualdades há muito injustas. Nesta situação surgiu o clamor por liberdade e igualdade – a crença na completa liberdade de movimento do

indivíduo em todas as relações sociais e espirituais, que permitiria evidenciar imediatamente em tudo o seu núcleo nobre e comum, tal como a natureza o teria semeado em todos e a sociedade e a história o teriam apenas deformado. Ao lado desse ideal do liberalismo cresceu no século XIX, por um lado por intermédio de Goethe e do Romantismo, por outro por meio da divisão econômica do trabalho, a idéia de que os indivíduos, libertos das ligações históricas, querem então também se distinguir uns dos outros. Agora o suporte de seu valor não é mais o ‘homem universal’ em cada singular, mas sim precisamente a unicidade e incomparabilidade qualitativas. Na luta e nas escaramuças mútuas desses dois tipos de individualismo, a fim de determinar o papel dos sujeitos no interior da totalidade, transcorre a história interior e exterior de nossa época” (Simmel, 2005, p. 589).

Nesta linha, podemos pensar a ânsia de Casimiro de Abreu por um individualismo que singulariza. Todas as condições adversas levantadas na vida de Casimiro e que influíram no desenvolvimento de sua obra – “[o] exílio, o amor, suas emoções particulares, a emoção coletiva, tudo se congregava para esmagar suas energias e matar-lhe as esperanças”, mas nada disso vencera o escritor. Para Capistrano, “o poeta voou envolto no manto de suas dores, desenhando um sorriso que lancinava o coração e perturbava a alma, mas era sempre um sorriso”. Voar envolto em suas dores pode ser visto como uma forma de autoproteção diante dos perigos exteriores.

Voltava o poeta o olhar para temas que o ajudassem a se manter afastado dessa exterioridade. A natureza do Brasil, uma das figuras privilegiadas pelo autor, exercia sobre ele encantamento e assombramento. Muito embora Casimiro falasse “por diversas vezes na grandeza do mar, no sol ardente do Equador, na beleza majestosa dos sertões”, a maior parte de sua poesia demonstrava a presença de uma natureza dócil e singela com “algumas notas discordantes em meio das sondas tranqüilas, dos perfumes, dos gorjeios e da vida dourada sobre um chão de flores”. Algumas vezes, a mesma natureza apaziguadora era a que tornava explícita lutas e aparências titânicas que aterrorizavam a vida do poeta.

Capistrano procurava perceber como essa emoção acontecia na literatura para melhor entender como definiria também uma sociedade. Aparecia nos escritos de Casimiro a natureza pátria, familiar, do aconchego, com toda a vitalidade se opondo à natureza vencida do velho mundo. Inquietações à alma do poeta e, por certo, do seu intérprete. Natureza, nesse sentido, não era apenas uma realidade a ser observada e descrita, mas responsável pela formação das emoções. Neste sentido, escreve Capistrano,

De mais, Casimiro não se comprazia na introspecção de suas dores. Em todas as suas poesias sentimentais vê-se que a inspiração está coata e percebe-se o esforço e a luta para sair de uma situação patológica que

esmaga a energia do espírito e do coração. (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 15)

Para Capistrano, atuaram na vida de Casimiro questões dramáticas como o exílio, amores infelizes, irritações produzidas pelo tolhimento de sua vocação e o influxo do meio onde viveu. Por outro lado, sua literatura exprimia a “*tendência para as cenas risonhas, para os sentimentos suaves, para as concepções mimosas*”. Essas características constituiriam a “estática” daquele espírito, ou seja, o elemento fixo, “ordenador” daquela vida. Mas faltava a análise da “dinâmica” que volvia a alma de Casimiro⁵¹.

Antes de ir adiante devo mostrar uma circunstância, calada até aqui, porém importante. Com Byron, Casimiro de Abreu poderia dizer: levaram-me à poesia – a paixão, o impulso, a exuberância de espírito, muitos motivos, porém nunca o simples gosto de cantar.

Este fato que domina toda a obra de Byron, não tem menores efeitos sobre Casimiro de Abreu. Do mesmo modo que Byron só cantava a si ou a um ideal que de si formava, e é sempre o mesmo a desenhar o típico esfíngico de Laura, o vulto viril de Conrado, Child Harold a meditar sobre a ponte dos suspiros, Manfred a desafiar os gênios da natureza sobre os píncaros dos Alpes: Casimiro de Abreu é também sempre o mesmo ao descrever as grandezas de sua pátria, os encantos da virgem loura, os arrebatamentos de Camões (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 18-19).

De alguma forma a dinâmica que envolvia Casimiro parece ter a ver com o que Capistrano chamou de “equilíbrio instável”, construído na “luta pela existência”. Citando tanto Darwin quanto uma lei fisiológica, Capistrano procura explicar essa situação:

Há na Fisiologia uma lei – a da compensação de crescimento, em virtude da qual a hipertrofia de um membro traz sempre a atrofia de um membro correlativo.

Sucedo o mesmo em Psicologia.

Há no seio da alma um princípio que trava com outros esta luta a que Darwin chama: luta pela existência, que os desequilibra, os domina, os subjuga e os redistribui (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 19).

Casimiro era um poeta inteiramente subjetivo na opinião de Capistrano e a partir dessa característica seria possível ver em sua obra, em meio a claros e escuros, qualidades e

⁵¹ Segundo Ferreira (1989, p. 13) “A sociologia positiva é dividida por Comte numa *estática social* e numa *dinâmica social*, ou seja, numa teoria da ordem social e numa teoria do progresso social. A *estática social* estuda as leis gerais da existência comum das sociedades humanas, quer dizer, as condições essenciais da solidariedade social. A *dinâmica social* estuda as leis do movimento das sociedades, as leis do progresso social.”

defeitos. Uma vez hipertrofiado o subjetivismo, pouca abertura haveria para a ampliação da subjetividade a partir do contato com o mundo exterior, havendo a atrofia do organismo. Mas também, ao mesmo tempo, esse movimento de “luta pela existência”, ocorrido no plano psicológico, exerceria um papel importante na constituição da singularidade de Casimiro. Com vantagens e desvantagens, o subjetivismo do escritor criava uma proteção diante da precariedade da situação que o gerou: “nossa situação é precária”, dizia Capistrano, “estamos em equilíbrio, mas em equilíbrio instável, prestes a ceder a qualquer impulso, acarretando o edifício que se lhe sobrepõe”. Condição exterior que não se expressava na obra de Casimiro, pois sua “imaginação suave não podia ver os fenômenos gigantescos, enormes, terrorizadores do mundo inteiro” (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 19).

Segundo Capistrano, esse fechamento para as coisas do mundo impedia Casimiro de penetrar na “essência das coisas, encarar-se em personalidades diferentes, ou transfundi-los e inoculá-los em sua inspiração”. Tais características são ressaltadas por Capistrano ao falar do pouco impacto que teria causado Sete de Setembro na obra do poeta:

Sete de setembro, esta era sublime, que cinquenta anos de baixeza não conseguiram desvirtuar, deveria produzir choque elétrico na alma de um poeta patriota. Este dia, o ponto culminante da nossa História, elaborado por muitas gerações, iniciado pelas bandeiras dos Paulistas, insuflado pela guerra dos Holandeses, exigido pela lógica da História em um povo que tinha consciência de sua grandeza, ao mesmo tempo que o desdém de seu opressor, deveria inspirar versos impetuosos como o tambor das catadupas, imagens candentes, como uma lava do Chimborazo, arrojados pujantes como o voar do condor por entre os espaços de além-mundo. Entretanto, é para o poeta só “um dia de glória em que o povo ativo trocou sorrindo as vozes de ativo pelo cantar das festas”.

Deste modo, a hipertrofia subjetivista faz que Casimiro de Abreu não tenha olhos para os acontecimentos políticos e para sua sociedade. Como se o subjetivismo de Casimiro o impedisse de ver, sentir, expressar, “ser inoculado” devido à penumbra que o cercava e não lhe permitia enxergar além das coisas do seu mundo de ilusão. Seu contato com o mundo exterior se dá apenas pela natureza idealizada e amores:

E o Brasil, a pátria do Amazonas, do jaguar, do pampeiro e do Cruzeiro do Sul é simplesmente: Uma terra de amores
Alcatifada de flores
Onde a brisa fala amores
Nas belas tardes de abril.

Às vezes o poeta procura elevar-se, mas o vôo não lhe convém, seu domínio é o adejo, e, após o Amazonas e o Prata, vêm “bosques verdejantes que repetem incessantes o canto do sabiá”; ao lado da cachoeira que se despenha fremente vem a “rede de penas em que, nas tardes amenas, se embala o índio indolente”.

Não o censuro, nem o elogio por isso o poeta.

É o caso de dizer-se com o geral dos jesuítas: “sint ut sunt aut non sint”⁵² (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos, 1ª série, 1975, p. 20).

Esse perfil cuidadosamente construído faz contraste com o panorama histórico que Capistrano insere na análise. Parece haver uma crítica à dificuldade de Casimiro, poeta cuja obra expressava a sociedade brasileira, de se relacionar com algumas evidências históricas que poderiam fazer o autor “*transfundir-las*” em inspiração e travar uma luta exterior diante do equilíbrio instável do país. Como se Casimiro, embora pudesse ter sido estimulado diante de um acontecimento histórico culminado em 1822, mas produzido desde há muito por diferentes movimentos, não conseguisse alcançar vôos maiores. Em outras palavras, faltaria a Casimiro uma relação mais íntima com o mundo exterior para que produzisse obras a serem consideradas de um grande poeta ou mesmo para que tivesse condições de exprimir energicamente o momento vivido pela sociedade brasileira. Assim como o Brasil, em que pesem “os cinquenta anos de baixeza”, poderia reavivar-se através do conhecimento profundo da história de constituição do país; ao invés disso, como aparecia no poeta, verificavam-se forças maiores que teriam produzido uma singularidade que não conseguia, apesar da luta, ultrapassar o invólucro de proteção com o qual se mantinha apartado do mundo exterior.

Na análise de Capistrano sobre o poeta romântico, aparece uma necessidade de conhecimento do passado entendido como um elemento vital, de alimentação da experiência vivida que ampliaria os espaços de relação de Casimiro de Abreu com a exterioridade e de sua formação da interioridade. Nesse sentido, é possível fazer um paralelo entre essa necessidade elencada pelo historiador com a reivindicada por Nietzsche na *Segunda consideração intempestiva* ou *Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida*, texto publicado em 1874:

Mas essa necessidade de história não deve ser aquela de uma multidão de puros pensadores que só fazem contemplar a vida como espectadores, nem aquela de indivíduos que não conhecem outra sede ou outra satisfação senão o saber, outro fim senão o aumento dos conhecimentos; mas esta necessidade ao contrário está sempre orientada para a vida e se encontra, portanto, sempre dirigida e dominada pela vida. Esta é a relação normal que

⁵² Uma possível tradução desta frase em latim seria “continuem como são ou deixem de existir” (tradução livre).

uma época, uma cultura ou um povo devem manter com a história – relação provada pela fome, regulada pelo grau das necessidades, dominada pela força plástica inerente a cada coletividade: é preciso que o conhecimento do passado seja sempre desejado somente para servir ao futuro e ao presente, não para enfraquecer o presente ou para cortar as raízes de um futuro vigoroso (Nietzsche, 2006, p. 99).

Essa analogia é importante por possibilitar compreender melhor os tempos vividos por Capistrano de Abreu, em que as próprias concepções de história e do lugar do passado na sua produção se transformavam. A relação que estabelece entre o perfil do escritor e sua obra com a história do país demonstra uma postura interpretativa que articula os elementos valorizados pela abordagem romântica da formação do indivíduo singular e do coletivo com elementos da ciência moderna, como procurarei argumentar no decorrer da tese. Por ora é importante apenas sugerir a relação entre um autor, seu país e a necessidade de história como energia mobilizadora para a vida, podendo transformar a expressão criativa do poeta.

Na relação entre as evidências históricas e a produção literária de Casimiro existe um hiato e, talvez, somente a máxima “o estilo é o homem” explicaria o fechamento do poeta para a síntese histórica explicitada por Capistrano: “Este dia, o ponto culminante da nossa História, elaborado por muitas gerações, iniciado pelas bandeiras dos Paulistas, insuflado pela guerra dos Holandeses, exigido pela lógica da História em um povo que tinha consciência de sua grandeza, ao mesmo tempo que o desdém de seu opressor (...)”. Era como se a superficialidade, apatia ou atrofia na relação com o mundo exterior, vivenciada por Casimiro, também dissesse um pouco de um sentimento compartilhado à época por diferentes grupos e setores da sociedade brasileira. A produção de uma subjetividade com maior capacidade de expansão parece ter sido uma questão cara a Capistrano no delineamento do perfil de Casimiro de Abreu. Afinal, falar do autor e de sua obra era como falar da especificidade de seu próprio país.

Aqui há um contraste e não uma analogia entre o entendimento de Capistrano sobre a história e o de Nietzsche. Para Nietzsche, o ideal de uma “ciência histórica”, como ele via surgir na época em que escrevia, contribuía ainda mais para o afastamento entre história e vida. No entendimento de Nietzsche a história como ciência abriria a possibilidade de se devassar o passado de uma maneira pela qual esse conhecimento não seria conduzido por uma necessidade da vida no presente, e o homem submergiria no fluxo de tudo aquilo que um dia existiu. A história, desta forma, seria a “ciência do devir universal”. Para Nietzsche, “o saber com o qual [o homem moderno] se empanturra, freqüentemente sem fome, às vezes mesmo sem necessidade, não age mais como uma força transformadora orientada para fora, fica

dissimulado numa certa interioridade caótica que o homem moderno designa, com estranha soberbia, como sendo a sua ‘interioridade’ específica” (Nietzsche, 2006, p. 100).

Já para Capistrano, neste período, era possível se utilizar da ciência moderna para compreender as transformações ocorridas na produção subjetiva dos indivíduos e, por conseguinte, de sua coletividade. Embora sua perspectiva analítica não se diferenciasse significativamente das abordagens românticas, havia uma aproximação voluntária, ainda que incipiente, com a ciência universalista. No entanto, ainda tratava-se de compreender e reivindicar a produção da singularidade, particularidade do brasileiro. A arte e a literatura permaneciam no centro da análise enquanto não se apuravam os outros fatores como o clima e a raça, e a própria sociedade permanecia em situação de inacabamento. Desta forma a história teria a capacidade de servir à vida, na expressão de Nietzsche, pela possibilidade de atingir o interior do indivíduo e revoolver sua alma, como imaginava Capistrano deveria ter acontecido com Casimiro.

No outro perfil traçado no artigo, Capistrano analisa a obra do poeta Junqueira Freire. Dedicando menos tempo ao poeta, ressaltou o fato de ser o autor um “frade que maldiz suas próprias crenças, renega seu passado, que à inteligência e sentimento dê inteira liberdade” (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense. Ensaios e Estudos*, 1ª série, 1975, p. 23). A oposição entre os poetas analisados fica evidente: enquanto um tem índole apaziguadora dos males, o outro os intensifica.

Há obras que pela multiplicidade de elementos, pela divergência de tendências, pela incoerência das partes, pelo antagonismo do todo, são a primeira vista incompreensíveis.

A obra de Junqueira Freire é assim, cambiante, multiforme, flexuosa, aqui sorriso a reverberar angélico, ali blasfêmia a esguichar turgescendo, além-materialismo a descarnar-se asqueroso, mais longe cenas cantadas, descrições amenas, sinos que vibram misteriosos, cantos que repercutem sonoros, naves que se alongam imponentes, órgão que reboa profundo, incenso que ondula odorífico, e a alma a librar-se cândida nas asas da fé, a embevecer-se na contemplação das poesias azuis da esperança (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense. Ensaios e Estudos*, 1ª série, 1975, p. 23).

Pode-se dizer que as duas formas de expressar os sentimentos são legítimas, embora muito diferentes. Fazendo uma analogia delas como expressão da sociedade, a obra de Casimiro seria a expressão do subjetivismo, do atrofiamento do interior frente ao mundo exterior que, mais tarde, no artigo *A literatura brasileira contemporânea* será assinalado como uma das principais características dos tupis, em que aparece a tese de que “o subjetivismo era

tão profundo que não podia desenvolver-se a cooperação, base de todo o governo, segundo Comte” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875. E.E.1ª. Série, p. 42). Pela intensidade e complexidade, a obra de Junqueira Freire expressaria a abertura, agora ampliada, para o mundo exterior, demonstrando o desenvolvimento de diferentes emoções, mas que dificultavam uma relação equilibrada entre interioridade e exterioridade. Junqueira Freire expressava em sua obra a dificuldade de digestão de fatores tão díspares e antagônicos com os quais se deparava. Pela analogia entre literatura como expressão da sociedade, a obra de Junqueira Freire poderia, quem sabe, ser comparada ao outro caminho que dificultava a produção de uma subjetividade própria ao país. Mas, como assinalava Capistrano

A natureza não pula, já disse alguém, e este princípio não é exato somente nas ciências naturais, a que foi aplicado: rege também as afeições do coração, as concepções da razão, as fases diversas percorridas pelas torrentes psicológicas.

(...)

A natureza não pula.

Neste movimento de translação íntima deve ter havido pontos de espera, estações, pousos.

Chegar ao conhecimento da evolução lógica – se não da evolução real, é bastante para coroar os esforços que nesta investigação se possa empregar. (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos 1ª série, 1975, p. 31-32).

Evolução nesse excerto, portanto, não se refere ao seu aspecto progressivo e teleológico, forma como comumente compreendemos, mas refere-se ao caráter processual, cuja lógica Capistrano persegue mesmo não sendo ela o correspondente exato do real. A lógica evolutiva, embora tenha uma direção, relacionada aos fenômenos contemporâneos observáveis, possui temporalidades diferenciadas, implicando “espera, estações, pousos”. A *natureza não pula* e o brasileiro é formado por uma série de circunstâncias que Capistrano irá analisar no artigo “A literatura brasileira contemporânea”. Na obra desses dois escritores duas características se sobressaíram. Em Casimiro o subjetivismo e, em Junqueira Freire, o seu “temperamento nervoso e bilioso”, duas predisposições que acabaram por definir as suas obras e por falar um pouco do país. Nos dois casos ressalta-se a dificuldade de interação entre interioridade e exterioridade.

Tanto Casimiro de Abreu quanto Junqueira Freire⁵³ tiveram morte prematura e Capistrano os classificou como *tipos juvenis* “romeiros finados antes do termo da viagem,

⁵³ Não me foi possível saber se os perfis, elaborados nos artigos daquele ano de 1874, Capistrano os havia escolhido ou se lhe foram encomendados, informação que poderia falar algo sobre o autor e o texto.

plantas mesquinhas estioladas antes de lhes desabrocharem as flores perfumosas” (“Perfis Juvenis”, junho de 1874, *Jornal Maraguapense*. Ensaios e Estudos 1ª série, 1975, p. 2). Nesses dois perfis Capistrano procurou colocar em prática as teorias científicas que lia, sendo possível sugerir que, para o autor, a literatura e a vida inacabada dos dois escritores analisados eram, em alguma medida, a expressão da sociedade brasileira. Mesmo com a crença na capacidade evolutiva, sintetizada na idéia de progresso corrente à época, em praticamente todo mundo ocidental, Capistrano procurou analisar os dois poetas que não chegaram ao “amadurecimento”, acreditando no que chamou de “*relações entre originalidade individual e sociedade correspondente*” (“A literatura brasileira contemporânea”, 29.11.1875, *EE*. 1ª série, p. 37). Foi uma forma de traçar a relação de inacabamento da parte com o todo também inacabado. A qualidade de inacabamento na obra e na vida dos dois escritores teria a ver com inacabamento da sociedade brasileira, o que não prescrevia nenhum sentido negativo, pelo contrário, a juventude tolhida era também a juventude que o Brasil enquanto país ainda vivia. Nada estaria, portanto, chegado ao seu término. Nada estaria definido na conformação do brasileiro. Havia tendências internas que poderiam ser desenvolvidas.

A idéia de inacabamento pode estar realizando um contraponto, por exemplo, com as construções de histórias nacionais correntes no período, com características fortemente eurocêntricas. Para Baumer, por exemplo, “o Neo-Iluminismo centrava-se mais na Europa do que o Antigo Iluminismo. Esta estreiteza de visão reflectia-se na historiografia, na crescente preocupação com a história nacional e também nas conjecturas gerais sobre a superioridade do Ocidente, isto é, da cultura européia, em relação ao resto do mundo” (1977, p. 89). Atento a essa literatura e fiel a alguns dos seus métodos, Capistrano não deixava de imaginar que o Brasil fazia parte dessa história de uma forma ou outra, mas procurava demonstrar que o seu lugar e sua potencialidade encontravam-se no fato de o Brasil estar no meio do caminho, ter muito ainda a desenvolver e consolidar, diferentemente da Europa que já teria mostrado todo o seu vigor e envelhecimento.

Mesmo não tendo os seus fatores bem desenvolvidos, o país, assim como os dois escritores escolhidos, era um fato que merecia ser estudado em seu desenvolvimento. Pois, cada etapa da vida corresponderia, diante das tendências interiores e dos aspectos exteriores, a uma situação formativa que comporia indivíduo e sociedade. Importa ressaltar também a dimensão da “luta” dos poetas diante das predisposições do mundo exterior, ressaltadas por Capistrano, uma vez que comparativamente ao artigo seguinte, analisado no próximo tópico as condições do meio apareceriam como pressão com a qual a sociedade e indivíduo

precisavam lidar. A luta pode significar aqui um pouco do otimismo que pairava naqueles anos de crença na ciência e no progresso para humanidade como um todo, mas também a dimensão dos aspectos necessários à sobrevivência conforme a concepção darwiniana. O Brasil poderia ser visto, nesta comparação, como um *tipo juvenil* enquanto os países Europeus seriam os *tipos viris*. Em vários momentos em que exercia a crítica literária Capistrano demonstrava certa receptividade com todo o novo escritor, por vislumbrar suas possibilidades latentes. Dentro deste otimismo nacionalista, Capistrano avança em seu próprio artigo “A literatura brasileira contemporânea”, para, como ele mesmo dizia “analisar os diferentes aspectos que comporiam a sociedade brasileira”.

1.4. “A literatura brasileira contemporânea”

Após fazer a apresentação do seu artigo “A literatura brasileira contemporânea”, a primeira parte da análise consistiu em abordar as “influências físicas” no Brasil e a segunda e a terceira parte trataram da sociedade que se formou sob essas influências. Uma correlação, portanto, entre natureza e sociedade é oferecida desde o início do seu artigo. Para construir seus argumentos e por tratar-se de uma realidade empírica, Capistrano fez uso de diferentes fontes primárias. De qualquer forma o uso estreito de documentos trouxe informações que possibilitaram a construção de um perfil tanto físico quanto psicológico do brasileiro. No artigo, ficaram visíveis as tensões entre as concepções de um autor importante para os intelectuais da “geração de 1870”, Henry Thomas Buckle (1821 -1862) e os recortes que Capistrano opera para construir sua análise. O livro de Buckle, *History of Civilisation in England*, estabelecia um vaticínio que condenava o Brasil ao atraso devido às suas condições climáticas e à exuberância de sua natureza⁵⁴. Mas Buckle era também o autor que lhe oferecia

⁵⁴ Segundo Ventura (1991, p.91), “Buckle considerava a história um campo análogo às ciências naturais, que deveria examinar as leis pelas quais o meio físico age sobre o homem e a sociedade. A partir da divisão entre países frios e quentes, explica a formação da civilização na Europa, tida como centro da história humana, pela menor força da natureza, que teria permitido ao homem desenvolver o raciocínio e superar as superstições sugeridas pela imaginação. A civilização européia, Buckle opõe as regiões tropicais, como o Brasil, condenadas ao ‘atraso’ pelo predomínio da natureza sobre o homem. Descreve, de forma feérica, as ameaçadoras selvas brasileiras, habitadas por terríveis répteis, e exclui o país do progresso e civilização, devido ao esplendor da natureza e à barbárie de um povo ignorante e brutal: Tal é a profusão e abundância da vida que o Brasil se destaca entre todos os países do planeta. Mas, no meio desta ponta e esplendor da Natureza, não há lugar para o Homem”.

as principais premissas para a compreensão da relação entre o homem e a natureza e também aquele preocupado em estabelecer a História enquanto disciplina científica, baseada nas ciências naturais.

A compreensão de Buckle de que “a sociedade é a resultante de ações e reações: de ações da Natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a Natureza” (“A literatura brasileira contemporânea”, *Jornal O Globo*, 1975. E.E. 1ª. série, p. 37) tornou-se um instrumento de entrada de Capistrano na interpretação do país. E, por outro lado, o vaticínio ao atraso se transformou em um interlocutor oculto no texto. A importância de Buckle na crítica literária brasileira da “geração de 1870” foi estudada por Ventura (1991). O autor assinala o naturalismo determinista de Buckle e a adoção de suas concepções sobre a natureza tropical por autores como Araripe Junior, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, dos quais Silvio Romero, priorizado na análise de Ventura, procurou se afastar para incluir o elemento *raça* como preponderante na formação da sociedade brasileira, sem excluir a importância do *meio* (p. 92). Ao que parece, a questão colocada era sobre qual motivo atribuir maior responsabilidade pelo atraso da sociedade brasileira frente às civilizações européias, resposta para a qual concorriam esses dois elementos: *meio* e *raça*.

Capistrano adotou o *meio* como fundamental para explicar a formação do brasileiro, mas apontando também a reação inversa da relação entre o homem e a natureza: “tão verdadeiro é o conceito de BUCKLE, que o único progresso efetivo depende não da bondade da Natureza, mas da vontade do homem” (“A literatura brasileira contemporânea”, *Jornal O Globo*, 1975. E.E. 1ª. série, p. 43). Capistrano não utilizou em nenhum momento nesse artigo a idéia de que o brasileiro estaria inevitavelmente condenado ao atraso. Sua crença no progresso humano e, em certa medida no livre arbítrio, era ainda maior do que os fatores condenatórios “demonstrados” pela ciência e os valores europeus da época⁵⁵. Assumindo a importância do *meio* na constituição da singularidade da população que aqui se formou, o cearense procurou identificar de que maneira essa natureza conformou a subjetividade do brasileiro e em que momentos houve maior ou menor enfrentamento da natureza. Manter essa opção no momento em que o paradigma explicativo do atraso do brasileiro assim como a solução para esse problema era visto por meio de idéias de perfectibilidade e aperfeiçoamento

⁵⁵ A idéia de natureza, construída pós-romantismo, estava amplamente comprometida com a interpretação de superioridade da Europa diante dos demais continentes. Visão de mundo sustentada pelo predomínio europeu crescente em questões econômicas e políticas, nacionalistas, no surgimento do imperialismo ocidental, desenvolvimento científico e industrial e do próprio capitalismo. Além de eurocêntrico o paradigma ambientalista era completa e arraigadamente antropocêntrico e tornou-se um modelo de explicação do passado humano. A natureza seria entendida como “reflejo o uma causa de la condición humana, seja física, social o moral” (Arnold, 2000, p. 16).

racial foi importante para demarcar uma fissura no pensamento social brasileiro daqueles anos.

Das leituras de Buckle, Capistrano parece ter utilizado principalmente os aspectos relativos às formas de análise com ênfase nessa via de mão dupla, pouco enfatizada por Roberto Ventura (1991) quando aborda o autor inglês. A ênfase maior na forma de análise do que nas suas conclusões parece ser significativa para demarcar uma independência de Capistrano ao se propor a estudar a especificidade do país. Essa via de mão dupla do livro de Buckle que procuro ressaltar foi apontada por Baumer que ao traçar uma “história do pensamento ocidental” ressaltou essa especificidade do autor:

Tal como Claude Bernard na fisiologia, e quase na mesma altura, Buckle presumiu uma “universalidade”, uma “uniformidade”, isto é, um determinismo nos acontecimentos da história. No entanto, tal como Bernard, Buckle fez distinção entre o determinismo e o fatalismo. Os acontecimentos da história não eram nem o resultado do acaso nem de interferências sobrenaturais. As causas reconhecíveis nas massas, se não sempre no indivíduo, determinavam as ações dos homens – Buckle chamava isto a doutrina da Conexão Necessária. Mas estas causas eram mentais e físicas. Se o homem era modificado pela “natureza”, isto é, pelo clima, pela alimentação, pelo solo, pela biologia, então, por outro lado, também a natureza era modificada pelo homem, especialmente pelo espírito do homem ‘que se desenvolvia a si próprio de acordo com as condições da sua organização’. Os historiadores deviam verificar se era o espírito ou a natureza que mais influenciavam as ações humanas, e em que partes do mundo. (Baumer, 1977, p. 91)

A via de mão dupla, apresentada por Buckle parece mais significativa para se pensar os trabalhos de Capistrano, do que unicamente a via do determinismo ambiental. A perspectiva de constituição da sociedade de forma inter-relacionada acabaria por nortear seu pensamento, principalmente, por visualizar essas influências com intensidade muito variada no decorrer dos anos, ora prevalecendo os aspectos mentais, ora prevalecendo a natureza e ambos se influenciando de alguma maneira. Portanto, a mobilização que o historiador faz de cada autor que utiliza varia conforme o aspecto que contribui para melhor explicitar a compreensão que construía sobre a sociedade.

Acompanhando o artigo “Perfis Juvenis” pudemos perceber Capistrano atribuindo importância aos aspectos mentais, com ênfase no *germe* ou *sensação original* dos autores que analisou ressaltando as *tendências* próprias a cada indivíduo. A dualidade e complementaridade entre natureza em seus aspectos físicos e sua importância na constituição de aspectos psicológicos foi analisada por Capistrano através de outro autor, Stuart Glennie.

Como indicamos o artigo “A literatura brasileira contemporânea” inicia com uma citação do livro do autor inglês *In the Mordingland* em que é ressaltada a liberdade e a força do homem perante a natureza, que parece ser a tônica da visão de mundo adotada por Capistrano naqueles anos. Metodologicamente, Glennie foi importante para ajudar Capistrano a traçar como essa natureza influenciaria na constituição do brasileiro.

Duas categorias analíticas adotadas de Glennie são utilizadas por Capistrano no artigo. De um lado, as *forças* e os *aspectos da natureza*, que incluem o clima, o alimento e o solo, e, por outro lado, as *aparências da natureza*. Conforme explica Capistrano, as “forças e aparências da natureza têm um campo diverso de ação. As primeiras reagem principalmente sobre a estrutura social; as segundas, sobre a estrutura mental. Entretanto, como entre indivíduo e sociedade não existe diferença intrínseca, seus resultados são complementares.” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 40).

Vale ressaltar, que nesse período, o paradigma ambientalista possuía grande importância nas explicações eurocêntricas das sociedades. Contudo, as principais formas de abordagem desse paradigma não são consensuais. Para David Arnold, em seu livro *La naturaleza como problema histórico: médio, la cultura y la expansión de Europa* (2000, p. 17), pode ser visto de diferentes maneiras:

Hay casos en que se ve que es tan estrictamente determinista, que poco espacio deja al libre albedrío humano. El ambiente, por lo regular en la forma de clima y topografía, pero a veces también como enfermedad u otros peligros “naturales”, dicta las características físicas y mentales de una sociedad, sus modos de subsistencia, su vida cultural y sus instituciones políticas. Determina incluso si una sociedad será o no capaz de escalar las alturas de la civilización o quedará confinada a los abismos del salvajismo y la barbarie. Otros escritores, menos extremistas, se han inclinado por una posición “possibilista”: el medio físico restringe a las sociedades humanas de algunas maneras pero no de otras, o sólo lo hace en los estadios más primitivos del desarrollo humano. Mientras más madura y civilizada se vuelve una sociedad, menos expuesta se halla a ser esclava de la naturaleza: en realidad la marca de una civilización esta precisamente em su capacidad de elevarse por encima de las opresivas cortapisas ambientales. (Arnold, 2000, p. 17)

A crença de que natureza e cultura se encontravam ligadas dinamicamente e que a história está conectada com essa relação, produziu alguns paradigmas explicativos importantes para compreensão da história humana. Todas essas questões tiveram grande influência nas interpretações sobre o Brasil e na tentativa de que a história científica pudesse ser construída com os parâmetros das ciências naturais. A busca por leis constantes de

funcionamento da sociedade partia do estudo de elementos que pareciam mais estáveis que a sociedade. Capistrano assumia que o clima, o alimento e o solo, isolados ou combinados, exerceriam sobre a sociedade “influxo enorme: são antecedentes invariáveis de todos os fenômenos, são parcelas constantes de todo o produto, são o molde em que se vasam as energias sociais. Obstáculo ou auxílio, despertam necessidades, estorvam ou alentam usos, determinam disposições, e, agindo incessantemente, sua pressão é quase inelutável” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 38). O destaque para a antecedência desses fatores diante de todos os outros, sua constância e ação dupla, para o bem ou para o mal, são compreendidos como forte pressão, mas deixando alguma margem para a luta, para o embate, como demonstrado na análise dos “Perfis Juvenis”.

À proposição metodológica de Glennie adotada por Capistrano, como vimos, além do clima incluía outros dois elementos na análise das forças físicas: o alimento e o solo. Capistrano inicia suas considerações pelo clima, por compreender sua influência sobre os demais. Assim, escreve,

Embora haja zonas frias na extensão de nossa pátria, pode dizer-se que é quente seu clima, tanto mais quanto estamos no norte e o ponto de vista nortista será predominante.

Do fato característico dos climas quentes – a necessidade de menor oxigênio – muitas conseqüências resultam.

A respiração é menos viva, a combustão mais lenta, a circulação capilar mais demorada, as secreções biliosas mais abundantes, as funções menos ativas, e enfim a indolência mais natural.

Além de produzir indolência, o clima favorece de dois modos diretos: a alimentação e o solo. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 38)

Por sua vez, no que diz respeito à alimentação, Capistrano considera que

São dois os principais efeitos da comida: a conservação do calor e a reconstrução dos tecidos. Desde que é exigida menor quantidade de oxigênio, na mesma proporção diminui o carbono, que, combinado com o oxigênio, produz o calor orgânico. Ora, a diminuição do carbono importa na diminuição das comidas respiratórias. De outro lado, havendo menos exercício, por que a vida é mais fácil que nos climas frios, há menos gastos nos tecidos, menos necessidade de reconstrução, menos necessidade de comida plástica, por conseguinte.

O resultado é a sobriedade que caracteriza os climas quentes, tanto como a indolência, e que não é menos nociva, pois concorre para desenvolvê-la. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 38).

Para a construção dessa análise Capistrano recorre a informações médicas sobre o

país produzidas por Alphonse Rendu, descritas em *Études topographiques, médicales e agronomiques sur le Brésil*, de 1848⁵⁶. Conforme explica Flavio Edler, Rendu foi um médico francês e professor da Escola de Anatomia dos Hospitais de Paris que viajou ao Brasil como o objetivo de realizar estudos de geografia médica. Tinha como objetivo obter conhecimento sobre a nosologia dos trópicos a partir de observação direta (Edler, 2001, p. 933 e 934). O relatório de Rendu, publicado na França, em 1848, demonstrava algumas concepções bastante correntes sobre a natureza brasileira: bela e insalubre, devido ao calor e a umidade.

Alguns dos aspectos resumidos por Edler (2000, p. 935) do relatório do médico francês, em seu artigo *De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu*, são interessantes para fazer analogia à comprovação da relação entre a natureza e indivíduo/sociedade que Capistrano procurava. Nas palavras de Edler, para Rendu,

As crianças não teriam aquela fisionomia expansiva e alegre, nem os ares ingênuos que recomendariam uma boa educação. Aos sete anos já teriam a gravidade de um adulto. A juventude e a adolescência, por sua vez, contrastariam com a idade adulta, “quando a ausência de exercícios e o gênero de alimentação” causariam uma precoce obesidade. A ociosidade é apontada como um grande mal, em uma sociedade em que o trabalho é visto como uma desonra, tanto pelos jovens quanto pelas esposas, que, seqüestradas no interior do lar e invisíveis aos estranhos, ‘passam o dia inteiro espreitando a rua pela fresta das portas’. (Edler 2000, p. 935)

Rendu classificava a ociosidade do brasileiro como um grande mal e a não valorização do trabalho como um desvio moral. Quanto a Capistrano, no que diz respeito à alimentação referia-se à necessidade diminuta de variedade e por conseqüência menor atividade para produzi-la. Assumia alguns dos argumentos de Buckle sobre a diferença entre os habitantes de clima frio e os de clima quente, mas não trouxe para a análise a idéia de condenação ao atraso a que o país estaria destinado, devido às forças ambientais. Capistrano se apega ferrenhamente às explicações científicas enquanto repositório de dados, informações “cientificamente produzidas” sobre as características do ambiente e sua influência na constituição da *indolência* e *sobriedade* do brasileiro. No entanto, remetia a um estado de “normalidade”, de coerência frente às condições a que o brasileiro estava submetido. Ao diminuir o tom de fatalidade e prescrição remetia as características negativas assinaladas a uma situação que poderia ser provisória.

O clima e a alimentação seriam *forças físicas* responsáveis por esse perfil psicológico

⁵⁶ Segundo Edler (2000), Rendu foi “encarregado pelo Ministério da Instrução Pública de seu país de partir para o Brasil com a missão de estudar, durante um ano, ‘as doenças que acometem mais frequentemente os habitantes locais e os europeus que aqui vinham se fixar’.”

e pela estrutura social decorrente. Essa tese poderia ser verificada segundo Capistrano, em manuscrito de Alexandre Rodrigues Ferreira, encontrado na Biblioteca Nacional, intitulado *Observações gerais e particulares sobre a classe dos Mammaes observados nos territórios dos três rios: Amazonas, Negro e Madeira, etc.*, em que o autor apresenta “algumas considerações muito sensatas sobre a relação entre o estado social dos indígenas e as condições físicas, que se remetem à sociedade brasileira contemporânea” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 39). Haveria, desta forma, uma explicação para o fato de a população que habitava as terras brasílicas não ser desenvolvida conforme os parâmetros europeus. Somente o influxo de impulsos exteriores tornaria possível sair do estado de ataraxia em que os habitantes do país se encontravam desde os primeiros anos que aqui se fizeram. Pensando assim, Capistrano afastava-se da condenação do Brasil ao atraso, acreditando na possibilidade de desenvolvimento do país desde que se abrisse à exterioridade, sem se render, mas para melhor desenvolver seu “germe original”, forças ou potencialidades históricas.

Para sustentar essa perspectiva otimista a utilização de Capistrano dos autores europeus vinculou-se de forma mais enfática ao método científico do que propriamente aos aspectos conclusivos desses autores, permitindo ao Brasil algumas válvulas de escape que poderiam garantir sua independência e o que parecia lhe ser mais caro: a autonomia. Capistrano não se baseava na noção de raça para construir suas explicações sobre o passado brasileiro, seu presente ou seu futuro, na chave que se consolidou no final do XIX e início do XX, dividida entre concepções poligenistas e monogenistas com seu pessimismo ou otimismo⁵⁷. Sua ênfase nas questões ambientais, com alguns tons do período Romântico e do naturalismo brasileiro, também marcado pela dualidade otimismo/pessimismo decorrente não da raça, mas do meio, foi construída de maneira diferenciada por sua prática científica. Esta prática não garantiria a certeza do desenvolvimento do país, mas manteria aberta a sua perspectiva.

Capistrano valoriza a visão da natureza do período romântico em que a natureza tropical era positivada por sua exuberância, conforme as concepções difundidas por

⁵⁷ Para situar Gilberto Freire no debate sobre os destinos do país que o antecederam, Araújo assim desenvolve os dois movimentos: “o poligenismo, com seu exclusivismo étnico, dando substância erudita a reflexões, como as introduzidas por Agassiz, que condenavam o país ao fracasso em virtude da ampla acolhida que aqui teve a mestiçagem, pois é lógico que, se as raças possuíam origens totalmente incompatíveis, o seu intercâmbio só poderia nos trazer a esterilidade e a ruína. E o monogenismo, mais abrangente, capaz de postular a disseminação da herança ocidental desde que sob o seu mais estrito controle, tornando intelectualmente possível uma fórmula como a do branqueamento que, ao contrário inclusive do que Skidmore (1976) supõe, não era uma solução peculiar ou originalmente brasileira, tendo sido mesmo objeto de grande atenção no ambiente cultural francês nos anos que se seguiram à Revolução” (Araújo, 2005, p. 35).

Humboldt. As duas perspectivas sobre a natureza dos trópicos, apresentadas pelos viajantes e cientistas europeus, encontravam-se de forma tensa em sua análise, destacando-se a ambiguidade que vai marcar seu estilo de escrita e de interpretação sobre o país.

O calor e a umidade, condições indispensáveis à fertilidade do terreno, reúnem-se em nossa pátria, - quente por sua posição geográfica, - úmida pelas suas circunstâncias meteorológicas, pela extensão do litoral, pelo desenvolvimento do sistema hidrográfico. Daí essa natureza exuberante, estas matas sombrias como os arcanos do coração e perfumosas como os anelos da esperança; estes vales e serras de que o germe brota pujante como as ilusões de um cérebro de quinze anos, as magnificências que nos circundam, as grandezas que nos esmagam. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 30).

A natureza é vista como motivo de boas sensações e como provedora da condição paradisíaca da fertilidade. Por vezes, Capistrano recorre em sua análise à natureza exuberante, no sentido de encantadora e grandiosa, e não à natureza insalubre, causadora de enfermidades, visão praticamente consensual entre os europeus e presente em todos os livros que Capistrano se baseava para escrever esse artigo, tais como Agassiz, Rendu, Buckle. A escolha desse viés pretendia tornar “natural” uma *tendência* própria à situação dos habitantes do país, pela conformação de um subjetivismo que não via necessidade de se opor *as magnificências que nos circundam* que são também as *grandezas que nos esmagam*. Em suas palavras,

Esta situação, que faz do Brasil um dos mais belos países do mundo, faz de seus habitantes um dos povos mais fracos. De fato, desde que a fertilidade é tão espantosa, entregamo-nos ao trabalho o menos possível, já que não podemos prescindir dele. E não só o trabalho é quase dispensável, como por vezes é impossível em nosso estado de desenvolvimento. A civilização é a vitória do Homem contra a Natureza, segundo a expressão de BUCKLE; e como podemos nós lutar contra inimigo tão poderoso, sem ciência, sem indústria? (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 39).

A civilização é entendida por Capistrano como uma “*tendência herdada*” que se baseia na “*neutralização*” dos efeitos das forças e leis físicas da natureza. Sem essa tentativa de neutralização de forças tão influentes sobre os homens, a civilização não se realizaria. Se a tendência era seguir o projeto de civilização como legado dos europeus, a natureza passava a ser vista como uma inimiga poderosa. Responsável por sensações maravilhosas e imaginações criativas, a natureza também levava à *indolência* e *sobriedade* do habitante fraco do país, sem energias físicas para se sobrepor a ela.

Neste quadro, como veremos mais tarde, Capistrano analisa a forma pela qual o Império português ocupou e administrou a sua colônia das Américas. Ora, se a civilização europeia pode ser vista como legado, por que não herdamos a ciência e a indústria lá melhor desenvolvidas por suas condições ambientais e que deveriam ser trazidos ao país pelos colonizadores? Ferramentas imprescindíveis com as quais poderia ser promovida uma luta mais justa contra a natureza visando a constituição da civilização nos trópicos. Em resumo, as *forças físicas* tanto pelas facilidades quanto pelas dificuldades oferecidas, tendiam “*a amesquinhar direta, ou indiretamente, o Homem*” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 40).

O outro elemento fundamental da análise empreendida por Capistrano a partir de Glenie são as *aparências da natureza*, responsáveis pela estrutura mental do indivíduo e, por conseguinte, da sociedade. Para o autor, este elemento poderia ser identificado principalmente a partir do estudo dos contos populares. Dizia ele

Em longas noites cintilantes, enquanto os raios da lua esmaltam as paisagens de uma pubescência de prata, e as estrelas, como louras piabas, surgem tímidas à flor da imensidão, a alma enlança-se, a imaginação arroja-se e a inspiração popular tenta exprimir as emoções que a abalam e subjagam. Nada de mais colorido e vário que estas criações do povo brasileiro, róseas como os arrebóis que irisam as fimbrias roçagantes do horizonte, sublimes como as perspectivas infindas que se rasgam no seio dos mares, lóbregas e abruptas como o grito que se quebra entre as gargantas da serra. Entretanto, por mais várias que sejam, em todas elas há um sentimento predominante: é a opressão, o acabrunhamento, esta situação tão bem descrita pelo poeta, em que o espírito
“Tem um alívio, acha uma angústia
Linha em brasido, vulcão no mar”
 (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 40).

O povo, nessa interpretação de Capistrano, sofria maior influência da natureza devido a quase inexistência de fatores que se opusessem a ela, traduzindo em suas criações este estado emocional que muito mais tarde chegou à literatura através de José de Alencar. Para construir essa relação o historiador usa o conto *Gaúcho* como exemplo e destaca, entre os escritores contemporâneos, Araripe Júnior, seu conterrâneo, como melhor tradutor dessa sensação.

Além dos contos populares que exprimem tal situação Capistrano recorre à música e à dança

(...) Daí a necessidade da música a mais subjetiva das artes, a que por sua

semelhança com o grito, pode única manifestar os segredos do coração. A música é tão natural e tão espontânea no Brasil, que os indígenas a conheciam e cultivavam, um dos primeiros cronistas, Lery, se não me engano, descreve com emoção os seus efeitos encantadores entre os “selvagens”.

A sua combinação com a dança tendeu a desenvolvê-la e a tornar o samba uma das mais fiéis expressões do povo brasileiro. Com efeito, o samba pertence-nos como os jogos olímpicos à Helade e os gladiadores à Roma. Examinai-o, estudai-o com simpatia, e vereis quanta luz projetam sobre o caráter nacional os sons melancólicos da viola, a inspiração cismarenta do *cantador*, as danças, ora tristonhas e indolentes, ora ressumbrando no calambachado do baião e no sapateado do pesqueiro um não sei quê de vertiginoso e exaltado. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 41).

Ao que pese a força da natureza do país e as leituras européias sobre ela, a partir fontes literárias, médicas e de viajantes estrangeiros, Capistrano procurava destacar o que singularizaria o caráter do brasileiro. Com simpatia pelo “molde” – a natureza, que envasava, modelava o indivíduo e produzia o que lhe seria mais próprio: o samba, a música, os contos comparáveis aos símbolos da história clássica de gregos e romanos. Também a natureza era o molde que transformava o povo brasileiro em indolente e exaltado, melancólico e nervoso. Como numa relação dialética entre os possíveis fatores positivos que singularizariam a pátria, apresentados sempre com retórica romanceada e o vaticínio científico: “*por mais vários que sejam seus sentimentos, a todos sobrepuja o alumbramento, o desânimo, a consciência da escravidão às leis mesológicas*” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 42).

O indígena era o melhor representante dessa escravidão mesológica:

Prova-o o estudo dos indígenas. Podemos dizê-los o produto da Natureza brasileira (...).

O característico da constituição mental dos Tupis era a hipertrofia da sensibilidade. A inteligência ficava sopitada sob a exuberância da Natureza e a facilidade da existência; a vontade sem impulsos vegetava mesquinha; tudo o que eles tinham de vivaz concentrava-se na emoção. É isto que em grande parte explica o seu estado: o subjetivismo era tão profundo que não podia desenvolver-se a cooperação, base de todo governo, segundo COMTE. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 38). (EE 1ª. Série, 1975, p. 43).

Capistrano supõe uma condição de igualdade natural da população indígena frente a qualquer outro grupo humano. Vejamos bem que a inteligência da população “nativa” não era inexistente, estava apenas adormecida pela pressão da natureza exuberante e pela facilidade da existência. A vontade, como sentimento próprio ao ser humano, existia, apenas não se

encontrava estímulos para expandi-la. Como qualquer outro povo, se as condições fossem diferentes, os indígenas poderiam desenvolver outras habilidades. A condição de abundância alimentar oferecida pela natureza brasileira, possibilitava ao indígena, por *fraternidade* ou *interesse de outra espécie*, devorar ou matar os inimigos capturados ao invés de escravizá-los e desenvolver a economia.

Neste momento, Capistrano não possuía uma opinião declarada sobre a tese de Martius, segundo a qual os indígenas brasileiros seriam “*resíduo degenerado de uma civilização outrora florescente*”. Para ele, tanto a tese decadentista quanto as evidências do estágio de desenvolvimento em que foram encontrados, explicavam-se da mesma maneira: “a ação das leis mesológicas”. O subjetivismo dos Tupis é um dos elementos destacados para compor o carácter nacional como pudemos perceber na análise sobre Casimiro de Abreu em “Perfis Juvenis”, no qual o subjetivismo também aparecia na produção literária, como emoção constitutiva que a caracterizaria, e isto, ainda, na metade do século XIX, *três séculos depois*.

Importante ressaltar os significados dos antecedentes históricos para Capistrano na elaboração de suas reflexões sobre a sociedade. Tais antecedentes perduravam como força constitutiva na população que aqui se reuniu. Isso porque ele tinha em mente que a formação física e mental se dava com o decorrer do tempo e suas transformações não eram fruto de revoluções. A atrofia e o subjetivismo foram resultado da pressão das leis mesológicas e uma alteração nessa base profundamente sedimentada nos habitantes do país poderia ocorrer somente com impulsos que modificassem as vontades. “Tão verdadeiro é o conceito de BUCKLE, que o único progresso efetivo depende não da bondade da Natureza, mas da energia do homem” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 43). A percepção da história a partir de aspectos da longa duração fornecia sentidos para a compreensão da sociedade e literatura de seu tempo.

Logo após a análise sobre as condições mesológicas, Capistrano aborda a questão racial, seguindo a agenda proposta por Martius⁵⁸ na idéia de que a história do Brasil deveria ser escrita a partir da abordagem das três raças formadoras: o indígena, o português e o negro. Considerava exata a proposição do naturalista bávaro de que a lei do paralelogramo das forças seria a aplicação ideal para melhor precisar a constituição da nacionalidade brasileira, mas era inviável, para ele, naquele momento. “Nada mais exato; porém, atualmente, nada mais

⁵⁸ Capistrano considerava a proposta de Martius um referencial importante para a escrita da história do Brasil, embora criticasse algumas de suas concepções. “Não obstante certas recomendações pueris sobre o formato da obra, o estilo preferível e os sentimentos a manifestar, a memória de MARTIUS é deveras notável e o programa que traça tem muita coisa de aproveitável” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 43).

inexeqüível; ainda não podemos determinar a intensidade dos agentes que cooperaram, e ao historiador do futuro compete fixar a resultante” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 45).

A questão racial aparece na escrita de Capistrano de forma mais nebulosa que a abordagem climática. Toda a argumentação sobre o tema está baseada em Spencer e se mantém no nível da conjectura. Vejamos:

A raça pode considerar-se como um agente físico, porém é mais que um agente físico. A inteligência se manifesta pelo sistema nervoso e, se, com SPENCER, admitirmos que as mudanças estruturais deste são o resultado pouco a pouco acumulado de suas mudanças funcionais; se admitirmos a realidade do atavismo, a raça implica predisposições, é um fator intelectual, superorgânico. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p.45).

A questão permanece aberta. A predisposição racial, com base na acumulação das mudanças funcionais ocorridas no decorrer do tempo, é uma possibilidade explicativa adotada por Capistrano com certa desconfiança. Haveria, portanto, dois tipos de herança. Uma que teria relação direta com as condições ambientais e históricas que envolviam a sociedade e a conformavam, assim como eram conformadas por ela; e, outra, que dizia respeito a alguma especificidade racial a qual fugia à capacidade do historiador de abordá-la com maior propriedade.

Conforme havíamos sugerido, Capistrano tece apenas algumas considerações sobre a “raça portuguesa”, seguindo a metodologia anteriormente usada: os antecedentes históricos e as ações mesológicas na formação psicológica do indivíduo e da sociedade. O aspecto racial liga-se muito mais à concepção de “povo” de determinado país do que propriamente à de raça biológica. Neste sentido, podemos afirmar que o português aparece menos como um dos elementos da proposta de escrita de história de Martius e mais como vetor da civilização, de um modo mais próximo, portanto, da proposta interpretativa de Buckle. Na descrição de Capistrano,

Os portugueses representaram nobre papel nos anais da humanidade: conquistaram reinos, fundaram impérios, descobriram mundos, “libertaram-se das leis da morte”, na expressão de seu poeta. Ocupando área insignificante, parecia que a fatalidade lhes marcara raias que não conseguiriam transpor. Conseguiram-no, entretanto, e a tangente de sua passagem fulgurará sempre no céu da História. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 45).

Entre o auge do povo Português e sua decadência, explicada por Teófilo Braga, Oliveira Martins e Buckle, Capistrano destaca algumas características consideradas mais adequadas para a sua análise e para a qual, segundo ele, os autores convergiam: “*o caráter versátil, ondeante e até sentimental do povo de que descendemos*” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 4.)

No Brasil este caráter devia expandir-se e exagerar-se, por que assim o exigiam as circunstâncias físicas. Embora considere estéreis e infundadas as divagações e fantasias dos que lastimam a derrota dos holandeses, não posso negar que, povoado por estes, o Brasil se nos apresentaria com um aspecto mui diverso. Uma raça forte, persistente, teria travado mais cedo a luta contra a Natureza, e, limitando seu influxo, teria apressado o dia do progresso.

Contudo, Capistrano não se limita a uma explicação em torno do caráter instável do português, oposição a força e constância do holandês. Para o autor, era preciso também levar em consideração fatores históricos, pois,

Com a descoberta do Brasil coincidiram as conquistas e descobertas da Ásia, que tanto influíram sobre a ação administrativa e sobre a corrente da emigração. Realmente, na Ásia havia riquezas acumuladas, cidades potentes, inimigos religiosos, imensa messe de glória a colher. Lá fulgiam a honra imaculada de D. João de Castro, o heroísmo de um Almeida, a espada flamejante de um Albuquerque. Para lá, impelia o triplo incentivo da crença, da ambição e da nomeada. Aqui, havia riquezas imensas, mas disseminadas.

Assim, nos primeiros tempos da colonização, também por circunstâncias históricas, os portugueses não exerceram integralmente seu papel de europeu civilizador. Como escreve Capistrano,

Havia inimigos valentes, porém a morte era tão certa quanto obscura. Motivo religioso não existia; pois para crer-se que os americanos tinham alma, foi necessário uma ordem de Roma. Nestas circunstâncias o governo português quase não prestou atenção à colônia, e nos primeiros tempos a emigração compôs-se quase que exclusivamente de judeus, especuladores, sentenciados, de homens, enfim, guiados pelo interesse, ou atraídos pela esperança da impunidade. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 46)

Assim, Capistrano articulava as principais características de um primeiro período da

história da sociedade brasileira. As *forças físicas* e a *aparência da natureza* que resultaram na população que povoava as terras americanas, junto ao português, representante do europeu cujo caráter não era dos mais fortes e com energia pouco vibrante, contribuíram para que não houvesse uma modificação significativa na vontade de vencer a natureza. A natureza continuaria a imprimir, mesmo com a colonização, o seu próprio ritmo à população que aqui florescia.

Contudo, ainda com esses limites, o simples transplante da civilização portuguesa para terras americanas desencadeou mudanças. Essa transformação operada em terras brasileiras foi relacionada à lei sociológica do *consensus*, em que “*fatores e produto, órgãos e funções estão intimamente ligados, substancialmente unidos. Nada existe fortuito: tudo é regular, tudo é necessário, tudo concorre; modificar uma parcela é modificar o total*” (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 51). Uma lei, segundo o próprio autor, originalmente biológica, mas que estava sendo aplicada, desde 1850, por Stuart Glennie às ciências inorgânicas. Além do determinismo sociológico, outra questão intrinsecamente a ela vinculada é a idéia de relação do todo com as partes e das partes com o todo,

A civilização portuguesa, mudando de meio físico, devia mudar totalmente de estrutura: as *forças* da Natureza são potencialidades sociológicas, as *aparências* da Natureza são possibilidades psíquicas, e se a alteração se limitasse a isto, tanto bastava para causar uma revulsão. Mas a alteração não se limitou a isto. Com o meio físico se deslocaram os centros econômicos, governativos, o meio social em suma.

As transformações para os portugueses obedeciam também a fatores históricos em que o peso das instituições e do meio social do qual advinham exercia tanta influência quanto os fatores naturais aqui encontrados. A transferência efetiva das instituições é que poderia transformar as estruturas sociais produzidas no Brasil se tivessem sido realmente transplantadas para o país e, quem sabe, contribuiriam para criar resistências ao influxo do *meio*, devido ao caráter conformador dessas instituições. No entanto:

Os portugueses não compreenderam que uma sociedade independente surgiria fatalmente, ou antes, fizeram tudo para impedi-la. Segregaram-nos do mundo, estorvaram a emigração, sufocaram a indústria. Colonos, estávamos destinados a permanecer eternamente sob o jugo, e os nossos interesses subordinavam-se aos do reino e até aos das outras colônias. Aparentemente a explosão emancipadora derrocou seus planos, mas vimos que, revolução, simplesmente política, sua ação foi antes funcional do que

orgânica. Embora benéfico, o impulso foi impotente. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 52).

Essa é uma questão importante nas reflexões de Capistrano naquele momento. O desejo do reino português em manter a colônia dominada econômica e intelectualmente, impedindo que aqui se desenvolvesse a indústria, o jornalismo, a ciência e a política, acanhou o desenvolvimento pleno do organismo social. Sendo assim, nem mesmo uma “revolução política”, como teria sido a Independência, foi um impulso suficiente para fazer o país acompanhar o progresso que almejava, mas não possuía, efetivamente, energias necessárias para promovê-lo. A Independência, como vimos, não provocou inspiração em Casimiro e não se refletiu em sua obra, assim como a “explosão emancipadora por si mesma não teria garantido um impulso maior para estruturação do país, garantindo seu desenvolvimento. “*A natureza não pula*” e um momento de transição seria necessário. Para Capistrano as transformações necessárias ao país passavam pelo incremento de sua infraestrutura de comunicação, educação, indústria, agricultura. Condições que teriam sido negadas ao Brasil por Portugal, produzindo a atrofia em seu organismo. Essas transformações não ocorreriam de um momento para o outro, exigiriam um momento de transição.

De fato, toda a ordem real se modifica espontaneamente pelo exercício, segundo diz COMTE, e o exercício três vezes secular da civilização brasileira transformara de *fond en comble* os elementos iniciais. A lei da transformação pode formular-se assim: o órgão se desenvolve à medida que a função se estende; no Brasil as funções acanharam-se e o organismo atrofiou-se.

Para combater a atrofia, a revolução, como disse, era improfícua: *natura non facit saltus*. Por mais complexos, os fenômenos sociológicos são mais modificáveis; porém a intervenção quase sempre se limita a influir sobre a intensidade e velocidade do movimento. Pode tornar-se mais rápida a transição; não se pode prescindir dela. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 52).

Aqui tudo se diferenciava, pois era um novo lugar, em que o peso das poucas instituições transplantadas era relativizado devido, em grande medida, ao próprio descaso do reino para com a colônia, mas também e principalmente, devido aos fatores que singularizavam a vida no novo ambiente. O progresso não veio tão rápido quanto poderia ter vindo com a vitória dos holandeses, pois o caráter *ondeante*, *versátil* e *sentimental* do povo português tendia a expandir-se mais em ambiente propício como era o da natureza dos trópicos e do caráter de seus habitantes. Desta forma, não há um tom totalmente depreciativo

ao atraso relativo do progresso social no Brasil, pois fora esse atraso que possibilitou a formação de um povo diferenciado, que se individualizou diante do colonizador e que seguia, embora lentamente, as “luzes” do progresso, apresentando um “estado de fermentação, de empirismo, de aprendizagem”.

A natureza, nesse sentido, mesmo sendo um fator determinante não tem uma dimensão fatalista, podendo ser vencida com a vontade, com os recursos e instituições produzidas pela civilização que poderiam impulsionar, estimular a população que se fazia no país. A raça, portanto, teria relação com um povo que se formava a partir de certas circunstâncias inter-relacionadas cujas forças e aspectos da natureza tinham grande importância, mas cuja vontade e as energias eram decisivas para definir os ritmos e intensidades das mudanças necessárias para se atingir a finalidade teleológica da civilização, mas uma civilização desenvolvida a partir de suas próprias tendências, liberta do sentimento inferioridade com relação à metrópole portuguesa ou à Europa, aberta às influências exteriores mas livre da mera cópia⁵⁹.

Como o catalético, que sente a consciência da vida de envolta com a pressão da morte, nós sentimos a atração do progresso e somos obrigados a estacionar. Ao mesmo tempo duas tendências diversas elaboram a sociedade: integração e diferenciação; diferenciação do sistema que herdamos, integração e adaptação ao sistema que se forma. Forças correlativas e complementares, não se desenvolvem com a mesma intensidade, nem na mesma proporção: como sempre, à decomposição precede o movimento orgânico. Assim ao passo que temos instituições como as da Europa, as funções estão alteradas, a plenitude vital mutilada, a significação é diferente. No *struggle for life*, perderam-se ao mesmo tempo, se ganharam novas propriedades. Daí este estado de fermentação, de empirismo, de aprendizagem. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 53).

A idéia de que a natureza não dá saltos é a mesma para a história, que, quanto mais complexa, mais possibilidade tem de transformação, mas sem mudanças bruscas. No caso da formação da sociedade brasileira a simultaneidade de duas tendências, *integração* e *diferenciação*, exigia um movimento mais lento devido à complexidade dos fatores envolvidos e a presença de uma força por vezes maior que a própria vontade. Uma transição rápida, provocada por um fato abrupto, como a idéia de revolução, ou mesmo a declaração da Independência poderia significar uma transformação apenas parcial. A sociedade da qual Capistrano fala é uma sociedade em movimento, indefinida, incompleta, em que as forças que

⁵⁹ O sentimento de inferioridade é visto por Capistrano como negativo, tanto com relação à Portugal quanto com relação à Europa, situação que precisava ser alterada. (“A literatura brasileira contemporânea”, 1875)

agem através dela e sobre ela, embora correlativas e complementares, não se desenvolviam na mesma intensidade e proporção.

Para Capistrano as funções adulteradas/atrofiadas no organismo brasileiro poderiam ser vistas também no jornalismo, na ciência, no teatro. Algum progresso, por outro lado, era perceptível na agricultura, comércio, engenharia, cirurgia, na fabricação de penas, charutos, velas, “nas pequenas indústrias que desde que surgiram não cessaram mais” (idem p. 55-56). A aplicação da lei do consensus na interpretação da sociedade brasileira mostrava-se em sua avaliação totalmente verdadeira. “Nos elementos mais progressivos, como nos elementos mais estacionários que examinamos, enxergamos sempre os mesmos caracteres, que individualizam a sociedade brasileira” (idem p. 54).

Por outro lado havia um horizonte que, talvez, devido a sua forte ligação com o pensamento comteano, estivesse voltado para um futuro mais promissor, pois o progresso seria o curso natural da humanidade. Nesse sentido, a compreensão positivista corrente de “identidade do destino humano” (Laraia, 1986, p. 169) comporta bem o “necessário” momento de transição a ser vivido pelos grupos humanos que se encontravam no país. Interpretar a sociedade brasileira, portanto, significava fazer um diagnóstico, em princípio sem condenação ao atraso, mas percebendo seus elementos constituidores.

Na aplicação de Capistrano, o *struggle for life* dizia respeito a transformação do organismo, que ganha e perde propriedades. O resultado final não é predizível, apenas é possível identificar as tendências do movimento. Assim, no Brasil, o português, o indígena e o negro aos poucos se desfaziam e se refaziam, tornando-se outro povo: o brasileiro. É dessas idéias de desenvolvimento do organismo que Capistrano levaria consigo e que se configurou no decorrer do tempo numa de suas principais dúvidas na interpretação do Brasil: o movimento da história do país e da sociedade caminharia para a formação plena ou para sua dissolução?

Através de Darwin e Spencer, Capistrano podia ver uma história mais dinâmica e mais dependente do passado e, ao mesmo tempo, aberta às possibilidades do futuro, já que ficariam comprovadas as transformações da “*reação do aspecto dinâmico sobre a constituição estática*” antevistas por Comte na influência de uma geração sobre a outra, na esfera dos fenômenos sociológicos. Capistrano exercitava assim sua atitude científica, articulando teoria com fontes primárias para melhor estabelecer qual era a sociedade que a literatura brasileira exprimiria. No tópico seguinte será possível visualizar melhor as perspectivas investigativas de Capistrano em seu debate com Silvio Romero.

1.4.1. O Debate com Silvio Romero

Um dos artigos mais contundentes de Capistrano foi escrito e publicado um ano depois de “A literatura brasileira contemporânea”, também no jornal *O Globo*, em 21 de janeiro de 1876. Era uma provocação ao compêndio de artigos publicado por Silvio Romero, intitulado *Etnologia Selvagem: estudo sobre a memória “Região e raças selvagens do Brasil” do dr. Couto de Magalhães*. É sobre as considerações de Silvio Romero que Capistrano se detém.

No artigo “A literatura brasileira contemporânea” Capistrano já trazia manifesto o interesse de se inserir no debate sobre a formação do povo brasileiro e a contraposição com Romero lhe pareceu um bom caminho para expor suas idéias. À época, Capistrano não estava bem estabelecido profissionalmente e continuava pouco conhecido⁶⁰. Nem por isso deixou de expressar de forma veemente suas idéias, fazendo de Silvio Romero seu opositor privilegiado naquele momento⁶¹. Dizia Capistrano sobre o artigo do opositor

Este artigo abunda em singularidades que não direi, como o autor, merecerem justa punição; mas que em todo o caso mereciam de quem os escreveu mais seriedade e estudo. É impossível em tão pouco emitir idéias tão incongruentes, baseadas em argumentos tão fracos, tudo em nome da crítica moderna. A crítica moderna... se por outros títulos não reconhecesse a ilustração do Sr. Silvio Romero, diria: pobre crítica! És com efeito tão moderna que teus maiores admiradores ainda não puderam aprender em que consiste.

A atenção de Capistrano centrava no título complementar do livro, *O Caráter Nacional e as origens do Povo Brasileiro*⁶², texto publicado como apêndice à Memória de Couto de Magalhães.

A tese que o Sr. Sílvio Romero defende pode resumir-se assim: o brasileiro

⁶⁰ Neste período Capistrano exerce as seguintes atividades: - 1874 atividades de crítica literária; 1875 – mudou-se para o Rio, escreveu no Jornal “O Globo”; 1876 – 1879 – Ensinava no Colégio Aquino; 1879 – começou a trabalhar na Biblioteca Nacional – participou na produção do Catálogo da Exposição de História do Brasil; 1883 - assume como professor no Colégio Pedro II; 1887 – torna-se membro do IHGB; 1898 – é colocado à disposição do Colégio Pedro II em virtude da mudança da disciplina (de História do Brasil para História Universal).

⁶¹ Silvio Romero havia escrito e publicado o compêndio ainda em Sergipe, em 1875 e, ao que consta teria mudado para o Rio de Janeiro apenas em 1879.

⁶² Publicado pela Typografia da Província, Sergipe, 1875.

distingue-se do português não por causa da natureza, porque esta teve lugar contra a estreiteza do tempo e contra a civilização européia; não por causa da mescla com o tupi, porque o homem geológico, o homem da idade da pedra não pode ser numeroso; logo que o notades de diverso entre o brasileiro e o seu ascendente europeu atribuí-lo em sua máxima parte ao preto. Chegamos pois a uma fórmula que podemos exprimir assim: brasileiro = português + negro.

Apresentada a tese, Capistrano procurou desconstruir a argumentação do autor fazendo uso das leituras correntes, comuns a ambos, mas explicitando suas diferenças interpretativas. A forma escolhida para se opor a Romero é a de uma controvérsia científica. Apresentou a tese principal do contendor, para, em seguida, fazendo duas longas citações de Thomas Buckle, demonstrar intimidade com a bibliografia usada por Romero. A primeira citação do autor inglês diz respeito a falta de fixidez das raças:

Eu cordialmente subscrevo ao ressaltar do melhor pensador de nosso tempo, que falou da suposta diferença da raça de modo vulgar, escapando da consideração do efeito da influencia social e moral na mente humana, o mais vulgar é que atribuem a diversidade de conduta e caráter às diferenças naturais inerentes.

Ordinariamente escritores constantemente caem no erro de assumir a existência desta diferença, que pode ou não pode existir mas que mais certamente nunca foi provada. Alguma singular instancia disto poderá ser encontrada na Europa de Alison... onde o historiador pensa que por um pouco de força de sua caneta ele pode assentar uma questão de grande dificuldade conectada com algum dos mais intrincados problemas em fisiologia (Buckle, *Civilization in England*, vol. I, p. 40 apud Abreu, E.E. 4ª. Série, 1976, p. 4).⁶³

A citação de Buckle é fundamental para a construção do argumento de Capistrano. Por meio dela o autor se contrapõe ao determinismo racial. Prosseguindo em sua argumentação, Capistrano recusa também a natureza como fator exclusivo na formação das sociedades. Em suas palavras,

Sem dúvida a natureza, com suas forças e seus aspectos e a raça, que admitimo-la como produto daquela, quer a consideremos como fator originário e irredutível, são dois motores que pesam fortemente na feitura de um caráter nacional e por conseguinte na estrutura da sociedade. Entretanto

⁶³ I cordially subscribe to the remark of the greatest thinkers of our time, Who says of the supposed difference of race of all vulgar modes of escaping from the consideration of the effect of social and moral influence on the human mind, the most vulgar is that of attributing the diversities of conduct and character to the inherent natural differences... Ordinary writers are constantly falling into the error of assuming the existence of this difference, which may or may not exist but which most assuredly has never been proved. Some singular instance of this will be found in Alison's Europe... where the historian thinks that by a few strokes of his pen he can settle a question of the greatest difficulty connected with some of the most intricate problems in physiology".

não são os únicos. Se eles agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio social de efeito passa a ser causa; de resultado passa a ser componente.

Enquanto Silvio Romero considerou a natureza e a raça como “motores” na constituição de um caráter nacional, Capistrano os nuançou significativamente, utilizando-se de outra afirmativa tomada de Buckle: “se natureza e raça agem sobre as sociedades as sociedades também agem sobre elas”. Evidencia assim, um quadro interpretativo complexo e dinâmico, o qual pretendeu desenvolver no investimento intelectual de sua vida.

A tese de Romero ia de encontro à compreensão de Capistrano sobre a formação do povo brasileiro. O primeiro, como vimos, afirmava que o brasileiro era o resultado da mistura entre o português e o negro, minimizando ou quase anulando a importância do indígena em sua composição⁶⁴. Já para Capistrano a influência indígena no trabalho de gestação de um novo povo era incontestável, embora difícil definir em que medida. De todo modo, este papel atribuído ao indígena estava relacionado ao fato de, nativo das terras do Brasil, estar melhor adaptado às forças físicas e aos aspectos da natureza. Esta adaptação ao meio contribuiria de forma basilar para o amalgamento dos outros dois elementos exógenos, o negro e o português. Além do mais, no entendimento de Capistrano corroborado pela citação de Buckle, não seria possível afirmar que a diferenciação entre as raças se daria única e exclusivamente por características naturais que lhe seriam inerentes.

Assim, os estudos sobre os Estados Unidos vinham corroborar seus argumentos sobre a infixidez das raças, exatamente por causa da ação do meio:

⁶⁴ A esse respeito, no decorrer do artigo, Capistrano aponta uma contradição nos escritos de Romero. Num primeiro momento Romero enaltece a civilização portuguesa afirmando: “Somos um povo moderno oriundo de outro também comparativamente civilizado. Os portugueses trouxeram para a sua vasta colônia sua língua adiantada, que ia cantar Camões, sua religião, que os apologistas apontam como a mais fecunda autora da civilização européia, e suas instituições já maduras. Nossos progenitores estavam em um período brilhante de sua história. Na ordem política era uma época de fulgor: nas letras o brilho também refulgia. Os conquistadores, direi melhor, os colonizadores trouxeram à terra americana suas tradições de grandeza, seus costumes polidos. Na altura em que se achavam não seriam três séculos que os fariam mudar de rumo”. No mesmo texto, adiante, o autor assim se refere aos portugueses: “Raros e diminutos foram os primeiros bandos de colonizadores. Ignorantes, ao lado do caboclo e mais tarde do africano, ainda mais ignorantes do que eles, protraíram por três séculos em um estado de atraso intelectual e de acanhamento de progresso material a colônia portuguesa, que só nos fins do século passado tinha de mostrar alguma florescência sob o influxo de um regime mais sábio. Foi então que puderam ser lançadas as primeiras e fragilíssimas bases de nossas letras. Procurai nos séculos XVI e XVII manifestações sérias da inteligência colonial e as não achareis. A totalidade da população sem saber, sem grandezas, sem glórias, nem sequer estava nesse período de bárbara fecundidade em que os povos inteligentes amalgamam os elementos das suas vastas epopéias. Procurai, portanto, uma poesia popular brasileira, que de longe mereça esse nome, naquela época, e, como ainda hoje, correis atrás do absurdo. Os pobres vassallos da coroa portuguesa não tinham tradições, eram como um fragmento do pobre edifício da metrópole atirado em um Novo Mundo, onde caiu aos pedaços e perdeu a memória do lugar em que servia. Só mais tarde os brasileiros puderam contar compatriotas melhores que foram os seus primeiros.” (Romero apud Abreu, EE 4ª. Série, p. 5-6 e 12).

O certo é que, para a ação da natureza, não é necessária uma grande soma de tempo. A primeira colonização dos Estados Unidos é quase um século posterior à nossa, mas o Sr. Professor Clément Joubert, baseado na biologia, afirmou em seu curso da Escola Politécnica que o organismo ianque está diferenciado em parte do organismo europeu, e disse que esta diferenciação começa na “quarta geração”. É verdade que ele apenas se refere ao organismo fisiológico; mas o que tão anticientificamente chamam corpo e espírito, é de tal modo conexo e independente, que mudança em uma importa mudança correlativa em outro. O que verificou-se na América do Norte, por que não se reproduzirá na América do Sul? (E.E. 4ª. Série, p. 6-7).

Como vimos no capítulo anterior, Capistrano considerava mudanças fisiológicas e morais de forma integrada e, ao lado disso, articulava indivíduo e sociedade. Neste texto, inter-relaciona corpo e espírito. As leituras que fazia à época permitiam essa compreensão de ciência. Comte, por exemplo, no seu conceito de física social, enfatizou a necessidade de estabelecimento das relações entre as partes que compõem a sociedade. Para ele, a sociologia deveria se ocupar não com “a origem” e a “causa primeira”, mas com os “fatos sociais como objetos de observação, em estabelecer suas relações mútuas e apreender a influência que cada um exerce sobre o conjunto do desenvolvimento humano” (Comte, 1983, p. 53). Dessa forma, como explicará Anthony Giddens, em Comte prevalece uma perspectiva relativista da ciência, no sentido de que esta “se limita à ação de interdependência entre os fenômenos: não reivindica a descoberta das essências e das causas finais. O conhecimento nunca estaria ‘finalizado’, mas constantemente aberto à modificação e ao aperfeiçoamento” (Giddens, 1998, p. 182). Nas palavras de Comte, o cientista,

Em suas relações com a prática, afastando das instituições qualquer idéia absoluta de bem ou de mal, encara-as como constantemente relativas ao estado determinado da sociedade, e com ele variáveis, ao mesmo tempo que as concebe como podendo se estabelecer espontaneamente pela única força dos antecedentes, independente de qualquer intervenção política direta. Reduzem-se, pois, suas pesquisas de aplicação a colocar em evidência, segundo as leis naturais da civilização combinadas com a observação imediata, as diversas tendências próprias de cada época. (Comte, 1983, p. 53).

Esse entendimento era caro a Capistrano de Abreu e contribuía para que evitasse os determinismos ambientais ou raciais tão comuns à época, muito embora a questão ambiental também lhe fosse significativa. Se tudo era relação e os acontecimentos não se modificavam por meio de revoluções, mas sim pelo decorrer do tempo, pela “espera, estações, pousos”, a sociedade brasileira não estava fadada nem a evolução linear nem à decadência.

As questões apresentados por Capistrano a Silvio Romero apareciam como evidências incontestáveis, principalmente tomando cronistas como Gabriel Soares⁶⁵ ou Antonil para referendar a significativa ação do meio sobre a formação de um novo povo. A credibilidade de cronistas estaria principalmente no fato terem vivenciado os primeiros anos de ocupação da terra do Brasil. Utilizando-se deles como testemunho era possível traçar um caminho mais seguro para explicitar a maneira pela qual o país e o brasileiro teriam se formado.

A influência da natureza era assim explicada

Além disto, a ação da natureza é dupla: e ativa ou passiva manifesta-se como movimento ou como resistência. Se a influência ativa pode, - embora sem bases, - ser contestada, a influência passiva é de uma evidência fulminante no Brasil. Que significavam tradições de grandeza entre um povo a quem elas nada lembravam? Que significavam costumes polidos em uma sociedade que se ia formar? As florestas seculares não determinavam um sistema novo de agricultura? As verdades das estações não reagiam sob a cultivação! As distâncias, as dificuldades, de transportes não reagiam sobre a indústria? Matas, distância, estações, se não me engano, são partes da natureza e sua influência é patente.” (“A literatura brasileira contemporânea”...EE. 4ª. Série, 1975, p. 7)

Em resumo, Capistrano afirmava que a natureza influía de forma patente a formação de um novo homem que pouco devia à tradição trazida da Europa. Desse modo, ao mesmo tempo em que enfatizava a ação da natureza, Capistrano se contrapunha a Silvio Romero e a centralidade explicativa do negro:

Porque a natureza não deixava desenvolverem-se as funções, porque a ataraxia das funções trouxe a atrofia do organismo – é fácil demonstrar. O que é difícil é explicar estes fatos pelo cruzamento com o preto.” (*O caráter nacional e as EE. 4ª. Série, p. 7*)⁶⁶

⁶⁵ Quando um manuscrito transforma-se em fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Souza (1587) ensaio sobre uma operação historiográfica, artigo em Temístocles Cezar evidencia como no século XIX o manuscrito do cronista foi valorizado e tornou-se num dos textos mais citados pela historiografia brasileira. Para Cezar “o trabalho do historiador que valida a representação textual de uma experiência vivida por um indivíduo europeu nas terras do Novo Mundo, tem por pressuposto a possibilidade de a fonte exprimir enunciados verdadeiros. Recurso fundamental à conversão de um texto em fonte fidedigna do passado, as «marcas de verdade» dos relatos quinhentistas são feitos, em proporção não negligenciável, do *olhar*, ou sobretudo da *autópsia*, ou seja «o olho como marca de enunciação, de um *eu vi* como intervenção do narrador no seu relato, para provar» Princípio teórico-metodológico que rege a produção do relato e que estabelece seus limites, a *autópsia* é também, em grande medida, a condição que justifica o texto nos séculos que se seguem: é somente porque o autor realmente viu o que se passou que seu texto torna-se uma fonte histórica (ou literária)” (Cezar, 2000, p. 39).

⁶⁶ “Às vezes a ação da natureza é tão clara que os escritores coloniais sentem-na e apontam-na. Gabriel Soares (parte II, cap . IV, pág. 115 da edição do Sr. Varnhagen), falando dos socorros que D.João III mandava anualmente à Bahia, diz que a estas partes não iam mercadores nem havia para quê, por na terra não haver ainda

Num momento em que as questões raciais davam a tônica da discussão sobre a formação do brasileiro e sobre as possibilidades do país, Capistrano mantinha sua análise fortemente calcada nas condições ambientais. Para Capistrano não havia como explicar a precariedade das instituições instaladas no país apenas pelo cruzamento racial diante das outras evidências por ele enumeradas.

Quando Capistrano publica “História Pátria”, em 1880, no jornal *Gazeta de Notícias*, volta a criticar a obra recém editada por Silvio Romero, *A literatura Brasileira e a crítica moderna: ensaio de generalização*⁶⁷, e a reforçar os mesmos argumentos do artigo publicado anos antes. Não é possível avaliar a repercussão do artigo publicado em *O Globo*, em 1876, uma vez que Capistrano havia chegado ao Rio de Janeiro há pouco, e Silvio Romero se encontrava ainda em Sergipe. Já o novo artigo vinha a público depois de Capistrano ter conquistado sua própria coluna num jornal proeminente como a *Gazeta*, enquanto Silvio Romero também estava estabelecido no Rio de Janeiro. A articulação entre os dois artigos é interessante para visualizar questões que lhe eram fundamentais.

Primeiramente, Capistrano reconhece o espírito científico de Silvio Romero, afirmando que “seu novo livro de crítica sobre a literatura é mais uma prova que muito abona o seu saber, a sua inteligência e o seu tino crítico”, para, em seguida, marcar suas diferenças:

Posso dizê-lo com tanto maior isenção de espírito quanto mais larga é a distância que nos separa. Pois a distância é muito grande. Nas idéias fundamentais o desacordo é flagrante, mesmo na apreciação dos homens a divergência é sensível; as coincidências versam senão única, ao menos principalmente, sobre pormenores e incidentes. (*História Pátria*, Jornal *Gazeta de Notícias*, 9,10, 13 de março apud EE 3ª. Série, 1976, p. 105)

De forma incisiva Capistrano chegou a dizer que, diante dos novos pensamentos científicos que circulavam, Silvio Romero não poderia manter certas idéias naqueles anos de 1880 e reeditar quatro anos depois um livro sem alterar suas concepções⁶⁸. Romero estaria

em que pudessem fazer seus empregos. Antonil explica a hospitalidade dos engenhos pela falta de estalagens fora da cidade (livro I, cap. XI, pág. 4 da edição brasileira). A impossibilidade do comércio em 1550, a falta de estalagens em 1711, explica-se perfeitamente pela ação da natureza. Nas condições da nova colônia as instituições antigas não tinham razão de ser, a constituição econômica era imperfeita, a divisão do trabalho era rudimentar; enfim as funções não se podiam desenvolver”. (O caráter nacional e as EE. 4ª. Série, p. 7)

⁶⁷ Foi publicado em 1880 pela Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, no Rio de Janeiro, com dedicatória a Dom Pedro II.

⁶⁸ Dizia ainda Capistrano sobre a diferença que separava os dois: “É provável que muito menos fundo fosse o valo de separação se, em vez de constar de artigos ´escritos entre os dezoitos e vinte e cinco anos, isto é, feitos por um moço, ainda naquele tempo com a alma cheia de todas as santas ilusões da idade dos sonhos´, o livro fosse escrito recentemente. Em todo o caso, a época não deve influir muito, pois a reimpressão é a velha prova

desatualizado ou mesmo fazia questão de defender opiniões legítimas apenas em outros tempos. Embora não tenha se referido às suas críticas anteriores, Capistrano devia estranhar a republicação das mesmas idéias sem qualquer reparo por parte de Romero.

A tese de Silvio Romero de que o elemento que diferenciava a população brasileira era o negro voltava a ser alvo de crítica de Capistrano de Abreu. Assim, reapresentou o argumento do opositor,

É incontestável que entre o Brasil e Portugal existem diferenças bem sensíveis. A que atribui-las? Ao meio? Não, porque a acção mesológica teve de lutar contra a estreiteza do tempo e o adiantado da civilização (pág. 21 e 22). Ao tupinambá? Não, porque a população indígena era pouco adiantada e pouco numerosa (22 a 27). Ao africano? Sim. Aos bandos de africanos de origem diversa que concorreram directamente para avultar esta nação, é que se deve atribuir em sua máxima parte o que de diverso existir entre o brasileiro e o seu ascendente europeu (pág. 27). (Silvio Romero apud Abreu, *História Pátria*, *Jornal Gazeta de Notícias*, 9,10, 13 de março apud EE 3ª. Série, 1976, p. 105).

Em resposta direta à tese de Romero, Capistrano apresenta três formas de oposição. Primeiramente, expõe a sua tese contrária, enfatizando que

o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu, atribuo-o em máxima parte ao clima e ao indígena. Sem negar a acção do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores, tomados isoladamente ou em conjunção. (*História Pátria*, *Jornal Gazeta de Notícias*, 9,10, 13 de março, EE 3ª. Série, 1976, p. 106)

Em segundo lugar, apresenta as contradições existentes no texto de Romero em seus próprios termos, procurando invalidar os principais argumentos do autor e reforçar os seus. Capistrano evidenciou, por exemplo, que Romero negava a influência do *meio*, num primeiro momento, para em seguida sugerir que o calor e as secas eram os responsáveis pela produção do desânimo nos habitantes da maior parte do país. Em outro caso, Romero afirmava que devido ao adiantado da cultura portuguesa esta não teria sido atingida pela acção mesológica e, logo depois, considerava que “os primeiros bandos de colonizadores foram raros, diminutos e ignorantes”.

Complementando, partindo do *Dictionnaire encyclopédieu des sciences médicales* encontrado no livro *History of American Literature*, de Coít Tyler, Capistrano afirmava que

de que o autor ainda está pelas opiniões que em outras épocas emitiu”. (*História Pátria*, *Jornal Gazeta de Notícias*, março de 1880, apud EE 4ª. Série, 1976, p. 105)

existiam estudos sobre os EUA que comprovavam a ação mesológica na transformação de um povo cuja colonização teria sido “quase um século posterior à nossa” e “constituída por homens de elevação mental fora do comum”. Dizia ele “Fossagrives cita *les modifications éprouvées déjà et dans un temps si court par la race anglo saxone, soumise á l'épreuve des climats americans*. (*História Pátria*, *Jornal Gazeta de Notícias*, 9, 10, 13 apud EE 3ª. Série, 1976, p. 106).

A terceira forma de contraposição é explicativa, utilizando-se das teorias científicas:

Prefiro encarar a questão diretamente. Por que influi o meio sobre os animais e sobre a sociedade? É porque, embora modificável dentro de certos limites, é ele por sua natureza persistente, pouco plástico, invariável até em algumas de suas feições. Ora, a vida segundo a bela definição do grande pensador inglês [Herbert Spencer], é uma adaptação das energias íntimas às forças exteriores. Para que a adaptação se dê entre dois elementos, um rijo e cristalizado na imobilidade, outro flutuante, amoldável, caracteristicamente plástico, é preciso que o último ceda. Essa cessão que constitui o atestado da influência mesológica, é tão natural que com todo o seu enfatuamento de profeta, Maomé já o reconheceu. Pelo menos a tradição atribui-lhe estas palavras: ‘já que a montanha não quer vir pra onde estou, vou para onde está a montanha’. (*História Pátria*, *Jornal Gazeta de Notícias*, 9, 10, 13 apud EE 3ª. Série, 1976, p. 107)

Em seguida, utilizando seu arcabouço enquanto historiador e pesquisador, procura provar que sua tese era mais adequada para explicar a paulatina diferenciação que se dava entre os dois povos, portugueses e brasileiros. Para Capistrano era evidente que a civilização brasileira se constituiu graças a adaptação ao meio, tendo a população autóctone grande participação. Sua argumentação, desse momento em diante, perpassa por documentos que possam provar sua tese, já apresentada teoricamente com base nas teorias de Spencer. Escreve:

A civilização brasileira, sob pena de extermínio, devia pois, adaptar-se ao meio. E que esta ação mesológica foi sentida desde os primeiros tempos, é um fato que pode facilmente provar-se. Não quero outro testemunho além das seguintes palavras de uma crônica escrita em 1584 e publicada por Varnhagen no volume VI da *Revista do Instituto (...)*. (*História Pátria*, *Jornal Gazeta de Notícias*, 9, 10, 13 apud EE 3ª. Série, 1976, p. 107)

Pergunta-se o historiador, como seria possível compreender, diante das evidências apresentadas pelos cronistas no primeiro século da colonização das terras do Brasil, “que o homem e a sociedade fossem refratários à ação da natureza brasílica?” (*História Pátria*, *Jornal Gazeta de Notícias*, 9, 10, 13 apud EE 3ª. Série, 1976, p. 107)

A irritação de Capistrano, sem dúvida, advinha não apenas da tese de Silvio Romero de que na formação do brasileiro o negro teria tido mais importância que o indígena e o *meio*, mas do fato de Silvio Romero, estudioso e adepto da sociologia, não fazer uso adequado do paradigma científico vigente, recusando o *meio* como fator fundamental para a mutação e conformação dos homens e da sociedade. Para Capistrano, tal disparate científico era inadmissível.

Dizia ele:

Sua Senhoria admite de certo a influência do nosso meio sobre a nossa agricultura, pois ela difere consideravelmente da de outros povos, e não nos foi comunicada por outros no que tem de característico. Mas se admitir a influência mesológica sobre a agricultura Sua Senhoria admite-a forçosamente sobre a classe à que a agricultura se filia, - a indústria. Ora, como todos os que reconhecem a possibilidade da sociologia, Sua senhoria reconhece que os fenômenos sociais são interdependentes, de sorte que influir sobre um é influir sobre todos.”

Assim, ou o Dr. Sílvio Romero há de negar a influência do clima sobre a agricultura, - e não cremos que o faça porque os fatos são abundantes e evidentes -; ou há de admiti-la, e então admitirá a influência do clima sobre toda a sociedade, forçado pela grande lei do *consensus*. (*História Pátria*, *Jornal Gazeta de Notícias*, 9, 10, 13 apud EE 3ª. Série, 1976, p. 108).

Apresentando os argumentos desta maneira Capistrano confrontava as idéias de Romero, que, se ora admitia a influência do *meio* em uma das funções da sociedade, como no caso da agricultura, forçosamente necessitaria aceitar que essa função influenciaria a sociedade como um todo, por conta do fator da interdependência. Além disso, segundo Capistrano, a influência do *meio* teria sido auxiliada ainda pela “grande massa da população tupi que se incorporou aos colonos portugueses” (idem p. 108)

No artigo do dia seguinte, Capistrano tratou de provar este argumento e retomou seu diálogo com Romero contrapondo-se ao autor a partir da mesma base teórica, mas com outra leitura dos fatos. Se não é possível dizer que Capistrano desconsiderava a influência do negro na formação do brasileiro e evitava o determinismo racial, é necessário admitir que apresentava muitas vezes idéias contraditórias à respeito, inclusive apresentado uma visão negativa do negro, como por exemplo no excerto abaixo:

Qual o princípio, civil e social ao mesmo tempo, sério e fecundo, deixado pelos pretos? Quais as expressões apreciáveis que se introduziram em nossa língua? Quais as tradições, deles originadas, que provem mais do que a sua selvageria e ignorância? Confesso humildemente que ignoro. (*História*

Pátria, 1880, *Jornal Gazeta de Notícias*, 9, 10, 13 apud EE 3ª. Série, 1976, p. 110).”

No entanto, seu argumento predominante era o de que não poderia opinar sobre a efetiva contribuição do negro na formação da sociedade brasileira. Tratava-se de uma queda de braços em que, à etnografia de Romero, opunha o peso da história e a proeminência do indígena, este último mais ambientado às condições da terra, contra portugueses e africanos, portadores de culturas exógenas. Para explicar essa proeminência indígena Capistrano se utiliza de uma fórmula química

Para terminar esta parte, recorrerei a um exemplo de química, o qual exprime a meu ver a influência do elemento índio sobre o português e do português sobre o índio.

Combinados com os metais e com os metalóides, o cloro produz cloruretos. E esses, quando de origem metálica, se forem postos em contato com água, podem ser solvidos ou sofrer outras alterações físicas, mas nunca são decompostos. Quando de origem metalóidica, decompõem-se pela água, e revolvem-se em novas substâncias.

Os tupinambás representam aqui os cloruretos de procedência metalóidica, - foram decompostos radicalmente pelos portugueses.

Os portugueses representam os cloruretos metálicos: passaram por mudanças muito menos graves, em presença dos tupinambás.

O elemento aborígene é, se permitem a expressão, o veículo em que se dissolveu o elemento português.

E o africano também.

Com essa fórmula, Capistrano procurava demonstrar como, apesar da presença indígena ser menos evidente naquele final do século XIX, sobreviveria transformada e transformando os elementos, português e africano. O seu olhar sobre a população indígena trazia consigo sua própria experiência enquanto descendente de portugueses e indígenas, tornando mais dramática sua defesa e a expressão da experiência de constituir-se enquanto brasileiro.

Nesse sentido, Capistrano percebia na leitura de Romero uma forma de abordar a questão da formação do brasileiro muito apegada aos sentidos, à visão, como bem notou Rodrigo Turin. No artigo *Quando a etnografia faz história: o primado da observação e a construção da temporalidade nacional*, este autor procurou diferenciar as perspectivas dos contendores aproximando Capistrano das idéias de história moderna, enquanto Silvio Romero da etnologia. O primado da visão era importante para ambos. No entanto, enquanto para Capistrano era necessária a avaliação da distância temporal, para Silvio Romero o que ele

poderia observar por seus próprios olhos se configuraria enquanto elemento crucial (Turin, 2004).

Gostaria de ressaltar, porém, um aspecto discutido no capítulo anterior. Se observarmos bem, Capistrano é um analista que estabelece um vínculo entre o romantismo e a abordagem moderna. Ora, como avaliar a idéia de formação sem levar em conta o tempo histórico e a conjunção de fatores que no decorrer desse tempo confluíram para a formação de um novo povo? Já quanto a Silvio Romero, tomando a análise de Alberto Schneider em seu livro *Silvio Romero o hermeneuta do Brasil*, poderíamos dizer que possuía visão prospectiva, voltada ao futuro, para o que poderia se consolidar como civilização brasileira. Portanto, fazia sentido que partisse do presente e, ainda que trouxesse a tona questões do passado colonial, não manifestava uma preocupação exaustiva com a análise de fontes documentais. Tanto os argumentos de Schneider (2005) quanto o de Turin (2004) nos ajudam a compreender melhor o quanto os dois escritores se afastavam na forma de abordar o país. Ambos semeando, mesmo por meio de leituras muito semelhantes, formas de interpretar o país que iriam singularizar duas áreas de conhecimentos específicas no final do XIX começo do século XX, a história e a etnografia. O olhar para o passado, presente, futuro tinha dimensões e intensidade diferenciadas para estes dois interlocutores do final do século XIX.

Neste sentido, muito embora a visão negativa do negro presente na sua abordagem, Capistrano procurava uma explicação para a formação da particularidade nacional que não excluísse nenhuma das três raças, seguindo, de forma singular, o projeto esboçado por Martius nos anos de 1840. De todo modo, procurava demonstrar como o brasileiro deveria sempre sua constituição ao indígena, autóctone, e à própria terra e sua ambiência, que seriam a base receptora dos estrangeiros.

1.4.2. O Diálogo com Machado de Assis

Devido à importância da literatura para a constituição das nacionalidades, a geração de 1870 exercitou suas primeiras análises da sociedade brasileira por meio da crítica e da história literária, procurando a partir dos documentos produzidos sobre/no país explicar a sua formação. A crítica tomou parte nas polêmicas estabelecidas nos jornais e revistas daqueles anos, como bem demonstrou Roberto Ventura, em seu livro *Estilo Tropical*. Ventura chamou a atenção para um vínculo dessa geração com o Romantismo na intenção de

criação/solidificação da nacionalidade. O autor parte dos estudos e atividades políticas de Romero e as polêmicas com seus contemporâneos para demonstrar o quanto crítica e história se aproximavam, ao “atribuir à crítica a missão de contribuir para a construção da nacionalidade, no que dava continuidade à tradição romântica, apesar de se opor à sua estética” (Ventura, 1991, p. 11).

Outros trabalhos contemporâneos evidenciam desdobramentos dessa geração em termos de estabelecimento de áreas diferenciadas de conhecimento⁶⁹. Partindo da polêmica entre Machado de Assis e Silvio Romero, Richard Miskolci demonstrou como o primeiro se afastava e ironizava o modismo cientificista do período, compreendendo a literatura “como um campo em que imperariam considerações estéticas que jamais poderiam ser abandonadas em função de objetivos extraliterários”. Enquanto o último compreendia “a vida intelectual como eminentemente política” e considerava possível aliar ciência e literatura “em um projeto de superação do Romantismo e oposição à ordem imperial” (2006, p. 353-354).

Para Machado de Assis no seu artigo *Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade*, publicado em 1873, a primazia das questões estéticas sobre as históricas na produção literária fica evidente ao falar do indianismo

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indígena, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe. (Machado de Assis, 1997, p. 19)

Machado de Assis insistia que mais que uma literatura, nos termos de hoje, engajada num projeto nacional, deveria ela, expressar questões estéticas e se utilizar de elementos dos mais variados como “matéria de estudo” e “fonte de inspiração”, inclusive os relativos aos grupos indígenas, desde que transmutados em matéria poética. Para o literato, a literatura devia se exprimir como uma linguagem universal, o que o diferenciava dos românticos

⁶⁹ Richard Miskolci (2006, p. 353) apresentou um quadro político importante no período ao analisar a polêmica entre Machado e Romero. Para o autor: “a fundação do Partido Republicano, a Lei do Ventre Livre aprovada em 1871, a crescente importância dos militares após a vitória na Guerra do Paraguai e as reformas estruturais implementadas pelo gabinete Rio Branco criaram as condições para que emergisse uma geração de intelectuais opostos à ordem imperial: a chamada Geração 1870. Esta geração de intelectuais se caracterizava pela oposição à ordem saquarema (do Partido Conservador) que vigorou de forma quase ininterrupta entre 1849 e 1878. A oposição se dava em duas frentes, em termos políticos, os componentes eram abolicionistas e/ou republicanos e, em termos intelectuais, opunham-se aos três pilares da ordem imperial conservadora: o catolicismo hierárquico, o indianismo romântico que definia a nacionalidade de forma estetizada e o regime que limitava a forma de participação política”

brasileiros, mas também da literatura e crítica naturalista dos anos de 1870. Em resumo Machado assim se manifestava:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (Machado de Assis, 1997, p. 21).

Dizia ainda Machado de Assis: “nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio” (idem, p. 28). Concepção que tinha pouco a ver com o que se produziu em termos de literatura e de crítica nos idos de 1870. Machado de Assis refletindo sobre esse período escreveu o artigo *A nova geração*, publicado na *Revista Brasileira* em 1879, criticando tanto a produção romântica quanto o cientificismo que dominava os jovens que tomavam para si a tarefa ainda romântica de crítica e escrita literária pelo viés da nacionalidade, ao mesmo tempo em que desejavam relegar o romantismo ao esquecimento⁷⁰. A justiça, a seleção natural, a seleção social permeando os escritos, o otimismo exacerbado, “a apoteose” como uma necessidade, são elementos da crítica negativa dirigida por Machado de Assis à *nova geração*.

Silvio Romero era considerado pelo literato como um dos representantes mais proeminentes da “geração nova” e com ele encetou polêmica que deu o que falar naqueles anos. A crítica dizia respeito ao cientificismo, ao naturalismo e ao realismo, a questão nacional como missão e o desdém pelo passado, presentes nos novos escritores. Já a crítica de Silvio Romero, segundo Schneider (2005 p. 114) deve-se a “recusa [de Machado de Assis] em condenar a tradição romântica e os signos a ela associados, somada à suposta falta de interesse pelos temas brasileiros”.

A crítica literária desenvolvida no Brasil não estava conectada apenas aos conceitos e teorias vigentes na Europa, mas era exercida exatamente no conflito entre ciência e literatura, implicando na discussão sobre suas inter-relações e separação entre as áreas. Vale lembrar

⁷⁰ Dizia Machado de Assis, “De envolta com isto [a falta de vigor da produção romântica], ocorreu uma circunstância grave, o desenvolvimento das ciências modernas, que despovoaram o céu dos rapazes, que lhe deram diferente noção das cousas, e um sentimento que nenhuma maneira podia ser o da geração que os precedeu. Os naturalistas, refazendo a história das cousas, vinham chamar para o mundo externo todas as atenções de uma juventude, que já não podia entender as imprecações do varão de Hus; ao contrário, parece que um dos caracteres da nova direção intelectual terá de ser um otimismo, não só tranqüilo, mas triunfante. Já o é às vezes; a nossa mocidade manifesta certamente o desejo de ver alguma cousa por terra, uma instituição, um credo, algum uso, algum abuso; mas a ordem geral do universo parece-lhe a perfeição mesma” (*A nova geração*, 1997, p. 30).

que, como demonstra Wolf Lepenies, na segunda metade do século XIX na Europa, no que pese as diferenças entre França, Inglaterra e Alemanha, o conhecimento sobre a sociedade estava em disputa entre a literatura e as ciências sociais nascentes, que mantinham estreita relação com as ciências naturais, o conhecimento científico por excelência no período (cf. Lepenies, 1996, Introdução).

Voltando ao Brasil, ao lado do trabalho de Ventura, as análises apresentadas no artigo de Miskolci ajudam a compreender melhor as aproximações e afastamentos operados por Capistrano após sua ida à Corte. Como já apontamos, em alguma medida Capistrano se assemelhava a Silvio Romero na adoção da ciência como parâmetro para compreender a sociedade brasileira, mas se afastava completamente tanto na forma de uso das teorias correntes, na crença na necessidade de superação do Romantismo, fator que o diferenciava da maioria dos membros da sua geração, quanto na concepção de literatura.

Neste aspecto, Capistrano se aproximava de Machado de Assis, pois compreendia a literatura enquanto “expressão da sociedade” e enquanto produção individual (“o estilo é o homem”) e não necessariamente uma missão política. Desta forma, para Capistrano, a crítica de uma obra poderia ser realizada tanto pelo viés sociológico, quanto pelo “estritamente literário”, mesmo que seus interesses tenham se voltado ao desenvolvimento do primeiro.

O artigo *A Nova Geração* de Machado de Assis, motivo principal da polêmica com Silvio Romero, foi saudado com grande simpatia por Capistrano de Abreu na *Gazeta de Notícias*, de 5 de dezembro de 1879. Presentindo as polêmicas que aquele despertaria, considerava:

É possível que o artigo que o sr. Machado de Assis dedicou à nova geração no último número da *Revista Brasileira*, desperte mais de um protesto. Um negar-lhe-á talvez o direito de medir as raízes de alheias convicções. Outros discutirão a conveniência de tratar de política a propósito de literatura. Outro perguntará por que não julga conveniente citar Spencer sobre as tendências literárias quem aduziu a sua opinião sobre a ineficácia da instrução como elemento moralizador. Talvez até haja quem diga que o ilustrado escritor serviu-se da linguagem para disfarçar a idéia, e que seus conceitos são às vezes tão vagos e sutis, que não se pode perceber bem o que significam. (Ensaios e Estudos 4ª. série, 1976, p. 109-110).

Assim, alguns dos possíveis protestos sobre o artigo foram antevistos por Capistrano: a relação entre política e literatura, a ausência de Spencer para tratar das tendências literárias, a falta de objetividade e clareza do escritor. Todas essas questões, provavelmente, faziam parte das reflexões e inquietações de Capistrano, que dava-lhes um tratamento diferente.

Mesmo assim, embora preferisse olhar a questão por outro ângulo reconhecia o ponto de vista diferenciado, e se aproximava do literato:

Por nossa parte, congratular-nos-emos com o autor pelo ato de coragem, porque dizer francamente a sua opinião, sem descair nalouvaminha, nem tombar na detração sistemática, é muito raro neste meio pesado que nos vicia. Reconhecemos que o desejo de acertar foi quase sempre coroado de sucesso. Declararemos que a imparcialidade vai de princípio ao fim do estudo consciencioso.

(...)

Mas esta restrição e muitas outras que poderíamos fazer, em nada modificam a nossa opinião favorável sobre o artigo do Sr. Machado de Assis. Se escrevêssemos sobre o assunto, não escolheríamos o ponto de vista em que ele se colocou; mas se o escolhêssemos teríamos prazer e orgulho em assinar aquelas páginas. (Ensaio e Estudos 4ª. série, 1976, p. 109-110).

No artigo de 30 de janeiro de 1881, publicado em sua coluna na *Gazeta de Notícias*, Capistrano mais uma vez se aproxima de Machado de Assis, apontando o valor do recém-publicado *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, livro que seria fortemente criticado por Silvio Romero. No artigo, Capistrano pergunta:

As Memórias Póstumas de Brás Cubas serão um romance? Em todo o caso são mais alguma coisa. O romance aqui é simples acidente. O que é fundamental e orgânico é a descrição dos costumes, a filosofia social que está implícita.

Esta filosofia define-se facilmente evocando os dois nomes de La Rochefoucauld e Sancho Pança. Com efeito vemos de um lado o ceticismo, perguntando se atrás de um ato que desperta o entusiasmo e desafia a crítica e a malevolência, não há motivos recônditos que o reduzem a proporções de um fato qualquer banal. De outro, há a satisfação, há o contentamento, que acha que tudo vai muito bem, no melhor dos mundos imagináveis.

Segundo esta filosofia, nada existe de absoluto. O bem não existe; o mal não existe; a virtude é uma burla; o vício é um palavrão. Tudo se reduz a uma evolução: a passagem do importuno para o oportuno, ou do oportuno para o importuno.

Os homens bem o sabem. Por que não reagem?

Primeiro, por causa das formalidades, a mais consistente de quantas argamassas conservam preso o edifício da sociedade. Segundo, pelo interesse, que, se não encobre o caminho direito, leva a embicar para direção oposta. Depois a vaidade, a covardia, a covardia principalmente...

Filosofia triste, não é? O autor é o primeiro a reconhecê-lo, e por isso põe-se nas elucubrações de um defunto, que nada tendo a perder, nada tendo a ganhar, pode despejar até às fezes tudo quanto se contém nas suas recordações” (Ensaio e Estudos 4ª. série, 1976, p. 197)

Difícil disfarçar o contentamento de Capistrano ao fazer a crítica do livro de

Machado⁷¹. Há algumas edições de sua coluna não se demorava tanto na análise de obras literárias, pois já se tornava notável, nesse momento, sua inclinação ao exame minucioso de publicações sobre história do Brasil. O livro de Machado voltou a estimulá-lo a pensar na literatura como expressão da sociedade. Nele, Capistrano via bem traçada uma filosofia social, com perfeita descrição dos costumes de época, tornando a forma “romance” puro acidente. O livro de Machado de Assis, na verdade, era, para Capistrano, a expressão melhor acabada do espírito de uma época.

Vê-se, pela valorização da obra, que Capistrano traçava caminhos muito diferenciados dos de Silvio Romero ou mesmo de José Veríssimo na realização de sua crítica literária. Para ele, Machado de Assis era um escritor como poucos e por vezes para poucos⁷². Passando em revista no “Almanaque”, da *Gazeta de Notícias*, as produções do ano que se encerrava⁷³, na nota intitulada *A Literatura Brasileira em 1880*, Capistrano se refere aquele ao ano de Machado de Assis:

Para Machado de Assis este ano de 1880 deve ser sempre lembrado. Em nenhum o seu talento revestiu tantas formas, nem o público lhe fez tamanha justiça. As “Memórias de Brás Cubas” são um romance em que o humor encobre um artista delicado e um observador penetrante. “Tu, só tu, puro amor” revela um pincel mimoso e sutil. Ao mesmo tempo, as poesias que publicou em jornais e revistas apresentam a mesma forma correta e límpida que o distingue” (Ensaio e Estudos 4ª. série, p. 245)

Como o literato, Capistrano foi visto pelos demais enquanto uma figura pessimista⁷⁴,

⁷¹ Capistrano, por vezes, achava enfadonha a tarefa de produzir crítica mesmo não havendo produção que a merecesse, apenas por uma obrigação contratual com o jornal. Assim ele se expressa em 05 de dezembro de 1879: “O crítico vê-se também muitas vezes traído por duas tendências diversas. Uma é a de escrever sempre, haja ou não livros novos, despertem eles o espírito em uma elação de movimento, ou borrifem-no do tédio e inércia que o livro mau produz de modo quase infalível. Outra é de só escrever quando sentir um desejo forte e espontâneo; a necessidade de chamar as vistas para uma avezinha que ergue adejo; a obrigação de atirar do santuário um ídolo de pés de barro, que a lisonja, as considerações, o elogio mútuo ali indevidamente colocaram. Somos propensos a obedecer antes à última consideração do que à primeira. Não compreendemos que se exija que venhamos assinar o ponto só porque é terça ou sexta. Por isto tínhamos resolvido ficar em casa hoje que não há livros a estudar, e ficaríamos, se não tivéssemos de dar uma notícia literária de muita importância”. (Ensaio e Estudos 4ª. série, 1976, p. 108)

⁷² “A *Revista Brasileira* deve proximamente publicar *Tu, só Tu, Puro Amor*, de Machado de Assis. É um trabalho mimoso, dedicado, sem pretensões a efeitos, destinado antes a um auditório escolhido do que à concorrência mesclada de Pedro II.” (Gazeta de Notícias, 21 de junho de 1880; Ensaio e Estudos, 1976, p. 233).

⁷³ No mesmo artigo, destacando as atividades de *Revista Brasileira* que iniciava seu segundo ano de vida, Capistrano cita a publicação de *Memórias de Brás Cubas* dizendo que a Revista teria dado “o único romance que do ano de 1880 parece digno de menção e de leitura”. Fez uma ressalva ao livro de Raul Pompéia “*Tragédia no Amazonas*” como uma promessa da literatura brasileira. (Ensaio e Estudos 4ª. série, 1976, p. 244).

⁷⁴ As semelhanças e diferenças entre eles são inúmeras, recorro aqui as que me ajudam a pensar esse início de Capistrano na vida pública intelectual. Para Miskolci (2006, p. 359) até hoje adjetivos negativos são remetidos a Machado de Assis tais como: cético, sardônico, sarcástico, pessimista, ligando a imagem romântica do artista doentio.

mas diferenciava-se dele justamente pelo que o assemelhava a Silvio Romero, a crença na ciência positiva. Enquanto Machado de Assis criticava o cientificismo, nos artigos de crítica literária de Capistrano recorria, como vimos, a considerações teóricas e a autores como Comte, Taine e Buckle.

Ao comentar obras de escritores iniciantes fazia questão de louvar o frescor das produções, mesmo não tendo elas amadurecimento de estilo, relativizando um pouco o rigor necessário à atividade da crítica.

Os velhos, os experientes, recomendam o uso de frutas maduras, os meninos têm muita queda pelas verdes. A ciência dá razão aos velhos: mas quem considera as contingências da vida e vê que os apetites fartam, os sentidos embotam, o paladar fica insensível, e nem mesmo a maçã edênica pode depois o despertar; quem compara a disposição com que se parte e as desilusões com que chega-se no termo da jornada; se não compartilha a predileção juvenil – compreende-a, admira-a, e até a justifica.

Entretanto, se não se acha diluída em forte dose de pedantismo, a crítica deixa que os sobrolhos desfranjam e paire nos lábios um sorriso de bom humor quando vê uma obra de mancebo. Muitas vezes o estilo é desconconhavado e anárquico como a algazarra. As imagens em vez de tornar mais clara a idéia, de encarná-la por assim dizer, tornam ainda mais obscura e intangível. Não há lógica; não há rigor, não há método; afirma-se aqui o sim, poucas linhas adiante o não. Que digo? Na mesma linha, dão-se fraternalmente os braços César e João Fernandes.

Que importa? Esses esforços descontraídos e inúteis; esses vôos, a que a chapa já fisgou o epíteto de icários; essas celebrações incompletas; essas alvorescências abortivas, inspiram sempre prazer, o prazer que sentimos vendo erva bem verde, árvores bem crescidas; o prazer que sentem aqueles que nasceram no sertão, quando vêem os jovens poldros a corvearem às escaramuças pelas várzeas natais. (Ensaio e Estudos 4ª. série, 1976, p. 95-96)

Capistrano se recusava a fazer a crítica sem levar em consideração a maturidade do escritor. Assim, na crítica do livro encaminhado por um jovem escritor à redação da *Gazeta de Notícias*⁷⁵, se permitia valorizar esses escritos de juventude e a almejar o aprimoramento do autor. Somente escritos melhor elaborados poderiam merecer ou serem vítimas do rigor da crítica científica. Antes disso, melhor seria, celebrar um escritor nascente e se comprazer com os ares de juventude, na sua incompletude e vitalidade. Essa simpatia pelo inacabado, pelo que se iniciava pode ser visto na análise empreendida sobre os jovens autores trabalhadas no outro tópico em sua relação com o país. O elogio a essa abertura para o novo que florescia podendo ele desenvolver-se já demonstrava uma postura simpática de Capistrano às

⁷⁵ Os comentários de Capistrano foram publicados em 02 de setembro de 1879, na *Gazeta de Notícias* e referem-se ao livro do pernambucano Artur Leal “*Impressões Acadêmicas*”. Ensaio e Estudos 4ª. série, 1976, p. 95-96.

potencialidades germinadas. Leveza que nem sempre combinava com seu tom severo em críticas a escritores estabelecidos. Estes sim, em sua concepção, mereciam ser alvo do olhar científico. Mas mesmo esse olhar é amolecido pela descrição desse tipo de procedimento crítico

A crítica é como os velhos: só presta atenção a quem merece ser ouvido, e merecê-lo é difícil. Implica em um trabalho de pensamento, exame exaustivo dos fatos, uma generalização conscienciosa, uma dedução concatenada, o domínio do campo no conjunto assim como nas minúcias. Implica nos trabalhos da imaginação, um sentimento sincero e profundo, a unidade de emoção, a frescura da forma, o vigor do colorido – uma personalidade em suma. (Ensaio e Estudos 4^a. série, 1976, p. 95-96)

A crítica era um trabalho científico, portanto, dado ao pensamento, ao exame exaustivo dos fatos, à generalização, à dedução, ao domínio do conjunto e das minúcias, mas era também um trabalho que deveria levar em conta a imaginação para identificar os elementos subjetivos e mais profundos que garantiriam a existência de um autor e uma obra com personalidade própria. A crítica de Capistrano parecia fazer essa mescla entre ciência e imaginação, ciência e emoção, conciliando o tom romântico da abordagem com o rigor da ciência moderna.

Nesses comentários podemos observar que Capistrano não compartilhava da compreensão de Silvio Romero⁷⁶ de que toda a literatura deveria ser “nacionalista”, mantendo o olhar aberto para o exercício de uma crítica que ultrapassasse a questão do nacional. A literatura enquanto expressão da sociedade era aquela que tornava possível captar sentimentos e sensações que refletissem a nação e tais emoções não necessariamente seriam fruto de um objetivo previamente traçado pelo autor, mas poderiam refletir, de forma menos deliberada, a formação subjetiva da nacionalidade. Percebe-se que se consolidava em sua reflexão a idéia de que a nação não era fruto de ação proposital, mas de um processo que se daria no decorrer do tempo, a partir de diferentes fatores. À literatura não era remetida a responsabilidade de construir um projeto de nação, mas poderia ser a expressão não intencionada da nação.

Essa perspectiva também pode ser visualizada no artigo de Capistrano sobre Calderón de La Barca (1600-1681), publicado na *Gazeta de Notícias*, em 26 de maio de 1881, fazendo menção ao segundo centenário de morte do escritor comemorado na Espanha. Nesse artigo, Capistrano compara o autor espanhol a Shakespeare, demonstrando diferenças

⁷⁶ Ventura (1991) Demonstra como a história da literatura brasileira de Silvio Romero havia sido construída tendo como critério a ótica nacionalista a partir da qual estabelecia um quadro evolutivo da produção literária considerada brasileira.

fundamentais: o primeiro expressava a sociedade coetânea e, portanto, mais afeito à apropriação pelo viés do nacional, enquanto aquele que expressava a humanidade como um todo não estava circunscrito à esfera de uma nação.

Segundo o artigo de Capistrano,

A Espanha ergue-se hoje unânime para comemorar o segundo centenário da morte de Calderón, e os povos civilizados reúnem-se-lhe todos para tornar a comemoração mais solene e mais significativa.

Os intuitos atuais da grande nação peninsular diferem muito dos sentimentos e das aspirações do poeta; mas ele simboliza um momento da vida coletiva, um momento em que como que refulgia o esplendor dos dias áureos de Carlos V e Filipe II, e ainda não se declarara a crise, que depois quase aniquilou-a. Daí o caráter perpetuamente jovem de sua obra artística.

O autor celebrado no auge da formação dos estados-nação pela Espanha não era necessariamente um autor em sua essência nacional, mas era aquele, que independente da intenção manifesta na sua obra era reconhecido em sua época e tomado dois séculos depois como o símbolo de um sentimento nacional que, provavelmente, nem chegara a conhecer, mas que nem por isso teria deixado de expressar.

Capistrano reconhecia que Calderón simbolizava um momento da vida coletiva daquela península e que foi alçado como de merecida perpetuação pela Espanha do final do século XIX. Mantendo os escritos do autor sempre jovens, atualizados no momento comemorativo por representarem valores que elevavam sentimentos positivos da nação espanhola.

As idéias, as paixões, as simpatias, o ódio, os sentimentos intensos que possuíam a sociedade coeva, encontraram nele órgão eloqüente e fiel. Além do mundo que palpitava na alma popular, ele nada viu, nem desejou. A sua vida foi toda exterior e toda feliz. (...)

(...)

Para que um artista seja assim acolhido pelos contemporâneos, é necessário que haja homologismo entre as suas tendências e as tendências da época correspondente. Este homologismo existe de fato, e é ele que explica muitas das feições do nosso autor.

Capistrano analisava a literatura procurando, como vimos, identificar na obra dos escritores quais fatores corresponderiam a sociedade a que pertence. No entanto, essa abordagem não chega a ser reducionista no sentido que hoje conhecemos: a sociedade explica o seu autor. A idéia de expressão da sociedade alcança possibilidades analíticas mais amplas.

A citação acima nos dá a ver os aspectos discutidos nos tópicos anteriores. Dizer que Calderón era um autor todo exterior, queria dizer que ele expressava muito mais a sociedade em que vivia do que a si próprio. O subjetivismo presente em Casimiro de Abreu, por exemplo, nos falava de um poeta que era todo interior, não permitindo que os aspectos exteriores tocassem em seu processo de produção, desenvolvendo inclusive uma postura defensiva com relação à exterioridade. Calderón, por sua vez, sendo todo exterior, expressava os sentimentos correntes da “alma popular”, refletindo as tendências de sua época. Por isso o homologismo e o acolhimento de seus contemporâneos.

Por outro lado, como Capistrano identificava obra, autor e sociedade, acabou sugerindo que a Espanha também seria toda exterior, no sentido de não voltar-se a si, num processo de auto formação, no sentido da *Bildung* alemã, quando diz

É esta, com efeito, a religião que a Espanha sempre seguira. Os aspectos da natureza, os terremotos freqüentes, as fomes e pestes que têm grassado ali mais que em outra parte da Europa, incutiram no homem o sentimento da dependência da divindade – como já o notou um grande pensador -, isto é, a urgência e propiciá-la com penitências, mortificações etc. não lhe incutiram, porém, a necessidade de voltar-se sobre si, de inquirir os anseios íntimos.

A crítica literária de Capistrano, portanto, estava vinculada à idéia de que a literatura exprimiria uma sociedade, antes que uma nação, que, por vezes, poderia coincidir, como no caso de Calderón, reconhecido em fins do século XIX como um autor eminentemente nacional. De qualquer forma, sua crítica comporta o reconhecimento de uma literatura que expressa outro aspecto da sociedade que ultrapassa a idéia de nação. É o caso da literatura de Shakespeare. Ao compará-lo com o autor espanhol, Capistrano comenta que enquanto Calderon

viveu em sua sociedade cujas paixões fanaticamente sistemáticas fechavam os horizontes e perspectivas; outro nasceu em um país que, perdendo as crenças antigas, não radicara as crenças novas, e dava lugar à liberdade e à dúvida. Por isso Calderón é um poeta única e fundamentalmente espanhol, e Shakespeare, além da nota inglesa, mais vibrante e sonora que ela possui a nota humana. (Ensaio e Estudos 4ª. série, 1976, p. 264-267)

Calderón teria vivido e expressado essencialmente as tradições de sua sociedade que fechava seus horizontes e perspectivas enquanto Shakespeare, que vivia numa sociedade de crenças novas, com tradições pouco arraigadas dava vazão, além da nacional, a uma nota humana. Desta forma torna-se muito mais compreensivo o processo produtivo da obra de

Capistrano de Abreu e sua relação de respeito e admiração por Machado de Assis. Via em sua literatura muito da sociedade em que vivia, entendia-o na homologia correspondente que também identificou em Calderón, reconhecendo que Machado de Assis expressava sua sociedade em sua obra, mesmo não se colocando sob a bandeira do nacional. E nesse sentido, talvez não reconhecesse nele um autor além das suas fronteiras como no caso de Shakespeare, mas reconhecia “nos trabalhos da imaginação, um sentimento sincero e profundo, a unidade de emoção, a frescura da forma, o vigor do colorido – uma personalidade em suma”.

Esses exercícios analíticos por certo contribuíram na jornada do futuro historiador, inclusive na sua preocupação em como melhor construir uma narrativa una de histórias díspares, com personagens e fatos reais, sem perder a vivacidade e o colorido das formas que encontrava na literatura.

CAPÍTULO II :

BIBLIOTECA NACIONAL E O IHGB: DA ERUDIÇÃO AO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA

A Biblioteca Nacional “foi o laboratório de Capistrano de Abreu”⁷⁷. Concordando com José Honório Rodrigues, este capítulo pretende explorar diversos aspectos desta afirmação. A BN ofereceu a Capistrano a oportunidade de experimentar um trabalho prático e reflexivo - a crítica documental, difícil de ser encontrado em outras instituições do Império. Embora muito diferente do que se concebe como “prática laboratorial” o termo é apropriado para pensar o desenvolvimento do que foi caracterizado como “história moderna” no início da trajetória de Capistrano de Abreu. Ainda assim, essa caracterização somente pode ser feita a partir de um olhar retrospectivo, pois a BN construía, nos anos de 1870, década da entrada de Capistrano como funcionário na instituição, uma identidade própria, prestes a ocupar, definitivamente, “um lugar” entre os lugares de memória nacional.

O significado da BN na formação de Capistrano fez emergir o quanto as práticas, técnicas e atitudes realizadas nesta instituição contribuíram para o desenvolvimento de

⁷⁷ José Honório Rodrigues chama a atenção para esse aspecto da vida de Capistrano da seguinte forma: “Em 79 entra para a Biblioteca Nacional, onde teve a oportunidade de exercitar-se em todas as disciplinas auxiliares e especialmente no conhecimento direto das fontes e da bibliografia histórica. A Biblioteca Nacional era o seu laboratório científico e lá participou do maior empreendimento bibliográfico jamais realizado no Brasil: o Catálogo da Exposição de História do Brasil.” (RODRIGUES, 1977, Correspondência de Capistrano de Abreu, p. XL)

determinada perspectiva histórica. A BN ofereceu também, elementos para analisar a compreensão da pesquisa e o entendimento do lugar do passado para aquele presente onde Capistrano se insere.

A Biblioteca Nacional contribuiu com os estudos históricos em sua perspectiva moderna de duas maneiras principais. A primeira, ao introduzir a organização e a crítica documental como trabalhos indispensáveis para oferecer condições à produção de conhecimentos. A segunda, por se instituir como um lugar de excelência para o depósito de materialidades que expressassem, através de sua mediação, a história do país. Interessante pensar que a “preparação” dos documentos tinha como objetivo principal oferecer acesso aos estudiosos e a um público mais amplo, não estando voltada ao deleite pessoal do antiquariato ou dos sábios pertencentes a alguma academia. A crítica erudita junto às práticas já tradicionais de acumulação e publicação de documentos, desenvolvidas principalmente no IHGB — o lugar da história oficial no período imperial —, aproximou a prática historiográfica de atributos que aos poucos constituíram uma base disciplinar e contribuíram para consolidação no país, de outra atitude para com o passado.

Interpretar a Biblioteca Nacional tanto como um laboratório para a história, na acepção moderna do termo, quanto como um lugar de erudição clássica é possível a partir de um olhar que procura, em meio a procedimentos e compreensões tradicionais do passado, momentos de contato, influências mútuas, escolhas e recusas, perante novas práticas e visões de mundo. Essa abordagem é realizada colocando a BN em relação ao IHGB, procurando compreender as atividades, atitudes e representações em torno das duas instituições, para melhor situar Capistrano de Abreu.

Ao se colocar num ambiente com certas percepções e usos consolidados do passado, embora não estáticos, Capistrano demarcava sua diferenciação procurando seu próprio espaço e evidenciando o que considerava “as novas luzes da ciência”, a partir das quais o Brasil precisava ser compreendido, nos moldes das aspirações da “geração da 1870”. Como vimos, pensar a formação da “brasilidade” não era uma característica particular de Capistrano e, mesmo não sendo este o caminho percorrido pela pesquisa (a busca de especificidades do autor frente à sua geração), tornou-se uma questão importante demonstrar como, em sua trajetória, confluíram algumas especificidades, devido às atividades profissionais assumidas, que contribuíram para o aprofundamento do uso do método de crítica das fontes documentais para a escrita da história e sua institucionalização enquanto disciplina científica. Visando corroborar esta afirmação, foi fundamental colocar em diálogo o movimento de Capistrano de

Abreu perante as instituições e práticas de produção historiográfica estabelecidas, das quais o autor analisado propunha se afastar e, porque não dizer, ultrapassar.

2.1. Lugares de Acervo

Até bem pouco se pensou que esta casa era uma repartição morta, espécie de sinecura feliz e abençoada. (Relatório de Ramiz Galvão ao Ministro do Império, 1875, p. 23).

O lugar acima descrito por Ramiz Galvão como uma “repartição morta” até os anos de 1870 era o mesmo que abrigava o acervo de uma Biblioteca que havia sido considerada uma das maiores da Europa devido à tradição da nobreza de Portugal em acumular livros, estampas, iconografias. Para Lilia Schwarcz (2002, p. 9) a Biblioteca era o “*o orgulho dos reis portugueses, funcionando como uma espécie de espelho que refletia a erudição e a tradição de Portugal*”. Sendo trasladada para o Brasil entre os anos de 1810 e 1811, perdeu muito do significado representativo de sua situação européia, tendo que encontrar seu caminho no novo continente.

Na documentação institucional⁷⁸ da Biblioteca relativa ao período em que esteve instalada em situação precária no Hospital do Carmo, até 1856, registrava-se um histórico de lamentos, insatisfações, solicitações não atendidas e um público visitador inexpressivo. Evidenciando o pouco interesse do Estado pela instituição esses fatores revelaram modos próprios de o país lidar com o passado e o seus vestígios durante boa parte do oitocentos.⁷⁹

A expressão “*sinecura feliz e abençoada*”, utilizada por Ramiz Galvão, que assumia a direção da Biblioteca em 1870, pode não ser exagerada, mas era a avaliação de um

⁷⁸ Foram consultados os relatórios do Ministério do Império entre os anos de 1823 e 1883 e os relatórios de repartição quando anexos, no que concerne à Biblioteca Nacional, Arquivo Público e IHGB.

⁷⁹ A Biblioteca Real Portuguesa trazida ao país quando da vinda de D. João VI ao Brasil, havia passado por inúmeros percalços em Portugal, tais como: o terremoto de 1755, seguido de incêndio e chegou a se sentir ameaçada em seu prestígio com a criação de outra instituição a “Biblioteca Pública de Lisboa”, durante o Reinado de D. Maria. Ainda assim, foi ela a escolhida para a transferência ao Brasil junto à corte portuguesa. A Biblioteca Real foi tornada pública em 1814 e quando da Independência do Brasil em 1822, boa parte dos manuscritos foram transferidos para Portugal pelo responsável pela Biblioteca, Joaquim Dâmaso. Em 13 de setembro de 1822, tornava-se Imperial e Pública e em 1876, pelo decreto 6.141, tornou-se Biblioteca Nacional. SCHWARCZ (2003, p. 58-72).

brasileiro, letrado, da segunda metade do século XIX já embebido de outras compreensões sobre a função da instituição. A seu ver a Biblioteca estava ali, sagrada, intemporal, inatingível e intocada — a não ser pelas traças, cupins e mofos que os trabalhadores do lugar cuidavam por manter longe dos documentos. Ainda que levássemos em consideração somente as representações de Ramiz Galvão sobre a instituição, teríamos que lidar com o fato de que a Biblioteca foi compreendida como um símbolo para o país independente. Como ressaltou Schwarcz (2002, p. 9), havia no período a noção de que todo o país precisava possuir uma Biblioteca. A importância desse papel pode ser medida pelo valor pago pelo acervo quando da Independência do Brasil, 12,5% do total da indenização exigida pelo Império Português (250 mil libras esterlinas dos 2 milhões devidos) (Schwarcz, p.67). O país herdava o valor simbólico de uma Biblioteca para um Império, mas pagava caro por isso. É entre esses dois diagnósticos sobre a Biblioteca que trabalho neste tópico: Biblioteca enquanto “uma repartição morta, espécie de sinecura feliz e abençoada”, e enquanto representante da erudição portuguesa e símbolo da nova nação independente. Procuo evidenciar a representatividade da instituição na configuração da consciência histórica do período, por meio de suas práticas num momento de grandes transformações conjunturais.

A Biblioteca chegava ao Brasil como ícone maior de uma erudição baseada no culto à antiguidade. A prática colecionista de “tesouros”, incluindo os bibliográficos, remetia à tradição monacal e tinha como função demonstrar o poder e a riqueza das dinastias, como resultado da proteção divina (Pomian, p. 2001, p. 9). Servia também como repositório para a instrução da família real. Esse aspecto teve permanência no Brasil, pois mesmo tendo se tornado Real e Pública, em 1814, o empréstimo de qualquer obra ou documento necessitava de autorização por escrito de representantes da monarquia (Schwarcz, 2002).

Logo em sua implantação no Brasil foram feitas importantes aquisições, tais como o recebimento por meio de doação das obras pertencentes ao frei José Mariano da Conceição Veloso, em 1811; das obras impressas pela Oficina do Arco do Cego, em 1814; com a aquisição da Biblioteca de Silva Alvarenga (advogado e poeta do arcadismo brasileiro); aquisição do Acervo do Conde da Barca, em 1817; aquisição da coleção particular do arquiteto português José da Costa e Silva, em 1818. A obrigatoriedade do envio à Biblioteca de um exemplar de todo o material impresso em oficinas tipográficas de Portugal e na Imprensa Régia do Rio de Janeiro e as doações espontâneas que se tornaram um ato distintivo para todo doador também viriam a incrementar o acervo da biblioteca (Schwarcz, 2002, p. 69).

As coleções de particulares incorporadas se caracterizavam pela reunião de objetos, documentos, livros antigos e obras de arte e são representativas da atitude em relação aos vestígios do passado nascida com o humanismo⁸⁰, expressando a circularidade cultural de, pelo menos, um aspecto da prática antiquária corrente na Europa: o ato de colher, de colecionar. A Biblioteca, reunindo esse tipo de acervo, denotava um prestígio já consolidado em torno da idéia de uma Biblioteca Real, a exemplo da Biblioteca Real Francesa, comentada por Chartier (2008, p. 184), onde as coleções eram constituídas com a finalidade de, estando aberta aos sábios e eruditos, torná-la um centro de salvaguarda para proteger do desaparecimento os livros mercedores.

A aquisição de “coleções mercedoras” era, portanto, ponto pacífico da finalidade da Biblioteca, mesmo nos trópicos, mas o uso desse acervo para pesquisa paleográfica, diplomática, a confrontação de textos, estudos literários e outras práticas que se consolidaram nas Bibliotecas européias entre a segunda metade do século XVII e o século XVIII (Nelles, 2008, p. 214), não fizeram parte das expectativas da instituição durante longo tempo. A cultura erudita, herdeira dos beneditinos de São Mauro, representada pela crítica documental, não adentrava o espaço da Biblioteca estabelecida no Rio de Janeiro e é difícil dizer se entre os antiquários luso-brasileiros havia a dedicação ao ato de destrinchar os documentos com a finalidade de estabelecer a veracidade dos fatos, a partir da metodologia rigorosa da crítica documental. A ausência dos procedimentos eruditos com relação ao acervo da Biblioteca pode ser percebido no Estatuto da Real Bibliotheca, de 1821

Ao Prefeito toca attender, e prover o bom governo da Real Bibliotheca dando conta ao Mordomo Mór, ou ao Secretario dEstado dos Negocios do Reino, de tudo que se deve fazer na real Bibliotheca, representando-lhe por escripto, ou em audiencia particular tudo quanto for necessario, e conveniente para a conservação, augmento, e esplendor da mesma Real Bibliotheca, e a elle serão dirigidas todas as Ordens pertencentes á mesma Real Bibliotheca, e elle consultará, e proporá os individuos de que a mesma Real Bibliotheca precisar, e estes lhe obedecerão, em tudo que pertencer á mesma Real Bibliotheca. (<http://www.unicamp.br/iel/memória/> consultado jun/2010).

⁸⁰ A prática colecionista moderna, ou seja, não realizada por reis, nem pela hierarquia da Igreja foi identificada em suas primeiras manifestações na Itália entre os comerciantes de objetos preciosos e notáveis do mundo das letras. Surge e se desenvolve gosto e olhar particulares sobre os objetos, que começam a ser reunidos por prazer e não necessariamente para constituição de tesouros de valor monetário. Alguns exemplos citados por Pomian (2001) são Oliviero Forzetta (1300-1373) e Pétrarque (1304-1374). O último “um simple particulier, mais dont la gloire remplissait le monde des letres et em faisait um interlocuteur des princes. Lecteur de Pline l’Ancien et collectionneur d’antiquités, interesse aussi par la peinture de son temps (...). A partir da primeira metade do século XV o nome colecionador é usado em Venesa e Florença para caracterizar essa atividade.

Constava em seu estatuto os seguintes funcionários: um prefeito, um ajudante, dois escreventes e serventes. O prefeito, como supervisor, estava encarregado de tudo o que fosse necessário para conservar e aumentar o acervo para a Real Bibliotheca. As obrigações diziam respeito a manter a limpeza, a segurança, o registro, o bom atendimento ao público e solicitar a compra de “alguma Livraria particular, collecção, ou obra considerável” ao Ministro d’Estado. Percebemos assim, o caráter conservantista das atividades realizadas, características que, uma vez assumidas, deixava ao largo atividades que envolviam saberes como a diplomática e a paleografia no trato com documentos do passado, que se revelariam no decorrer do século XIX como fundamentais ao ofício do historiador, mas que, até então, estavam circunscritos à vida dos eruditos de forma particular ou nas instituições que giravam em torno das práticas antiquárias. O prefeito e os funcionários que assumiam a Biblioteca não precisavam de uma formação específica para o desenvolvimento dos trabalhos e, nas primeiras décadas, a instituição foi administrada por religiosos. Pode-se inferir, portanto, que a prática antiquária desenvolvida na Real Bibliotheca revelava características próprias, mais voltadas à conservação e ao valor simbólico da instituição e seu acervo do que ao desenvolvimento de competências específicas no trato com a documentação enquanto vestígios do passado, ou repositório da identidade de uma nação, significado atribuído somente no século XIX.

A Biblioteca, marcada pelos moldes da erudição Portuguesa⁸¹, estabelecida no Brasil, onde as idéias iluministas e as perspectivas pragmáticas das ciências empíricas teriam encontrado simpatizantes entre a elite letrada, parecia não encontrar lugar. Enquanto elemento implantado num espaço social diferenciado, encontrava dificuldades de estabelecer relações com os habitantes daquele tempo e, desse modo, encontrava-se “morta”, como se referiu Ramiz Galvão. O gosto pelas coleções, o cuidado com o acervo variado e que parecia possuir

⁸¹ Na Academia Real da História Portuguesa (1720), a crítica erudita desenvolvida esteve conciliada com a devoção religiosa e a fidelidade ao monarca, contribuindo para solidificar uma simbologia de sustentação do poder monárquico envolto pela mística católica (Silva, 2009, p. 210-211). Desta forma segundo Silva (2009) a soberania régia era o limite da empresa crítica da Academia. O uso dos vestígios do passado como prova, teria ganhado “importância tanto nos processos de canonização dos santos populares de Portugal em Roma, quanto na construção de genealogias” com exaltação de ilustres portugueses. Esses elementos de formação dos letrados configuraram uma situação em que tanto os acervos como sua abordagem passavam pelo crivo do Estado e da Igreja e se apresentavam de forma articulada na retórica e nas materialidades reunidas, decorrentes da atividade de censura, seleção, agregação de valor para que fizessem parte, por exemplo, de um acervo como o da Real Bibliotheca. A indissociabilidade entre Igreja e Estado conferiam contornos específicos ao tipo de história que se pretendia escrever, partindo dos vestígios do passado. Desenvolvendo uma crítica documental diferenciada daquela proposta pelos beneditinos de São Mauro, construíam seus próprios meios de estabelecer a credibilidade de suas fontes documentais, projetando segundo Silva (2009, p. 206) a escrita de uma “narrativa que abrangesse a totalidade da história eclesiástica e secular de Portugal” enquanto a intenção dos beneditinos voltava-se a uma história de sua própria congregação. Encontrava-se, portanto, no projeto da Academia, unidas política, religião e história.

um valor em si, entrava em conflito, não declarado, com a filosofia das luzes, em que tudo deveria ter uma utilidade prática imediata (Guimarães, 2002, p. 188)⁸²

Apesar do caráter público afirmado no nome da Instituição em 1814, a Biblioteca, assim como o IHGB, permanecia nas primeiras décadas de seu estabelecimento no Brasil, com vínculos mais estreitos com a monarquia do que propriamente com a população. Com a Independência e a compra de parte do acervo da Biblioteca Real, a instituição foi tornada Imperial e Pública, mantendo proximidade com a família real, prestando seus serviços aos herdeiros do trono, antes que aos demais leitores. Pode-se dizer que como apontado por Guimarães (1988, p. 73), a Biblioteca estava inserida na preocupação com a consolidação do Estado Monárquico, seus princípios de ordem e valores aristocráticos neste lado do Atlântico. A Biblioteca Real é exemplar para se pensar sobre as continuidades e descontinuidades do Brasil com relação a um momento bem específico de Portugal⁸³, num sentido diferenciado de outras instituições instaladas quando da vinda da Corte ao Brasil, a exemplo do Museu Real e do Jardim Botânico. A diferença principal, a meu ver, estaria no fato de a Biblioteca representar o lado mais resistente às mudanças imprimidas pelo iluminismo português. Enquanto as outras duas instituições estavam mais voltadas ao desenvolvimento das ciências empíricas, acompanhando o movimento e interesses do seu tempo, a Biblioteca mantinha fortes vínculos com o simbolismo religioso, estático e intemporal ligado à Igreja e à monarquia. Assim, a instituição demonstrava um perfil inclinado sobretudo ao cultivo do legado clássico e dos valores humanistas, enquanto as outras duas estavam mais voltadas ao desenvolvimento das ciências empíricas, acompanhando o movimento e interesses do seu tempo e, portanto, teriam uma relação diferenciada com a especificidade local.

Abrindo um pouco o espectro para visualizar melhor como se dava a atividade intelectual nesse período, vale a pena recuperar o quadro elaborado por Maria Odila Leite da Silva Dias em seu texto de 1968, “*Aspectos da Ilustração no Brasil*”. No artigo, centrado na virada do século XVIII para o XIX, a autora estabelece uma distinção entre um tipo de envolvimento intelectual dos poetas e oradores “adstritos ao formalismo dos moldes do classicismo francês e do arcadismo italiano” que tratavam o Brasil a partir do arcabouço dos modelos europeus e aquele com “acentuada tendência para os estudos científicos” que,

⁸² Segundo Guimarães (2002, p. 188) “o verbete da *Enciclopédia* dedicado ao tema [erudição] parece indicar com clareza as fronteiras da erudição no conjunto dos conhecimentos modernos impondo um novo sentido que articula erudição e conhecimento desinteressado, desprovido de finalidade e utilidade, critério fundamental ao qual as atividades humanas devem se subordinar nesta modernidade em construção”.

⁸³ As continuidades e descontinuidades com relação a Portugal foram apontadas por Maxwell (2000, p. 180) como questões importantes a serem tratadas especificamente nesse período entre a vinda da Corte Portuguesa ao Brasil e o primeiro momento pós-Independência.

“apesar do prisma cosmopolita e universal de sua mentalidade de ilustrados”, tinham grande interesse em estudos de natureza empírica e objetiva que dissessem respeito à realidade material da colônia e que fossem de alguma aplicação prática imediata (p. 106).

De maneira esquemática é possível dizer, portanto, que parte das reflexões sobre o Brasil era sustentada pelas idéias humanistas e outra pelas idéias iluministas. Nos primeiros anos de sua implantação, a Biblioteca servia mais ao primeiro tipo de trabalho intelectual e deixava muito a desejar em obras que auxiliassem os estudos voltados à ciência moderna. Em termos concretos, no caso da Biblioteca, uma parte do acervo era formado por obras da cultura clássica grega e romana e por obras e manuscritos que se destacavam por sua raridade e valor antiquário. E a outra parte, a iluminista, poderia ser exemplificada pela tradução da *História Universal*, de Politz, realizada pela Biblioteca, em 1836, impressa pela Fazenda Pública (Relatório do Ministério do Império (RMI), 1836) e pelo interesse na aquisição de obras modernas, mesmo sem a efetivação almejada. Avaliando os Relatórios do Ministério do Império no que se referia às atividades da Biblioteca Imperial e Pública, foi possível perceber a dificuldade da Instituição em atender a demanda por um novo tipo de instrução voltada a uma aplicabilidade imediata do conhecimento, como veremos mais detidamente nos tópicos a seguir.

Flora Sussekind, em “*O Brasil não é longe daqui*”, de 1990, ajuda a pensar as representações em torno da Biblioteca no Brasil no início do oitocentos. A partir das observações de viajantes estrangeiros, é possível dizer que a Instituição era um lugar por meio do qual julgavam poder medir o nível civilizacional da colônia/império.

Utilizando-se do diário de viagem ao Brasil (de 1821 a 1823)⁸⁴ da inglesa Maria Graham, Sussekind dá visibilidade às observações da visitante estrangeira sobre as Bibliotecas estabelecidas no Império. Sobre a Biblioteca de José Bonifácio, por exemplo, a viajante assim se refere

Sua biblioteca estava bem provida em todas as línguas. A coleção de química e de mineração é particularmente extensa e rica em autores suecos e alemães. Estes são realmente assuntos de peculiar interesse para o Brasil e foram naturalmente de primeira plana para ele. Mas seu encanto é a literatura clássica. (Graham apud Sussekind, 1990, p. 96)

Os novos interesses em ciência moderna e a literatura clássica, como prática e como sestro da erudição, caminhavam juntos e dividiam o espaço da biblioteca de um dos principais

⁸⁴ Trata-se do *Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*, publicado em Londres, em 1824. Faz parte do acervo da Biblioteca Nacional.

letrados do início do século do Brasil. As ciências modernas, por sua vez, representadas pela história natural tinham como forma de divulgação a imprensa, o impresso. Como bem notou Sussekind, era como se essas publicações tomassem a si a responsabilidade pedagógica de educar uma população que não tinha acesso ao ensino superior na Europa, como teria tido José Bonifácio, nem mesmo às “obras modernas” que não estavam disponíveis à consulta na Biblioteca Real e Pública.

A ausência de obras modernas no acervo da Biblioteca também foi anotada por Graham

A maior parte dos livros é de teologia e direito. Há uma boa coleção de história eclesiástica e, especialmente, todas as narrativas dos jesuítas acerca da América do Sul. Não faltam História Geral e Civil e há boas edições dos clássicos. Há alguns belos trabalhos de História Natural; mas exceto esses, nada de moderno; raros livros foram comprados desde sessenta anos. Mas uma importante contribuição foi trazida ao estabelecimento com a compra da biblioteca do conde da Barca, na qual há alguns trabalhos modernos dos mais valiosos e uma lindíssima coleção de impressos topográficos de todas as partes do mundo. (Graham apud Sussekind, 1990, p. 97)

Tanto Graham quanto Daniel Kidder, outro estrangeiro que vivera no Brasil entre os anos de 1837 a 1840, observaram o bom atendimento dos funcionários do estabelecimento aos visitantes. E, para o olhar estrangeiro, independentemente do nível de consolidação de seu sistema administrativo, o Brasil deveria ser uma unidade seja enquanto Reino Unido a Portugal e Algarves (desde 1815 até 1822), seja enquanto país emancipado, devendo ter instituições condizentes e compatíveis à intelectualidade que o visitava. A Biblioteca, os visitantes entendiam, seria um dos principais instrumentos de civilização e progresso. Por meio dela, enquanto indício, poderiam atinar sobre a força e a perspectiva de desenvolvimento de numa sociedade fragmentada visivelmente, por seu extenso território e pela diversidade cultural representada por diferentes povos. Desta maneira, a instituição era avaliada e julgada como reflexo da cultura letrada do país e de seu potencial. Mas a instituição, da forma como se apresentava, causava alguns constrangimentos. Não tanto pelas condições de conservação ou de atendimento ao público, mas quase exclusivamente pelas características do seu acervo. Sem atualizá-lo e tendo em sua maioria obras teológicas, eclesiásticas, dificilmente conseguiria contribuir para a modernização das estruturas sociais e culturais do Império luso ou brasileiro, avaliavam os estrangeiros, o que não era segredo aos estadistas e letrados do período.

Nesse aspecto, a aquisição do acervo do Conde da Barca, em 1817, destacado por

Graham, era um grande incremento à Biblioteca, pela diversidade de obras que caracterizavam a experiência vivida pelo tipo social de um erudito⁸⁵ à moda europeia, mas também preocupado com o desenvolvimento das ciências no Império Luso-brasileiro. O relato de Graham é esclarecedor a esse respeito. A concepção de belo convivia com a de história natural, assim como as obras modernas estavam perfeitamente em harmonia com os “*impressos topográficos de todas as partes do mundo*”. Reunidos pelo Conde da Barca, o acervo formava uma composição diversa que, possivelmente por essa característica, chamava a Corte à sua aquisição e recebia a concordância da avaliadora externa.

Sussekind (1997) também chamou a atenção para duas observações de estrangeiros sobre a Biblioteca, a de Ferdinand Denis e a de Robert Walsh. Os dois observadores notaram que o movimento de leitores estava vinculado à leitura de periódicos. “Todas as folhas periódicas, impressas no Rio de Janeiro e nas províncias, são enviadas à Biblioteca, cada manhã assinala Denis em *Brasil* o que, como bem se pode pensar, não contribui pouco para reunir, cada dia, neste estabelecimento, uma grande quantidade de leitores pertencentes a todas as classes e a todas as cores” (Sussekind, 1990, p. 98). Os poucos leitores curiosos pelos novos conhecimentos que circulavam na Europa consumiam impressos periódicos de toda sorte, dispostos na instituição.

Costumes que teriam se consolidado nas primeiras décadas da Biblioteca e que lhe garantiam alguma vivacidade, mas que, ao final da década de 1830, já não satisfazia às necessidades do país, passados mais de dez anos da independência de Portugal, como se pode perceber Relatório de Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1837:

⁸⁵ Antonio Araujo Azevedo, o Conde da Barca foi ministro de Dom João VI, conhecido por articular a aproximação política de Portugal com a França, motivo que levaria Rodrigo de Souza Coutinho a se afastar da Corte em 1803, pois defendia a aproximação com a Inglaterra, posição que mais tarde se tornou vitoriosa. Assumiu o Ministério da Marinha e Negócios Ultramarinos em 1814, apenas após a morte de Coutinho ocorrida em 1812. Com ele, e a insatisfação de Portugal com as posturas da Inglaterra, a aproximação com a França foi efetivada, tendo, a Missão Artística Francesa, desembarcado no Brasil em 1816, por intermediação do Conde da Barca, logo após elevação do Brasil ao Reino Unido do Brasil Portugal e Algarves. Segundo Hermann (2007, p. 130) Araújo era um ilustrado ibérico típico. Estudou em Coimbra, “foi ministro da corte portuguesa em Haia em 1787 – advogando a favor do acordo com a França, derrotado pelo inimigo d. Rodrigo de Sousa Coutinho –, ministro plenipotenciário junto à República Francesa em 1795, 1797 e 1801, transferido para São Petersburgo, onde permaneceu por três anos. Antes, em 1788, estudara ciência e literatura alemã, e a partir de então se interessou pelos estudos de mineralogia. Quando chegou ao Brasil junto com a corte, em 1808, era ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cargo perdido para d. Rodrigo. Manteve-se fora da política até a morte do desafeto, em 1812, quando a derrota dos exércitos napoleônicos e a restauração dos Bourbons tornou possível nova tentativa de reaproximação com a França. Crítico do excessivo poder inglês nos negócios e na política portuguesa, Araújo teve, depois de Viena, sua posição fortalecida pela débil ação da Inglaterra a favor dos interesses portugueses. A iniciativa de convidar e hospedar uma comitiva de artistas que difundissem os “louváveis ou desejáveis” aspectos da civilização francesa combinava política e interesse científico próprios da época. O conde da Barca chegou a montar em sua casa, com autorização de d. João, um Laboratório Químico-Prático, onde reuniu também vasta e importante biblioteca, integrada ao acervo da Biblioteca Real depois de sua morte.”

Resta-me tratar da Biblioteca Pública desta Corte, cujo estado vos tem sido por vezes descripto com exactidão, sem todavia ter tido a fortuna de alcançar o necessário remédio. He urgente, Senhores, que voteis huma somma avultada para a compra das principais obras, que modernamente tem apparecido em todos os ramos das Sciencias, nos quaes, sem excepção, a Biblioteca he extremamente pobre. No intuito de levar desde já a effeito parte deste melhoramento, o Governo tem suspendido a subscrição de Periódicos, e Revistas, e ordenado ao nosso Enviado Extraordinário em Paris que empregue os fundos destinados a essas subscrições na compra de obras, que pelo seu merecimento, sejam mais proveitosas, e mais dignas dos Estabelecimentos desta ordem. Ninguém duvida de que as produções litterarias periódicas contem às vezes artigos muito interessantes, mas além de que essas vezes são raras, nunca em taes artigos se tratão as matérias com profundidade, e extensão, que se deseja, e convém. (Relatório de Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro do Império de 1837, apresentado em 1838 para a Assembléia Geral Legislativa, p. 21-22)

As palavras expressas no Relatório evidenciam a tentativa de despertar a instituição para seu papel num novo tempo. A urgência, a pressa que toma conta das solicitações difere muito do tempo evidenciado no Estatuto da Instituição de 1821, onde a palavra chave era conservação de obras e exaltação da monarquia. O Relatório do Ministro do Império manifesta, em 1837, os primeiros desprendimentos de sua vida cíclica e a entrada na lógica moderna de um tempo acelerado: “He urgente”, está no Relatório. As solicitações dos diretores do estabelecimento ao Ministro do Império, no final da década de 1830, sobre os novos entendimentos a respeito da função de um acervo começavam a aparecer nas discussões do Estado brasileiro, na Assembléia Geral Legislativa do país.

Eram cada vez mais comuns nos pedidos dos diretores da Biblioteca encaminhados ao Ministro do Império a solicitação de novas instalações, o aumento do número de funcionários e salários, a atualização do acervo, rico em “antiguidades”, mas pobre em obras modernas. Essas reivindicações demonstravam o interesse em tornar a Biblioteca mais útil aos leitores contemporâneos, sobrepondo a idéia de um lugar de obras antigas, de interesses ultrapassados. Por exemplo, não era adequado que a Biblioteca Pública permanecesse com um acervo que não contemplasse a produção de conhecimentos atuais, mas que pudesse, com recursos do Estado, disponibilizar obras cerceadas aos leitores de menor posse. Como podemos perceber no excerto a seguir

O fim de huma Biblioteca Pública he offerecer aos homens instruídos Obras Magistrais, que possam ser consultadas, e principalmente aquellas, que, ou pela sua raridade, pelo seu avultado preço, não estão ao alcance de todas as fortunas; e não escriptos fugitivos, devidos, muitas vezes à influencia do

tempo.” (Relatório de Bernardo Pereira de Vasconcellos, de 1837, apresentado em 1838 para a Assembléia Geral Legislativa, p. 21-22).

O que surpreende, colocando em diálogo o excerto do Relatório do Ministério, trazido anteriormente, com o relato dos viajantes, é o interesse dos funcionários da Biblioteca e do próprio ministro à época, de investir menos nos periódicos, que traziam textos de vulgarização científica, e mais em obras consideradas fundamentais para uma boa formação científica. Por mais que os artigos divulgados em periódicos fossem importantes e contribuíssem para introduzir o gosto pela leitura entre os brasileiros “nunca em taes artigos se tratão as matérias com profundidade, e extensão, que se deseja, e convém” (Relatório do Ministério do Império, 1837). A instituição necessitava da aquisição de obras que tratassem os assuntos de forma aprofundada o que conviria às necessidades emergentes. Diante disso, o ministro Pereira de Vasconcelos⁸⁶ demonstrava uma visão mais estrutural da administração do Estado, pensado por meio do incremento de suas instituições (Carvalho, 1999).

É do ministro conservador Pereira de Vasconcelos o projeto de criação do Arquivo do Império e do Colégio Imperial Pedro II, em 1838, assim como foi reconhecido como grande incentivador do ensino superior no país. Perspectivas que se inserem no início de estruturação administrativa da nova nação, mas muito incipientes. No caso da Biblioteca a percepção da necessidade de alterar a “política” de aquisição de acervo e o seu funcionamento existia, mas seguia sem ultrapassar o diagnóstico.

Enquanto a preocupação com a formação simbólica do país não se assentava nos atos do governo em direção à Biblioteca, os acervos documentais que tratavam do país, considerados “históricos”, em decorrência do tempo transcorrido desde a sua produção,

⁸⁶ Bernardo de Vasconcelos, Ministro do Império e da Justiça, cumulativamente, entre os anos de 1837 e 1839, foi um político de grande influência durante o primeiro reinado e o período regencial. Em princípio de posturas liberais, assumiu posteriormente atitudes e projetos conservadores. Idealizador e fundador do Partido Conservador. José Murilo de Carvalho (1999, p. 9) assim o descreve: “inteligência privilegiada, orador eficiente pela concisão e temido pelo sarcasmo, legislador fecundo, foi figura marcante da oposição parlamentar no período em que o sistema representativo dava seus primeiros e inseguros passos”. De família de jurisconsultos atuantes na metrópole e na colônia, estudou em Coimbra junto a nomes importantes da política da Regência e Primeiro Reinado. Mas era um crítico do sistema de ensino daquela instituição, disse ele “Estudei direito público naquela instituição, e por fim sai um bárbaro: foi-me preciso até desaprender”. Vasconcelos considerava o ensino em Coimbra arcaico e isolado do mundo científico “Ali não se admite correspondências com outras academias, ali não se conferem os graus senão aqueles que estudaram o ranço dos seus compêndios” (Carvalho p. 9 e 12). A crítica de Vasconcelos é importante para pensarmos que a sua atuação no Império coaduna com a postura diante da Biblioteca Pública Imperial, quanto a necessidade de aquisição de obras modernas, procurando romper com os arcaísmos portugueses mas sem perder os vínculos políticos com a antiga Metrópole. Partiram de Vasconcelos também, as iniciativas de criação do Arquivo do Império e do Colégio Imperial Pedro II. Foi um dos principais ideólogos da centralização política em face às idéias liberais defendidas num primeiro momento, acabando por entendê-las como princípios favoráveis à anarquia e desagregação do Império. Conclusões decorrentes da experiência de instabilidade política e territorial vivida sob a administração dos liberais, cujo maior símbolo foi Ato Adicional de 1834.

permaneciam com valor de antiguidade sem configurar interesse a uma história nacional em sua especificidade. Destituídos de qualquer significado de uso imediato, estes documentos eram arranjados junto à coleção de História Geral. Os índices do acervo previstos no estatuto da instituição de 1821 foram: índice geral alfabético de todos os livros; índice “em que os livros se distribuíram em classes ou matérias de que tratam”; índice de livros proibidos; índice “dos que tiverem dobrados” (Estatuto da Real Biblioteca do Rio de Janeiro, www.unicamp.br/iel/memória). Esses índices demonstram, em certa medida, a generalidade da forma de organização do acervo, assim como as particularidades de uma Biblioteca que trazia a herança da Real Mesa Censória instituída em Portugal⁸⁷ instituída em 1768.

Diferentemente, como notou Schiavinatto (2003) e Kodama (2009, p. 56-57), documentos como relatos, roteiros de viagem, corográficas e todos aqueles relativos a aspectos descritivos da natureza do Brasil, sua configuração física e especificidades tinham a maior importância⁸⁸. Constituídos a partir de uma perspectiva local, até pela especificidade do campo de saber que se organizou em torno desse objeto, transformaram-se durante a primeira metade do século XIX nos principais elementos de simbolização da nação. O desenvolvimento da História Natural⁸⁹ no país, seus métodos, formação de coleções e inventários, partiam da experiência empírica, de onde seria conhecido o específico da terra brasileira. Somente então, seria possível unir a terra do Brasil ao espaço territorial de todo o globo. Essa perspectiva universalista se dava nesse momento, como notou Guimarães (2007), principalmente pelo conhecimento da natureza e, dentro dela, tudo deveria se encaixar,

⁸⁷ Segundo Villalta (2006) “a censura [em Portugal] do início dos séculos XVI a 1768, encontrou-se sob os cuidados do Ordinário (juízo eclesiástico), da Inquisição e do Desembargo do Paço. Em 1768, D. José I colocou a censura sob a jurisdição de um único órgão a Real Mesa Censória. Essa iniciativa é um marco do esforço secularizador, definido por uma série de medidas de cunho reformista e regalista, que expressavam uma incorporação seletiva da idéia das Luzes, com a valorização da Razão e das ciências e, ao mesmo tempo, com a condenação a tudo que soasse como ameaça ao Antigo Regime.”

⁸⁸ Esse conhecimento estava relacionado a uma atitude pragmática dos letrados luso-brasileiros do final do XVIII, ressaltada por Dias, e adquiriu uma estruturação administrativa com a vinda da Corte Portuguesa ao Brasil, com a criação do Real Horto Botânico, 1808, do Museu Real, 1818 e, da Academia Militar, 1810 (Figueirôa, 1997; Lopes 1997). A reunião dessas instituições no Rio de Janeiro, sede do Império Português, teria contribuído para a elaboração de uma idéia de centralidade, de onde todo o conhecimento existente sobre o território, dividido administrativamente em capitanias e províncias posteriormente, deveria confluir.

⁸⁹ A pesquisa empírica se caracterizava pela História Natural desenvolvida na Academia de Ciências de Lisboa, criada em 1779, num contexto de plena inserção das idéias iluministas e de modernização de Portugal. Schiavinatto (2003, p. 608), explicitou em que medida o aproveitamento da História Natural poderia ser útil ao Estado português. “Segundo Vandelli, a história natural propiciaria uma (re) utilização da natureza capitaneada pelo Estado português, combatendo a decadência motivada pela queda da mineração, falta de uma produção agrícola forte e abundante e rediscussão do metalismo. Ou seja, esse investimento do naturalista retornaria para as mãos do Estado, que, reorientado pelas Luzes, conseguiria elaborar um projeto de riquezas a serem produzidas ou exploradas. Esse saber acadêmico do naturalista tinha caráter extremamente prático. Procurava servir ao mundo dos homens, respeitando, contudo a coerência interna da natureza, aprendendo a desvendar os seus mecanismos internos e, ao se assenhorear deles, poderia reduplicar a natureza, explorando-a em outras partes do império, transportando tais objetos de lá para cá e reutilizando-os e, ou, implementando-os.

receber uma ordenação, tornando perceptível, inclusive, as concepções de história decorrentes dessa dinâmica. A história humana, como parte integrante de uma história da natureza, não cabia mais no todo da erudição antiquária, ela deveria fazer parte de um conjunto de conhecimentos que se constituía para servir ao presente.

Neste mesmo momento, a Biblioteca, sob a proteção de religiosos,⁹⁰ ainda que com aquisições significativas, parecia ainda estar a serviço principalmente da família real, sem oferecer evidências das transformações que o mundo vivia e condições de o país acompanhar “o progresso que se avistava desde as luzes”. O reconhecido iluminismo pragmático dos ilustrados portugueses, já salientado em diferentes pesquisas, não adentrava as portas do Hospital do Carmo onde a Biblioteca permanecia presa à tradição de ser um lugar de culto aos livros, mais do que de um instrumento para a ilustração e o progresso, almejados no século XIX. Ou melhor, sua utilidade tinha dificuldade de ultrapassar a característica antiquária e oferecer outros desdobramentos.

Nietzsche ajuda a pensar a presença desta instituição na perspectiva de uma consciência histórica antiquária ou tradicionalista, vivenciada nesse momento de transição, envolvendo uma corte e dois impérios. Diante das inseguranças, a história poderia interessar aos portugueses e brasileiros do primeiro reinado pelo gosto cultivado “pela conservação e pela veneração, àquele que se volta com amor e fidelidade para o mundo de onde veio e no qual foi formado; com este ato de piedade, ele de algum modo agradece por sua existência. Cultivando cuidadosamente o que sempre foi, quer conservar para aqueles que nascerão depois dele as condições nas quais ele próprio nasceu – e é assim que presta um serviço à vida” (Nietzsche, 2005, p. 91). Era desta forma que a Biblioteca Real e Pública e posteriormente Imperial e Pública, atravessou o Atlântico, instalou-se com a Corte e procurou se manter nos primeiros anos da nação, como um legado da monarquia portuguesa e da trindade entre política, estado e igreja, sem alterações significativas em suas ações, como gostaria que fosse no reinado dos Bragança.

Schwarcz sintetizando o papel da Biblioteca assim se refere (idem, p. 53) “não era a frequência que determinava sua funcionalidade, mas a mera existência, tal qual cartão de visitas, ou postal de apresentação”. Era assim no tempo de D. João e continuou assim nas

⁹⁰ “Instalado o acervo, era hora de regrá-lo. Para efeitos foram designados os freis Gregório José Viegas e Joaquim Dâmaso. Ao primeiro, cabia a administração; já ‘arranjo e a conservação’ da Real Biblioteca ficaram a cargo do segundo. Ambos tinham vindo ao Brasil junto à família real, e frei Viegas era confessor das filhas do príncipe regente.” Havia também um ajudante que veio de Portugal na mesma época Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, responsável ao que parece pela organização do acervo e que em 1821 assume o lugar do frei Viegas nomeado bispo em Pernambuco (Schwarcz, 2003, p. 49 e 57)

primeiras décadas da nova nação. De qualquer forma, a insistência dos responsáveis pela biblioteca com relação à atualização do acervo e melhores condições de trabalho reverberava preocupações que diziam respeito a interesses que apresentavam uma primeira abertura para uma literatura “atual”, preocupada em alimentar o gosto por áreas mais específicas, ligadas às ciências naturais, tais como física, química, matemática, agricultura, medicina cuja demanda parecia ser evidente, diante das pesquisas iniciadas no país. Seja como for, a Biblioteca representada por seus funcionários e Ministro do Império, apresentava à Assembléia Geral Legislativa, a vontade de ocupar um novo lugar no país, favorecendo estudos de uso imediato e desprendendo-se do culto às obras antigas e dos estudos clássicos. No entanto, entre a manifestação de interesse e a adoção de novas práticas e atitudes na Biblioteca, um tempo relativamente longo precisou ser transcorrido.

2.2. Acervos entre lugares

Babelon e Chastel (1994, p. 60) apontam que uma das principais estratégias de constituição dos estados nacionais na Europa pós Revolução Francesa foi a “qualificação de um passado”. Identificar o que conferiria “qualidade a existência de um passado”⁹¹ à nação somente começou a fazer parte de um interesse dirigido pelo Estado Imperial a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Arquivo Público do Império, em 1838. Muito embora a iniciativa de criação do Instituto não tenha sido do próprio Estado e sim da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, os envolvidos no projeto tinham relações estreitas com o grupo político que se ocupava da organização do Estado e da nação brasileiros. Desde a primeira seção, o IHGB granjeou a proteção do Imperador e, em muitos sentidos, se tornou a materialização daquele espírito iluminista tratado no tópico anterior. Mas era mais do que isso, pois ele estava no centro do processo de consolidação do Estado

⁹¹ No processo de constituição da nação francesa, por exemplo, foi atribuída toda uma nova significação às obras de arte, acervos bibliográficos e documentais que após o processo de secularização dos bens da Igreja, o confisco de bens de emigrados, as enormes fortunas das classes tradicionais “o clero e a nobreza” passaram para o domínio do nacional, como patrimônio intangível, representativo e como riqueza moral de uma nação. O exemplo Francês é dramático pois os movimentos populares da Revolução pretendiam eliminar os símbolos da monarquia, incluindo obras de arte, arquitetônicas, castelos e foi preciso haver discussões e a implementação de legislação para criar um novo sentimento com relação aos vestígios do antigo regime. O esforço era por torná-los “testemunhos” únicos do passado francês e não apenas símbolos monárquicos (Babelon & Chastel, 1994, p. 57-61).

Imperial, comandado por um grupo de homens cujas idéias permeavam a estruturação do organismo estatal e também da sociedade. No dizer de Mattos (2004, p. 296), esses homens que configuraram o “Tempo Saquarema” se pretenderam dirigentes e instituidores da sociedade e do Império, procurando imprimir princípios de ordem e civilização. O “Tempo Saquarema” teria se transformado num agente organizador, unindo o passado ao presente e possibilitando a passagem de um “momento anterior, sempre compreendido como desorganizado e bárbaro, não obstante os aspectos positivos que o passado colonial encerrava, a um outro momento, entendido como superior porque o *lugar* da Ordem e da Civilização”⁹².

Arquivo e IHGB foram criados nesse momento ordenador, com o propósito de executar ações que abarcassem o país como um todo, ou melhor, se apresentavam como instituições que dariam conta de centralizar informações sobre ele. Assumia o IHGB a função de desenhar o perfil da nação (Guimarães, 1988) e o Arquivo a de demonstrar seu esqueleto. Um surgia como órgão do Estado, o outro como instituição civil organizada, muito embora essas duas dimensões tendessem a se confundir em muitos momentos nos primeiros anos do Império.

Nesse período, as idéias iluministas, embora não perdendo de todo o cariz universalista, voltavam-se para a construção de um específico, de uma singularidade por meio do entendimento de um passado diferente daquele visto anteriormente. O passado como parte da História da Natureza começava a ser matizado pelo interesse na criação de um tipo de coletividade que surgia com o Estado e mundo modernos e as novas ritualizações criadas para constituição de laços e sentimentos profundos e comuns a uma sociedade⁹³. No Brasil, essa “formulação” moderna expressou características ainda mais singulares por não ter iniciado junto à Independência. Somente no final dos anos de 1830 é que o desenvolvimento criativo da nação toma corpo e se materializa em ações e instituições.

Ainda que não possamos falar em fissuras completas entre uma perspectiva e outra, poderemos perceber, neste tópico, a configuração de preocupações com a documentação sobre o passado do país com a rubrica “histórica” antes ausente. Essa abordagem possibilita visualizar instituições imediatamente ligadas com a formação da nacionalidade por meio do

⁹² Mattos (2004, p. 296), localiza o que denominou “Tempo Saquarema” “entre os últimos anos do período regencial e o ‘renascer liberal’ dos anos sessenta do século XIX”.

⁹³ Benedict Anderson (1989, p. 12) em seu livro *Nação e consciência nacional* procura destrinchar as maneiras pelas quais se consolidou a idéia de nação enquanto um artefato cultural, para tanto, o autor diz ser necessário considerar “como se tornaram [as nações] entidades históricas, de que modo seus significados se alteraram no correr do tempo, e por que, inspiram uma legitimidade emocional tão profunda”. O caminho encontrado pelo autor para investigar a nação enquanto artefato auxiliou a abordagem do tema nesta pesquisa ao possibilitar pensar na confluência ocorrida entre o desenvolvimento da história enquanto disciplina e o próprio conceito de nação no Brasil.

trato com obras e documentos, refletido na constituição de acervos e forma de organização e publicização dos mesmos. Tais questões são importantes para se pensar a consolidação dos lugares de produção da história brasileira, que contribuem para melhor situar Capistrano de Abreu no movimento de produção da historiografia do país, principalmente se pensarmos com Guimarães (1988, p. 6) na íntima relação entre a produção historiográfica brasileira e a constituição do Estado Nacional.

A Biblioteca Pública, instituída em 1814, o IHGB e o Arquivo Nacional, criados em 1838, se tornaram as principais instituições de acervo documental do Brasil, imprimindo formas próprias de lidar com a perspectiva de constituição da nacionalidade brasileira que se estabelecia naquele momento. Como vimos anteriormente, havia um importante acervo agregado à Biblioteca Real e Pública — Imperial e Pública, depois da Independência —, mas com vínculos fortes com o Antigo Regime e a prática antiquária, sem o desenvolvimento da crítica documental, a abertura para as ciências modernas ou o interesse manifesto à especificidade do novo país. Ao mesmo tempo, teriam circulado outras formas de promoção do conhecimento e inovações científicas por meio da imprensa e do impresso, incluindo a publicização de artigos considerados “históricos” por dizerem respeito ao país em tempos precedentes, principalmente, por meio do jornal *O Patriota*. Nesse aspecto é importante salientar duas observações de Lorelai Kury (2007, p. 141) sobre o periódico *O Patriota*. A primeira é a de que os artigos publicados possuem “traços marcantes do alto iluminismo europeu” mesclados “a reflexões e propostas que são fruto da experiência cultural luso-americana”. Segundo a autora

Seus numerosos artigos tratam de uma unidade chamada Brasil, cuja identidade forjava-se mais pela descrição espacial do que pela espessura das etapas históricas. *O Patriota* já estabelecia, no entanto, a genealogia dos homens de letras e de ciências brasileiros, com a publicação de documentos do passado que acabariam por formar uma espécie de antologia da produção intelectual existente sobre o Brasil.

A segunda observação de Kury (2007, p. 11), juntamente com os autores do *Iluminismo e Império no Brasil “O Patriota (1813-1814)”*, é a de que haveria entre os autores do periódico um sentimento identitário

que os vinculava a um projeto político específico de superação do Pacto Colonial, o qual previa a união entre as diferentes províncias do Império português. Havia, sim a idéia de pátria, mas não havia nacionalismo brasileiro.

Desta forma esse momento antecessor não incluía preocupação com a elaboração de uma nacionalidade brasileira, embora tenha contribuído para o conhecimento de aspectos da natureza, população, organização social, economia.

Com o desencadeamento do processo de consolidação do Estado e Nação tanto são intensificadas as incursões para produção de novos conhecimentos sobre o país quanto são demonstradas intenções de reunião de documentos para que os letrados e o governo melhor se assenhassem do que tinham em mãos e pudessem dar continuidade tanto à monarquia e manutenção dos monopólios políticos e econômicos, quanto à invenção de uma nova nação⁹⁴.

Derrida (2001), em seu livro “Mal de arquivo: uma impressão freudiana” apresenta um significado da palavra “arquivo” que nos ajuda a pensar a preocupação documental que se institui nesse momento no Brasil.

Arkhe, lembremos, designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*. Esse no nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* – princípio físico, histórico ou ontológico mas também da lei, *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social, *nesse lugar* a partir do qual a *ordem* é dada – princípio nomológico. (Derrida, 2001, p. 11)

Começo e comando são pressupostos que mobilizam a atividade de reunir documentos para melhor estabelecer um início à história nacional e também deixar claro de onde parte essa iniciava, numa atitude com dupla função: instituir e consolidar um comando. As instituições de acervo, por assim dizer, além do aspecto administrativo, transpareciam a necessidade de produzir o começo da história de uma nação, buscando definir uma “qualidade” ao passado por meio das inscrições em documentos espalhados em diferentes partes do território do país e além mar, a serem reunidos em lugares específicos.

O Arquivo Público, por exemplo, criado no ano de 1838 e não implantado até 1839, definiu suas funções e assumiu a responsabilidade por recolher “os documentos para a História” do país (Relatórios do Ministério do Império de 1839, p. 4 e 5 e de 1843, p. 55). Com a responsabilidade de “guardar documentos públicos”, logo em sua criação estabeleceu as seguintes seções nas quais estaria arranjada a produção documental do Império: Administrativa (documentos do poder Executivo e Moderador); Legislativa e, Histórica.

⁹⁴ Mattos (2004) complexifica em seu trabalho o jogo de continuidades e discontinuidades durante o “Tempo Saquarema”, em que se consolidou a vitória de um projeto político que visou a constituição do Império e da classe senhorial, tendo como pano de fundo a manutenção dos monopólios sobre a terra, a mão-de-obra e a comercialização dos produtos durante a economia mercantil-escravista e ainda, como esse jogo possibilitou manter e melhor estabelecer o lugar de cada elemento na sociedade brasileira, articulando velhas e novas práticas sociais.

Interessante notar a rubrica “histórica” para uma das seções, que efetivamente oferecerá desdobramentos às atividades desta instituição no sentido de mobilizar o Governo para recolher documentos de interesse ao Estado, a serem mantidos num lugar sob seu controle. No entanto, entre a manifestação de interesse e uma prática efetiva dos objetivos pelos quais foi criado, o Arquivo Público do Império permaneceu com atividades marginais no trato com a documentação ao menos até a tentativa de fortalecimento institucional por meio de uma reestruturação ocorrida em 1847 (Relatório de 1847, p. 6).

O IHGB, por sua vez, apresentava em seu primeiro Estatuto, no parágrafo primeiro, a finalidade de “colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a historia e geographia do imperio do Brasil; e assim tambem promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico, logo que o seu cofre proporcione esta despeza”⁹⁵. O Instituto foi fundado por homens como José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), primeiro presidente perpétuo do IGHB, Raimundo José da Cunha Matos, idealizador do Instituto junto a Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário perpétuo da instituição. Diferentemente do engenheiro militar Cunha Matos, os outros dois eram nascidos no Brasil e pertencentes à elite política que circulava na Corte, conjugavam o interesse no apartamento relativo do Brasil de Portugal. Assim, se não chegavam a demonstrar uma ofensiva com relação ao passado colonial, procuravam, por meio do estabelecimento das diretivas do Instituto, demonstrar a diferença existente entre a situação colonial e a fase iniciada com a Independência, expressando nas suas atividades o interesse ativo de construção do Império brasileiro.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, brasileiro, bacharel em Direito Canônico, formado pela Universidade de Coimbra, trabalhou como tradutor da *Empresa Tipográfica Arco do Cego*, em Lisboa. Tendo voltado ao Brasil em 1800, iniciou a carreira política, sendo eleito deputado as Cortes (1821), deputado Geral Constituinte (1823), presidente da província do Rio Grande do Sul (1824-1826), Conselheiro de Estado, Ministro do Império (1825-26), Ministro da Justiça (1827), Senador e Desembargador Honorário (1827-1847) (Sanchez, 2003, p. 26).

Cunha Matos, português, engenheiro militar, tendo vindo ao Brasil para participar da repressão à revolta de Pernambuco de 1817, jurando fidelidade ao Imperador em 1822, tornou-se brasileiro. Teve participação ativa na política do Primeiro Reinado, como deputado por Goiás. Mais tarde, assumiu o cargo de Secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria

⁹⁵ IHGB. Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro: Typographia da Ass. Do Despertador, 1839, p. 3.

Nacional, quando publicou obras a partir de “anotações sistemáticas sobre os trajetos que percorreu, como a *Corografia Histórica da Província de Goiás*, a *Corografia Histórica de Minas* e o *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*” (Kodama, 2009, p. 35-36). A especificidade do seu trabalho como engenheiro militar, o gênero corográfico como expressão do seu trabalho, o local de nascimento e os serviços aos dois Impérios, são os fatores que gostaria de destacar neste momento da pesquisa.

Januário da Cunha Barbosa, religioso, pregador régio da Capela Real em 1808, Lente da Cadeira de Filosofia Racional e Moral da Corte, Maçom, partidário da Independência, fundador e diretor, junto com Gonçalves Ledo, do *Revérbero Constitucional Fluminense*, considerado traidor por influência de José Bonifácio, preso e deportado, em 1823, voltou no ano seguinte inocentado. Recebeu do Imperador a menção honorífica de Cônego da Capela Imperial, deputado (1826), Diretor e redator do Diário do Governo e da Imprensa Nacional (1830). Publicou o Parnaso Brasileiro ou a Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil (1829-30), funcionário da Biblioteca Imperial e Pública (1839), diretor da mesma instituição (1844), deputado (1845).

Os três participaram da administração da Corte portuguesa e vivenciaram o processo da Independência como personalidades ativas, tendo um relativo recuo da vida política durante o período em que o Partido Conservador, de Bernardo de Vasconcelos, esteve no poder. Para Lúcia Guimarães (1995), a criação do IHGB, neste momento, esteve diretamente ligada a esse evento político

Apeados dos postos-chave da Regência, com a subida do “Gabinete Parlamentar”, em 19 de setembro de 1837, onde Vasconcelos ocupou dois ministérios, reduzidos à Quinta da Boa Vista e, por isto mesmo, muito visados pelos adversários, os “áulicos” necessitavam abrir um novo espaço na Corte. Um espaço aparentemente neutro, que lhes permitisse transpor os jardins da Quinta, facilitando seu trânsito no cenário político. Neste sentido, podemos afiançar de antemão, nada mais oportuno do que a criação da Academia. Nascida na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Gerada em altos conchavos nos salões de São Cristóvão. (Guimarães, 1995, p. 482).

A autora sugere que o IHGB funcionaria como uma “entidade alternativa”, uma “espécie de arquivo paralelo, organizado pelos opositores do Ministro Vasconcelos” (Guimarães, 1995, p. 481). Essa referência se deve, em grande parte, pela coincidência da data de criação de duas instituições que objetivavam se ocupar de documentos históricos sobre o país, o Arquivo e o IHGB. De qualquer forma os dois projetos, ainda que paralelos, se

diferenciavam pouco no que diz respeito ao entendimento da necessidade de centralização política, consolidação do Estado Imperial e constituição da nação brasileira. Mas, o paralelismo demonstra certa queda de braços, por exemplo, na disputa de verbas para incremento das atividades.

A aproximação de Januário da Cunha Barbosa do poder, neste período, passava pelos salões de São Cristóvão e pelo apoio do seu grupo na Assembléia Legislativa, por meio de aprovação de verbas generosas, num período em que o Império vivia em crise financeira (Guimarães, 1995, p. 484). A proteção do Imperador menino à Instituição teria sido idéia do Cônego, que recebeu ainda maior respaldo com o fato de vários membros do IHGB terem feito parte do Clube da Maioridade, que levaria D. Pedro II ao trono, em 1840. Iniciava a participação efetiva do Imperador nas reuniões da Academia concorrendo para consolidar o lugar do Instituto nas políticas administrativas do Império. O dispêndio do Estado para a manutenção do IHGB cobria 75% do total do seu orçamento (Guimarães, 1988, p. 10) e a prestação de contas dessas verbas era feita de maneira muito sumária, demonstrando a liberdade nos gastos. Além disso, seus membros tinham mais prestígio para solicitar recursos financeiros junto à Assembléia Constituinte do que o próprio governo, mantendo a Biblioteca Pública e o Arquivo em situação difícil — fator que fica visível nos relatórios ministeriais⁹⁶.

A década de 1840 foi marcante para evidenciar a estruturação das três instituições que dariam suporte ao processo de individualização de uma nação no Brasil. A dupla faceta deste momento, representada tanto pela unidade territorial, construída por meio dos preceitos da guerra tais como domínio do território pelo monopólio da violência, quanto a oposição à forma de governo republicana, foram elementos fundamentais para a constituição do território enquanto “um dogma político” (Mattos, 1994, p. 97). A dimensão fundamental do território para a consolidação do Império brasileiro estava diretamente relacionada à manutenção do poder central que se fortalecia em meio às ações repressivas e diplomáticas diante das “ameaças” internas (a exemplo da Cabanagem e da Farroupilha) e externas (questão platina). A dimensão territorial trazia também, para discussão, o significado político das províncias, entendidas pelo Estado muito mais como circunscrições espaciais do que como entes configurados, com relativa autonomia perante o Estado monárquico (Mattos, 1998, p. 98). Por outro lado, as oligarquias regionais desejosas de autonomia para comercializar seus produtos

⁹⁶ Costa (2000, p. 218) em seu artigo “O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade” diz que ‘tomando como referência os arquivos nacionais europeus surgidos no século XIX, observa-se que o arquivo brasileiro encontrou sérias dificuldades para realizar os objetivos inerentes a esse tipo de instituição: “instrumentalizar” a ação administrativa do Estado nacional emergente e subsidiar a pesquisa histórica.’

livremente, fora do controle da metrópole, viam-se inseguras diante da possibilidade de perda da mão-de-obra escrava por interferência da Inglaterra, passaram a entender o apoio à monarquia como o meio de garantir seus monopólios econômicos e da mão-de-obra escrava. Nas palavras de Mattos (2004, p. 105), a Coroa assumia nesse momento o “papel de um partido” e como centro “gestor dos interesses dominantes que se distribuem de maneira irregular pela imensidão do território”.

A centralidade do território durante a consolidação do Império, portanto, dizia respeito tanto a questões administrativas diretas, preocupadas com sua circunscrição física e de domínio dos processos econômicos, quanto à utilização do respaldo político advindo do controle do espaço, por parte do Estado, para manipulação das forças internas. Situação que levou o Governo e a elite promotora da Independência a lançar mão de iniciativa para melhor conhecer o país e, ao mesmo tempo, principalmente no final da Regência e Segundo Reinado, a usar os procedimentos de exploração do território e seu resultado para o processo de simbolização da nacionalidade, conjunção até então ausente de medidas tomadas pelo Estado⁹⁷. É nesse sentido que podemos entender a reunião, produção e publicização de documentos tais como roteiros de viagens, corografias, descrições geográficas de todos os gêneros associados à história, numa perspectiva de apropriação das especificidades físico-territoriais.

Os perfis, sumariamente descritos acima, se articulavam a este processo. Um religioso, brasileiro, intimamente associado à política seja como editor de jornal, membro da maçonaria, deputado, unido a um engenheiro militar, português enraizado (na expressão de Dias, 1972), com experiência em exploração de territórios e a outro com extensa atividade política, também brasileiro, são exemplares do momento e do tipo de letrado agregado ao IHGB. A preocupação com questões históricas e geográficas aparece na proposta de criação do Instituto apresentada à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Ao lado destas preocupações se unem as da formação de uma elite governamental, como podemos observar no discurso inaugural de criação do IHGB proferido por Januário da Cunha Barbosa

⁹⁷ No entanto, como ressaltou Magnoli (1994, p. 86) durante todo o primeiro reinado e a regência havia instabilidades difíceis de contornar para a manutenção da unidade do país. “A unidade territorial não estava nem de longe assegurada no momento da ruptura com a metrópole portuguesa. Antes, pelo contrário: o Império enfrentou um sem-número de revoltas que, explícita ou subterraneamente, ameaçaram implodir o território precariamente reunido sob a autoridade da Coroa. A primeira delas – a Confederação do Equador (1824) – retomava a Revolução de 1817 e o Movimento de Goiana de 1821, estabelecendo uma tradição republicana e liberal e revelando a forte influência das Luzes sobre significativos setores da elite pernambucana. As revoltas foram especialmente numerosas durante o interregno regencial (1831-1840) – marcado pelo enfraquecimento circunstancial da monarquia, mas refletiram os problemas estruturais de construção do Estado Imperial”.

Sendo innegavel que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarchia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior somma de luzes deve formar o maior grao de felicidade publica, são as letras de uma absoluta e indispensavel necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e a geographia do paiz, devem ministrar grandes auxílios a publica administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros. (RIHG, 1908, 3 ed.; 1^a. d. 1839 vol, 1).

As letras, que comportavam todas as áreas de conhecimento, eram a um só tempo adorno e alicerce. O sentido político da monarquia constitucional, modelo administrativo apoiado pelo grupo, compunha o eixo das idéias manifestas no projeto, que incluía a preocupação em agregar homens esclarecidos para ocupar cargos meritórios no Estado. Em outras palavras, homens como eles deveriam estar à frente da condução da sociedade ao mais alto “grao de felicidade pública”, agindo no sentido de “concentrar, em huma litteraria associação os diversos factos da nossa historia, e os esclarecimentos geographicos do nosso paíz”. A exemplaridade dos homens ilustres caminha ao lado da riqueza econômica e grandiosidade da natureza brasileira, circunscrita em um território constituído pelos atos heróicos de quem o defendeu. O território físico, portanto, aparece como o conformador de toda a história possível sobre o país, como pode ser depreendido do seguinte trecho escrito pelo Cônego

A nossa história, divide-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização. Ou ella se considere pela conquista de intrépidos missionários, que tantos povos attrahiram a adoração da cruz erguida por Cabral neste continente, que lhe parecia surgir do sepulchro do sol; ou pelo lado das acções guerreiras, na penetração de seus emmaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedades e pompas de seus vegetaes, abundancia e preciosidade de seus fructos, pasmosa novidade de seus animaes, e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos de nossos patrícios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um thesouro inexgottavel de honrosa recordação e de interessantes idéas, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz.

Ao mesmo tempo em que se estabelece a necessidade de história e geografia, se configura o lugar onde essas áreas deveriam ser desenvolvidas com legitimidade e as pessoas capazes do empreendimento, que são os mesmos esclarecidos burocratas e políticos do

Império, um grupo social que florescia com a consolidação do Estado. Guimarães (1995) assinalou que a maior parte dos membros do Instituto não pertencia à classe senhorial, eram funcionários públicos, filhos de funcionários públicos ou de militares. Há que se destacar que, muito embora, o IHGB tenha surgido como entidade privada, a proximidade com o Estado foi proveitosa para a consecução de seus objetivos, tendo sido a proteção do Imperador providencial.

Esses homens tinham uma opinião clara sobre política e administração, e é nesse sentido que pensavam a história. E, muito embora suas compreensões estivessem enredadas no espírito das luzes e sua preocupação com o presente, como se apresentava na virada do séc. XVIII para o XIX, a composição patente em seus discursos, trazia consigo o espírito das letras como importante adorno além da evidente inserção política. A retórica, como bem evidenciou Guimarães (1995), fazia parte do discurso de Januário da Cunha Barbosa em seu pronunciamento - até por sua apresentação primeira, acontecer pela oralidade - tanto quanto suas perspectivas pragmáticas.

O vínculo entre a monarquia constitucional com o mundo das letras e das luzes possibilitava a união explícita entre história e política. É evidente neste aspecto a inspiração francesa na constituição do Império do Brasil e, por conseguinte, da História enquanto área a contribuir para a consolidação dessa instituição. Ao mirar-se no Instituto Histórico de Paris, os idealizadores do Instituto brasileiro, compreendiam que o modelo francês era tão adequado à história quanto à política, sendo ambos os frutos de um mesmo desenvolvimento, mirando o mesmo caminho. Ao proferir o discurso fundador, Januário da Cunha Barbosa cita amplamente Barante, um dos responsáveis, junto a Guizot e a Thierry, pela “reforma histórica e de reconquista do passado nacional” na França dos anos 1820 (Hartog, 2003a, p. 98).⁹⁸.

Outro jogo de proximidade acontece com as formas de produção de conhecimento, e, neste caso, nada melhor do que mirar-se na experiência mais próxima, mais conhecida e que apresentava maior sucesso: a história natural. É nessa ciência que a história a ser praticada no Brasil e por brasileiros, deveria se espelhar para desenvolver seus métodos como professa Januário, a partir do francês Barante,

⁹⁸ Nesse movimento para estabelecer as proximidades definiam-se também as distâncias, e neste caso, a distância claramente assinalada referia-se às repúblicas americanas. Guimarães (1988, p. 7), trata claramente desse aspecto presente no IHGB: “Na medida em que o Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente define-se o “outro” desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado. Assim, os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie”.

O talento do historiador, diz o barão de Barante, assemelha-se à sagacidade do naturalista, que com pequenos fragmentos de ossos, colhidos de escavações, como que resuscita um animal, cuja raça desconhecida existia em plagas que sofreram cataclysmos. (p. 12)

O futuro historiador brasileiro teria muita dificuldade para fazer história devido aos pequenos fragmentos existentes de um passado desconhecido, mas que estimava-se grandioso. O passado era visto como um momento pronto e acabado, mas do qual não se podia falar devido à falta de elementos repertoriados, catalogados, trazidos à luz. Por isso, a tarefa que se colocava o Instituto era antes de tudo a de “salvar” do esquecimento os fatos, os escritores e os heróis nacionais “sepultados” tanto pelo descuido dos patriotas, quanto pela mão da monarquia absolutista portuguesa, que não permitia a impressão dos escritos de brasileiros ou então deles se apropriava admitindo-os como fazendo parte da própria história da metrópole (Barbosa, RIHGB, 1908, 1ª. Ed 1839). Colocando desta forma, os idealizadores do Instituto, desconsideravam a idéia de o Brasil ser um país recente, que poderia *contar-se* apenas após a Independência. Haveria muita história soterrada, necessitando de um arqueólogo para escavá-la.

No entanto, por onde começar? Esse é um paradoxo que se apresentou no próprio texto de Januário: pela ocupação do território pós “achamento” e sua defesa, de onde teriam surgido os heróis nacionais?; ou pelo tempo precedente, a antiguidade, na qual poderiam ser encontrados notáveis vestígios de acontecimentos que diriam respeito à grandiosidade, “thesouros inexgotável de honrosa recordação”, certamente existente, conforme esperavam, à exemplo da Europa ou mesmo do México?⁹⁹

Neste caminho havia outra importante função que o IHGB apresentava e era claramente acolhida pelo Ministério do Império, ainda que pesem suas diferenças partidárias, era a função de corrigir as informações históricas e geográficas sobre o país.

Huma associação de litteratos, debaixo do título de Instituto Histórico, e Geográfico Brasileiro, se installou nesta Capital: ela pode prestar importantes serviços não só diffundindo o amor às Sciencias, como também

⁹⁹ Kodama (2009, p. 65-69), abordou o interesse do IHGB num passado remoto das terras e povos americanos que, de curiosidade local, teria demandado pesquisas mais especializadas. Para a autora (2009, p. 69) “um dos pressupostos presentes na arqueologia do Instituto era o de que haveria elos perdidos, a serem encontrados, que vinculassem a história da povoação do continente à história dos povos mencionados pela Bíblia.” A arqueologia e a etnologia no IHGB aparecem como áreas de conhecimento a serem exploradas de maneira diferenciada na Instituição. Para autora (p. 74) “(...) se a investigação histórica das sociedades e a do passado arqueológico, em suas naturezas eram capazes de levar a encaminhamentos metodológicos nitidamente distintos no salão do Instituto Histórico, o trato da matéria da história do Brasil parecia requerer necessariamente uma continuidade entre as duas.”

corrigindo innumeráveis erros, que a respeito do Brasil publicam na Europa escriptores mal informados, ou desaffetos; e averiguando muitos aspectos Históricos e Geográficos, que convém dilucidar no interesse da Administração e da Diplomacia. (RMI 1838, p. 15)

A idéia de correção de informações era bastante comum à época. O próprio Cônego trazia essa questão como uma das atividades fundamentais do Instituto como bem notou Cezar (2004, p. 14). Não era apenas uma “história a ser feita ou desvelada” mas também “uma história já feita a qual é necessário examinar com um olhar crítico”. O comentário a esse respeito, presente no Relatório do Ministério seguia à informação de que o Governo havia comprado e distribuído pelas Províncias 180 exemplares do *Diccionario Topographico do Brasil*, elaborado pela Senador José Saturnino da Costa Pereira, assinalando que o Governo estaria contribuindo para esclarecer pontos do *Diccionario*, para que o Senador pudesse corrigi-los na segunda edição (RMI, 1838, 3ed.,1908, p. 15). História e Geografia, portanto, apresentavam-se como questões estratégicas ao Governo justamente pela precisão necessária das informações para melhor administrar e melhor defender o espaço territorial do país no confronto com interesses, maledicências, desinformações e desconhecimentos por parte de estrangeiros. Era preciso tanto quanto corrigir informações sobre o país desconstruir imagens negativas que circulavam na Europa e colocar o Brasil, como assinalou Guimarães (1988), junto ao concerto das nações civilizadas.

Essas preocupações provocaram interesses documentais que iam desde a coleta de documentos e informação sobre a população, território, natureza brasileiros, a elaboração de *Biografia dos Brasileiros Distinctos por Lettras, Armas, Virtudes etc*¹⁰⁰ (título de uma seção da Revista do IHGB) até a produção de novas informações por meio de expedições científicas promovidas pelo próprio Instituto. Esse era o arcabouço de interesses científicos que reunia os homens em torno do IHGB e que já se apresentaram nos primeiros números da Revista da Instituição saída a lume em 1839.

A partir do levantamento produzido por Lucia Guimarães (1995, p. 511) percebemos que a maior parte dos artigos publicados entre os anos de 1839 e 1849, era de biografias, autobiografias e necrológios (74 artigos) seguido de 26 transcrições e traduções ; 23 artigos de crônicas, memórias, relatos de viagens, estudos indígenas e de arqueologia; 14 artigos de documentação e programa de pesquisa histórica e 14 juízos e pareceres desenvolvidos pelo

¹⁰⁰ Oliveira (2009) analisa a articulação da produção historiográfica brasileira no século XIX abordando especificamente essa seção da Revista e seus significados na configuração de uma consciência histórica do período.

próprio Instituto, no controle do que deveria ser ou não publicado na Revista.

O interesse na elaboração de uma história a partir da vida de homens ilustres, selecionados pelos membros do Instituto, junto ao programa de conhecimento do território, incluindo a idéia de conhecer para melhor administrar, somado ao interesse na descoberta de glórias desconhecidas de uma civilização perdida, são evidentes nos números da Revista, neste período. Era, portanto, um programa complexo e, apesar da semelhante preocupação relativa aos documentos históricos do país presentes tanto na criação do Instituto quanto na criação do Arquivo Público do Império, o primeiro tornava-se o lugar não apenas do acúmulo de documentos e sua publicação, mas também o lugar da ação, do processo de elaboração voluntária da História e da Geografia do Brasil, enquanto ao segundo ficava remetida a idéia de instituição depositária. A esse respeito o IHGB mantinha uma situação privilegiada, diante dos recursos obtidos, seja por meio da Assembléia seja por interferência do próprio Imperador.

Podemos observar essa questão, por exemplo, no ano de 1846, quando o IHGB imprime a primeira “Carta Corographica do Império” elaborada pelo Coronel Jacob de Niemayer e dá início a explorações dos “sertões desconhecidos”, solicitando a ampliação de verbas por parte do Governo Imperial (RMI de 1846, p. 15). Solicitação presente no mesmo relatório em que o Arquivo Público justificava sua importância e questionava a redução de seu orçamento (RMI de 1846, p. 5). Interessante pensar as prioridades orçamentárias por parte do Governo e a reivindicação de verbas por esses lugares que serviam ao Estado, cada um à sua maneira, no que tange a necessidade de localização e preservação documental, principalmente com a temática da definição de seu território.

De todo modo, com recursos desiguais, as três instituições procuravam responder às questões relevantes para o país. A Biblioteca Pública elaborou o primeiro catálogo do seu acervo, o “Catálogo especial dos manuscritos e obras impressas relativas as cousas do Brasil”, que teria sido desenvolvido em 1851¹⁰¹ (RMI de 1851, p. 5). No Arquivo Público do Império¹⁰², um ano depois, foram concluídos, por Antonio de Gonçalves Dias, os trabalhos da comissão criada para “Colligir nas Bibliotecas e Archivos dos Mosteiros e Repartições Públicas de diversas Províncias do norte, todos os documentos e com especialidade os

¹⁰¹ Esse catálogo não foi localizado na Biblioteca Nacional.

¹⁰² Convindo que no archivo publico sejam arrecadados todos os documentos, que possão interessar á nossa historia, dirigi-me aos diversos ministérios, solicitando as providencias necessárias afim de que sejam elles colleccionados e entregues aquela repartição. (Relatório do Arquivo do Império, do diretor Antonio Pereira Pinto, 1861, p. 19)

concernentes à história do Paíz”. (RMI de 1852, p. 14). Na Biblioteca Pública, no ano de 1854, também aparecia a iniciativa para tornar-se um centro de informações sobre o Brasil:

No intuito de se colligirem e serem convenientemente aproveitadas todas as memórias publicadas nas províncias, relativamente à estatística e a história, tenho recomendado aos respectivos presidentes a sua remessa, afim de serem recolhidos na Biblioteca Pública.

Tenho também exigido dos mesmos presidentes informações sobre as publicações diárias e periódicas, afim de se poder organizar em quadro estatístico o movimento da imprensa no Império. (Relatório do Ministério do Império de 1854, p. 78)

É difícil definir se a iniciativa era do próprio bibliotecário, Frei Camillo de Moserrate (que assumiu a direção da instituição em 1853), ou vinha do Ministro do Império da época, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. De todo modo, efetivamente, o Ministério apresentava à Assembléia Geral preocupações administrativas cada vez mais caras ao Governo e que envolviam as instituições de salvaguarda documental do Estado.

Frente a pelo menos três instituições que se propunham a centralizar documentos sobre o país, com a finalidade de servir à produção de sua história, podemos imaginar o quanto as províncias deveriam ficar confusas com a quantidade de solicitações e reivindicações. A partir de 1849, no entanto, segundo Manoel Guimarães (1988), o interesse principal do IHGB deixava de ser a coleta e publicação de documentos para dar “prioridade à produção de trabalhos inéditos no campo da história, da geografia e da etnologia”. O IHGB incluía em seu estatuto, em 1851, que os novos membros deveriam comprovar produção intelectual para fazer parte do seletto grupo (Guimarães, 1988 p. 12). Desta forma, é possível pensar que as alterações implementadas no direcionamento do Instituto na metade do século XIX estivessem em consonância com a re-significação do Arquivo e da Biblioteca, que ampliavam seu espaço, demarcando melhor suas funções de recolhimento, guarda e preservação de documentos relativos à história do país, não cabendo a elas produzir conhecimentos, mas servir para este fim. Mesmo mantendo a perspectiva de salvaguarda e publicização documental, o Instituto era chamado nitidamente a se direcionar para a produção de narrativas históricas que abarcassem assuntos considerados de interesse ao país. O gênero de artigos que aumentou na Revista após essa nova orientação, conforme os dados de Guimarães (1995, p. 529), foi o de Memórias Históricas, com a diminuição de todos os outros acima citados, mas mantendo um número constante de artigos não contemporâneos presentes no periódico.

No caso da Biblioteca Pública é iniciado um processo lento de deslocamento de suas funções. De um lugar etéreo para um espaço terreal, com atitudes pragmáticas além de simbólicas. Inclusive, depois de tantas reivindicações, em 1854 é realizada a compra da casa de José Pereira da Rocha Vianna, na Lapa (atual Escola de Música da UFRJ), para abrigar o acervo, Sobre a casa recém adquirida, dizia o Ministro:

(...) a solidez, perfeição e elegância da construção deste prédio, as proporções que oferece para o estabelecimento, a localidade em que está situado, a modicidade do preço à vista do valor real do edifício, e sobretudo a urgência de salvar grande parte dos livros de uma ruína certa, de que já apareciam sinais bem visíveis; foram as circunstâncias que determinarão a deliberação do governo. (Relatório do Ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, 1854, p. 79)

A mudança de sede trouxe alterações na representatividade da Biblioteca. Muito embora o desejo do bibliotecário tenha sido de uma nova construção mais propícia para abrigar o acervo, a compra da casa oferecia condições para que a Biblioteca aumentasse o número de seus freqüentadores e melhor conservasse os documentos. No novo edifício, a Biblioteca estaria franqueada ao público por algumas horas no período noturno, com vistas a aumentar o número de seus freqüentadores. No entanto, a freqüência continuava relativamente a mesma durante todos os 17 anos de gestão de Frei Camillo, em torno de 2400 pessoas por ano. Considerado um número baixo, era porém, condizente com os índices de alfabetização do período, o perfil do acervo, que continuava pouco atualizado, e o pequeno grupo de “homens de letras” do país.

Após a segunda metade do século XIX, com a consolidação do Estado centralizado e monárquico, as atitudes com relação aos documentos sobre a história brasileira passaram a ser melhor orquestradas. A exemplo da distribuição de documentos ocorrida em 1854 quando a Biblioteca compartilhou um acervo com o IHGB e com a Secretaria do Estado de Negócios Estrangeiros,

(...) havendo nesses manuscritos diversos documentos relativos aos limites do Império, vão ser remetidos por cópia à Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros.

Para a Biblioteca do IHGB mandou o governo reservar 120 obras da mesma collecção que eram duplicatas, e concernentes às matérias que fazem objeto dos trabalhos do mesmo Instituto. (Relatório de 1854, p. 77).

O Arquivo Público também começa a ser visto com outros olhos, sendo destacada

sua relevância e necessidade de ocupar um lugar mais distinto entre os lugares de acervo, para ser possível cumprir a função de uma instituição do seu estatuto

Para elevar-se a altura e importância a que deve atingir he-lhe indispensável, como já tenho ponderado, uma reforma assentada em bases correspondentes aos fins para que são instituídos estabelecimentos semelhantes.

Até então o nosso archivo publico não poderia ser mais do que é: um depósito incompleto dos documentos officiaes que as diversas repartições costumam remetter-lhes, sem meios e proporções, nem para enriquecer-se todos os que deve possuir, nem para confeccionar sobre taes elementos os trabalhos destinados a esclarecer e fixar os factos e princípios da história social, política e administrativa do paiz. (RMI, 1855, p. 5; Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz)

Os estudiosos interessados no acervo de documentos históricos sobre o país ainda eram poucos e, em sua ampla maioria fazia parte do IHGB, onde, provavelmente, preferiam realizar suas pesquisas. O Arquivo do Império se ressentia da ausência dos “letrados” no estabelecimento. Dizia seu diretor em 1862, o Arquivo “vive uma vida ignorada mesmo dos que se ocupão em escrever a história do paiz” e, em tom de desalento: “esta repartição continua a estar na parte do convento de Santo Antonio, para onde foi transferida provisoriamente em 1834” (Relatório do Arquivo do Império, 1862, p. 6-7).

O caráter provisório dos lugares de acervo no país expressava a dificuldade de inserção destes equipamentos na política de Estado, muito embora, como vimos, ganhavam terreno em termos de representatividade, devido ao entendimento da contribuição de cada um para o esclarecimento e a elaboração da história e da geografia do Brasil, aumentando seu significado na afirmação da nação.

Mesmo assim, pouca atenção se dava no âmbito da Assembléia Geral às solicitações do diretor da Biblioteca Pública e do Arquivo, muito embora não deixassem de constar nos relatórios ministeriais de forma mais ou menos enfática, dependendo do ministro que ocupava a pasta. No caso da Biblioteca Pública, por exemplo, o Governo teve algumas iniciativas que não chegaram a ser estruturais, tais como a regulamentação, em 26 de novembro de 1853, do decreto n. 433 de 3 de julho de 1847, que obrigava a todos os editores, impressores etc, a remeter um exemplar de cada obra publicada no país, tornando essa medida extensiva a todas as províncias (Relatório de 1854, p. 78). A lei, mesmo regulamentada, funcionou precariamente. Outro problema constantemente reafirmado, já identificado pelos primeiros bibliotecários, era falta de obras modernas que representem “os imensos progressos das

ciencias e das letras nos últimos tempos (...). E, na gestão de Frei Camillo, expressando as novas perspectivas do Império, faltavam “especialmente a parte relativa aos livros e documentos concernentes à História, à Ethnographia e Philologia do Brasil, e da América em Geral” (Relatório de 1853, p. 70).

Essas últimas temáticas ressaltadas no Relatório corroboraram as intencionalidades manifestas no Estatuto do IHGB, de 1851, e destacadas por Guimarães (1988, p. 12). A mesma direção dada às duas instituições tem como ponto inicial a memória de Von Martius, premiada pelo IHGB em 1847, no concurso intitulado “Como se dever escrever a História do Brasil”. O texto de Martius guiou a produção historiográfica e a preocupação com os vestígios do passado desenvolvidos após 1847.

Assumido o programa do autor bávaro, o IHGB procurou estabelecer a “origem” imemorial da nação e o lugar dos indígenas na “cadeia civilizatória” sustentada pela utopia de um “povo” branco e civilizado tendo como referência os europeus, como bem explicitou Guimarães (1988, p. 14). Fez isso por meio de expedições de reconhecimento do território, onde ficavam explícitas três preocupações: a identificação de elementos da natureza para aproveitamento econômico do governo imperial; a localização de documentos que contribuíssem com questões de limites territoriais e a identificação da etnologia e a filologia indígena que eram entendidas como fundamentais para a elaboração de uma coerência nacional. Diplomacia, economia, história, etnologia e filologia do país eram as preocupações que deveriam mobilizar as instituições de acervo (Kodama, 2009; Schiavinato 2000; Magnoli 2004)¹⁰³.

A aquisição de novas coleções documentais¹⁰⁴ para a Biblioteca Pública, portanto, integrava-se a esse projeto maior e era destacada no Relatório Ministerial¹⁰⁵:

¹⁰³ Exemplo dessa iniciativa foi anotada em relatório do ministro Coutto Ferraz ao falar do IHGB, em 1856 “Entre aquelles trabalhos merece especial menção o projeto de instruções que o Instituto offereceu ao governo e que este approvou, para a comissão científica de naturalistas nacionaes, que tem de explorar algumas das províncias menos conhecidas do Império, da qual tratarei no artigo – Muséu Nacional – e cuja criação foi solicitada pelo mesmo Instituto” . A instrução consta do Anexo do Relatório Ministerial daquele ano. Sobre a Comissão ver Lopes (1995); Kury (2010)

¹⁰⁴ No entanto, mesmo a Biblioteca voltando a adquirir coleções documentais importantes para a constituição de um acervo significativo sobre a história do país, ainda havia muita dificuldade em estabelecer os documentos que ficariam com cada instituição. Em 1856, documentos copiados por João Francisco Lisboa que substituíra Gonçalves Dias na Europa, que, em princípio seriam remetidos ao Arquivo do Império, foram encaminhados ao IHGB, demonstrando certa urgência quanto à utilização dos mesmos na produção intelectual daquele instituto. “(...) ultimamente recebi uma porção de documentos históricos, em parte de subido interesse, remetidos pelo mesmo doutor, e resolvi mandá-los archivar no Instituto. Igual destino devem ter outros que se estão preparando, e que se espera receber brevemente. Ali poderão ser aproveitados, servindo de complemento e auxilio aos que já possui o Instituto.” (Relatório do Ministério do Império de 1856, p. 73).

¹⁰⁵ Também em 1859 tem destaque no Relatório Ministerial a preocupação com as temáticas que norteavam a construção da nação: “Muito convém preencher-se a falta que há nesta biblioteca de obras antigas relativas a

(...) Além destas obras, há mais os importantes manuscritos do finado Doutor Antonio Corrêa de Lacerda, que formam 41 volumes, afora uma collecção que os acompanha, de desenhos coloridos de perfeita execução. Contém estes manuscritos variados e preciosas notícias sobre a História Natural, e especialmente sobre plantas das Províncias do Pará e Maranhão, e das Goyanas, em relação a suas applicações medicinaes e usos domésticos. Foi ultimamente a Biblioteca enriquecida com a compra, que fez o governo, da excellente livraria do Doutor Pedro de Angelis. Compõe-se ella de 2.785 volumes impressos, além de 1291 documentos e mappas manuscripttos importantes, sendo grande parte dos livros relativos à História da América.” (Relatório, 1853, p. 70)

Por outro lado, a dificuldade de determinar o papel de cada uma das instituições e a nova importância do Instituto para o Estado tornava visível a manutenção de vantagens ao IHGB frente às demais. Mesmo em 1856, na gestão de Couto Ferraz no ministério, os documentos localizados por João Francisco Lisboa, que substituiu Gonçalves Dias nas tarefas de reunião de documentos sobre o país, foram arquivados no Instituto Histórico

Ultimamente recebi uma porção de documentos históricos, em parte de subido interesse, remetidos pelo mesmo doutor [João Francisco Lisboa] e resolvi mandá-los archivar no Instituto. Igualmente deve ter outros que se estão preparando, e que se espera receber brevemente. Ali poderão ser aproveitados, servindo de complemento e auxilio aos que já possui o Instituto. (RMI, 1856)

Anos mais tarde, num relatório do Ministério do Império do ano de 1866, podemos encontrar um contraponto explícito. Na parte que diz respeito ao IHGB, relata-se:,

O augmento de subvenção, que lhe foi concedido, tem-lhe permittido cuidar também da reimpressão de diversas obras e da aquisição de alguns documentos impressos, ou manuscritos, bem como enriquecer a sua bibliotheca com obras relativas aos assumptos dos seus estudos.

Enquanto isso, no mesmo relatório ministerial, sobre a Biblioteca Pública consta:

Não sendo possível, por deficiência de meios, cuidar de preencher a falta, que se nota neste estabelecimento, de importantes obras modernas, limitarão-se suas aquisições, no anno findo, aos trabalhos e documentos remetidos pelas diversas Repartições publicas do Império, às obras publicadas na Cidade do Rio de Janeiro, e a diferentes publicações periódicas estrangeiras.

Junto a criação do Arquivo Público do Império e a manutenção da Biblioteca Pública,

história do Brasil e da América, e às línguas indígenas; bem cópias de manuscritos concernentes aos mesmos assuntos, que se achão em bibliotecas estrangeiras.” (Relatório Ministério do Império, 1859, p. 52).

a preocupação documentária manifesta na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a busca por documentos nas províncias e no exterior, denotava as questões pragmáticas abordadas e que podem ser resumidas da seguinte maneira: a definição dos limites territoriais e a definição simbólica da nação. Ambas “necessidades de história” caminharam juntas no século XIX, como foi demonstrado em diferentes pesquisas desenvolvidas sobre o período. E, no que diz respeito à Biblioteca Pública, a necessidade de elaboração de uma história nacional paulatinamente integrava a sua existência.

* * *

Numa breve crítica tecida por Bann (1994, p. 130) no que se refere à compreensão do texto de história como um texto de literatura, conforme sugeriu Hayden White, o autor afirma que este tipo de abordagem romperia os laços existentes entre textos e ações históricas, entre a história como ela é lida e como ela é vivida. Nessa análise Bann se remete a Nietzsche ao pensar nos três tipos de relação com o passado caracterizados pelo autor, um dos quais a história antiqária, utilizamos no tópico anterior para análise das atividades da Biblioteca. Neste tópico o tipo de relação caracterizada por Nietzsche que nos ajuda tanto na análise do Instituto quanto das ações do Governo a partir, principalmente do final dos anos de 1830, é o tipo monumental. Neste caso, como vimos, a necessidade de história estava diretamente relacionada com a política, era um instrumento de “ação e de luta” como teria caracterizado Nietzsche. Bann lembra que o autor alemão fazia a passagem dos tipos de historiografia para os tipos de atitude para com o passado, reforçando seu argumento: a impossibilidade de se analisar um texto histórico apenas por sua forma narrativa, uma vez que essa forma seria forjada na experiência vivida¹⁰⁶. Assim, podemos perceber o quão significativo era o “terreno e o clima” que tornou possível esse tipo de historiografia e não outro no Brasil do período analisado. Era uma preocupação dos homens de ação que procuravam “fazer de si mesmo senhor” por meio da elaboração de um tipo de historiografia muito específico: aquele que via no elogio aos seus “heróis”, na busca de um passado glorioso e na exaltação de seu território e

¹⁰⁶ A discussão de Bann (1994) está relacionada à afirmativa de Hayden White sobre o estatuto do texto histórico como fundamentalmente constituidor da distintividade histórica (White, p. 251994). Para Bann embora a forma narrativa seja um elemento importante na configuração da prática historiográfica, sua dimensão enquanto experiência e enquanto atitude perante o passado vivido distingue uma maneira específica de o historiador exercer o seu ofício e produzir conhecimento histórico que não se resume ao resultado narrativo.

natureza os meios para reconfigurar o seu tempo presente. Seria ainda, na análise de Bann, conforme Barthes, a “história estratégica”, àquela que não dá as costas à história clássica, e no caso do Brasil, ao valor da retórica e do “bacharelismo”, mas que é ação, na medida em que procura interferir na forma como aqueles próprios homens, a exemplo dos fundadores do Instituto citados no início desse tópico, e o seu país eram vistos e seriam lembrados. Além, é claro, de colaborar para sua administração e conquistas políticas e diplomáticas.

Muito embora possamos caracterizar fortemente o IHGB e as ações documentalistas do Estado como “história monumental”, é preciso evidenciar a diferença do Instituto em relação às duas outras instituições aqui abordadas. Nem Biblioteca, nem Arquivo eram instituições de sociabilidade, ao molde das Academias de *érudits*, nem mesmo seus quadros eram formados por homens de notório saber ou prestígio político.¹⁰⁷ Assim, estas duas instituições não se caracterizavam apenas pela marginalidade orçamentária, mas também pelo tipo de organização interna, o que fará toda a diferença na análise da relação de Capistrano com as atitudes para com o passado. Essa diferença é fundamental para pensarmos por onde Capistrano de Abreu adentra na seara historiográfica, por meio de uma das instituições que se consolidava na relação e paralelamente à história monumental, fortemente desenvolvida nesse período.

2.3. O desenvolvimento de uma técnica

A Biblioteca é para o homem de letras o jardim de delicias, nem compreendo que haja espírito culto capaz de trocar as doçuras inefáveis, que nella se gozam, pelas honras mais apparatusas do mundo, a menos que obrigações particulares e deveres de outra ordem não imponham esse sacrificio. (Galvão, 1885, p. 108)

A nomeação, em 1853, de Frei Camillo de Monserrate como diretor da Biblioteca Pública teria contribuído, segundo a leitura de Ramiz Galvão, diretor subsequente, entre os anos de 1870 a 1882, para a alteração das expectativas criadas em torno daquele

¹⁰⁷ À exceção de um curto período em que o próprio Januário da Cunha Barbosa teria passado pela direção da Biblioteca e do qual não encontrei menção nos relatórios do ministério, nem alterações significativas na instituição durante sua passagem por ela. E do fato de, a partir dos anos de 1860, ter assumido a direção do Arquivo, Antonio Pereira Pinto, político conhecido que procurou reestruturar toda a instituição conferindo a ela uma importância ainda maior que a que vinha galgando até então para o interesse de uma nação.

estabelecimento. Frei Camillo foi descrito por Galvão como um erudito desafortunado, com muitas das características dos antiquários do século XVIII¹⁰⁸ e atento aos interesses da crítica documental. Para Ramiz, Frei Camillo teria “nascido para as investigações eruditas” era um “crítico e philologo que trabalhava pela glória não pelo dinheiro”. Teria pertencido à Sociedade de Geologia da França, conhecia paleografia grega e o grego moderno e já havia entrado em polêmicas de pesquisas eruditas, demonstrando especial interesse em Arqueologia (Galvão, 1885). Desde 1850 era professor da segunda cadeira da disciplina de História e Geografia do Colégio Pedro II. Ou seja, um perfil que, por sua prática erudita desenvolvida nos círculos europeus, se diferenciava dos diretores que, até então, haviam estado a frente da Biblioteca Pública.

Apesar do novo perfil do diretor da Biblioteca, o trabalho permanecia sendo realizado com muita dificuldade e os investimentos financeiros permaneciam pouco significativos. A diferença que nos interessa ressaltar aqui, no entanto, é o gosto erudito de Frei Camillo frente aos diretores anteriores da Biblioteca Pública. Ele desenvolvia atividades eruditas mesmo antes de sua vinda ao Brasil e, como notou Galvão, a Biblioteca seria o lugar onde ele poderia dar vazão às suas aspirações de erudição. Nesse sub-capítulo, abordo como algumas das práticas eruditas¹⁰⁹, que se tornaram uma das principais características da moderna escrita da história foram introduzidas na Biblioteca Nacional por Frei Camillo de Monserrate e Ramiz Galvão, dois homens de letras pertencentes a gerações diferenciadas, com algumas aproximações e distanciamentos que dizem respeito principalmente à diferença geracional e aos contextos de suas gestões.

A biografia de Frei Camillo elaborada por Ramiz Galvão demonstra as sinuosidades presentes na representação de um antecessor. Ao mesmo tempo em que enaltece o frade por

¹⁰⁸ Com interesses por arqueologia, em especial pré-história egípcia, geologia, paleografia, filologia, conhecia as línguas grega e latina e era considerado um helenista ainda na juventude. Iniciado nas letras clássicas e na crítica, vivia na efervescência de Paris, circulando pelas sociedades científicas e biblioteca (Galvão 1885, p. 7). Depois de problemas pessoais, financeiros e profissionais viajou para o Brasil em 1844. Não encontrando melhor sorte aqui, decidiu pela vida no claustro, tendo escolhido a Ordem Beneditina “por índole, por educação literária” (idem p. 88). Em 1847 entra para o Mosteiro de São Bento muito embora sem demonstrar vocação para a vida monástica e, é incumbido de “ordenar e classificar a Biblioteca do Mosteiro” quando começa a se dedicar à biblioteconomia (idem p. 88). Assumiu, em 1850, a segunda cadeira de Geografia e História do Colégio Pedro II, deixando-a em 1855 e, em 1853, foi nomeado Bibliotecário da atual Biblioteca Nacional, segundo Ramiz Galvão, onde o frade poderia dar vazão a todo o seu conhecimento (p. 106).

¹⁰⁹ É necessário pensar o antiquariato a partir de duas perspectivas que se apresentaram no Brasil de forma segmentada. O antiquariato relacionado à erudição, ao estudo exaustivo da especificidade documental de cada elemento salvaguardado teve pouca penetração na Biblioteca e mesmo no Instituto. Mas a perspectiva do culto ao antigo, ao belo, ao único esteve consolidada durante longo tempo nas atividades das instituições de acervo do país. Mesmo a erudição produzida nos mosteiros devido à questões de disputas religiosas não tiveram alcance na prática biblioteconômica até o início dos anos de 1870. Falo aqui especialmente da diplomática e paleografia, desenvolvidas no final do século XVII e que visavam garantir a partir da crítica documental a integridade e autenticidade dos documentos.

sua erudição e habilidades para o cargo, reforça a precariedade da instituição durante toda a gestão do religioso¹¹⁰.

Como vimos, as aquisições de acervos, principalmente os relativos à história do país, foram inestimáveis desde o final dos anos de 1840, mas não havia um tratamento propriamente bibliográfico das obras. Frei Camillo, com a experiência de desenvolvimento de índices em alguns trabalhos na Europa e da atividade como bibliotecário do Mosteiro de São Bento, insistia com o Ministro sobre a necessidade de elaboração de um “*catálogo completo e sistemático das obras existentes na biblioteca*” (*Relatório, 1859*). Caso contrário, no seu argumento, de pouco serviria o acúmulo de livros e documentos na instituição. Havia por parte do frade uma preocupação com a sistematização das obras e da documentação, não se tratando apenas de um arrolamento por ordem alfabética, como teriam iniciado seus antecessores. O Catálogo sistemático era um projeto acalentado pelo religioso, mas de difícil consecução frente à realidade da Biblioteca. No entanto, no processo de sistematização do acervo situava-se o nó górdio das atividades da instituição: o número, a qualificação e a remuneração dos funcionários da Biblioteca Pública. Havia o entendimento de que somente com o incremento orçamentário despendido com recursos humanos seria possível oferecer as atividades técnicas e o tratamento adequado ao cuidado, estudo e divulgação do acervo da instituição, como era aspirado pelo Frei.

Visivelmente Frei Camillo esmorecia diante das demais solicitações e ansiedades com relação ao funcionamento da Instituição que não eram levadas a sério. No livro *Biografia da Biblioteca Nacional*, Gilberto Villar Carvalho (1994, p. 63), sintetiza, a partir da biografia de Ramiz Galvão, uma série de solicitações do religioso ao Governo, das quais nenhuma teria sido contemplada.

Citemos alguns dos últimos pedidos, todos negados e que, se atendidos, teriam enriquecido sobremaneira a Biblioteca e a nossa cultura: a compra de livros especiais sobre o Brasil e a América; a formação de um arquivo de obras sobre línguas indígenas do Brasil e das Américas em geral; a formação de uma equipe de estudiosos para levantarem “*todos os problemas que se referem aos habitantes indígenas do nosso continente, antes e depois de sua descoberta pelos Europeus, exigindo a análise comparada das diversas línguas americanas e a previa fusão dos vocabulários d’ellas*”; a formação de uma coleção heráldica de brasões; a coleta de moedas e medalhas; a colheita de notícias sobre as personagens históricas brasileiras; a cópia, em Portugal e Espanha, dos manuscritos relativos à nossa história; a fundação de uma

¹¹⁰ Ramiz Galvão assinala como principal conquista do beneditino a mudança da Biblioteca para o casarão no Largo da Lapa, para onde a Biblioteca mudou em 1858, e onde permaneceu até a construção da atual sede e sua transferência definitiva em 1910.

tipografia na Biblioteca, uma oficina de encadernação, a organização de cursos sobre paleografia, arqueologia, etnografia e filologia americana.

Em seus 17 anos à frente da Instituição, Frei Camillo parece ter procurado configurá-la de maneira a ser mais útil ao país e aos cultores das letras brasileiras, ficando premente em seu programa a expectativa de estruturação da Biblioteca tanto em termos de funcionamento quanto no sentido de consolidar estudos relativos ao país. Os pontos levantados pelo Programa de Frei Camillo estavam em consonância com as iniciativas do IHGB, destacando-se: a preocupação em documentar os povos indígenas, especialmente suas línguas; no especial interesse em adquirir livros sobre o Brasil e a América; na viabilização de cópias de manuscritos sobre o país existentes em Portugal e na Espanha; no interesse sobre informações de “personagens históricas brasileiras”. Em outro ponto, o programa estava em consonância com as práticas colecionistas, pois o Frei preocupava-se com a formação de coleções de heráldica de brasões, de moedas e medalhas. Importante destacar também, a proposta de realização de cursos sobre paleografia¹¹¹, arqueologia¹¹², etnografia, filologia americana, que deveriam ser realizados como uma agenda da própria Biblioteca Pública. Frei Camilo tinha em mente uma instituição ativa, participante da consolidação nacional e formadora de homens de letras capazes de desenvolver novos estudos e de contribuir com a ampliação do acervo sobre a história brasileira e americana¹¹³. Imaginava ele, ser necessário reproduzir nos trópicos a efervescência intelectual vivida em Paris. Frei Camilo confluía as idéias de uma especificidade local, da qual tinha o maior interesse – a antiguidade americana - com a

¹¹¹ A paleografia era uma das principais disciplinas vinculadas à erudição e no Brasil, segundo José Honório Rodrigues (1978, p. 246), o primeiro a ter essa formação fora Varnhagen, muito embora muitos dos que se interessavam pela escrita da História por meio de documentos naquele período, considerassem a disciplina indispensável na análise de documentos mais antigos.

¹¹² A arqueologia esteve muito vinculada à idéia de descoberta de civilizações “avançadas” no território do atual Brasil, uma vez que os indígenas durante o período conhecido como “romantismo” eram tidos como o principal núcleo de desenvolvimento do brasileiro, acrescido a isso o valor simbólico da “antiguidade”, uma vez que seguindo a dica de Von Martius e outros viajantes, haveria vestígios de uma civilização antiga que teria vivido no país. Desta forma, uma das áreas de especial interesse foi a epigrafia – estudo de inscrições dos povos antigos. Essas inscrições foram “feitas geralmente em pedras ou penedos, chamadas de inscrições rupestres e provocaram grandes debates entre os eruditos sobre seus significados. No IHGB (kodama) (1978, p. 247-249). Segundo Rodrigues (p. 249), Frei Camilo teria tentado sem êxito reunir a epigrafia Brasileira, em 1855 “Para isso oficiou ao Ministro do Império Luís do Couto Ferraz, depois Visconde do Bom Retiro, que, apoiando a idéia do sábio bibliotecário, expediu ordens aos presidentes das províncias, para que obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional, e ao Diretor das Obras Públicas da Corte para que tivesse o maior cuidado na preservação dos monumentos, a fim de se não destruírem as inscrições que, porventura, neles estivessem gravadas”. Rodrigues aponta essa iniciativa do Frei como a primeira no país voltada à preservação dos monumentos nacionais. (idem, p. 250).

¹¹³ Frei Camilo é tido o primeiro propositor do ensino de História da América no Brasil. Para o frade “o ensino da história nacional não poderia ser completo sem que seja paralelo ao das outras nações americanas. Numerosos problemas de história do Brasil não poderão ser tratados e resolvidos de maneira mais ou menos definitiva sem o recurso aos dados fornecidos pela história dos outros países do Novo Mundo. (Frei Camillo de Monserrate apud Viana, 1953, p. 81)

abrangência de interesses próprios à formação de eruditos. Na compreensão do frade inexistia no Brasil a figura do *savant*, que poderia ser reconhecido pelas seguintes características

Au contraire, celui qui a mérité le titre de savant, peut être resté dans une ignorance, sino absolue, au moins relative, à l'égard de quelques uns des rameaux ou même des embranchemens des sciences, en se consacrant presque exclusivement à l'étude de l'un d'elles: il peut arriver même qu'il soit incapable de l'enseigner, de l'exposer dans des leçons orales, non pas seulement parcequ'il lui manque le don de la parole, les facultés oratoires, mais parceque les habitudes et les procédés de son esprit se refusent au développement méthodique des principes dont il a le sentiment et la connaissance acquise ou intuitive, mais dont les formules sont pour lui classées suivant une méthode qui lui est particulière, qui est son invention, et qui ne répond pas à la condition commune des intelligences auxquelles il devait les communiquer. (Monserrate s/d apud Galvão, 1885, p. 468).

O sábio, na acepção de Frei Camilo, se relacionava muito mais à idéia de um pesquisador, dedicado a aprofundar algumas áreas de conhecimento, com seus métodos de pesquisa e resultados inovadores, do que a de cultor de belas letras, um homem de generalidades. Nesta perspectiva, podemos pensar sobre a atitude indiferente do frade frente ao IHGB, do qual não fazia parte e tampouco cita em seus escritos, ao mesmo tempo em que, desde 1855, era membro da *Sociedade de Estatística do Brasil* e da Sociedade Real dos Antiquários do Norte, de Copenhague (Galvão, 1885).

A compreensão do beneditino sobre o papel da Biblioteca Pública enquanto um centro de erudição não se concretizou, mantendo-se longe da perspectiva de um trabalho mais detido com obras e manuscritos. Internamente, as principais tarefas dos trabalhadores da Biblioteca eram manter a limpeza, ordenar e reunir os livros, conforme a classificação por eles criada, e acolher bem os visitantes e leitores. Externamente, era como se apenas uma parcela da erudição dos séculos XVII e XVIII tivesse aportado na instituição, expressando-se vivamente no fato de possuir um acervo valoroso por sua antiguidade e raridade, mantendo suspensa a necessidade de aperfeiçoar ou aprofundar o gosto antiquário¹¹⁴ no trabalho erudito de análise documental. Mesmo a preocupação com um patrimônio enquanto repositório da nação ou da pátria, não se colocava ao Estado naquele momento.

¹¹⁴ É necessário pensar o antiquariato a partir de duas perspectivas que se apresentaram no Brasil de forma segmentada. O antiquariato relacionado à erudição, ao estudo exaustivo da especificidade documental de cada elemento salvaguardado, teve pouca penetração na Biblioteca e mesmo no Instituto. Mas a perspectiva do culto ao antigo, ao belo, ao único esteve consolidada durante longo tempo nas atividades das instituições de acervo do país. Mesmo erudição produzida nos mosteiros devido à questões de disputas religiosas não tiveram alcance na prática biblioteconômica até o início dos anos de 1870. Falo aqui da diplomática e paleografia, especialmente, desenvolvidas no final do século XVII e que visavam garantir a partir da crítica documental a integridade e autenticidade dos documentos.

A falta de equipe de trabalho, orçamento e autonomia fizeram que o Frei desanimasse e se recolhesse ao seu Gabinete, conforme observaram alguns analistas (Galvão, 1885; Carvalho, 1994)¹¹⁵. De qualquer forma, sua presença indicava uma aproximação do acervo com os trabalhos eruditos, assim como introduzia auraticamente a instituição em um universo diferenciado com relação ao trato com a documentação histórica e com o seu papel perante à nação, francamente expressa nas solicitações arroladas acima, ainda que não atendidas. Era como se o passo inicial para transposição do ato de reunir para o ato de tratar e analisar criticamente o acervo tivesse sido ensaiado, necessitando força para conclusão do movimento. A força talvez estivesse do lado de fora da instituição. A essa altura, 1870, ano de morte de Frei Camillo, a configuração social no país era outra e o próprio Ramiz Galvão tinha plena consciência desse novo tempo, como podemos observar

Nos nossos dias, em que a vastidão dos conhecimentos humanos se-dilata de um modo assombroso, em que a actividade dos escriptores é cem vezes maior, em que todas as classes sociaes vão com anxiedade procurar o pão do espírito outr'ora reservado a um numero selecto e privilegiado de felizes, quanto mais difficil é a tarefa do bibliotecário!

Cumprê que tenha um saber excepcional e sobretudo variado, sem presumpção nem altivez, um juízo seguro e superior às suggestões de doutrina ou aos preconceitos de eschola; a mais esmerada polidez e natural singeleza sem descair na condescendência banal e compromettedora; severidade na guarda dos cimelios sem laivos de avareza nem sombras de rude; gosto apurado e artístico, amor indefesso ao trabalho, entusiasmo pela profissão, espírito aberto a todas as conquistas, coração generoso e leal. (Galvão, 1885, p. 110)

Desde o início da atividade das Instituições aqui tratadas pudemos perceber alguns movimentos de alteração na postura do Estado frente a elas, mas nada parecido com o que ocorreria nestes anos de 1870. Não é possível fazer uma transposição imediata da situação dessas instituições durante o primeiro reinado, regência e segundo reinado, mas é possível dizer que houve uma alteração visível nesse período no que se refere ao lugar da Biblioteca Publica e sua participação na constituição da nacionalidade. Uma alteração provocada por uma aceleração. Se, como vimos, a Biblioteca Pública tinha muita dificuldade de introduzir os métodos e práticas do que era experimentado em Bibliotecas em outros lugares da Europa, por outro lado, essas práticas foram iniciadas a um só golpe nos anos de 1870, durante a gestão de Ramiz Galvão.

¹¹⁵ Ramiz Galvão observa que o frade poderia ser visto de duas formas: como bibliotecário e como sábio. “na Biblioteca trabalhando pelo progresso da Instituição, e no seu gabinete particular de estudo a pôr em acção uma admirável actividade intelectual” (Galvão 1885, p. 111).

O próprio Ramiz Galvão, ao fazer a biografia do seu antecessor, fazia também uma ligação com a experiência erudita daquele homem que, se não encontrou acolhimento dentro de uma política de Estado, teve alguns colaboradores e deixou como herança o perfil de uma biblioteca diferenciada. Ramiz era próximo ao Frei quando este faleceu e compreendia bem seu projeto, assim como os pontos que poderiam ligar a sua gestão a dele. Na avaliação retrospectiva, de 1885, quando já havia deixado a instituição, Ramiz Galvão apresentou também algumas divergências em relação às proposições do frade

Estes estudos [paleographia e archeologia] são de certo curiosíssimos e têm seu lugar em França, onde os arquivos regorgitam de velhos documentos, e os museus são riquíssimos de antiguidades de toda a sorte. Mas no Brazil, um paíz novo que não tem 400 anos de existência, que justificativa teriam taes creações? (Galvão, 1885, p. 136)

Nem tudo poderia ser copiado da Europa, como queria o Frei, principalmente naqueles anos em que a praticidade, a utilidade e a urgência de algo novo granjeavam espaço perante as práticas retóricas, imitativas e compiladoras. É nesse sentido que Ramiz se utiliza da elaboração da biografia do Frei para, em certa medida, atualizar o perfil da Biblioteca e sua relação com outros lugares de saber perante as necessidades do país. Para a especificidade do acervo que compunha a Biblioteca, de pouco ajudariam cursos formativos em paleografia ou arqueologia. O lugar propício para cursos de Arqueologia seria o Museu Nacional que, muito embora pouca obra possuísse em relação ao período clássico, aumentava seu acervo de monumentos de arqueologia americana e de pré-história, áreas que, segundo o bibliotecário, deveriam ser estudadas. Na avaliação de Ramiz Galvão, a paleografia, uma técnica erudita de leitura de documentos da antiguidade clássica e do período medieval, deveria ser aplicada para escoimar os erros e falsificações dos documentos relativos à história do Brasil. Isto quer dizer, em suma, que seria preciso que os eruditos brasileiros adequassem as técnicas seculares da erudição ao tipo de documento existente num país tão novo.

Não era o mesmo o caso da linguística americana, em que Ramiz concordava plenamente com o frade sobre a necessidade de empreender estudos visando desenvolver a área (Galvão, 1885, p. 136). É possível perceber na preocupação dos dois bibliotecários o que parecia se tornar um consenso: a compreensão de que é “na língua que se imprime o conjunto do caráter nacional” (La Combe, 1993, p. 336). Não era por acaso também, a presença dessa preocupação entre membros do IHGB e entre a futura equipe da Biblioteca Nacional¹¹⁶. Outra

¹¹⁶ O envolvimento tanto de Alfredo do Vale Cabral quanto de Capistrano de Abreu com pesquisas filológicas e

importante observação a se fazer a esse respeito é de que a preocupação com a língua, da população indígena no caso do Brasil, propiciava o descolamento paulatino da idéia de história da história política. Na verdade, caminhando juntas, mas paralelamente, essas duas áreas em certa medida apresentam dois olhares sobre o passado que, muito embora, sejam diferentes por princípio, almejam encontrar uma grandiosidade na qual sustentar a nação brasileira.

Comparada à relativa amplitude do projeto erudito de Frei Camilo, que evidenciava especial interesse em arqueologia, as considerações de Ramiz Galvão demarcam a separação tanto de funções quanto de interesses de cada uma das instituições,¹¹⁷. O Frei apresentava uma atitude mais agregadora e universalista em relação ao conhecimento especializado por um lado e, por outro, não tão ampla como a que caracterizava o projeto enciclopédico iluminista. Contudo, neste momento, mesmo assinalando sua diferenciação em alguns aspectos, Galvão se aproximava mais da idéia de *savant* defendida pelo frei. A crítica do beneditino sobre a ausência de sábios no país não era matéria que pudesse passar sem comentários de Ramiz Galvão. Isto ajuda a pensar sobre esse momento de alterações do objeto, objetivo e tipo de “investigador” que surgiam no país

É sabido que não existe no Brazil esta classe de estudiosos, que em França têm o nome de *savans*. Pullulam os homens de talento, e quiçá verdadeiros gênios temos tido; eméritos professores, médicos eminentes, jurisconsultos profundos, mathematicos, estadistas, oradores, humanistas nos não tem faltado, e fulguram ainda hoje como estrellas de primeira grandeza no nosso firmamento litterario, scientifico e político. Mas *sábios* no rigor do termo francez, d'isso carecemos; e porque?
Porque não temos investigações originaes. (Galvão, 1885, p. 223)

Para reafirmar que as pesquisas realizadas no país não passavam de compilações banais, Galvão cita um professor que dizia que as “theses de doctorandos em medicina eram provas litterarias” e não trabalhos científicos propriamente ditos. Para o bibliotecário isso se devia ao tipo de ensino empreendido no país, que pouco fazia para instigar os alunos a produzirem trabalhos originais. Acreditava Ramiz que

(...) ao passo que o professor expõe o todo da doutrina, devêra iniciar os

sobre línguas indígenas, portanto, se insere nessa tradição.

¹¹⁷ Os interesses de frei Camilo por arqueologia tendo sido decorrentes de pesquisas sobre as civilizações clássicas ganhou contornos locais, mas na dimensão do continente americano. Realizou pesquisas sobre as antiguidades mexicanas pensando numa perspectiva de integração geográfica de todo o continente para melhor conhecer a prehistória americana. Para tanto seria necessário ter em mente um território continental, antes dos estudos a partir das divisões políticas. (Monserrate, s/d apud Galvão 1885, p. 469)

neophytos nos processos da investigação singular, que dilata o campo da sciencia, e abre novos horizontes à actividade e à sagacidade de cada um. Com seu exemplo benéfico devêra estimular o amor próprio dos discípulos, realizando em sua presença investigações originaes, propondo-lhes questões novas e isoladas, ao alcance de suas forças e de sua parca experiência, insinuando-lhes emfim esta paixão sagrada dos descobridores, que não se contentam com o que outros acharam. (Galvão 1885, p. 224)

Toda a esperança de desenvolvimento da produção de conhecimento no país necessitava de um tipo de homem que precisava ser forjado a ferro e a fogo, pois não brotaria da terra simplesmente. O entusiasmo de Ramiz Galvão com este novo tipo de investigador o fazia traçar suas considerações inspirado no mito de Prometeu:

D'aqui decorreriam dous immensos benefícios : fructo das pesquisas, que muitas vezes pudera ser considerável e de grande valor para a sciencia, - e mais que tudo a iniciação da mocidade em uma prática salutar que, continuada e aperfeiçoada com o tempo, daria ao paiz uma cohorte de trabalhadores entusiastas; - e digo acinte *enthusiastas*, porque nesta vereda quem começou a ser impellido pela força mágica dos descobrimentos é raro que possa conter a velocidade adquirida. O homem tem innato o impulso que o aproxima de Deus. Crear, ainda que nos domínios estreitos de sua contingência, é a mais brilhante auréola da humanidade. Quem uma vez descobriu uma verdade sonha novas conquistas. (Galvão, 1885, p. 225)

Ao fim e ao cabo, com algumas nuances, falavam os dois bibliotecários de um homem que se dedicasse “à meditação e à experimentação”. Os dois dissertavam sobre suas experiências com esses tipos sociais, Frei Camillo na França da primeira metade do século XIX e Ramiz Galvão a frente da Biblioteca Nacional, com sua equipe de trabalho entre os anos de 1870 e 1882. Essa figura do *savant* ou do *trabalhador entusiasta*, era uma das principais ligações entre esses dois homens. O primeiro se caracterizava pela desventura de não tê-la encontrado no país, o segundo pela ventura de ter vivido uma experiência única de um trabalho coletivo realizado por homens com qualidades pouco vulgares. A situação precedente com a qual se defrontou Frei Camillo foi assim descrita por Ramiz Galvão:

Dir-se-há que a Bibliotheca tinha empregados: um ajudante de bibliotecário, dous officiaes, dous ammanuenses, e jornaleiros. Mas é preciso que se saiba **que funcionarios eram, que habilitações tinham, e que auxilio podiam prestar em um trabalho desta natureza. A verdade é que, salvas poucas excepções, eram todos destituídos de habilitações clássicas, e alguns d'elles verdadeiros illiteratos, que só por ironia da sorte se achavam empregados em tractar de livros.** Os poucos hábeis e talvez competentes para trabalhos de certa ordem nada se demoravam na Biblioteca, ou viviam

no gozo de quasi constantes licenças, e procuravam a todo custo empregos bem remunerados em outras repartições, porque os da Biblioteca não davam nem para garantir a mais modesta subsistência.

(...)

Eram mais bem retribuídos os porteiros de Secretarias, e mais valia sem duvida um ajudante de pedreiro.” (Galvão 1885, p. 112. Grifos meus)

De tão precária, a remuneração dos funcionários que trabalhavam com acervos documentais era frequentemente comprada à dos porteiros de Secretaria e à dos pedreiros. E, o lugar que necessitava de eruditos, como rogavam os bibliotecários, só os conseguiria com o estabelecimento de salários compatíveis com as habilidades almejadas pela instituição. Como o incremento não veio durante toda a gestão de Frei Camillo de Monserratte e, entre 1860 e 1870, nada de expressivo, em se tratando de organização ou sistematização do acervo, foi encontrado nos relatórios ministeriais. As conjecturas da situação do frade são de que teria esmorecido e a falta de fortuna atribuída a ele por Ramiz Galvão ao biografá-lo teria completado o seu desígnio.

A biografia de Frei Camillo diz muito das concepções do próprio biógrafo. Com Ramiz, que assume a Biblioteca em 1870, é possível observar o encontro da erudição¹¹⁸ com a retórica e ao mesmo tempo sua capacidade empreendedora que, com conjunturas favoráveis e uma boa equipe formada nos primeiros anos de sua administração, destacou a importância da Biblioteca para a consolidação do projeto de nação, anunciado desde o final da segunda metade do oitocentos.

Após assumir a direção da Biblioteca, Ramiz Galvão¹¹⁹ fez algumas viagens com a finalidade de conhecer métodos de trabalho e formas de organização de instituições similares. Logo na sua chegada, com o “orçamento quintuplicado” (Galvão 1885), imprimiu uma transformação na Biblioteca Nacional objetivando torná-la uma referência para os homens de letras do país. Iniciou as mudanças retomando a abertura no período noturno, obteve a ampliação de verbas para: aquisição de obras “modernas”, melhoria do edifício, implantação

¹¹⁸ Capistrano de Abreu não considerava Ramiz Galvão como um erudito propriamente, mas elogiava seu empreendedorismo e dedicação à Biblioteca Nacional e também sua passagem pelo IHGB. Anos depois de ter trabalhado com Ramiz, Capistrano faz uma rápida biografia do bibliotecário a pedido de João Lúcio de Azevedo. Para Capistrano, Ramiz “era o chefe ideal, inteligente, zeloso, incansável. Quando chegávamos às 9 horas já estava no trabalho, revendo, classificando os bilhetes do catálogo; morava contíguo; depois do almoço continuava; à noite, pois abria a Bib. das 6 às 9, pelo menos até às 8 continuava no seu posto, de Ano Bom a São Silvestre.” (Capistrano de Abreu, carta a João Lucio de Azevedo, 12 de setembro de 1917, 1975, p. 70).

¹¹⁹ Médico de formação, após assumir a Biblioteca Nacional, segundo Capistrano de Abreu “foi incumbido de estudar a organização da Biblioteca Nacional em Paris e do British Mus. em Londres”. Foi no mesmo período em que representava o Brasil na Exposição Universal de Viena em 1873 (Guimarães, 2006). De volta ao país foi logo tratando de iniciar a reforma da repartição.

de medidas de conservação do acervo e a conclusão de um catálogo das obras¹²⁰. Tudo com certo nível de autonomia.

Organizou a Biblioteca em quatro seções: Manuscritos, Impressos, Estampas e Periódicos. Cada uma delas passou a ter um chefe de seção incumbido do trabalho técnico de organização, higienização, conservação, catalogação do acervo, análise crítica e recepção aos visitantes e estudiosos. Os chefes de seção eram responsáveis também, pela elaboração de relatório de atividades, apresentando ao diretor noção precisa dos trabalhos desenvolvidos. Um problema para a instituição permanecia sendo o baixo número de consulentes.¹²¹

As tarefas das seções bem definidas pretendiam visibilizar o acervo, aumentar o número de estudiosos e garantir acesso aos cultores das letras às “preciosidades” sob a guarda da instituição. O acervo, considerado um “tesouro” pelo bibliotecário, começava a ser “descoberto”. Fazendo isso, Ramiz Galvão dava oportunidade de acesso ao acervo a uma nova geração de intelectuais que se assentava no Rio de Janeiro. Denotando, assim, aspirações de um movimento de “brasileiros” interessados pela história pátria e na constituição de uma especificidade Brasil que se diferenciasse da história de Portugal.

Ramiz Galvão era, sobretudo, um homem de ação e exprimia suas idéias com atitudes pragmáticas, com resultados eficazes, num momento de confluência para a busca de uma nacionalidade própria. Era fundamental para os propósitos dessa vontade compartilhada a autonomia de uma das instituições que, sob seu comando, deveriam simbolizar essa nacionalidade. Vinculado ao círculo de letrados do país, com suas viagens a outras bibliotecas na Europa e com sua prática na instituição, Ramiz Galvão podia traçar com nitidez, em 1885, o perfil de um bibliotecário daqueles anos

E o bibliotecário tem allí a sua obra. Elle examina, ordena e classifica como o naturalista; ele compara os textos, e decide a primazia como o critico; restaura os monumentos injustamente esquecidos e exhuma as relíquias do passado como o archeologo; lê no palimpsesto e no papyrus como o geólogo interpreta nas camadas da terra os annaes pré-históricos do globo; analysa as creações do bello como o artista: archiva, commenta e illumina de notas as obras odiernas para auxiliar as investigações do futuro, dá o fio de Ariadne a toda a sorte de pessoas, anima com seu conselho e ajuda com suas luzes tanto o inexperto caminheiro como o explorador provector; ao litterato fornece e aponctua os modelos e as fontes, ao sábio faculta os annaes das Academias, ao artista os materiais da composição, ao político os documentos da administração dos Estados; em summa, não há trabalhador no immenso campo da sciencia profana e sagrada ou no domínio das artes, a quem elle

¹²⁰ Informações contidas no Relatório do Ministério do Império de 1870, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1697/000031.html>.

¹²¹ A esse respeito ver relatórios da Biblioteca Nacional na seção de Manuscritos da Instituição.

não preste o seu braço, não há monumento litterario de vulto, para cuja construcção elle não concorra com pedras angulares.” (Galvão, 1885, p. 108)

Um servidor. O bibliotecário seria a base para o desenvolvimento das demais atividades, científicas ou artísticas. O centro catalisador de conhecimento e o provedor que o retroalimenta. Impressos, estampas, manuscritos, desenhos, mapas ou mesmo objetos de arte eram com o que deveriam se ocupar. Também um naturalista. Examina, ordena, classifica, conferindo alguma ordem ao mundo caótico que chegava às suas mãos. Um crítico que compara os textos entre si; um arqueólogo que restaura e desenterra relíquias; um geólogo que lê os manuscritos decapando todas as camadas de tempo; um analista de obras de arte que a identifica e descreve; um perscrutador que arquiva, comenta e ilumina de notas as obras estudadas. Em resumo, o bibliotecário seria o mediador entre o presente e o passado. Aquele que ofertaria a luz necessária para o encontro do presente com o obscuro tempo percorrido e propiciaria para que, a até então velada produção humana, pudesse ser vista e tomada a si como herança.

Ao que pese a retórica de Ramiz¹²², a atividade de bibliotecário e, principalmente, de diretor da Biblioteca Pública é remetida a uma categoria mais elevada para a sociedade da época. Muito embora essa consideração não tenha repercutido de imediato no salário, o funcionário estimado àquele estabelecimento já não era tido como um simples amanuense e, configurava-se, efetivamente, numa categoria funcional recomendável apenas aos suficientemente instruídos e preparados para a execução de trabalhos especializados. Mas também e, principalmente, esses novos profissionais deveriam cultivar os livros à moda dos *érudits*, mas em nome, principalmente, dos interesses da nação, com uma pragmática e uma pressa digna das mobilizações intelectuais daquele final do XIX. Nesse momento, na gestão de Ramiz Galvão, a Biblioteca desencadeou o processo de aperfeiçoamento de um novo tipo de homem de letras, com habilidades profissionais que o destacavam entre os demais e o tornavam portador de um ofício.

O ofício de bibliófilo, concebido por Ramiz Galvão à maneira dos antiquários, mesclava o entendimento entre a especialização e o culto à erudição por deleite pessoal. É preciso destacar que se tratava de uma erudição que não se relacionava estreitamente com a retórica, tão comum aos homens de letras do período, aproximando mais o bibliotecário das atividades da História Natural, da arqueologia e seus trabalhos com a cultura material, pelo

¹²² O que Ramiz escrevia sobre sua própria gestão poderia parecer pedantismo se não fosse corroborado por outros estudiosos do período. O próprio Capistrano de Abreu tecia muitos elogios ao seu trabalho.

nível de investigação, descrição e precisão com que pretendiam abordar os documentos. Dito de outra maneira, era importante, acima de tudo, o tratamento das evidências palpáveis, passíveis de serem tomadas, descritas e criticadas e, mais que isso, era o reconhecimento da necessidade de profissionais que pudessem desenvolver a contento tais atividades naquela Instituição. Tratava-se de um tipo muito específico que reunia algumas práticas e posturas já existentes, ao mesmo tempo em que configurava outra atitude perante às obras e documentos, voltando-se sobretudo ao interesse da nacionalidade.

E o que dizer dos encantos da pesquisa bibliographica em que o corpo não sente cansaço, porque a tensão do espírito o-sustenta; do affan com que se corre atrás de uma informação preciosa ou de um documento ignorado, - labor em que se não sente o passar das horas; dos vícios preciosos que se descobrem em caminho a cada passo, indemnizando a pequena mágua d'um insucesso; o que dizer afinal do achado feliz dos thesouros que se-buscam, ou da decifração de um enigma que até então se-julgára insolúvel? Que momentos de prazer indizível não proporciona, que victorias sem sombra, que alegrias serenas, que doce consolação do tempo consumido! (Galvão, 1885, p. 109).

Este gosto pelos documentos que envolveria os trabalhos na biblioteca faz lembrar o texto de Momigliano (2004, p. 85), “*O surgimento da pesquisa antiquária*”. Falava o autor da simpatia por um tipo de homem tão próximo a sua profissão de historiador “tão transparentemente sincero em sua vocação, tão entusiasmado e com razão, e ainda assim tão misterioso com relação aos seus objetivos finais: o homem que se interessa pelos fatos históricos sem se interessar pela história”. O antiquário, esse “tipo social” tão vilipendiado pela história moderna, como assinalou Stephen Bann (1994), teria papel fundamental no desenvolvimento da mesma. A busca pelos “tesouros” e decifração de “enigmas insolúveis”, como a data do documento, autenticidade, autoria, teria como troféu merecido, pelo tempo empenhado nas investigações, o regozijo perante resultados positivos. Essa busca incansável caracterizou as atividades dos novos funcionários da Biblioteca, de quem Ramiz Galvão falava em seu texto de 1885, depois de já ter saído da instituição. É este tipo de empenho que podemos acompanhar na trajetória de Capistrano de Abreu.

Mesmo num contexto favorável não foi fácil a Ramiz Galvão conseguir funcionários com o perfil descrito. Havia mais letrados do que no tempo de Frei Camillo, mas era difícil fazer que se interessassem pelas atividades da Biblioteca, tendo em vista tanto o baixo salário quanto algumas das suas características. Segundo Ramiz

É claro pois que, sendo a Biblioteca Nacional de obras de valor real, de obras de erudição e sobretudo de obras antigas, para as quaes há um público frívolo que se gaba de olhar com desdem, é claro, digo, que não pôde frequental-a senão um circulo resumido de trabalhadores sérios e de investigadores esclarecidos. Que esse circulo é estreito, escuso é negal-o, e fôra até extraordinário que assim não succedesse: somos um país novo, em que as carreiras lucrativas attrahem e monopolisam os talentos sólidos, e em que por consequência as boas letras só por excepção acham cultores devotados e entusiastas, sonhadores desinteressados de gloria, soldados do idealismo. (Relatório, 1876, p. A-EI, 15).

Percebe-se a escassez de estudiosos que se dedicassem com maior afincio ao destrinchar dos documentos, fator que refletia na dificuldade de se encontrar profissionais habilitados ao trabalho na Biblioteca. Eram mais atrativas as atividades melhor remuneradas e reconhecidas socialmente na capital do Império daqueles anos. Neste ponto, temos um contraste com o IHGB, que reunia pessoas com outras ocupações e o vínculo com o instituto não correspondia, necessariamente, com o caráter erudito de seus membros. Importante salientar que a dedicação às “belas e boas letras” era uma qualidade exigida para o pertencimento em alguns círculos sociais. Havia exceções, afirmava Ramiz, mas a jovialidade do Brasil fazia que o número diminuto de eruditos não tivesse a oportunidade de se dedicar plenamente à produção de conhecimento, precisava distribuir-se entre outras funções. Os entusiastas que se dedicavam ao cultivo da erudição a ela guardavam apenas uma parte de suas vidas. Sendo assim, a pergunta é: como teria surgido essa equipe com a qual Ramiz Galvão conta logo depois de assumir a Biblioteca Nacional?

Nos Relatórios do Bibliotecário dirigidos ao Ministério do Império entre os anos de 1870 e 1874, a recorrência das queixas dizia respeito aos poucos e inábeis funcionários; a baixa remuneração dos mesmos; o edifício inadequado para comportar o acervo e permitir o acesso aos consulentes; a inexistência de um catálogo das obras e o não cumprimento da lei 433 de julho de 1847, que obrigava às gráficas da Capital a depositar no estabelecimento um exemplar de todas as suas publicações. Ainda assim, incansável, e cheio de idéias, em 1874, Ramiz conseguiu verbas para implantar uma Comissão externa à Biblioteca, com gratificação financeira para organização de novos catálogos do acervo¹²³. A Comissão foi composta por João Saldanha da Gama, Antonio Mendes Limoeiro, Alfredo do Valle Cabral e Antonio José Fernandes d’Oliveira, sendo mais tarde incorporados Antonio da Costa e Sá e o bacharel

¹²³ Dizia ele sobre os catálogos existentes: “Nos três primeiros anos de minha administração tive innumeradas oportunidades de apreciar os muitos erros e as lacunas lastimáveis de todos estes trabalhos, e cheguei a convencer-me de que fora improffcuo e até prejudicial querer aproveitar qualquer cousa delles”. Relatório de Ramiz Galvão ao Ministro do Império, 1874, p. A-D 1-6)

Domingos Jacy Monteiro Júnior (Relatório de Ramiz Galvão ao Ministério do Império, 1874, p. A-D1-7).

A Comissão tinha como tarefa investigar a

(...) procedência; valor litterario e commercial das edições, raridade dellas, o verdadeiro nome dos autores de obras pseudonymas, o dos autores de obras anonymas e asteronymos; as fraudes typographicas relativas ao logar e data de impressão; os accidentes de encadernação e outros que dão mais ou menos valor ao exemplar; em summa, tudo quanto da consulta de numerosas bibliografias geraes e especiaes, que aqui temos à mão, foi possível colher em relação à história de cada obra, de cada edição e de cada exemplar ou, que vale o mesmo, em relação ao gênero, à espécie e ao indivíduo. (Relatório de Ramiz Galvão ao Ministro do Império, março de 1875, Anexo RMI, A -D 1, p. 9)

O trabalho da Comissão é muito elogiado por Ramiz Galvão ao Ministro, a quem falava também da dedicação especial à investigação da bibliografia brasileira. (RMI, Anexo A D1, p 9). Tratava-se, sobretudo, de um trabalho de utilidade prática como ele dizia, pois catálogos são “instrumentos de pesquisa” e não “obras científicas” (idem p. 7). A finalidade era poder atender ao público, para que os funcionários conhecessem o acervo e, principalmente, havia o interesse de melhor organizar e oferecer aos pesquisadores a documentação relativa à história do país. Novamente o trabalho fundamental, mas intermediário, torna presente o homem que atrai a atenção de Momigliano, àquele que se interessa pelo fato histórico e não pela história.

Observando o nível de detalhamento do programa investigativo para a organização do catálogo, percebemos um apuramento das técnicas que formavam um conjunto de operações que não se configuravam numa ciência propriamente dita, mas assentavam procedimentos indispensáveis para se lidar com obras e documentos. É nesse novo quadro que as técnicas eruditas são implantadas na Biblioteca, salvaguardando uma tradição e renovando seus usos, na medida em que não se detinham sobre textos clássicos ou medievais de onde essas técnicas surgiram.

Muito embora a compreensão de Ramiz Galvão sobre a especificidade da atividade do bibliófilo ainda estivesse relacionada menos à produção de conhecimento do que às condições de sua possibilidade, no trabalho prático de produção do catálogo evidenciava-se a emergência do processo de individualização de um objeto. No trabalho desenvolvido na Biblioteca se destacava a investigação minuciosa sobre a “história de cada obra, de cada edição e de cada exemplar ou, que vale o mesmo, em relação ao gênero, à espécie e ao indivíduo”.. Este exercício, conforme indica Momigliano, será significativo para a emergência

da história moderna

Além da Comissão, em 1873 Galvão conseguiu a contratação de Alfredo do Valle Cabral¹²⁴, “jovem amador de estudos bibliográficos, que então começava a se fazer conhecido por alguns artigos publicados nas folhas diárias da Corte”. Publicava artigos de crítica documental, geralmente relativos à história do país, tendo logo despertado interesse pela língua Tupi. Sua contratação foi narrada por Ramiz Galvão como “o ponto de partida, só pôde dizer, do renascimento da secção de manuscritos desta repartição” (idem p. 9)¹²⁵, tendo sido o primeiro “letrado” hábil a desenvolver as atividades compatíveis com os anseios do estabelecimento.

O desenvolvimento do catálogo de manuscritos, por exemplo, exigia o estabelecimento de uma rotina de trabalho, assim descrita

Conserva-se para cada códice o seu título fiel, quando existe, com todas as suas singularidades de orthographia, abreviaturas e mais sinais característicos, sem esquecer nem um dos dados biblio e paleographicos indispensáveis neste caso, como: indicação si o mss. é autographo, original, cópia authentica ou cópia de cópia: a sua data certa ou provável, número de f.f. ou p.p.; as dimensões do corpo da mss; si inédito ou já publicado, e neste caso por quem e onde; enfim tudo quanto respeito ao verdadeiro autor e ao objecto da mss em notas explicativas criticas, que julgo serão consultadas (RMI, A – D1, p. 10)

Nesse sentido, a Biblioteca Nacional delineava práticas diferenciadas do IHGB. Os documentos publicados pelo Instituto não possuíam notas explicativas, investigações de autenticidade, datação, autoria obtidos pela crítica interna e externa dos documentos. Mesmo Varnhagen que se dedicou a localizar e copiar muitos documentos sobre a história do Brasil não tinha tanto esmero na atividade de “destrinchá-lo”, muito embora seja considerado o primeiro brasileiro a tratar da documentação com uma abordagem crítica, como veremos no tópico a seguir (Quadros, 2006).

Para constituir uma equipe condizente com os trabalhos na Biblioteca, Ramiz Galvão insistia na qualificação necessária do empregado, fazia isso a partir de comparações com o perfil de trabalhadores de instituições européias. Outra reivindicação importante capitaneada

¹²⁴ Referenciado por José Honório Rodrigues (1978b, p. 77) como “um grande erudito, conhecedor de antiguidades, e um grande bibliógrafo, editor, crítico e pesquisador exemplar”. Chefe da seção de manuscritos até 1882.

¹²⁵ “(...) todo esse espaço de tempo [um ano] gastou-o o zeloso jovem bibliographo em coordenar os papéis esparços, e em estudar as preciosidades que possuímos; pouca cousa fez em matéria de catálogo, por isso mesmo que não convinha trabalhar neste sentido antes de haver posto em ordem nos manuscritos, e antes de conhecer mais ou menos perfeitamente o conteúdo delles” (Ramiz Galvão, Relatório 1875, Anexo D1, p. 9).

por ele e que mudou a forma de contratação dos funcionários da Biblioteca Nacional, foi a de realização de concurso público, sustentado com a seguinte argumentação

(...) Os trabalhos bibliographicos são penosos, diffíceis, demandam variedade de conhecimentos e estudo especial de um certo ramo de sciencia, que em algum tempo foi nada, mas que hoje é muito. Pensam os profanos que basta copiar o título de um livro para o haver catalogado. Não preciso demonstrar a V. Ex. quanto há de errôneo nesta proposição, e quão longe anda de saber o que é bibliographia quem a profere. A verdade é que não são de mais para um bibliographo algum conhecimento das línguas grega e latina, perfeito conhecimento do francez e do inglez, de história e de litteratura em geral, - e tudo isto sem excluir a sciencia bibliographica propriamente dita. Ora, sendo certo que taes conhecimentos não são vulgares, força é confessar que nem todos servem para empregados superiores de bibliotheca. O meio de os haver pois é exigir-se dos candidatos um diploma acadêmico, como de bacharel em letras ou em sciencias, e o concurso prévio onde se haja de decidir quem tem mais habilitações para bem servir.

Estabeleça-se pois o concurso, Exmo. Sr., para prover os logares de official, a fim de que não venham aqui fazer aprendizagem à custa do serviço público os recém-nomeados. O concurso é como regra uma garantia do mérito; e tem toda a sua razão de ser quando se não conhecem as habilitações dos pretendentes. (Relatório Biblioteca Nacional ao Ministro do Império, 13.04.1875)

Esta forma de entender o trabalho na Biblioteca altera em muitos sentidos a postura vigente em relação aos documentos sobre o país. Tratava-se de reconfigurar a posição de lugares e agentes habilitados para a finalidade de reunião, salvaguarda e divulgação dos documentos. Nesse sentido, podemos pensar que a reestruturação por que passava a Biblioteca Nacional na gestão de Ramiz Galvão desencadeou um processo de referência à História Pátria que diferenciava crescentemente a instituição do IHGB, formado por um corpo expressivamente político. O fato de Ramiz Galvão ter sido admitido no Instituto em 1872 - como sócio correspondente, por meio da monografia *Apontamentos sobre o mosteiro no Brasil* e ele ser considerado “protegido de D. Pedro II”, o que explicaria a sua nomeação para a Biblioteca Nacional (Guimarães, 2006, p. 59-60) – torna a questão um pouco mais complexa. Contudo, não deixa de ser curiosa a relação entre as duas instituições preocupadas com a memória nacional, tendo o IHGB muito mais prestígio junto ao governo que a BN até, pelos menos, 1870. As atividades próprias a uma atitude técnica perante a documentação que tomavam corpo na Biblioteca a diferenciava mais fortemente do Instituto e seus homens de letras com sua devoção à política. Há, portanto, entre as duas instituições diferenciações nos níveis de envolvimento e intencionalidades, relativas à contribuição dessas atitudes para com a escrita de uma história nacional. A Biblioteca estabeleceu, portanto, uma prática

diferenciada, agregando nela letrados nem sempre afeitos ao IHGB.

Como foi referido anteriormente, além de ter uma preocupação com a documentação histórica e geográfica sobre o país, o IHGB configurava-se como uma entidade de sociabilidades, com a maioria de seus integrantes vinculados ao governo imperial por redes de relações políticas (Guimarães, 1995). O acervo reunido no Instituto, em certa medida, servia apenas aos seus sócios, notabilizados pelo pertencimento à Instituição (Guimarães, 1998). Já a Biblioteca, como vimos, baseava-se na idéia de servir, organizar para oferecer os alicerces da produção do conhecimento, em qualquer área e ao público que dela intencionasse se servir. Diferentemente do IHGB, os trabalhadores da Biblioteca Nacional eram funcionários da instituição e não membros acolhidos por associação com regras de pertencimento. A participação eletiva e voluntária dos membros do Instituto conferia a eles um *status* social bastante valorizado até, pelo menos, o fim do Império. Esse diferencial produziu níveis variados de dedicação ao tratamento documental, numa e noutra instituição. Um, trabalho voluntário e com valor hierárquico – no IHGB. Outro, profissionalizado, remunerado, ainda que parcamente, e, bem menos reconhecido socialmente – na Biblioteca Nacional.

De uma instituição que era herança do período colonial, esquecida e que se remetia à corte portuguesa, a Biblioteca Nacional transformou-se, então, num importante lugar de desenvolvimento de técnicas e práticas específicas com a documentação histórica sobre o país e instrumento de instrução pública, devendo instigar o amor pelos documentos do seu acervo, portadores da memória do Brasil, enquanto nação independente e individualizada. Tanto era assim, que as principais preocupações do novo diretor se dirigiam ao acesso do acervo pelos leitores e ao aprimoramento dos trabalhos com os documentos correspondentes à História do Brasil, implicando a reunião e os estudos críticos dos mesmos.

2.4. O laboratório da História

Capistrano de Abreu foi o primeiro funcionário concursado da Biblioteca Nacional, em 1879. Os temas do concurso foram: História Universal, Literatura, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Classificação de Manuscritos e Traduções do Latim, do Francês e do Inglês. O concurso chegou a ser considerado, na história da Biblioteconomia brasileira, o marco oficial da elevação do Bibliotecário a uma categoria profissional reconhecida (Fonseca, 1957). A

seleção reivindicada por Ramiz Galvão, enfim se concretizava e foi realizada conforme a compreensão do que era a erudição necessária às atividades na Instituição. Nesse aspecto podemos observar que a erudição ainda estava vinculada à idéia de conhecimentos gerais em humanidades, muito embora já fosse possível vislumbrar alterações nesse significado. Por exemplo, no *Dicionário Encyclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa para uso dos portuguezes e brasileiros*, de 1870, a definição de erudição estava relacionada ao “*saber, conhecimentos literários, históricos, filosoficos, etc*”, apresentando a seguinte distinção entre os portadores desse adjetivo originário:

Erudito, douto, sábio, concordam estes três termos em supor conhecimentos adquiridos pelo estudo, mas diferencavam-se pela maneira seguinte: O erudito e o douto sabem factos em todos os gêneros da literatura; o erudito sabe muitos; o douto sabe-os bem. O douto e o sábio conhecem com inteligência: o douto conhece factos de literatura, que sabe aplicar; o sábio conhece princípios, de que sabe tirar conseqüências.

Com memória e paciência qualquer pode ser erudito; sem intelligencia e reflexão ninguém será douto; para ser sábio é mister talento especulativo, penetração e discernimento.

O erudito cita frequentemente autoridades de factos; o douto aprofunda a doutrina a que se dedica, e discorre com acerto; o sábio investiga, analysa, demonstra e dá razão ao seu dito. (Lacerda, 1870)

Estabelecendo a diferenciação entre as nomenclaturas pelo nível de aprofundamento de cada uma no desenvolvimento de sua atividade, podemos perceber que a generalidade em torno do termo “erudito” não dava conta dos interesses, formas de estudos e apresentação de resultados esperados na atividade intelectual que se apresentava na segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, este tópico procurará trabalhar justamente esse passo dado por Capistrano quando da entrada como funcionário na Biblioteca Nacional e o desenvolvimento de uma atividade específica que o distinguirá mais tarde como um historiador moderno e não um entre os *erudits*. Importante ressaltar que até aquele momento o nosso autor se enquadrava bem na idéia de um *douto*, conforme o dicionário, aquele que conhece os factos de literatura, que sabe aplicar. E já se esforçava por tornar-se um sábio, aquele que conhece os princípios, de que sabe tirar conseqüências”, como pudemos perceber pelos seus primeiros ensaios, trabalhados no capítulo um.

Mas qual impacto teria tido a sua vinda à corte em suas aspirações intelectuais e no desenvolvimento dos seus processos de trabalho? Esse aspecto é abordado aqui, num primeiro

momento, na análise do uso de fontes do acervo da Biblioteca Nacional para consolidar suas argumentações, comparando um artigo publicado no Ceará, antes da vinda para o Rio, no mês de janeiro de 1875, no jornal *Constituição* de Fortaleza, e o mesmo artigo, publicado no mês de novembro daquele ano, no jornal *O Globo*, primeiro texto trazido à público na capital do Império. Também são importantes para a análise as suas publicações antes da aprovação no concurso da Biblioteca Nacional, que, comparadas com as posteriores, demonstram um nítido movimento de Capistrano no sentido de delinear a história enquanto ofício e área de conhecimento específico. Nesse movimento ele vai de uma inclinação clara ao aperfeiçoamento científico, mobilizado pelas leituras comuns à geração de 1870, ao interesse pelo desenvolvimento de uma habilidade técnica na Biblioteca Nacional, até uma melhor conformação do que ele imaginava dever ser a história do Brasil. A essa altura transfigurava, ainda que com várias nuances, uma nova forma de produção de conhecimento sobre o país.

* * *

A Biblioteca não era um lugar desconhecido a Capistrano. Provavelmente tenha sido um dos principais que passou a freqüentar assim que chegou ao Rio de Janeiro, em abril 1875, levando consigo seus interesses e questionamentos sobre a história brasileira.

O trânsito de Capistrano pela Biblioteca desde o início de sua estada no Rio de Janeiro pode ser percebido também em suas correspondências. Em 21 de outubro de 1876 Capistrano responde a um comunicado oficial de Ramiz Galvão para que devolvesse materiais tomados de empréstimo da Instituição.

Ilmo. Sr. Dr. Ramiz Galvão,
Peço-lhe desculpa de não responder oficialmente a sua carta de 17 de outubro, que é oficial.
Envio-lhe os volumes que tenho da Biblioteca, e agradeço-lhe a sua bondade de que, por circunstâncias especiais, que de viva voz explicarei, fui obrigado a abusar.
É possível que faltem um ou dois volumes vou verificá-lo depois de acabada a aula e hoje mesmo irei entregá-lo.
Meus cumprimentos a V. Sa. E a sua Exa. Família.
Aceite seguranças de muita e profunda simpatia.
Cap. De Abreu

É perceptível o desconforto de Capistrano ao responder a uma chamada oficial do

diretor. Provavelmente, ele imaginava não precisar chegar a tanto, o que justifica o uso do ilustríssimo, e a reafirmação do respeito à figura de Ramiz Galvão. Jovem, recém-chegado ao Rio, procurava abrir caminhos nas instituições que lhe interessavam. Talvez, pela seriedade com que levava seus estudos, tenha acreditado na transparência de suas boas intenções com relação à documentação retirada da Biblioteca. Boas intenções que nem sempre demonstravam “boas práticas”. Encontram-se também no IHGB várias correspondências solicitando a devolução de documentos às quais ocorria, mas sempre com atraso. À época, Capistrano dava aulas no Colégio Aquino e estava bem longe de ser uma figura íntima ao círculo intelectual consolidado da Corte. Seu artigo de estréia não teria sido o suficiente para conferir-lhe o espaço desejado. Mas a proximidade com a Biblioteca Nacional, mesmo antes de iniciar suas atividades no estabelecimento, pode ser verificada em suas memórias. Anos mais tarde, em 1917, falando de Ramiz por meio de uma longa missiva a João Lúcio de Azevedo, Capistrano diz ter recebido uma promessa do bibliotecário para que compusesse sua equipe ainda no ano de 1876.

Neste primeiro período no Rio de Janeiro o ensino era o seu ganha-pão, enquanto a pesquisa e as leituras eram as atividades que propiciavam a sua produção intelectual, armas utilizadas para conquistar o seu lugar junto aos intelectuais da corte e para alimentar o desejo emergente em seus escritos de que poderia fazer algo que até então acreditava não ter sido feito a contento no país, uma História do Brasil.

Voltando ao primeiro texto de Capistrano publicado na imprensa do Rio de Janeiro, é interessante comparar a forma de articulação das argumentações com a que aparecia na primeira versão do artigo, publicada em Fortaleza. Neste artigo de 1875, o objetivo principal era discutir a literatura contemporânea e, por conseguinte, como acreditava a crítica literária do período¹²⁶, falar do povo que a teria produzido. Capistrano iniciava seu trabalho intelectual por meio dessa forma de compreender a crítica literária, em que, por influência do romantismo, a literatura seria o ponto de partida para perseguir a “origem” ou o “caráter” do povo constituído pela história. A novidade naqueles anos era a forte inserção do positivismo

¹²⁶ A crítica literária romântica, predominante até a geração de 1870, em especial até Silvio Romero, aponta para as seguintes características segundo Antonio Candido (1993, vol II, p. 294) “o grande problema era definir quais os caracteres de uma literatura brasileira, a fim de transformá-los em diretrizes para os escritores; neste sentido, forma indicados, nunca seriamente investigados nem mesmo debatidos, alguns traços cuja soma constitui o temário central da crítica romântica e podem ser expressos do seguinte modo, vendo-se que não passam, na maioria, de uma retomada das posições de Denis: 1) o Brasil precisa ter uma literatura independente; 2) esta literatura recebe suas características do meio, das raças e dos costumes próprios do país; 3) os índios são os brasileiros mais lídimos, devendo-se investigar as suas características poéticas e tomá-las como tema; 4) além do índio são critérios de identificação nacional, a descrição da natureza e dos costumes; 5) a religião não é característica nacional mas é elemento indispensável da nova literatura; 6) é preciso reconhecer a existência de uma literatura brasileira no passado e determinar quais os escritores que enunciam as correntes atuais.”

comteano e o desenvolvimento de trabalhos com perfis cientificistas que procuravam estruturar o estudo do fenômeno social pelos métodos das ciências naturais¹²⁷. Questão já abordada no capítulo I, é retomada aqui apenas para pensarmos a mudança do lugar do documento na trajetória de Capistrano. Pelo percurso que construímos neste capítulo, os documentos conduziram à problematização das transformações relativas às formas de se lidar com o passado e se tornaram centrais nesse momento de mutação epistemológica no campo das ciências humanas de maneira geral e da história em particular.

Como vimos no primeiro capítulo desta tese, a ênfase dada por Capistrano de Abreu para falar dos aspectos formativos do brasileiro estava centrada em dois fatores: as forças e as aparências da natureza. O primeiro fator era responsável pelos elementos físicos do organismo que se formava no país, enquanto o segundo, pelos elementos psicológicos. Esses fatores teriam singularizado o indivíduo e a sociedade como brasileiros e configurado sua situação perante as outras nações, inclusive à portuguesa.

No primeiro artigo publicado, em Fortaleza, Capistrano lança suas teses embasadas na literatura, ou seja, por meio de suas leituras principalmente de Thomas Buckle, de Hebert Spencer e de Stuart Glennie (tomado de empréstimo de Buckle), sem ter acesso ou preocupação com o que se configuraria enquanto “fonte” de pesquisa histórica. Partindo desses autores, suas análises voltavam-se à articulação da natureza com o indivíduo em sua constituição física e mental. Por exemplo, para explicar as características do brasileiro, resultado da ação profunda das forças da natureza, Capistrano se utiliza de um livro pouco conhecido: Funnagoves, *Higiene Novale*. Referendando a compreensão da significativa influência do clima, argumentava o autor:

Nos climas quentes os vasos dilatam-se, a respiração e a circulação capilar apressam-se, a secreção e a digestão alteram-se, o systema nervoso é superexcitado, há enfim uma tendência para o mormaço e para que a falta de exercício (...) se desenvolva. (Capistrano de Abreu. A literatura brasileira contemporânea, *Jornal Constituição*. 26.01.1875).

O resultado deste clima quente, concluiu Capistrano, embasado em suas leituras, é que “*pela fatalidade do clima somos pois levados à indolência; a fatalidade do solo e da nutrição nos leva ao mesmo resultado*”. Mantendo a mesma tese ou “postulado”, como nomeia o próprio autor no artigo publicado no Rio em novembro do mesmo ano, utiliza-se de

¹²⁷ A esse respeito ver importante trabalho de Roberto Ventura *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*, de 1991 em que o autor está preocupado em compreender como a crítica literária e a história literária se constituíram enquanto disciplinas autônomas (p. 11).

uma nova redação e de documentos que referendavam seu argumento, encontrados na Biblioteca Nacional. Depois de citar Buckle sobre a influência do clima na alimentação e no solo para o organismo, retoma o argumento do artigo anterior:

São dois os principais efeitos da comida: a conservação do calor e a reconstrução dos tecidos. Desde que é exigida menor quantidade de oxigênio, na mesma proporção diminui o carbono, que, combinado com o oxigênio, produz o calor orgânico. Ora, a diminuição do carbono importa na diminuição das comidas respiratórias. De outro lado, havendo menos exercício, porque a vida é mais fácil que nos climas frios, há menos gastos nos tecidos, menos necessidade de reconstrução, menos necessidade de comida plástica, por conseguinte. (Capistrano de Abreu. A literatura brasileira contemporânea. *Jornal O Globo*, 28.11.1875, in EE 1ª. Série, p. 38)

E, agora, nesta nova versão do artigo, para referendar o argumento, Capistrano recorre ao relatório elaborado pelo médico francês Alphonse Rendu, de 1848, reproduzindo em nota a seguinte citação:

Rendu, *Études topographiques, médicales et agronomiques sur le Brasil*, págs. 16 e 17, diz: “*Les brésiliens en general sont grands mangeurs, ils font trois répas par jor; et la grande quantité de farineux qu’ils consomment pourrait bien être une des causes du développement considérable (?) que prennent chez eux les organes de la digestion*”. Esta “*grande quantité de farineux*” explica a exceção aparente da lei acima estabelecida, pois por isso mesmo que consta de farinosos, a alimentação contém uma soma mais avultada de matérias digeríveis, e os princípios nutritivos acham-se como que diluídos. Apresenta-nos um fato semelhante o oxigênio, inspirado (em igualdade de volume) em maior quantidade nos climas frios que nos quentes, onde o calor torna o ar mais rarefeito. Demais, o que determina principalmente a quantidade de comida é o exercício, porque não só gasta os tecidos como modifica a respiração. (Capistrano de Abreu. A literatura brasileira contemporânea. *Jornal O Globo*, 28.11.1875, in EE 1ª. Série, p. 39)

Ao mesmo tempo em que a fonte contradiz a afirmação baseada em Buckle, com a interpretação de Capistrano a tese volta a se encaixar. Por mais que o consumo de farináceos seja grande, os princípios nutritivos são diluídos. Portanto, come-se mais, mas nutre-se apenas o suficiente para manter o ritmo lento de exercício do organismo, que é o fator que reflete as necessidades alimentícias e seu esforço por supri-las. Partindo de teses estabelecidas pela experiência com o clima quente do Brasil, assumia postulados da literatura corrente e os contrapunha às fontes localizadas na Biblioteca. A fonte, neste caso, tinha um duplo caráter, tratava-se tanto de uma autoridade científica que analisava a dieta dos habitantes do país e era também testemunha de um tempo precedente devido à data de sua produção, tendo um peso

maior a posição de médico do autor da fonte. De qualquer forma Rendu aparecia como autoridade para referendar os pressupostos de Capistrano de Abreu.

Outro exemplo de utilização de documentos da Biblioteca Nacional para referendar suas análises é o do manuscrito de Alexandre Rodrigues Ferreira, intitulado “*Observações gerais e particulares sobre a classe dos Mammaes observados no territórios do três rios: Amazonas, Negro e Madeira, etc.*” Nesta fonte, Capistrano “vê considerações muito sensatas sobre a relação entre o estado social dos indígenas e as condições físicas, que se aplicam à sociedade brasileira contemporânea”. (Capistrano de Abreu. A literatura brasileira contemporânea. *Jornal O Globo*, 28.11.1875, in EE 1ª. Série, p. 39). Como vimos no capítulo 1.4, suas questões diziam respeito à compreensão da literatura brasileira e do brasileiro contemporâneos por meio do entendimento dos antecedentes e das condições que conformaram tanto o homem como a literatura, sua expressão. As fontes exerceriam, portanto, um papel diferenciador frente às leituras bibliográficas, ajudando a compreender a especificidade do país. As teorias contribuiriam para a explicação, mostrariam o caminho a seguir para o estabelecimento das leis gerais de funcionamento da sociedade brasileira, mas apenas os documentos sobre essa sociedade é que poderiam demonstrar a veracidade dos “postulados” de onde partia. A literatura de viajantes e naturalistas fazia parte de certa forma de um repertório comum aos homens de letras do período. Como assinalou Sussekind (1994) esse gênero literário ajudou a conformar o imaginário em torno do qual o romantismo brasileiro foi alimentado. Agora, como seria ver e interpretar esses mesmos documentos com pressupostos que miravam um conhecimento científico que se diferenciava cada vez mais da abrangência da literatura enquanto grande área agregadora das humanidades?

Uma nova operação significativa começa a se delinear nesse momento. Podemos perceber a utilização de uma experiência empírica com o clima quente e a relação direta com as leituras feitas. Mas há a agregação de novos elementos de verificação da aplicabilidade das teorias e afirmação ou recusa das impressões experimentadas no país em que vivia. Já não era apenas a apreensão sensível das características do Brasil e do brasileiro. Já não era tão somente a aplicação de teorias européias correntes. Já não era o documento pelo documento. Foi a sua primeira tentativa de articulação entre o conhecimento sociológico apreendido e a documentação específica sobre o país.

Neste momento, Capistrano experimentava uma transição entre as leituras de embasamento sociológico, a influência da literatura romântica como expressão da nacionalidade e o contato direto com documentos, os quais poderiam sustentar seus

postulados de pesquisa. A intenção de “provar”, de demonstrar estava expressa no primeiro artigo, mas não havia meios materiais para tanto. Dizia ele em Fortaleza: *não me demorarei em demonstrar a consistência d’estas (...) ou a verdade d’estes princípios. Sejam um postulado. Rememorando-os tenho em vista o meu modo de tratar a questão.* (Capistrano de Abreu. A literatura brasileira contemporânea, *Jornal Constituição*. 26.01.1875). Já na versão do mesmo artigo publicado no Rio: “Não demorarei em prová-lo: a demonstração resultará, espero, do complexo dos fatos que vou aduzir. Entretanto, devo desde já declara-lo: a crença no determinismo sociológico; a convicção de que a sociedade brasileira é regida por leis fatais a esperança de descobrir estas leis, - eis o que me anima e guia. (Capistrano de Abreu. A literatura brasileira contemporânea. *Jornal O Globo*, 28.11.1875, in EE 1ª. Série, p. 37).

O jogo entre os “fatos aduzidos” e a “crença” sociológica era muito evidente nesse primeiro escrito. Nada mais do que a empolgação pela possibilidade de desenvolvimento de uma pesquisa sistemática que teria como fim encontrar as leis que regeriam a sociedade brasileira. As fontes seriam, em todo o caso, os elementos que possibilitariam, pela soma de informações encontradas, resultar no achado de tais leis.

A transparente energia de Capistrano devotada ao que chamava de “crítica moderna” foi confessada anos mais tarde, em abril de 1890¹²⁸, ao Barão do Rio Branco, quando diz estar resolvido a “escrever a História do Brasil” porém, não “a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida”. O reconhecimento desse momento em sua biografia diz muito sobre o período e sobre as próprias transformações na compreensão de história que Capistrano vai perfilando nesses anos. O vislumbre de que poderia fazer muito mais do que qualquer outro historiador até aquele momento, vai ganhando dramaticidade e lentidão no decorrer de sua carreira, possibilitando o reconhecimento de uma ambição desmedida própria de um jovem que almejava ser cientista. Esse momento capturado nas fontes e avaliado pelo próprio Capistrano anos depois, estabelece um diálogo entre duas situações bastante diferenciadas do desenvolvimento das ciências humanas no Brasil e, que, como diz o historiador, marcaram época em sua vida. Essas situações ficaram entre a explicação da gestação do país pela sociologia positivista, em voga no período, e o fato de ele ter experienciado um trabalho técnico da Biblioteca Nacional. A conjunção desses dois momentos imprimiria um ritmo muito próprio ao ofício historiográfico desenvolvido por Capistrano de Abreu.

Mesmo nesse momento, é perceptível que no seu modo de entender a produção de

¹²⁸ Carta ao Barão do Rio Branco, 17/04/1890. Correspondências de Capistrano de Abreu, vol 2, p. 130.

conhecimento sobre o país, a transposição das teorias de autores europeus não poderia ser direta. Era preciso a mediação entre elas, as expressões sociais, as fontes balizadas por autoridades “científicas”, como aquela de Rendu ou a de Alexandre Rodrigues Ferreira, e as crônicas de época, como a de Lery. Na segunda versão do artigo, outro ponto basilar de afirmação das teses defendidas por Capistrano foi a utilização de cronistas de época. Um de seus principais argumentos: a questão do descaso de Portugal com relação ao Brasil no período colonial encontrou em Gândavo boas fontes de embasamento, *História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*, publicado em Lisboa em 1576 e no *Roteiro Geral do Brasil*, de Gabriel Soares, escrito em 1587. (Capistrano de Abreu. A literatura brasileira contemporânea. *Jornal O Globo*, 28.11.1875, in EE 1ª. Série, p. 46).

A mediação dos documentos vai tomando caráter cada vez maior em seus trabalhos. A presença na capital do Império e a possibilidade de “verificar” as impressões provocadas por suas leituras o aproximavam cada vez mais das instituições de acervo e da pesquisa histórica. Os primeiros artigos dão indícios desse movimento que vai se tornando definitivo em sua vida: o ofício de historiador.

Entre seu primeiro artigo publicado no Rio de Janeiro até o seu ingresso na Biblioteca, Capistrano produziu: *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, de 1876, no jornal *O Globo*, ainda como crítico, sobre o livro homônimo de Silvio Romero, publicado no mesmo ano; *História da Fundação do Império Brasileiro*, em 1877, uma crítica sobre a segunda edição do livro de Pereira da Silva, também no *O Globo*; sobre a morte de José de Alencar, em 1877, na *Gazeta de Notícias* e o Necrológio de Varnhagen, em 1878 no *Jornal do Comércio*. O último artigo, considerado por José Honório Rodrigues sua vinculação definitiva à história. Nele é possível dimensionar melhor a seriedade com que enfrentava a idéia de história enquanto uma atividade científica com pré-requisitos a serem cumpridos por quem dela quisesse se ocupar.

Dos aspectos ressaltados por Capistrano no *Necrológico*, o tratamento conferido por Varnhagen às fontes documentais tinha grande destaque, a exemplo do *Roteiro de Gabriel Soares de Sousa*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como resultado de um estudo crítico de Varnhagen. Capistrano considerava esta publicação um dos maiores feitos do Visconde de Porto Seguro, deixado como herança aos futuros estudos históricos: “(...) *um dos maiores e melhores títulos à gratidão do porvir*”, dizia Capistrano (Capistrano de Abreu. *Jornal do Commercio*, 16 a 20 de dezembro de 1878, in EE 1ª. Série, p. 84).

Um livro existia, vasto como uma enciclopédia, interessante como um romance, fértil como um punhado de verdades, roteiro, corografia, história natural, crônica. Longo tempo inédito, fora afinal publicado pela Academia das Ciências, porém mutilado, anônimo, inçado de erros, eivado de incorreções.

Varnhagen determinou as posições geográficas, identificou as espécies biológicas, corrigiu os erros dos copistas e do escritor, provou a autenticidade do escrito de modo irrefragável, ao mesmo tempo que descobriu o nome do autor – Gabriel Soares de Sousa. (16 a 20 de dezembro de 1878, EE 1ª. Série)

Um documento anotado conforme a crítica. Capistrano de Abreu a essa altura estava mais próximo da idéia de fonte histórica que se afigurava ao historiador do final do século XIX, do que assim que chegou ao Rio de Janeiro, tendo se passado pouco mais de três anos. Era grande o destaque conferido por ele ao trabalho de Varnhagen com relação à documentação histórica. No *Necrológio...* o autor demonstra a admiração pela obstinada atividade do Visconde de Porto Seguro,

Filho da nobre província de São Paulo, iluminava-lhe a fronte a flama sombria de Anhangüera. O desconhecido atraía-o. Os problemas não solvidos o apaixonavam. Códices corroídos pelo tempo; livros que jaziam esquecidos ou extraviados; arquivos marcados com o selo da confusão, tudo viu, tudo examinou. Pelo terreno fugidio das dúvidas e das incertezas caminhava bravo e sereno, destemido bandeirante à busca de mina de ouro da verdade. (Capistrano de Abreu. *Jornal do Commercio*, 16 a 20 de dezembro de 1878, in EE 1ª. Série, 82-83).

A atividade de editor de documentos, exercida por Varnhagen, impressionava Capistrano. Publicando seus achados, principalmente na Revista do Instituto Histórico, Varnhagen realizava o que nenhum outro historiador teria conseguido¹²⁹ no que tange a arregimentação e publicação de documentos sobre o país. Para escrever o *Necrológio* em 1878, Capistrano teve acesso à correspondência do historiador com Ramiz Galvão, demonstrando a proximidade conquistada com o diretor da Biblioteca e a rede que se constituía para a ampliação do acervo sobre a história pátria. Sobre a correspondência conta Capistrano,

Pouco antes de morrer, quando a enfermidade mortal o obrigava a guardar o

¹²⁹ (...) enfim saiu à luz a sua *História*, podia gabar-se de que um só fato não existia que não tivesse pessoalmente examinado, ao passo que os fatos materiais por ele descobertos, ou retificados, igualavam, se não excediam, aos que todos os seus predecessores tinham aduzido. (Capistrano de Abreu. *Jornal do Commercio*, 16 a 20 de dezembro de 1878, in EE 1ª. Série, 85).

leito, escrevendo a um amigo, o Dr. Ramiz Galvão, muito digno diretor da Biblioteca Nacional, quase nem alude às dores que o conservam prostrado e impotente: sobre questões de história pátria, sobre pontos obscuros que deseja esclarecidos, sobre manuscritos, cuja existência deseja conhecer, é que rola toda a carta. Nobre e tocante vida votada ao trabalho e ao dever! Grande exemplo a seguir e a venerar! (Capistrano de Abreu. *Jornal do Commercio*, 16 a 20 de dezembro de 1878, in EE 1ª. Série, p. 86)

Capistrano saía em defesa de Varnhagen num momento em que aquele autor era veementemente criticado¹³⁰. Nem por isso era todo elogios ao historiador. Reconhecia os pontos vulneráveis e criticava as interpretações apressadas e/ou desnecessárias, os assuntos sem importância que apresentava apenas por vaidade de tê-los descoberto, sua sensibilidade tanto ao vitupério quanto ao louvor. Idiossincrasias que para Capistrano não diminuía o trabalho realizado na busca e divulgação de documentos.

Essas feições são as que geralmente se associam no espírito do leitor brasileiro ao nome do Visconde de Porto Seguro. Ninguém procura sob as aparências rudes o homem verdadeiro – o trabalhador possante, o explorador infatigável, o mergulhador que muitas vezes surgia exausto e ensangüentado, trazendo nas mãos pérolas e corais. Parece que nos domina a fatalidade de perceber os objetos sob os aspectos mais desfavoráveis; uma idiossincrasia tinge tudo de negro ou amarelo: cedemos a uma predisposição pessimista, niilista, anárquica, talvez bebida com as águas, ou inspirada com as nossas brisas, talvez herdada dos Tupis que, segregados por lutas intestinas e rivalidades perpetuamente renascentes, não conseguiram fundar um estabelecimento análogo ao que se encontrou no México e no Peru. (Capistrano de Abreu. *Jornal do Commercio*, 16 a 20 de dezembro de 1878, in EE 1ª. Série, p. 88).

A descrição do mérito do trabalho de Varnhagen com a documentação sobre a história do Brasil é feita de maneira elogiosa, ao estilo retórico da época e consonante a um necrológico. Revelava o entendimento de um trabalho por deveras penoso, com alto grau de dificuldade para ser realizado. Mais uma vez, o homem que lida com documentos é descrito como um “explorador de tesouros” cuja dedicação não era reconhecida como se deveria. Diante da avaliação de Capistrano, Varnhagen aparecia como aquele que ousou desafiar a confusão dos arquivos, sendo um grande desbravador dessa seara. Se lembrarmos dos tópicos

¹³⁰ Em importante trabalho sobre a escrita da história em Capistrano de Abreu, Maria da Glória Oliveira chama a atenção para esse aspecto da crítica a Varnhagen. Oliveira cita uma conferência intitulada *Como cumprir escrever a História Pátria*, no IHGB, de Tristão de Alencar Araripe, em que o mesmo notabilizava apenas os livros de Robert Southey e João Manuel Pereira da Silva. O primeiro pela “exposição clara e metódica” e o segundo pela abundância de fatos. Quanto a Varnhagen assim se manifestava Araripe “(...) escreveu sem crítica e sem estímulo, consumindo largas páginas com fatos de somenos (...). Se como investigador de fontes históricas tem mérito, como historiador as suas obras *História Geral do Brasil e Holandeses no Brasil* não o realçam”. (Oliveira, 2006, p. 67).

anteriores deste capítulo e os colocarmos junto aos elogios a Varnhagen, poderemos perceber o quão inovadores pareceriam os seus trabalhos com documentos aos olhos de Capistrano. Por mais que em outros dois momentos o Estado tenha enviado letrados para localização de documentos sobre o país, tais como Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa (em 1855), eles não teriam tido o mesmo sucesso que Varnhagen nem na localização nem no trabalho erudito de crítica de fontes.

Pela escassez no empenho em localizar, criticar e anotar documentos sobre o país como o desenvolvido por Varnhagen, essa atitude e procedimentos teriam sido o maior mérito do historiador na opinião de Capistrano. Mesmo dizendo que Varnhagen teria elevado o “tipo” de história que se fazia no e sobre o Brasil, seus avanços teriam limites. Os méritos estavam vinculados à inclusão de questões como: exploração do território, indígenas, populações, indústrias, minas, obras e associações literárias, comunicação com outras nações, além dos temas clássicos da historiografia como: rol dos reis, governadores, capitães-mores e generais, a lista de batalhas, a crônica de intrigas. Apesar disso, Varnhagen não apresentava

(...) espírito compreensivo e simpático, que, imbuindo o historiador dos sentimentos e situações que atravessava – o torna contemporâneo e confidente dos homens e acontecimentos.

A falta de espírito plástico e simpático – eis o maior defeito do Visconde de Porto Seguro. A história do Brasil não se lhe afigurava um todo solidário e coerente. Os pródomos da nossa emancipação política, os ensaios de afirmação nacional que por vezes percorriam as fibras populares, encontram-se severo e até prevenido. Para ele, - a Conjuração mineira é uma cabeçada e um conluio; a Conjuração baiana de João de Deus, um cataclisma de que rende graças à Providência por nos ter livrado; a Revolução Pernambucana de 1817, uma grande calamidade, um crime em que só tomaram parte homens de inteligência estreita, ou de caráter elevado. Sem D. Pedro a independência seria ilegal, ilegítima, subversiva, digna da forca ou do fuzil. Juiz de Tiradentes e Gonzaga, ele não teria hesitado em assinar a mesma sentença que o desembargador Diniz e seus colegas. (p. 89)

Como podemos perceber, em 1878, Capistrano fazia uma análise bastante apurada da historiografia brasileira, não tendo adentrado como funcionário à Biblioteca Nacional, nem mesmo desenvolvido e publicado pesquisa que tratasse especificamente sobre história. Seus investimentos, como vimos, iniciaram com a crítica literária sob forte influência da sociologia que o levava a perscrutar sobre os antecedentes históricos da situação contemporânea do país. Talvez a inexistência de obras que dessem conta de seus questionamentos e a tentativa de descobrir como teria se desenvolvido a psicologia de uma coletividade que pode se denominar

ou ser nominada de brasileira, o tenham levado cada vez mais a retroceder no tempo em busca das respostas às questões que o inquietavam. Importante ressaltar que o mesmo problema de fundo que o mobilizava à prática da crítica literária, também foi evidenciado como uma qualidade da obra de Varnhagen frente às demais: a preocupação com o “verdadeiro ponto de vista nacional”.

Mesmo assim a obra de Varnhagen se impõe ao nosso respeito e exige a nossa gratidão, e mostra um grande progresso na maneira de conceber a história pátria. Já não é a concepção de Gândavo e Gabriel Soares, em que o Brasil é considerado simples apêndice de Portugal, e a história um meio de chamar a emigração, e pedir a atenção do governo para o estado pouco defensável do país, sujeito a insultos de inimigos, contra os quais se reclama proteção. Não é a concepção dos cronistas eclesiásticos, que vêem simplesmente uma província, onde a respectiva Congregação prestou serviços, que procuraram realçar. Não é a de Rocha Pita, atormentado pelo prurido de fazer estilo, imitar Tito Lívio e achar no solo americano cenas que relembram as que passaram na Europa. Não é a de Southey, atormentado ao contrário pela impaciência de fugir às sociedades do Velho Mundo, visitar países pouco conhecidos, saciar a sede de aspectos originais e perspectivas pitorescas, a que cedem todos os poetas transatlânticos, desde os autores de *Atala* e do *Corsário* até os das *Orientais* e *Clara Gazul*... Não. Varnhagen atende somente ao Brasil, e no correr de sua obra procurou sempre e muitas vezes conseguiu colocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional. (Capistrano de Abreu. *Jornal do Commercio*, 16 a 20 de dezembro de 1878, in EE 1ª. Série, p. 90).

As sutilezas de Capistrano na avaliação dos autores de história do Brasil, comparando-os com Varnhagen, são um marco na história da historiografia brasileira. Aparecem as críticas: aos cronistas que viam o Brasil como simples apêndice de Portugal; como propaganda para chamar a emigração; como parte da história dos serviços eclesiásticos de alguma congregação; como retórica imitativa da história clássica européia; como reflexo da curiosidade de estrangeiros pelas características originais ou pitorescas do novo mundo. Apesar da força dessas tradições Varnhagen teria conseguido destoar e “quase” conseguira se colocar totalmente como um historiador de um país singular. A partir deste “quase” de Varnhagen, Capistrano configura como, para ele, deveria ser a história do Brasil.

Ao analisar o *Necrológio*, Oliveira (2005, p. 73-74) compreende que no entendimento de Capistrano uma das principais vulnerabilidades de Varnhagen estava no “*tipo de relação estabelecida com o passado*”. Segundo a autora

(...) a crítica de Capistrano incide sobre a lógica explicativa de uma historiografia comprometida, acima de tudo, com os desígnios do Estado Imperial e para a qual os movimentos que “ensaiam” a independência são

tratados como expressão de uma “crise” por contrariarem certa ordem tida como “natural” (isto é, que pressupunha um Estado nacional centralizado e territorialmente unificado como coroamento do processo inaugurado com a colonização).

Sem discordar desta análise da autora é importante considerar que Capistrano assumia a perspectiva nativista do romantismo sobre a necessidade de uma “independência” completa do Brasil de Portugal. Desta forma, muito mais do que criticar a postura de Varnhagen com relação à defesa do Estado Imperial, tratava-se de, pelo seu investimento em alguns temas na crítica literária, ressaltar os processos de diferenciação que o Brasil vinha passando, se distinguindo da antiga metrópole. Nesse aspecto Varnhagen, a seu ver, parecia ainda excessivamente preso a essa herança portuguesa que o impedia de ver o Brasil a partir de uma perspectiva completamente nacional e reconhecer como legítimos os seus “*os ensaios de afirmação*”. Essa diferenciação entre os dois historiadores, evidenciada por Capistrano, é crucial para compreensão das suas opções, inclusive, em termos de localização e utilização das fontes.

A aproximação da história enquanto um ofício específico é visível também na crítica publicada em 10 de março de 1877, no *Jornal O Globo*, ao livro de Pereira da Silva, intitulado *História da Fundação do Império*. Para Capistrano o livro não atendia aos requisitos de um trabalho que se configurasse como sendo de historiador.

Acreditamos que o Sr. Pereira da Silva resolveu um belo dia escrever aquela história; em ato contínuo pôs mãos à obra, percorreu apressadamente os arquivos e bibliotecas, viu muito documento útil, folheou-os com rapidez, e em pouco tempo se julgou em estado de realizar o que desejava.

Escreveu muito, mas mesmo muito, e no fim apresenta um livro pesado, cheio de páginas sem graça e inçado de erros históricos.

A grande ilusão do Sr. Conselheiro Pereira da Silva é supor que se escreve história com a mesma facilidade com que se improvisa um romance, se faz um artigo incolor, no fundo e na forma, para qualquer folha da *Noite* ou uma conferência inspirada a respeito do primeiro assunto que vem à idéia.

Os grandes trabalhos históricos, que levaram os nomes de seus autores à posteridade, só vieram à luz depois de muitos estudos, muita reflexão e investigações as mais minuciosas; livros produzidos em consequência disto serão eternos, sempre lidos como se novos fossem e fonte de sólida instrução histórica, para quem a quiser adquirir. (*História da Fundação do Império, O Globo*, 10.03.1877, In. EE 4ª. Série, 1977, p. 38)

Capistrano opunha a obra do Conselheiro Pereira da Silva a *História do Império Romano*, escrita por Gibbon, ou a *Invasão da Espanha*, de Thiers, dois livros monumentais e que expressavam cuidados por parte de seus autores na referência de suas informações.

Capistrano parece colocar em jogo na abordagem da historiografia brasileira justamente o debate sobre as transformações ocorridas ao longo do século XIX na compreensão de como deveria se constituir o conhecimento histórico. Trava-se do processo evidenciado por Gibbon, ainda quando da publicação de sua obra *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, publicada de 1776 a 1788, quando demonstrou a autoconsciência sobre a responsabilidade cognitiva do historiador, como argumenta Bann (1994, p. 57). Segundo esse autor, Gibbon dizia que o texto de história deveria “apresentar seus *titres de noblesse* especificando plenamente as fontes sobre as quais se apóia; de que o leitor não deve meramente procurar o texto por prazer e aproveitamento, mas sim, deveria receber os instrumentos para reconstruir e criticar os processos de inferência e discussão que o historiador utilizou” (p. 57). A postura de Gibbon expressava justamente o momento em que os “estudos literários deixavam de ser ‘dominados pela retórica’ e seguiam o encontro com a idéia de que a história deveria mostrar ‘o que realmente aconteceu’” (Bann, p. 55), apartamento mais radical que se processa na primeira metade do século XIX na Alemanha, com Ranke. Ao comparar o trabalho de Pereira da Silva com o do historiador inglês, Capistrano centrava suas críticas na construção da narrativa, o parco embasamento documental e a falta de aprofundamento ao tratar das fontes e interpretá-las. Tratar as fontes, criticá-las, compreendê-las e inseri-las num texto não era algo possível de se fazer da noite para o dia. Novamente aparece em Capistrano a idéia de que um livro de história, digno desse nome, somente poderia ser escrito depois de “muitos estudos, muita reflexão e investigações minuciosas”.

O livro do Conselheiro seria útil apenas para “dar notícias de batalhas, fazer desfilar diante dos olhos do leitor os nomes dos coronéis e majores, pintar o entusiasmo que se apoderou deste ou daquele grupo a ver D. Fuão ou D. Sicrano” (História da Fundação do Império, *O Globo*, 10.03.1877, In. EE 4ª. Série, 1977, p. 39). E completava o autor que este tipo de narrativa pode ser “tudo quando se quiser, menos escrever história”. Estava cada vez mais claro para Capistrano que para se escrever livros de história eram necessárias muito mais do que habilidades estilísticas ou literárias. O trabalho de história teria um custo diferenciado ao daquele do escritor de romance.

A história quando é escrita com precipitação, sem o conhecimento exato dos fatos e de todas as circunstâncias que a eles se prendem, e onde o autor, poeta ou romancista, dá largas à sua imaginação, deixa de ser história, é romance, é poema, deleita, agrada, distrai, mas não instrui, e não adianta idéia alguma, e livros que não adiantam idéias, de pouca utilidade são.

Ou história verdadeira ou romance, tem-se a escolher, mas fazer romance em assuntos sérios, só um espírito superior disso é capaz.

Lamartine quer escrever história, Thackray, o popular escritor inglês fez o mesmo, Castelar, o feroso orador espanhol e Petruccelli della Gattina meteram mãos a obras para igual cometimento, mas só conseguiram fazer romances, poemas, livros de anedotas e, apesar dos seus grandes talentos e ilustração, não passarão à posteridade os seus livros históricos, e só como objeto de curiosidade são procurados os trabalhos daquele gênero, por eles escritos.” (História da Fundação do Império, *O Globo*, 10.03.1877, In. EE 4ª. Série, 1977, p. 38)

Para Capistrano, neste momento, escrever história não tratava-se de evidenciar um dom, como para se escrever poesia, era preciso querer escrever história e para escrevê-la era preciso saber querer. O que implicava um procedimento específico e austero a exemplo de Gibbon

A contemplação das maravilhas artísticas e das solenidades religiosas de Roma, inspirou a Gibbon o desejo de narrar a grandeza e a decadência do grande império; recolheu-se, estudou muito, e do fundo do seu retiro da Suíça, foi atirando ao mundo os volumes de sua obra imortal; não é freqüentando-se as rodas pouco ilustradas, embora ardendo-se em ambição, que se pode chegar a escrever páginas tão admiráveis, como as do solitário de Lausanne, quando descreve a tomada de Constantinopla, ou de Thiers contando a invasão da Espanha.

É preciso saber muita cousa, ter grande solidez de raciocínio, para se poder escrever história, e entre o que se deve saber é indispensável também conhecer-se a história do que se pretende escrever. (História da Fundação do Império, *O Globo*, 10.03.1877, In. EE 4ª. Série, 1977, p. 40)

Um bom livro de História para Capistrano deveria demonstrar “deduções bem tiradas, e a exata apreciação das mil circunstâncias que rodeiam frequentemente os acontecimentos históricos”. Foram essas características que “imortalizaram os livros Gibbon, Macaulay e Mottley”. (História da Fundação do Império, *O Globo*, 10.03.1877, In. EE 4ª. Série, 1977, p. 41). A compreensão teórica e metodológica da produção historiográfica proposta por Capistrano se torna ainda mais clara se aproximarmos estas considerações das que, um ano depois, o autor escreve a respeito de Varnhagen, segundo as quais, para escrever história era preciso um “espírito compreensivo e simpático” que possibilitaria ao historiador tornar-se “contemporâneo e confidente dos homens e acontecimentos”.

O rigor dos estudos e métodos e a flexibilidade de espírito, termos que parecem contraditórios entre si, mas que envolveram o desenvolvimento de uma perspectiva histórica completamente diferente da dos seus antecessores e contemporâneos brasileiros com os quais

lida em sua atividade de crítica. Tratava-se de abordagem e de procedimentos elaborados a partir de teorias que circulavam no século XIX, articuladas de maneira particular por Capistrano de Abreu, resultando em uma forma própria de compreender a história. O universo de referência do autor passava por diversos caminhos, como a simpatia declarada pelo romantismo, principalmente de José de Alencar, ao mesmo tempo em que compartilhava o otimismo cientificista da geração de 1870, deixando clara sua relação com o positivismo comteano, as tentativas de aplicação dos conceitos introduzidos pelas obras de Taine, Buckle e Spencer e ainda por leituras de historiadores que tratavam a documentação histórica como algo distintivo do ofício historiográfico.

Mesmo se aventarmos a possibilidade de nesse período Capistrano ter lido Ranke¹³¹ e assumido a perspectiva historiográfica desse autor que se consolidou na Europa principalmente no final do século XIX, temos outras leituras e contribuições presentes nessa sua fase reflexiva sobre a produção da história que o fazem privilegiar temas ausentes na proposição do historiador alemão, tais como a música e a literatura populares, território, festejos, família, sertão, deslocamentos, cultura material, divergindo da perspectiva acentuada em Ranke da história política. Por outro lado, Capistrano se assemelharia mais, neste aspecto, ao temário romântico, se contrapondo junto com Comte à idéia de que os heróis e homens ilustres é que fariam a história e distinguindo especificidades entre história e literatura, dizendo que a primeira necessitaria do escritor “saber muito cousa e ter grande solidez de raciocínio”. Era preciso estudar muito, conhecer muito para iniciar tal empreendimento. Importante destacar que Capistrano insistia no fato de que mesmo os ilustrados que se lançavam à escrita da história não chegavam a bom termo, mantendo seus escritos no nível do romance, do poema para distração e deleite sem conseguir *instruir* ou *adiantar idéia alguma*. Nesse aspecto fica evidente que Capistrano se movimenta para se aproximar de uma história como ciência e não como literatura, incluindo o peso utilitário da idéia de ciência que está além da característica da história como “mestra da vida”. Mais que instruir precisa *adiantar idéias*, o que pode significar a necessidade de iniciar movimentos, de provocar compreensões novas e não apenas o incentivo da repetição dos atos a partir dos bons exemplos.

Capistrano, como crítico literário, não colocava a história, necessariamente, como superior à literatura, nem é conclusivo no sentido de que não seja possível um escritor de

¹³¹ Não é possível afirmar que este autor tenha sido uma influência importante a Capistrano de Abreu nos seus primeiros escritos. No entanto, entre as suas intenções ao mudar para o Rio de Janeiro estava aprender a ler a língua alemã tendo se dedicado a ela o suficiente para ser tradutor e ter, ao final de sua vida, 80% de sua biblioteca composta por obras de autores daquele país (Gontijo, 2006, p. 222).

romance escrever uma boa história. Devemos observar que no período em que escreve, os romances publicados compreendiam uma boa faceta do novo mercado editorial, com qualidade estética duvidosa servindo, em sua grande maioria, apenas para distração dos leitores, sendo significativa a ressalva de que “fazer romance de assuntos sérios só um espírito superior é capaz”. Ou seja, a história não se apresentava a ele apenas como a escrita sobre o passado, ela era o resultado de uma reflexão séria e sistemática que não se realizaria a não ser com vagar e mantendo a imaginação sob rédeas curtas.

Trabalho só possível de ser realizado “com vagar e à custa de longas investigações, que se poderiam chamar enfadonhas si não fora o amor da sciencia, e o interesse sempre crescente que saem despertas as dificuldades” (Galvão, 1875, p. A-D 1, 9). Essa fala de Ramiz Galvão sobre a especificidade das atividades na biblioteca reflete boa parte da atitude necessária ao trabalho do historiador, conforme compreendia Capistrano antes mesmo de sua entrada na BN. Lá ele pôde desenvolver de perto o que antes via apenas de fora e iniciava o processo de consolidação de um novo tipo de erudito, tal qual o *Dicionário Enciclopédico* descreveu, como forma de transmutação, do erudito, para o douto do douto para o sábio.

CAPÍTULO III

EXPOSIÇÃO, CATÁLOGO E ESCRITA DA HISTÓRIA

Após abordar no capítulo anterior as duas lógicas institucionais de trato com a documentação histórica sobre o país, uma representada pelo IHGB e outra pela BN, neste capítulo proponho a interação entre alguns temas: divulgação científica e documental, a constituição do território político, econômico e simbólico do Brasil e a preocupação historiográfica moderna de Capistrano de Abreu. Eles podem ser interligados pela maneira como conferem inteligibilidade aos vestígios de tempos precedentes, para configuração da produção historiográfica do país.

3.1. Publicação de Documentos

A publicação de documentos históricos foi intensa em meio ao processo de significação do espaço físico territorial da colônia portuguesa enquanto brasileiro. Aos poucos, o que podíamos chamar de “mundo natural” no continente foi adquirindo seus contornos sob o domínio português, sendo explorado e simbolizado de diferentes maneiras

durante a consolidação de suas fronteiras. Tanto a prática editorial quanto seus usos políticos foram fundamentais para a constituição de um território nacionalizado e contribuíram para o estabelecimento de novas exigências diante de um novo regime para a escrita da história.

Ainda hoje história e natureza possuem uma relação intrincada. Costuma-se datar no final do século XVIII o afastamento conceitual entre essas duas dimensões, junto à consolidação de uma nova temporalidade a partir do surgimento da Filosofia da História¹³². Essas alterações têm relação com o estabelecimento da ciência moderna e com transformações políticas, sociais, culturais (a exemplo da Revolução Francesa) que redefiniram a forma de os homens se relacionarem com a natureza e com o pensamento científico, reordenando hierarquicamente o papel do homem na sua relação com “mundo natural”.

Podemos observar melhor como essas alterações apareceram nos escritos sobre a natureza “brasílica” num período em que a produção de conhecimento moldava-se às características da História Natural. Conhecimento que deveria englobar a totalidade dos fatos e fenômenos tanto humanos como naturais. A preocupação imperante voltava-se para o conhecimento do espaço, sua configuração e especificidades, incluindo seu povoamento compreendido entre os reinos vegetal, animal e mineral. Durante todo o século XVII e XVIII apresentava-se na produção de conhecimento um espaço sem tempo, local e ao mesmo tempo englobante, sendo que as características específicas deveriam ser explicadas por uma teoria geral do funcionamento do mundo, dentro de uma perspectiva ocidental.

Os documentos produzidos sob essa perspectiva, a partir do momento em que são

¹³² Para Hannah Arendt em seu livro *Entre o passado e o futuro*, a nova concepção de história teria surgido com o processo de secularização, ou seja, com a separação entre religião e política. Referindo-se ao Ocidente, a autora considera: “Nossa concepção de história, embora essencialmente uma concepção da era moderna, deve sua existência ao período de transição em que a confiança religiosa na vida imortal perdera sua influência sobre o secular e em que a nova indiferença face à questão da imortalidade ainda não nascera”. O ato de imortalizar tornava-se uma atividade de homens mortais que somente fazia sentido se não houvesse garantia de vida após a morte. A maior evidência dessa forma de compreender a história é o próprio calendário: “a história, prolongando-se na dúplice infinitude do passado e do futuro, pode assegurar imortalidade sobre a terra de maneira muito semelhante àquela em que a *polis* grega ou a república romana haviam garantido que a vida e os feitos humanos, na medida em que desvelassem algo de essencial e grande, recebiam uma permanência estritamente humana e terrena nesse mundo. A grande vantagem desse conceito foi o estabelecimento, pela dúplice infinitude do processo histórico, de um espaço-tempo em que a noção mesma de um fim é virtualmente inconcebível, ao passo que sua grande desvantagem, em comparação com a teoria política da Antiguidade, parece ser o fato de a permanência ser confiada a um processo fluido, em oposição a uma estrutura estável.” Esse processo de imortalização ultrapassaria a esfera das cidades, estados e nações e abrangeria toda a humanidade, cujo o exemplo mais notório é a Filosofia da História de Hegel. Segundo Arendt “com isso, a humanidade cessa de ser apenas uma espécie da natureza, e o que distingue o homem dos animais não é mais meramente o fato de falar (*lógon ékhon*), como na definição aristotélica, ou de possuir razão, como na definição medieval (*animal rationale*): agora é sua própria vida que o distingue, a única coisa que, na definição tradicional, supunha-se que partilhasse com os animais.” (p. 109-110)

transformados em fontes pelo historiador ou são vistos pelo olhar da história com seus processos de temporalização e seus sentidos contextuais modernos, adquirem temporalidade e ordenação a partir de dois centros orientadores: a ciência e a nação. A necessidade de um tempo cronológico e de memória como pré-requisitos à produção de nacionalidade conferiram, através de uma operação intelectualizada, usos diferenciados para aquela documentação em princípio produzida para fins econômicos e administrativos. A história, como a entendemos hoje, teve na constituição das nacionalidades muitos dos seus principais fundamentos no século XIX, assim como a nacionalidade necessitava de um território físico definido para produzir o sentimento coletivo de unidade. Nessa articulação entre história e natureza acontece o processo de individualização do país: circunscrevendo e destrinchando seu conteúdo formativo e performativo.

Esse movimento que estou chamando de “transfiguração” de um espaço físico onde se sobressaem suas características naturais, para um espaço nacional, no qual se evidencia uma apropriação simbólica, é bastante significativo para a percepção da constituição da história enquanto disciplina e enredo. Isso foi possível quando documentos tornaram-se fontes documentais e começaram a ser entremeados numa trama temporal que pretendeu se apresentar como uma narrativa integradora, costurando as partes para formar um todo inteligível na escrita de uma História do Brasil - procedimento buscado por Capistrano de Abreu.

Ao analisar as publicações de documentos históricos de descrições geográficas no século XIX é possível identificar essas transformações. Os escritos relativos às memórias, corografias, relatórios, roteiros, diários e itinerários de viagens, notícias de capitanias e províncias, questões de limites, fronteiras, cartografia, hidrografia e exploração de rios foram publicados e republicados em, pelo menos, três momentos diferenciados. O primeiro momento diz respeito aos textos impressos no século XVIII e início do século XIX viabilizados por projetos editoriais em veículos tais como: Projeto Veloso através da Casa Literária do Arco do Cego (1798-1802)¹³³, jornal “O Patriota” (1813-1814) e Imprensa Régia. O segundo momento é, principalmente, de republicações dos mesmos textos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* assim como publicação de documentos inéditos,

¹³³ “A tipografia do Arco do Cego seria fundada em 1798 com a finalidade de divulgar conhecimentos de ciências naturais e de agricultura uma vez que Razão, Natureza e Prática deveriam compor forças para o bem da sociedade. Daí a publicação de uma série de traduções e tratados sobre a casa de açúcar, o algodão, as bebidas “alimentosas” as especiarias da Índia e as novas técnicas agrárias, que formam os onze volumes do *Fazendeiro do Brasil* os quais eram sistematicamente enviados por D. Rodrigo a fim de serem distribuídos entre os lavradores dos confins do sertão da colônia” (Dias, 1968, p. 120).

localizados por Varnhagen e remetidos à instituição. Num terceiro momento, aparecem nos escritos da história do Brasil com características disciplinares que se consolidavam no final do século XIX.

Os principais tipos de publicações, naquele primeiro momento, eram as memórias e estavam mais voltadas à publicização sistematizada do conhecimento da natureza, sua descrição com base nos preceitos da História Natural¹³⁴, relatos sobre experiências práticas e de adaptação de culturas exógenas e os “manuais” ou orientações técnicas para o aperfeiçoamento, inovação e aproveitamento da natureza encontrada em território da colônia portuguesa¹³⁵.

O pragmatismo daqueles brasileiros encontrava solo fértil para seu desenvolvimento junto ao ministro do Ultramar do Estado Português na última década do século XVIII, d. Rodrigo de Souza Coutinho¹³⁶, tornando possível “articular os interesses metropolitanos com os das elites coloniais, incorporando membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico” (Wegner, 2004: 132). A influência de uma política de Estado incentivando o escrutinamento da natureza da colônia pode ser visualizada no patrocínio dessas publicações e sua divulgação pela Coroa, sobretudo a partir de 1770¹³⁷. Tal iniciativa estava diretamente relacionada aos interesses portugueses em fomentar a produção de matérias-primas para a indústria portuguesa, promover a agricultura para compensar oscilações nos rendimentos do “quinto”, a baixa do preço e a concorrência estrangeira do açúcar, bem como na possibilidade de aproveitar comercialmente a instabilidade da conjuntura internacional devido a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas (Dias, 1968, p. 112).

Projetos editoriais e finalidades político-administrativas estavam articulados e, entre

¹³⁴ Dias (1968, p. 113) assinala que “os pedidos de estudo de exemplares da flora brasileira e de se levantarem produtos interessantes e comerciáveis, até então ignorados ou inexplorados, que Pombal dirigiu aos governadores e capitães-generais das principais capitanias foi o estímulo inicial para as ciências naturais do Brasil”.

¹³⁵ A exemplo, no primeiro caso, das obras: *Memória sobre a pesca da baleia e Extractos do seu Azeite: com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*” de José Bonifácio De Andrada e Silva (1790); *Quinographia portugueza: ou Collecção de Várias Memórias sobre vinte e duas espécies de quina, tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil, copiada de vários autores modernos* (1799) e *Colecção de Memórias sobre a quassia amarga e a simaruba (com estampas) etc.*

¹³⁶ “Em 1796, D. Rodrigo de Souza Coutinho, absolutista ilustrado, incansável homem de projetos e reformas, torna-se ministro de D. Maria I e toda uma equipe de bacharéis e cientistas brasileiros passa a se agitar em torno dele, em função de uma política de renovação da agricultura e da introdução de novas técnicas rurais” (Dias, 1968, p. 117).

¹³⁷ “Ao mesmo tempo em que ativava os lavradores mais dinâmicos e ávidos de lucro com promessas de ganho, a Coroa procurou desenvolver na colônia o estudo “das ciências naturais, da física, da química e da agricultura, da Medicina Cirúrgica e Farmácia, aprovando a fundação da Academia Científica do Rio (1772-1779). (...) Dissolvida em 1779, foi de certa forma re-encarnada na Sociedade Literária (1786-1794), criada pelo Marquês do Lavradio” (Dias, 1968, p. 115).

1799 e 1801 a Casa Literária do Arco do Cego, sob direção do frade José Mariano da Conceição Veloso, publicou 80 obras para serem divulgadas nas colônias portuguesas (Wegner, 2004). De forma semelhante à publicação de memórias, estas obras possuíam destinação e objetivos bastante imediatos: servir ao aprimoramento técnico da produção agrícola da colônia, à introdução de novas espécies e gêneros alimentícios e um maior incremento nos artifícios da fabricação. Além das publicações que refletiam a produção de conhecimento sobre a natureza do continente, foram criados o Real Horto Botânico (1808), Museu da Corte (1818) e a Academia Real Militar (1810) para tratar da produção e divulgação desses conhecimentos.

A atitude pragmática para com a natureza, voltada ao uso imediato dos recursos, meios e técnicas, principalmente no que se refere à agricultura e à medicina com intenção tanto de melhorar as alternativas comerciais da metrópole quanto de inserir o Império português junto à Europa das Luzes, evidenciava a especificidade dos cientistas brasileiros dos fins do séc. XVIII e início do XIX, envolvidos com as perspectivas de Voltaire, numa relação mais utilitária entre intelectuais e sociedade, do que, propriamente, com o anti-intelectualismo de Rousseau (Dias, 1968, p. 106).

Conhecer a natureza a partir das viagens filosóficas, descrições, memórias para a utilidade do Império luso-brasileiro também deve ter contribuído para o envolvimento de estudiosos que passavam a se auto-identificar como brasileiros, filhos da terra. Isso se deve ao caráter assinalado por Candido (2000, p. 94) de que todos esses investigadores portavam uma noção civil da atividade científica, visando o benefício da sociedade e possuíam vínculos com outras instituições, atividades profissionais e políticas. Embora, como ressaltou Dias (1968), eles não necessariamente desenvolvessem, nesse período, um sentimento de aversão à metrópole, alguns líderes importantes da Independência e do Primeiro Reinado, como o naturalista José Bonifácio, os matemáticos Vilela Barbosa e Ribeiro de Resende faziam parte daquela elite ilustrada que se sentia cada vez mais brasileira (Cândido, 2000, p. 95).

Além desses trabalhos, havia a preocupação com o conhecimento da natureza que dizia respeito ao domínio político-administrativo do território e implicava o desenvolvimento de outras habilidades científicas: os estudos geográficos e os levantamentos estatísticos, iniciados no reinado de D. José I e continuados no seguinte por D. Rodrigo. Diferentemente dos anteriores, esses trabalhos não eram muito divulgados, pois havia uma política de sigilo e eles formaram a coleção geo-hidro-topográfica da Sociedade Real Marítima e Geográfica,

fundada em 1798 (Dias, 1968, p. 128)¹³⁸.

Alguns somente foram publicados a partir de 1808 no “Correio Braziliense”, no Jornal “O Patriota” (1813-1814), em periódicos como *Nictheroy*, *O Guanabara*, *Minerva Brasiliense*, e pela Imprensa Régia (Dias, 1968; Schiavinatto, 2005). Mas a maioria encontrou seu principal veículo de divulgação na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a partir de sua criação em 1839. Podemos pensar a partir desse indicativo um deslocamento tanto nos objetivos de divulgação desses trabalhos quanto numa primeira separação entre o que seriam as ciências naturais divulgadas até então e as ciências naturais utilizadas pela história, preocupada com a elaboração de uma história nacional. O interesse “histórico” de divulgação desses trabalhos havia sido anunciado pelo redator de *O Patriota*,

Não querendo perder notícia alguma deste vastíssimo continente, aproveitamos de qualquer obra que chega à nossa mão, qualquer conhecimento que possa um dia servir à história interessantíssima dêste Novo Mundo”. (O Patriota n. 2 março-abril de 1814, p. 25 apud Dias, 1968, p. 130).

As informações veiculadas do “vastíssimo continente” visavam utilidade futura. Note-se que não se tratava de preocupação com a história do Brasil, e sim com a história de uma porção de terras de amplas dimensões que faziam parte do “novo mundo”. Desejando integrar-lhe ao “velho mundo”, precisava ter sua história anotada. Como bem apontou Dias (1968, p. 131; Kury, 2009), é possível visualizar uma agenda de pesquisa relativa ao interesse na reunião e divulgação desses documentos e o processo de formação da nacionalidade

(...) a difusão dessas obras do século XVIII, assim como das que se devem aos brasileiros que foram desvendando o território nacional ao mesmo tempo que os viajantes estrangeiros, reflete por um lado, - o valor informativo – os conhecimentos de que dispunham os homens do período da independência para manejar a realidade de sua terra, e por outro, mereceria ser analisada como parte integrante do processo de formação de uma consciência nacional.

É na articulação entre diferentes interesses: promoção e divulgação do conhecimento sobre a natureza local, expressos nos estudos geográficos detalhados e particularizados, que

¹³⁸ “Este acervo foi transportado para o Brasil, quando da invasão francesa e, um mês após a chegada da família real, fundou-se o arquivo central para abrigá-lo, assim como, um corpo de engenheiros gravadores para continuar os trabalhos. Tratava-se, em sua maior parte, da obra de brasileiros, bacharéis em matemática, iniciadas com os levantamentos previstos pelos tratados de limites de 1755 e 1777, do qual participaram intensamente. Acumularam êsses bacharéis dos fins do século XVIII uma literatura de viagens curiosamente integrada no espírito que se desenvolvia pela mesma época no resto do mundo e que tamanha influência exercia sobre a literatura romântica em geral” (Dias, 1968, p. 128).

aos poucos vinha se constituindo certa unicidade em torno do território (Dias, 1968, Schiavinatto, 2003, Kodama, 2005). Por parte do IHGB o interesse já não era a historicidade do “vastíssimo continente”, mas a do Brasil pós-Independência, forjada, como assinalou Magnoli (1997, p. 94),

(...) pela manobra continuísta, destinada a conservar a dinastia pela transferência geográfica da sede do Império. Como consequência, a produção da identidade nacional operou através da assimilação do passado colonial: o Brasil independente é a reafirmação do Brasil português. Ou, o que dá na mesma, o Brasil português “prefigura” o Brasil Independente.

O IHGB operava de duas maneiras principais o projeto continuísta e a configuração da nacionalidade. Por um lado apresentava em sua Revista¹³⁹ uma coleção de textos descritivos da natureza brasileira, transformados em documento/monumento, para disseminação de uma memória histórica do espaço territorializado enquanto brasileiro e na promoção e estímulo de viagens para conhecimento *in loco* de áreas pouco ou nada conhecidas. Na difusão desses escritos, o IHGB vislumbrava a configuração da unidade do país em consonância com a política imperial.

Pesquisas importantes trataram desse nexos entre descrição da natureza, divulgação de documentos e vínculos com o Estado Imperial por parte do IHGB. Demétrio Magnoli, por exemplo, estuda o papel do mito da Ilha Brasil na sustentação da idéia de continuidade entre o Brasil enquanto colônia portuguesa e o Brasil Independente, uma vez que o mito remetia a um espaço anterior às navegações e configurado pela própria natureza.

Os mitos fundadores falam de um Brasil anterior às navegações, consubstanciado na tradição indígena e, no fim das contas, entalhado na própria Natureza. Aí encontra a verdadeira legitimidade: antes da história (Magnoli, 1997, p. 94).

Esse território “natural” teve no IHGB um de seus importantes divulgadores¹⁴⁰. A

¹³⁹ A Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve seu primeiro número publicado em 1839, um ano após a fundação da entidade. No entanto, ela não manteve a periodicidade desejada. Até 1862 as publicações eram anuais, até 1942 bianuais e somente a partir de 1943 a revista tornou-se trimestral.

¹⁴⁰ A idéia de unidade territorial foi construída no século XIX como demonstrou Peixoto em sua tese de doutorado *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e cartografias do século XIX*, pesquisando sobre as resignificações do espaço tornado brasileiro. O autor ressaltou a supervalorização no período, da cartografia portuguesa, decadente desde o século XVI. Segundo ele “as avaliações que exageram o papel da cartografia da América portuguesa no setecentos foram ainda influenciadas

influência da produção de ilustrados luso-brasileiros do final do século XVIII ressoava, de forma re-significada nas páginas da Revista. Como assinalado por outros pesquisadores, história, geografia, etnografia, arqueologia, geologia faziam parte dos escritos veiculados pelo IHGB, não só porque à época essas áreas não estavam definidas e diferenciadas como campos de conhecimento autônomos, mas também, porque o IHGB pretendia “ordenar e fundar uma história válida e totalizante para o país, ao *colligir e methodizar os documentos* e ao definir o modo de escrevê-la” (Schiavinatto 2003, p. 628). Mesmo em partes, alocadas lado a lado, nas seqüências das páginas e volumes das publicações, tinha-se a idéia de que aquela coleção de informações refletiria um conjunto, legitimado pelo conhecimento histórico, que era a totalidade Brasil. Tanto a Revista quanto os encontros promovidos entre seus membros evidenciavam o debate em torno da constituição do território. Peixoto (2005, p. 122) denominou o IHGB como o *teatro da narrativa*, justamente pelo fato de que a elite que o integrava estar diretamente vinculada às estratégias de centralização do governo Imperial e de sua construção simbólica, voltada para consolidação de uma unidade territorial e política. Desta forma,

(...) a publicação das corografias textuais do século XVIII não era apenas parte das atividades do Instituto mas também uma fonte de consolidação da sua autoridade e um elemento articulador do debate, uma vez que influenciavam discussões que por sua vez influenciavam outras publicações numa continuidade guiada pela referência originária. (Peixoto, 2005, p. 123)

Além da idéia de uma configuração “natural” do território brasileiro, o IHGB esteve preocupado com o estabelecimento de um mito fundador que legitimasse a antiguidade da ocupação humana com vínculos remotos com a Europa. Nesse sentido, eram publicadas corografias¹⁴¹ - um dos principais tipos de textos divulgados, que contemplavam suas expectativas, pois dava destaque aos vestígios de povoamento (Peixoto, 2005, p. 126-127). Importante ressaltar que esta narrativa sobre o espaço possuía fortes vínculos com os métodos das ciências naturais, na medida em que “separava, descrevia, mensurava e ordenava” inscrições e elementos naturais e humanos observados no território (Peixoto, 2005, p. 111).

tanto por uma narrativa heróica da localização geográfica dos limites que foi promovida corporativamente pelo Exército e Marinha nos séculos XIX e XX, quanto por uma narrativa das fronteiras e da história pátria que já estaria esboçada desde o Programa Histórico do IHGB em 1839, mas que seria modificada a partir de 1849, quando a ascensão de Paulino José Soares de Souza à Secretaria dos Negócios Estrangeiros entronizaria o *uti possidetis* como um dos móveis da diplomacia brasileira.” (2005, p. 88)

¹⁴¹ Segundo Peixoto (2005, p. 109-110), a partir do século XVI a corografia adquiriu status científico, tornando-se “um instrumento prático e útil, para, por exemplo, resolver disputas de território, vendas de propriedades, operações militares, planejamentos estatais e o incremento comercial.

A convivência pacífica entre as áreas hoje consideradas parte das ciências humanas e a história natural¹⁴², subdividida em ciências da terra, da vida e exatas, à época era a própria forma de produzir conhecimento. Não era de se espantar, por exemplo, o fato de o Museu Nacional, por meio de Manuel Ferreira Lagos, secretário do IHGB e, desde 1854, adjunto da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional, ter proposto ao Instituto, na reunião de 30 de maio de 1856, a criação da “Comissão Científica de Exploração” das províncias mais desconhecidas do país (Lopes, 1997, p. 136)¹⁴³. A necessidade de realização de uma expedição científica inteiramente brasileira permeava as discussões do IHGB desde, pelo menos 1843, diante do descontentamento das visões sobre o Brasil, difundidas por pesquisadores estrangeiros (Figueirôa 1997, p. 176; Kury, 2009). Em 1856, com a proposição do Instituto, o Imperador decidiu financiar o empreendimento. A expedição teve início em 1859, pela província do Ceará, percorrendo parte do Maranhão e da região Amazônica (Figueirôa 1997, p, 179). Houve muitas controvérsias a respeito da Comissão, que ficou conhecida como “Comissão das Borboletas”. Imaginava-se que a expedição encontraria algum tipo de riqueza natural que pudesse ser aproveitada para economia do país. Ao contrário, a expedição, segundo Lopes (1997, p. 141), aportou com importantes coleções dos reinos vegetal, animal e mineral, com valor científico, mas sem poder contentar às ambições do Império que havia financiado a iniciativa. Em texto publicado em 2009 intitulado “Explorar o Brasil: o Império, as Ciências e a Nação” Lorelai Kury destacou que a maior

¹⁴² A História Natural no Brasil da segunda metade do XIX imprimia seus primeiros movimentos de independência com relação aos pesquisadores estrangeiros. Em julho de 1850 no Museu Nacional foi criada a Sociedade Velosiana de Ciências Naturais, presidida por Freire Alemão. Segundo Lopes (1997, p. 129), “seu rigor científico e visão sobre a situação das Ciências Naturais no país limitava a princípio a quinze o número de sócios efetivos da Sociedade Velosiana, que só poderiam ser ‘pessoas que se ocupam do estudo da História Natural e que já tenham publicado ou feito trabalhos originais e importantes em qualquer de seus ramos, a saber: Zoologia, Botânica e Mineralogia’. A Sociedade funcionava nas dependências do Museu Nacional e os artigos dos membros eram publicados no periódico *Guanabara*. Lopes (idem, p. 132) destacou um dos programas estabelecidos pela Sociedade, com a finalidade de “sistematizar a história da natureza do país e de suas próprias contribuições científicas para ela”. O programa foi estabelecido e dividido em seções entre os integrantes: uma responsável pela elaboração de “um catálogo cronológico de todos os autores nacionais e estrangeiros que direta ou indiretamente escreveram sobre História Natural do Brasil, avaliando criticamente suas obras; a segunda “(...) para escrever a história das tentativas feitas no Brasil para a criação de estabelecimentos científicos de História Natural – associações, coleções, hortos, museus; a terceira (...) para escrever a biografia dos naturalistas brasileiros; e a quarta (...) para averiguar quais foram as plantas e animais introduzidos no Brasil depois do seu descobrimento.” A Sociedade, por desavenças internas e falta de verbas não se manteve, tendo tido inclusive uma proposta para sua integração ao IHGB, que não se concluiu (idem, p. 134). No entanto, as Ciências Físicas e Naturais permaneceram com considerável espaço no Instituto Histórico.

¹⁴³ Para Lopes, Manuel Ferreira Lagos contrapunha-se “aos trabalhos de alguns viajantes estrangeiros como o do Conde de Castelnau, por sua falta de rigor, argumentava em favor da necessidade urgente de uma expedição de nacionais, afirmando que a exploração do interior desconhecido do país forneceria não só informações sobre climatologia, topografia, cursos dos rios, minerais, plantas, animais, costumes, língua e tradições dos indígenas, o que permitiria ao governo melhor conhecer as urgências e potencialidades do interior, como também à aquisição de preciosas coleções dos reinos orgânico e inorgânico para nosso Museu”. (Lopes, 1997, p. 136)

contribuição do empreendimento teria sido “no sentido do delineamento de estratégias de construção de uma ciência nacional, vinculadas à criação de identidades regionais” baseada em três eixos principais: “a crítica do estrangeiro e a exaltação da inteligência nacional; a valorização do mundo natural e humano do Brasil (com exceção dos afro-brasileiros); a criação de identidades regionais folclorizadas” (Kury, 2009, p. 40). Nesse sentido, a Comissão esteve perfeitamente voltada ao programa do IHGB.

A maioria das coleções ficou com o Museu Nacional. Ao IHGB coube quase todo o material indígena da Amazônia (Lopes, 1997, p. 141). Ainda hoje consta como acervo originário do Museu do Instituto os artefatos, evidências ósseas, minerais e animais advindos, principalmente, de expedições científicas. O anúncio da formação do Museu aconteceu em 1839, e em 1851, ele se tornou uma seção do Instituto. A indistinção entre as áreas permanecia nas práticas institucionais do IHGB, junto à tentativa de reunir “reliquias” que dissessem respeito ao país em sua dimensão faunística, animal, mineral além da etnográfica. Parecia uma forma de constituir uma miniatura representativa na corte do que constituiria o país em sua ampla dimensão territorial.

Importante ressaltar que as iniciativas de exploração do território, que partiam de instituições vinculadas ao governo imperial, mesmo com o empenho e engajamento de pessoas que acreditavam na ciência e procuravam desenvolvê-la, possuíam um caráter bastante utilitário. A própria iniciativa da Comissão de Exploração mesclava os dois objetivos: arregimentar elementos que contribuíssem para alavancar a economia brasileira e numa mesma ação reunir informações sobre a população e os vestígios de sua origem, principalmente da população indígena mediante a sua importância elevada durante o período romântico de construção da nacionalidade brasileira, por meio da literatura.

Kaori Kodama, no livro *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, sintetiza o início desse movimento com o cônego Januário da Cunha Barbosa e o seu *Parnaso Brasileiro*, publicado em 1830, levando adiante o mote oferecido pelos estrangeiros Ferdinand Denis e Almeida Garret sobre a necessidade de autonomização da literatura brasileira frente à portuguesa¹⁴⁴ (Kodama, 2005, p. 18-26). Para a

¹⁴⁴ “Um deles seria o *Resumo da História da Literatura do Brasil*, do célebre Ferdinand Denis, literato francês que viajara pelo Brasil durante os anos de 1816 a 1819. Ali, o autor discutia a necessidade da autonomia da literatura brasileira como processo que deveria seguir de par a par com a autonomia política do país, lançando mão da frase que seria ainda por muitas vezes repetida, ao dizer que “a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo. Outro seria o *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, de Almeida Garrett, em que o autor escreveria quase que em tom de reprovação que, embora ‘as majestosas e novas cenas da natureza’ brasileiras já devessem ter “dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões

autora a geração seguinte teria ouvido os apelos do cônego no sentido de concretizar as idéias esboçadas. Domingos José Gonçalves Magalhães, Manuel Araújo Porto Alegre e Francisco Torres Homem, à frente da *Revista Nictheroy*, faziam parte de uma geração que buscava “firmar o terreno da produção das letras nacionais ao mesmo tempo em que procurava defini-las” (idem p. 20). Enquanto elemento novo incorporado ao processo de particularização da nação brasileira pela literatura, como apontado por Candido e citado pela autora, foi que o indígena se tornava “elemento básico da sensibilidade patriótica” (Kodama, 2005, p. 22). O indígena seria remetido à origem da particularidade brasileira constitutiva da nacionalidade, sendo fundamental arregimentar os vestígios dessa população pelo território para que fizessem parte de coleções relativas às “antiguidades brasileiras”.

Por esse caminho Kodama (2005) procurou compreender como a construção de uma origem mítica da nação por meio do elemento indígena o levaria a penetrar no conhecimento histórico desenvolvido pelo IHGB. Desta forma, podemos falar em dois objetivos claramente traçados para a realização das viagens científicas mobilizadas pelo Instituto e a constituição do seu acervo que resultava ainda bastante parecido com as coleções de História Natural.

Segundo Manuel Salgado (2008, p. 62), o interesse por “antiguidades nacionais” no início do século XIX não estava separado de um conjunto mais vasto de vestígios do passado como as coleções de obras de arte e, poderíamos incluir, moedas, heráldica, medalhas. Para o autor, o que começava a aparecer era uma reinvenção de tradições. A pesquisa antiquária antes generalista, voltada ao conhecimento clássico e universal, foi entendida no século XIX como diletante, desordenada e sem serventia para o presente. Fator que não excluía o interesse pelos vestígios das sociedades humanas naquele século que elaborava a crítica à tradição antiquária, mas que transformava aquele universo numa questão de Estado, com finalidades de apropriação e ordenação dessas materialidades para configuração de um passado nacional. Como vimos acompanhando no capítulo anterior, essas transformações com relação aos vestígios do passado seguem se transformando e estabelecendo algumas diferenciações, como por exemplo, a idéia de vestígios que facilitariam uma experiência tátil, visual, sensitiva de “acesso” ao passado, como os objetos tridimensionais e iconográficos, estabelecendo uma fruição diferenciada em relação aos documentos escritos. Essas transformações estimulariam o desenvolvimento de procedimentos técnicos específicos para cada qual desses tipos diferenciados de coleção e acesso, visando contemplar tanto a face racional da compreensão

e estilo, do que neles aparece”, no entanto, a educação européia havia-lhes apagado o ‘espírito nacional’”. (Kodama, 2005, p. 20)

do passado quanto o acesso sensível aos objetos como elementos de um tempo ausente¹⁴⁵. Mudanças que sinalizavam a distinção subsequente entre áreas e seus interesses com relação ao passado e também a distinção entre os acervos.

Duas formas importantes de publicização da materialidade do passado ausente foram as exposições e as publicações dos documentos históricos que eram organizadas naquele final do século XIX. No caso de documentos escritos sobre o Brasil, como vimos, vinham de um processo de publicação e divulgação desde o final do século XVIII. Contudo, a edição e reedição de obras com prefácios e comentários de editores que autorizavam e conferiam legitimidade às publicações apareceram com mais frequência somente neste período. Mesmo com os altos custos decorrentes da impressão que dificultavam a melhor difusão de obras e informações sobre o país, os documentos eram veiculados principalmente na Revista do IHGB, em jornais e nos *Annaes* da Biblioteca Nacional.

No caso da Biblioteca Nacional, depois de sua reestruturação física e epistemológica, tratada no tópico anterior, sua equipe se propôs a dar visibilidade aos vestígios do passado do país “escavados” no seu acervo. Fizeram isso de duas maneiras principais: uma por meio da publicação dos *Annaes* da Biblioteca Nacional, iniciada em 1876, e a outra por meio da montagem da “*Exposição de História e Geografia do Brasil*”, concebida em 1880 e efetivada em 1881. Com o objetivo de dar visibilidade às formas de utilização dos documentos históricos sobre o país, tratarei dos *Annaes* e do desenvolvimento da Exposição e seu Catálogo,.

Na apresentação do primeiro volume dos *Annaes*, publicado em 1876, Ramiz Galvão assim se expressa:

Trabalho sem precedentes no país, e dedicado à publicação de nossas riquezas litterarias, que até agora viveram sepultadas no esquecimento e ignoradas, já se não diz do mundo d’além mar, mas ainda dos próprios nacionaes, - é de crer-se que este commetimento encontre a animação e a benevolência, a que tem direito pelo seu objeto e pela sua intenção. Validamente auxiliado pelos dignos chefes de secção e mais empregados da Biblioteca, desejo inserir nesta publicação os nossos inéditos mais preciosos, noticia assim dos livros raros e altamente estimáveis que povoam as nossas estantes, como das peças mais curiosas que compõem nosso gabinete de estampas, trabalhos bibliográficos sôbre os mais celebres escriptores e amadores nacionaes, - enfim tudo que interesse não só a bibliographia brasileira que até hoje ainda não teve senão raros cultores e registros

¹⁴⁵ A discussão sobre as continuidades e discontinuidades de uma tradição antiquária como forma de compreender o passado e as transformações ocorridas ao longo do século XIX são tratadas por Manoel Salgado num artigo de 2008, abordando especificamente a Sociedade dos Antiquários do Norte, da Dinamarca, e sua relação com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

incompletos.

Dest'art entendo fazer dos Annaes um livro apreciado do bibliophilo e do litterato, do amator e do sábio. Oxalá corresponda a execução ao plano, e a nenhum de nós falleça aquelle zelo pela cousa publica que é o movel dos commettimentos úteis, e a constancia que exigem trabalhos dessa ordem, por sua natureza diffíceis, e sumamente penosos. (Franklin Benjamin Ramiz Galvão. *Annaes* da Biblioteca Nacional, vol. I, 1876-1877, p. VII-VIII)

Os *Annaes*, desde então, foi utilizado principalmente para publicação dos documentos históricos existentes na Biblioteca e de catálogos do acervo elaborados pelas suas seções, cumprindo, desta forma, uma função pública determinada por lei¹⁴⁶ e compatível com as ansiedades dos seus funcionários após a inserção no mundo dos bibliófilos. Importante notar o destaque dado por Ramiz Galvão à “cousa pública”, denotando que as atividades de preservação e divulgação de documentos históricos eram assumidas por ele e sua equipe enquanto obrigação oficial do Estado para com o seu povo. Muito embora a apresentação dos *Annaes* ainda evidencie a divulgação e a acessibilidade aos documentos do acervo dentro de uma concepção antiquaria, considerá-lo como público, implicou conferir um estatuto mais amplo ao acervo da Biblioteca. A ênfase na publicação dos “*inéditos mais preciosos*”, das notícias dos “*livros raros e altamente estimáveis*”, “*das peças mais curiosas que compõem o gabinete de estampas*”, mesmo demonstrando certo veio antiquário, marca a especificidade do ofício numa instituição como a Biblioteca Nacional e incorporava a dimensão do Estado e do serviço à constituição da nacionalidade. É no momento de reestruturação das atividades, em 1876, por exemplo, que a Biblioteca assume o Nacional em sua denominação.

Os *Annaes* dirigiam-se a um público bastante diversificado, como demonstrava a aspiração do diretor: o bibliophilo, o literato, o amator e o sábio. Com textos voltados principalmente aos nacionais antes dos estrangeiros, tinha como grande destaque o trabalho dos funcionários da Biblioteca. De natureza árdua e penosa, mas realizado com o espírito coletivo, tornava possível a visibilidade das riquezas até há pouco “soterradas” nas instalações da BN.

A apresentação dos *Annaes* feita por Ramiz Galvão deixava transparecer uma consciência plena de que aquela tarefa assumida por ele e sua equipe era fundamental ao país. Poderíamos nos perguntar: de onde viria tanta certeza quanto ao sentido daquele trabalho para

¹⁴⁶ O embasamento na legislação era um fator importante a ser ressaltado no momento de publicação do *Annaes*, tanto foi assim que numa das primeiras páginas do periódico constava o artigo 4º, parágrafo 10, do Regulamento da Biblioteca Nacional, instituído pelo Decreto n. 6141, de 4 de março de 1876. Tratava sobre a função do diretor, cujo texto dizia: “Dirigir a publicação dos *Annaes da Biblioteca Nacional*, revista periódica onde deverão ser publicados os manuscritos interessantes da Biblioteca Nacional, e trabalhos bibliográficos de merecimento, compostos pelos empregados da repartição, ou indivíduos estranhos a ela”. (*Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 01, 1876)

a sociedade da época? Até então, como vimos, o acervo da Biblioteca Nacional não passava de um “tesouro desconhecido e ignorado”, nas palavras do diretor. Que transformações teriam ocorrido para que tanto a instituição quanto o seu acervo tivessem adquirido outro estatuto no Império do Brasil e por que somente naqueles anos a Biblioteca teria conseguido uma equipe condizente com as necessidades que emergiam com relação aos sentidos do passado para o país? De onde vinha essa necessidade não de documentos, pois, como vimos, ela já se fazia anteriormente, mas de cuidado com os mesmos no interior da instituição, assim como a premência por conferir-lhes visibilidade? No que essa atitude se diferenciava do IHGB que também se propunha a divulgar documentos em sua Revista?

O trabalho realizado pela Biblioteca nesse momento era também de ordenação desse passado. Tanto que a maior parte dos primeiros documentos (falo aqui de maneira abrangente: obras de arte, manuscritos, medalhas, livros, mapas etc.) publicados eram os relativos somente ao Brasil. No primeiro número apareceram *Chartas inéditas do Padre José de Anchieta*; a *Relação dos mappas, chartas, planos, plantas e perspectivas geographicas relativas à América Meridional, que se conservam na seção de mss da Biblioteca Nacional*, a *Biografia Brasília*; *Notícias das obras manuscriptas e inéditas relativas a viagem do Dr. A. R. Ferreira pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro e Mato Grosso e Cuyabá 1873-1992*; *Ethymologias brasílicas*; *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da Província do Mato Grosso* por Luiz D’Alincourt, *Manuscripto Guarani sobre a primitiva cathequese dos Indios das Missões do Pe. Antonio Ruiz Montoya* entre outros. Logo em 1878 foi publicada parte do catálogo de manuscritos relativos ao Brasil e vários trabalhos sobre línguas indígenas tiveram espaço nos primeiros anos do periódico.

Todos os documentos possuíam uma apresentação, situando os autores e as circunstâncias de produção. No caso das relações de documentos, cada peça era individualizada, seu conteúdo descrito, estabelecida autoria e identificada a data. Quando possível descrevia-se e se comentava sobre os detalhes tipográficos e a qualidade da edição comparando-a muitas vezes com edições anteriores. Constavam também algumas observações relativas a cada peça que compunha coleções formadas artificialmente, organizadas pela escolha de um tema específico ou de um autor. Por exemplo, no caso da relação de cartas geográficas publicadas no primeiro número dos *Annaes*, a organização obedecia a abrangência de determinadas regiões ao invés da ordem cronológica de produção das mesmas. Alfredo do Valle Cabral, responsável pela organização da listagem assim a descreve,

Estiveram por largos annos no mais completo esquecimento, e d'elles bem poucas pessoas se-têm até hoje utilizado por se-ignorar a sua existência n'este rico repositório de preciosidades litterarias.

Chegou porém o dia da revelação, e cremos que não será desaproveitada.

Como é de dever, começamos pela parte que mais nos-toca, o Brazil. A ordem seguida é simples. Não fazemos a enumeração dos mappas pela ordem chronologica, mas descrevemo-los por partes de cada porção de nosso território. Quanto aos relativos aos outros estados da America do Sul serão objecto de noticia à proporção que os-formos classificando; e ao cabo da relação virá um índice remissivo indicando os estados, províncias e lugares a que pertence cada um em particular, isto é, virá a chave de todo o trabalho. (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. 1, p. 321).

A idéia era reunir e tornar conhecidos os documentos de cada espaço geográfico na configuração do país em sua relação com os países vizinhos. No caso da publicação de coleções havia a descrição do conjunto, incluindo biografia dos produtores e um pequeno histórico da trajetória da própria coleção.

Talvez por essas características no nível de tratamento do acervo e por se propor trazer à luz documentos desconhecidos da maior parte dos possíveis interessados e também de um público ampliado é que Ramiz Galvão ressaltasse o caráter inédito da publicação. Estava também consolidada entre a equipe a idéia de vulgarização, como podemos depreender das considerações finais de Alfredo do Valle Cabral a respeito da divulgação das *Chartas inéditas do Padre José de Anchieta*, que teve início no primeiro volume dos *Annaes*:

Segue-se a decripção, exacta ainda que não tão minuciosa quanto pudera ser. Cremos em todo caso offerecer um proveitoso presente aos estudiosos, vulgarizando o conhecimento d'estas fontes preciosas, que ignoradas como até agora o-têm sido, apenas serviram e servem a mui poucos. (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. 1, p. 328)

A este respeito podemos inferir que além de ser uma obrigação assumida pela Biblioteca após a sua reestruturação, a publicação dos *Annaes* se deve pela existência de um público de estudiosos, servindo ainda para ampliar o envolvimento de outras pessoas no estudo da história pátria. Era um trabalho que a equipe entendia não poder ficar intramuros, deveria ganhar adeptos, colaboradores e arregimentar freqüentadores ao seu espaço institucional. Percebem-se esses dois movimentos importantes dentro da Biblioteca Nacional, um interno, de ordenamento dos documentos e outro, externo, de visibilidade pública do que era entendido como “tesouro” nacional. Pode-se dizer que a aplicação e o desenvolvimento de técnicas específicas de trabalho com a documentação histórica sobre o país caminhavam junto à idéia de produção de um conhecimento específico. A Biblioteca oferecia um manancial de

matéria-prima para aqueles que se dedicavam a produzir novos conhecimentos históricos sobre o Brasil e a fruição por parte de uma população ampliada, entre os quais estariam aqueles com perfil de antiquário. Técnica e função novas se concretizavam com a viabilidade da publicação dos *Annaes*. Há que se destacar que, por se tratar de uma Biblioteca e não de um Museu, a circunscrição a peças mais ligadas à idéia de representação artística e literária reforçava a separação da História Natural e seu tipo de coleção, fator que vai implicar na futura organização da Exposição Histórica e Geográfica do Brasil, do ano de 1881, limitada às representações documentais, literárias e artísticas, sinalizando aspectos de uma especialização.

Moema Vergara em sua tese de doutorado de 2003, intitulada *A Revista Brasileira: vulgarização científica e a construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*, problematiza a idéia de divulgação e de vulgarização científica ao analisar a *Revista*. A autora identificou o final do século XIX como o período em que o termo *vulgarização científica* aparece de forma mais intensa em publicações especializadas. O termo *vulgarização* era entendido como *tradução* de um discurso científico para um texto cujas informações seriam inteligíveis a um público leigo (Vergara, 2003, p. 14).

No caso dos *Annaes* a vulgarização dos documentos parece não possuir o mesmo sentido da vulgarização científica principalmente pelo fato de o discurso científico não encontrar uma conotação acentuada no periódico. A intenção da BN parecia se direcionar em dois sentidos principais, o primeiro, de afirmar no país uma nova categoria de texto a de *obra de referência* obrigatória para estudiosos e substrato para produção do conhecimento sobre o passado, que não dispensava nem a erudição nem de uma técnica específica para sua elaboração. E o segundo, teria o sentido patriótico de dar a ver a toda a população as riquezas bibliográficas do Brasil, mantendo a idéia de culto advindo da prática antiquária mas, desta vez, com o veio nacionalista de divulgação/apropriação de certo “patrimônio” nacional.

Importante destacar que a referência ao território, à natureza e ao indígena, elementos que teriam se consolidado durante o Império por meio das duas manifestações românticas brasileiras mais importantes: a do programa IHGB e da Literatura, permaneceram com lugar proeminente na produção da pedagogia nacionalista presente nos *Annaes*. Desta forma, os *Annaes* contribuíam para reforçar as lentes por meio das quais o país era visto, mas também possibilitava o acesso aos documentos de referência responsáveis pela produção de mitificações, oferecendo a oportunidade de novas leituras e interpretações sobre documentação pouco conhecida e pouco manuseada sob a guarda da Biblioteca Nacional.

Muito embora esse programa de divulgação se pareça com o desenvolvido pelo IHGB, podemos destacar enquanto diferencial: a publicação de obras constantes em seu acervo; o fato de sua contribuição não pretender apresentar um conhecimento sobre o país, mas propiciar a realização do mesmo; de ser uma atividade desenvolvida por funcionários de instituição pública e de manifestar o desejo de cumprimento de uma legislação. Um fator a destacar é o de que, pelas características da Biblioteca Nacional, essa atividade de divulgação e de contribuição para constituição da história nacional apresentava um desprendimento do cenário político partidário do Império, que tinha como centro de atuação o IHGB para formulação simbólica da nação por meio da unidade territorial¹⁴⁷. Na BN essa atividade tornou-se um tanto quanto “independe” de ideologias construtivas da nacionalidade direcionadas pelo Estado e somava-se às idéias coletivas a respeito da formação de uma “comunidade imaginada”, na expressão de Anderson (1989), pululando por instituições e mentes no período. Essa forma de divulgação dos documentos históricos sobre o Brasil que se estabelecia nesse período oferece elementos importantes para a compreensão dos usos documentais por parte de Capistrano de Abreu, que veremos a seguir.

3.2. Capistrano de Abreu: funcionário da Biblioteca Nacional e colunista do *Jornal Gazeta de Notícias*

Quando Capistrano começou a trabalhar na Biblioteca Nacional, em agosto de 1879, a equipe da instituição formada por Alfredo do Valle Cabral, José Alexandre Teixeira de Melo, José Zeferino Menezes Brum, sob direção de Ramiz Galvão, parecia afinada e engajada na publicação de documentos sobre o país. Neste momento aconteceu, pode-se dizer, o reconhecimento profissional e intelectual de Capistrano, no Rio de Janeiro. No mesmo ano, é convidado a escrever uma coluna permanente de crítica literária no *Jornal Gazeta de Notícias*, intitulada “Livros e Letras”. Nestes artigos, lidos tendo em vista suas atividades na BN, é possível perceber como Capistrano vai perfilando a idéia de produção de conhecimento histórico. Na primeira coluna publicada em setembro de 1879, entre os comentários dos livros recebidos para que procedesse a crítica, Capistrano se refere à situação da História no Brasil e

¹⁴⁷ Para Magnoli (1997, p. 110) a presença tanto da história quanto da geografia no IHGB tinha a mesma função “a definição e a delimitação do território apareciam como condições essenciais para a construção da nação: assim como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço.”

o quanto esse conhecimento seria inferior ao de outras nações sul-americanas:

O Brasil, se em algum terreno se acha inferior às outras nações sul-americanas, é certamente no conhecimento de sua história. Quanto lhe é superior o Chile! Aí os diferentes cronistas coloniais têm sido mais de uma vez editados. Os pontos obscuros têm sido esclarecidos por dissertações interessantes e completas. A Universidade publica todos os anos importantes memórias que revelam grande ilustração e consciência. Quatro dos escritores que são considerados fundadores da história pátria tem estátuas. E esta ciência não fica estagnada nas coleções das sociedades ou nos raios das bibliotecas: penetra nos livros elementares e por eles infiltra na alma popular e incita e alimenta a fibra nacional. (*Gazeta de Notícias*, 12 de setembro de 1879 in EE 4ª. Série, p. 97)

Na avaliação de Capistrano, embora o Brasil estivesse em situação superior em relação aos países vizinhos, pecava no conhecimento de sua própria história. A formação da nação enquanto preocupação corrente no final do século XIX era também o que configurava o próprio conhecimento histórico. Por que, no seu país, esse conhecimento era ainda tão pouco merecedor de espaço e reconhecimento? Elogiava a eficiência do trabalho desenvolvido no Chile, onde edições de cronistas coloniais eram constantemente impressas, havia monografias, envolvimento da Universidade, toda uma dinâmica que Capistrano lamentava não existir no Brasil. Interessante ressaltar também que o reconhecimento social da história passaria pelo reconhecimento da figura do historiador¹⁴⁸ questão de suma importância para alguém que se via atuando nesta área. Era como se num mesmo movimento de divulgação de documentos, aprofundamento e produção de novos conhecimentos históricos e sua penetração nos livros do ensino elementar, os brasileiros seriam alimentados pelo sentimento ainda disperso de nacionalidade. Em alguma medida, um programa se apresentava e a atitude e ação patrióticas eram compreendidas e assumidas como elementos fundamentais de seu pensamento e sua prática. Esta prática estava sendo construída por Capistrano e a equipe da BN como configuradora de um ofício profissional, e não na vida pública, opção de muitos dos seus contemporâneos a exemplo da “geração de 1870”¹⁴⁹. Fator que não diminuía a

¹⁴⁸ O monumento como reconhecimento social de personalidades importantes para a história do país, apareceu em outros momentos nos textos de Capistrano. A idéia de “monumento nacional” era reivindicada por ele para homenagear José de Alencar, por exemplo (*Gazeta de Notícias*, 12 de dezembro de 1879), mas era também motivo de crítica por estar sendo usada inconveniente para enaltecer figuras de pouco merecimento. Também, em 1882, o monumento solicitado por Varnhagem em testamento para que fosse erguido em homenagem à sua memória foi considerado curioso e legítimo por Capistrano devido ao trabalho do historiador. O que parecia, de certo modo, irritar a Capistrano era justamente a apropriação da homenagem apenas por políticos sendo muitas vezes recusada aos “verdadeiramente” merecedores.

¹⁴⁹ Os argumentos tanto de Alonso (2002) que reforçam a participação política da “geração de 1870”, quanto a de outros autores que se debruçaram sobre o tema, de que não haveria nesse período uma acentuada separação entre a atuação intelectual e participação política, encontram em Capistrano de Abreu e alguns dos funcionários

autoconsciência de Capistrano de Abreu a respeito da necessidade política da história. Nesse aspecto o comentário a seguir, do mesmo artigo, é esclarecedor

Ainda há pouco vimos um compêndio da história chilena do Sr. Gaspar Toro, volume de pouco mais de 200 páginas em 16°. Com o qual nenhum dos nossos pode competir. Não só os fatos mais importantes são todos narrados, como também a concepção histórica aparece elevada e severa. Não somente a história dos governadores e das revoluções, da guerra e da caudilhagem, porém a da indústria, da navegação, dos estabelecimentos literários e científicos.

Um capítulo, principalmente, é muito notável – aquele em que o autor pinta o estado moral da colônia, com a família constituída sobre o alicerce do terror com as festas religiosas a cada instante, com a ignorância imperando sobranceira, com a indústria peada e comprimida. Aqui ninguém ocupou-se deste assunto em livro elementar, talvez mesmo ninguém tenha sentido a necessidade de fazê-lo.

Estuda-se (?) a história, não nos originais que são raros e pouco atrativos, porém em compilações sem valor, sem ciência e sem consciência. Os que vão mais longe, lêem uma página de Comte ou Buckle, e sem meditá-la, sem pesar as condições sociais, sem procurar sob as ações complexas o elemento fundamental, aplicam à nossa sociedade, julgando ter levado ao cabo um grande empreendimento sociológico. (*Gazeta de Notícias*, 12 de setembro de 1879 in EE 4ª, 1976, Série, p. 97)

Pode-se depreender desse excerto que Capistrano vislumbrava uma história diferenciada que abordasse uma psicologia mais profunda dos processos formativos da sociedade, o que ele chamou de “estado moral”, perceptível por meio do estudo das relações familiares e das festas religiosas. A história dos governadores, caudilhos, guerras e revoluções não era o bastante para se conhecer uma sociedade. Ou melhor, a história que Capistrano reivindica em 1879 seria aquela que propiciaria a compreensão da sociedade e não apenas a narrativa de fatos e biografias cronologicamente ordenados. Era preciso a astúcia da ciência para adentrar num universo até então pouco explorado pela história. Dessa transformação até a chegada ao ensino elementar, como referido no exemplo chileno, o caminho seria muito difícil, pois, no Brasil, haveria poucos interessados em estudar a história por meio da análise de originais pouco atrativos. Preferia-se, segundo Capistrano, o caminho mais simples das compilações e reproduções sem o desenvolvimento de uma reflexão própria, fazendo bom uso das novas teorias. O exercício patriótico estaria para esse autor na iniciativa de se conhecer a história do país e levá-la a sala de aula, mas uma história “elevada e severa” e não uma história laudatória que poderia ser escrita apenas para enaltecer as qualidades do país. Era a

da Biblioteca uma situação diferenciada. O engajamento patriótico dá a tonalidade política da atuação desses funcionários num órgão público diferente do envolvimento político partidário e em cargos administrativos do governo, evidenciando a emergência de um novo tipo de participação e contribuição para a “causa” nacional.

proposta de uma abordagem compreensiva que se daria pelo conhecimento e estudo dos documentos vulgarizados, tornados de amplo alcance, construindo-se novas monografias, esclarecendo-se pontos obscuros, utilizando-se de novas teorias de acordo com as complexidades locais, elaborando-se compêndios renovados para o ensino elementar. Desta forma, se estaria exercendo o sentido patriótico assumido pela disciplina histórica que Capistrano vislumbrava.

A amplitude que deveria abranger a história enquanto área de estudos era um aspecto sumamente importante em sua concepção de história. Um exemplo disso está presente na mesma coluna do Jornal *Gazeta de Notícias*, no artigo publicado em 10 de outubro de 1879, tendo como motivo a falta de livros novos para efetuar a crítica literária, diz ter recebido de um amigo a sugestão de falar sobre profissões e indústrias. Já parecendo determinado a estudar “o começo” da história brasileira, decidiu-se por abordar o tema no século XVI. A ausência de trabalhos sobre o assunto é mais um motivo para Capistrano desenvolver sua crítica com relação às opções assumidas tanto por historiadores quanto por cronistas. Até ali esses estudiosos e escritores estariam mais preocupados com governadores, bispos e jesuítas e menos com o restante da população e, em especial, na dimensão do mundo do trabalho, ainda considerada por muitos, segundo o nosso autor, como um castigo,

A concepção mosaica, segundo a qual o trabalho é um castigo e um anátema, dominava ainda os espíritos. Os oficiais mecânicos ocupavam uma posição subalterna. Para que alongar-se sobre eles, se outros assuntos havia muito mais importantes? Para que descrever o estado da agricultura, os ramos de produção, os instrumentos e processos industriais, se toda a atenção era pouca para os arbítrios dos governadores, intrigas dos bispos, manejos dos jesuítas, e de outros que valiam menos que estes? (“Livros e Letras”, *Gazeta de Notícias*, 10 de outubro de 1879 In EE 4^a, 1976, Série, p. 26)

O desbravador desta seara, Capistrano reconhece, teria sido Varnhagen, mas com “muitos pontos duvidosos” que poderiam assim ficar para sempre devido à escassez de documentos a respeito. Por meio deste artigo pode-se compreender como Capistrano vai estabelecendo sua relação com as fontes e como ele vai pinçando nos documentos escritos as profissões para elaboração do artigo. Utilizando-se da crônica de Gabriel Soares e de carta de Duarte Coelho ao Rei de Portugal, Capistrano cita os *oleiros* como umas das profissões mais comuns nos primeiros anos da Colônia. Descobriu em Ordem de Dom João III, de 20 de julho de 1551, a existência dos *cavouqueiros*. Citou Gândavo para falar dos *pedreiros* e da transformação da edificação das casas. Os carpinteiros receberam especial atenção por parte

do historiador, pois nessa atividade pôde aplicar suas leituras de Spencer

Mais numerosos que os pedreiros só os *carpinteiros*. E aqui veremos ainda uma vez verificada a lei de Spencer: o aumento da massa trouxe a complicação da estrutura. Esta classe era com efeito a mais diferenciada, e é nela que as especialidades já começavam a formar-se. Aí encontraremos os que lavravam, desbastavam a madeira; os que a serravam em tábuas, caibros e ripas; os que faziam portas, mesas, carros, bancos; os tanoeiros; os calafates e fabricantes de barcos, tão usados principalmente na Bahia; enfim, os mestres de engenhos, porque primitivamente eram estes de pau. (*Gazeta de Notícias*, 24 de outubro de 1879 In EE 4^a, 1976, Série, p. 27)

Outras classes de trabalhadores citadas por Capistrano foram os ferreiros, besteiros, espingardeiros e bombardeiros (fabricantes de machados, foices, enxadas, cavadores, facas, esporas, brides e anzóis) e os carvoeiros, ourives, pescadores, sertanistas, capitães de matto, exploradores e guias, criadores de gado, curtidores, seleiros, alpargateiros, sapateiros, tecelões, mercadores e a profissão mais importante no entendimento de Capistrano: os lavradores. Por meio das fontes manuseadas em seus primeiros estudos na Biblioteca Nacional, podia o autor oferecer um colorido diferenciado, incluindo novos personagens à História do Brasil. E sendo um pesquisador iniciado na síntese sociológica, oferecia ao seu leitor alguns pontos para reflexão a respeito dessas profissões no país

O primeiro é que se estas profissões se desenvolveram, e se desenvolveram-se só elas, é porque satisfaziam às necessidades sociais. Obedecem pois à lei econômica da oferta e da procura que não era que não é, em suma, mais do que a lei biológica do meio.

O segundo é que, em conseqüência da população rara e dispersa, não podiam ser constantes e regulares as exigências. Uma profissão única não era seguro de vida; e por isso era necessário que o indivíduo exercesse mais de uma.

O terceiro é que, por por mais diferentes que sejam estas profissões, têm um ponto de contato; exigem em geral pouca preparação; pelo menos uma aprendizagem longa é dispensada pela sua simplicidade. (*Gazeta de Notícias*, 24 de outubro de 1879 in EE 4^a, 1976, Série, p. 27)

O pensamento sociológico de Capistrano aparece com freqüência em seus primeiros artigos. Após a apresentação das circunstâncias há a necessidade de se produzir algumas sínteses a respeito. Nesse sentido, o trabalho do historiador não estaria relacionado à descrição do que aconteceu, mas faria parte da produção de sentido, da especulação compreensiva do ocorrido, ainda que por meio do estabelecimento de leis gerais de funcionamento dessa sociedade que se evidenciava nos documentos. Um quadro demonstrativo de menor e maior

complexidade é montado para demonstrar o lugar de cada profissão nos primeiros anos da colônia. A escassez da população, assim como sua dispersão criavam um cenário particular de demanda e procura, implicando no surgimento de profissões, instrumentos e artifícios de organização e reprodução social (moradia, alimento, transporte).

Retomando a idéia esboçada no primeiro capítulo de construção de um lugar para si na corte, Capistrano parecia estar direcionado agora, exclusivamente, para o ofício de historiador, ainda que não fosse possível perceber um quadro muito positivo sobre o campo de trabalho que encontraria. Abordando de maneira indireta as possibilidades de um perfil como o seu, num artigo de 18 de novembro de 1879, Capistrano refere-se ao mundo da política e à atividade de professor no Colégio Pedro II. O mundo da política foi excluído rapidamente de suas pretensões, mas ser professor do Colégio Pedro II era uma atividade que o atraía e que almejava, muito embora a forma de organização do Colégio não lhe agradasse¹⁵⁰. A ironia ao falar de maneira pouco respeitosa do IHGB e dos rituais dos acadêmicos representava o panorama de sua difícil situação profissional. Toda a pompa da instituição lhe parecia avessa às concepções que formava sobre o ofício e sobre a produção do conhecimento histórico¹⁵¹. Ainda assim, tornou-se sócio correspondente da instituição em 1883, tendo reconhecidamente freqüentado pouco o Instituto em suas sessões e muito o arquivo e a biblioteca, onde residiam seus principais interesses¹⁵². Esse sentimento de deslocamento só era atenuado pelo trabalho conseguido há pouco na Biblioteca Nacional. Enfim, parecia ter ele, um lugar “neutro” de onde falar, se desenvolver, criticar e circular.

Escrever para a coluna “Livros e letras” no *Jornal Gazeta de Notícias* era uma atividade assumida com certa impaciência por Capistrano. Críticas por vezes muito ácidas ou mesmo indisposição para a tarefa apareciam com alguma freqüência tanto no periódico quanto em sua correspondência particular. A exemplo da carta a Domingos Jaguaribe, datada

¹⁵⁰ Dizia ele “À cadeira de Pedro II bem pode ser que já tenhamos aspirado; mas são necessárias tantas condições – a secularização do colégio, a liberdade de opiniões, a impossibilidade de reproduzirem-se julgamentos como o do concurso de filosofia -, enfim são necessárias tantas coisas difíceis de realizar-se que não temos dúvida em fazer renúncia em favor de quem quiser”. (Livros e Letras, 18.11.1879, *Gazeta de Notícias* In EE 4ª. Série, 1976, p. 105)

¹⁵¹ Falando ironicamente da pretensão em fazer parte do IHGB depois de descartar pretensões ao Senado e a ser lente do Pedro II: “Não vão por isso elogiar o nosso desinteresse. Ai de nós! *Homo sum*. Se fazemos tal cessão, é porque pretendemos posição muito mais elevada: a de membro do Instituto Histórico. Funcionar no Paço, trajar farda literária, aparecer com ela, representando a sociedade, nas festas nacionais e nos cortejos; ser presidido pelo Visconde de Bom Retiro, assistir aos discursos monumentos do monumental Sr. Macedo, e, honra ainda mais é invejável servir do ponto de incidência a olhares augustos, apanhar até uma nesga da conversação semidivina... eis o nosso *desideratum*.” (“Livros e Letras”, 18.11.1879, *Gazeta de Notícias* In EE 4ª. Série, 1976, p. 105).

¹⁵² A esse respeito fala Ramiz Galvão, em 1927, em pronunciamento no Instituto, no ano de morte de Capistrano de Abreu. (Oliveira, 2005, p. 38)

de 13 de março de 1880,

Obrigada pelo que diz dos artigos de História pátria. Infelizmente vão-se alongando de tal modo que não sei mais onde irei parar. A princípio era a minha intenção escrever apenas 4; mas agora dar-me-ei por muito feliz se bastarem 6. Eu que os escrevo contrariado, porque os 6 meses que tenho escrito na Gazeta ainda não me tornaram nem mais fácil nem mais aprazível a tarefa! (Correspondências, vol. 1, 1977, p. 30)

No final do mesmo ano, a angústia por manter a coluna é comentada também com Ramos Paz. Dizia querer sempre “*ficar livre daqueles pesadelos, a fim de pertencer-me total e exclusivamente*” (23 de dezembro de 1880, Correspondências, vol. 1, p.4). A essa altura havia escrito artigos importantes do ponto de vista de sua reflexão sobre a história do país, a exemplo de “História Pátria”, em março de 1880, na *Gazeta de Notícias*, quando retoma questões sobre livro de Silvio Romero já presentes em sua crítica ao autor elaboradas em janeiro de 1876 e publicadas no Jornal *O Globo*. Em fins de dezembro de 1880 publicou também um “folheto” sobre a Armada de Dom Nuno, e se envolvia na escrita da *História do Brasil*, conforme relatou a Ramos Paz,

Vou começar amanhã a revisão de Oliveira Martins; mas parece-me que de onde a deixei por diante não há muita coisa a corrigir, porque o autor saiu das minúcias para as generalizações, e aí ele foi muito feliz. Tivemos poucos livros – Varnhagen, que pretendo ler de fio a pavio; as *Memórias* de Cândido Mendes, que se me são indispensáveis para os dois capítulos da *História do Brasil*, que pretendo escrever aqui; Vaz Caminha, Gabriel Soares e Léry, sobre que vou escrever; e um trabalho de economia política, indispensável para a *A Indústria Brasileira no Século XVI*, de que pretendo escrever o último capítulo porque os outros já estão prontos, e apenas exigem consolidação das autoridades. (Correspondência de Capistrano a Ramos Paz, 29 de dezembro de 1880, CCA, vol 1, p.4)

A empolgação com as pesquisas históricas e o desinteresse crescente na elaboração das críticas literárias se tornava evidente. Em uma oportunidade, irritadíssimo, fez uma crítica aos *Quinhentos Milhões da Begun*, de Júlio Verne. Viu no livro o ódio dos franceses em relação aos alemães, como se a obra fosse um reflexo da necessidade coletiva da França de *revanche*. Argumentou que os brasileiros seriam “espectadores desinteressados, que, nada desejando a intervenção da Europa nos nossos negócios, ipso facto nos condenamos a indiferença aos seus; para nós, tais páginas são escritas em pura perda, e não despertam eco” (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 30.01.1880, p. 202). O desinteresse explicado pelo viés nacionalista só poderia ser minimizado se fossem feitas comparações entre as duas cidades

criadas no livro de Júlio Verne uma alemã e outra francesa. A alemã representava o espírito bélico, sede de destruição, e a cidade francesa era a virtuosa e exemplar. Fazendo esse exercício “‘com crítica’ seria possível ter acesso a “história da mentalidade francesa, e pode-se dizer européia, nos dois últimos séculos, porque nesse terreno a caminhada foi coletiva”. Essa introdução sobre a crítica enquanto atividade analítica foi a maneira que Capistrano encontrou para ressaltar o desconforto ao produzir a crítica literária como atividade no jornal. Mesmo essa comparação que

Façam-na outros, nós não, porque... deixem-nos deitar uma velha chapa. Como as freiras, que das frestas do cubículo vêem o mar profundo, o céu azul, as serras vagas, as árvores verdes e, mais belo que tudo, o homem, criatura fantástica, para a qual soluça-lhes do peito um ofego apaixonado: e vêem tudo sem poder gozar, porque os votos são duros e a porta inexorável: - também nós desta gaiola bi-hebdomadária vemos tanto estudo a fazer, tanto trabalho a executar, mas não podemos lançar mão à obra, porque muitas apreciações ficariam atrasadíssimas, talvez nem viessem à luz, e nossa obrigação é acompanhar *pari-passu* todas as novidades. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 30.01.1880, EE 4ª. Série, 1976, p. 203).

Com as novas descobertas e vontades que alimentavam os pensamentos de Capistrano, a crítica literária, passou a ser, de porta de entrada ao mundo das letras, uma gaiola que o aprisionava em obrigações que desenvolvia sem qualquer prazer. Dali olhava o mundo de encantamento que a pesquisa histórica lhe oferecia, principalmente com os “tesouros” da Biblioteca Nacional em suas mãos, mas precisava adiar a experiência completa com esse mundo, para comentar livros inúteis do ponto de vista nacional, como o de Júlio Verne.

Mesmo assim, entre um livro comentado e outro, encontrava espaço para desenvolver seus interesses e chamar seus interlocutores ao debate. Por exemplo, em comentário sobre a republicação de Rocha Pita, ordenada pelo Barão Homem de Melo, quando era Presidente da Bahia, dizia ele: “Lastimaremos simplesmente que o ilustrado barão não fizesse completo o presente com que brindou as letras nacionais. Por que o S. Exa. não juntou-lhe notas e retificações? Quem mais competente que ele para fazê-las? Que ocasião mais própria do que a que se oferecia?” (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 27.02.1880, EE 4ª. Série, p. 209). Na compreensão de Capistrano, já naqueles anos, a republicação de uma obra de outra época somente seria viável se fosse agregada aos novos conhecimentos adquiridos e produzidos pela geração que a trazia a público uma segunda vez.

Em 23 de março de 1880, Capistrano novamente chamou a atenção do Barão Homem

de Melo sobre as edições que fazia. Ao elogiar a publicação organizada por ele “*Coleção de Documentos Relativos à história da Capitania, depois Província da Bahia, e a sua geografia*”, dizia: “Ninguém pode eximir-se à queixa de que o Barão Homem de Melo, que tanto conhece a história pátria, que sobre muitos de seus episódios tem dado trabalhos de valor, não tenha acompanhado o livro de notas, que o esclarecessem e retificassem. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 27.02.1880, EE 4ª.Série, p. 209). Usa o subterfúgio desta publicação para continuar falando da reedição de Rocha Pitta, anunciada na coluna do mês anterior. As observações que Capistrano lançava à edição já são de um olhar treinado na Biblioteca Nacional. Os detalhes sobre o formato da obra, tipo de papel, tamanho das margens, tipos de notas, caracteres, tudo que dissesse respeito à materialidade do livro e sua relação com os possíveis leitores

Sentia-se de há muito a falta desta reimpressão. Rocha Pitta era muito conhecido de nome, porém pouco lido. Impressa em 1730, a sua obra se tornara excessivamente rara. Só algumas bibliotecas e alguns bibliófilos a possuíam. Mesmo os que tinham acesso a esses exemplares não sentiam muita atração para a leitura de um livro de grande formato, papel amarelado, largas margens, notas marginais e caracteres um pouco diferentes daqueles a que estamos afeitos. Tudo isso desapareceu agora graças ao Barão Homem de Melo: oxalá seja continuada a sua empresa por seus sucessores! (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 23.03.1880, EE 4ª Série, p. 118)

Os meandros das edições iam ganhando contornos em seu trabalho. Se para os bibliófilos notas e retificações diziam respeito à atualização de uma edição, para Capistrano fariam parte também da finalidade de “complementação” da história, que ele mesmo, anos mais tarde, teria presente em nova edição da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. Elementos significativos para a atividade do bibliotecário ou do colecionador erudito eram incorporados à atividade do crítico.

O comentário sobre a obra reeditada pelo Barão foi ensejo para que Capistrano colocasse algumas questões sobre a utilidade da história e sobre o seu formato na contemporaneidade na qual escrevia. A publicação fazia parte da própria utilidade da história e esta seria indiscutível “a utilidade da história, sobre qualquer ponto de vista que seja considerada, quer na influência que exerce sobre as faculdades intelectuais, quer nas conseqüências práticas que dela dimanam para o governo das sociedades, escusa exposição, que já com todo vigor expuseram espíritos eminentes” (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 23.03.1880, EE 4ª.Série, p. 117). A história aparece tanto como fator importante, embora não exclusivo, pois, tratava-se de “influência” e não de “determinante” para compreensão da

formação das “mentalidades”, quanto como dinâmica mobilizadora e configuradora de conseqüências de onde derivaria o próprio governo da sociedade. Note-se que em nenhuma das utilidades levantadas por Capistrano encontra-se a concepção da história como “mestra da vida” ou na acepção beletrista de conhecimento diletante. A transformação das concepções que vínhamos trabalhando, tanto na Biblioteca Nacional quanto no IHGB, por certo, não se deram exclusivamente na figura de Capistrano de Abreu, uma vez que a história é antes de tudo um conceito coletivo, forjado socialmente. No entanto, a experiência desse historiador nos ajuda a perceber melhor como foi a “batalha” entre a tradição e o movimento diferenciado de compreensão dos sentidos da história e seu desenvolvimento enquanto ofício a partir, sim, de uma experiência específica.

Nesse sentido podemos observar o que Certeau (1982, p. 83) chamou de “transformação do arquivístico” como condição de produção de uma história nova. Para além do trabalho erudito com a documentação haveria a necessidade do estabelecimento de questões previamente construídas para que a história fosse entendida na acepção moderna, diferenciada dos procedimentos “ligados à ‘análise simbólica’ que prevaleceu a partir do romantismo e que buscou *reconhecer um sentido dado e oculto*: ela reencontra a confiança na abstração que é hoje um conjunto formal de relações ou ‘estruturas’”. Para tanto seria necessário o que Certeau chamou de “formalização” da operação historiográfica a partir do presente de onde se partiria para a pesquisa histórica.

Para retomar um vocabulário antigo, que não mais corresponde à sua nova trajetória, poder-se-ia dizer que ela [a história] não mais parte de “raridades” (restos do passado) para chegar a uma síntese (compreensão presente), mas parte de uma formalização (um sistema presente) para dar lugar aos “restos” (indícios de limites e, portanto, de um passado que é produto do trabalho). (Certeau, 1982, p. 86)

O rompimento com a tradição beletrista havia se dado em seu pensamento e o elemento de “prova”, por exemplo, passou a ser uma bandeira que ele assumiu e reclamou aos que, em sua opinião, ousavam se arriscar na seara da história sem os devidos procedimentos. Em junho de 1880, após quase um ano de trabalho na *Gazeta de Notícias*, suas críticas permeadas pela ironia resultaram em uma nota sobre possíveis censuras que estaria sofrendo por seus escritos, fator que o tornaria naquele dia mais comedido nos comentários, certificando os leitores que daria “*apenas notícias sem entrar em apreciações, simplesmente reportando*”. Assim procedendo, seguiu a falar de livros publicados, do fascículo da *Revista Brasileira* e do novo volume da *Biblioteca Útil*. Mas ao tratar de um livro sobre história, a

crítica mudou de tom e a velha ironia deixada de lado há pouco lhe tomou por completo.

O Sr. Reinaldo Carlos Montoro publicou, a propósito do centenário, um paralelo entre Portugal em 1580 e o Brasil em 1880.

De passagem, aproveita a ocasião para formular as suas idéias sobre as migrações primitivas, sobre a direção das correntes históricas, enfim sobre outras questões muito importantes, que ainda não tiveram solução unanimemente adotada.

Mesmo se não estivéssemos resolvidos a deixar por hoje o papel de crítico, declinaríamos da tarefa de emitir opinião sobre o livro do Sr. Montoro. Paíra em uma esfera muito elevada a que não podemos atingir. O que faríamos unicamente seria dizer-lhe: “Ilustríssimo, em ciência não há barba de D. João de Castro. Não basta afirmar, é preciso provar, e V. Sa. não diz que fatos novos descobriu; V. Sa. que vê em Max Müller, um Maspero, em Macaulay nada afirmarem sem porem por diante uma garantia; V. Sa. marcha tão desassombrado que nos embaraça. Queremos crer, mas queremos palpar; queremos subir, mas precisamos contar os degraus; temos pena, mas a culpa não é nossa, é da época. Infelizmente cada um de nós pode dizer como A. de Musset: “Je sui venu trop tard dans monde trop vieux” (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 18 de junho de 1880)

Notas, retificações, provas faziam parte de um repertório que Capistrano havia montado, estava consolidando e alardeando, no que diz respeito às atividades do editor e do historiador. Galhofeiramente procurava dar noção ao autor, alvo de sua crítica, dos tempos em que estavam vivendo, em que para crer era preciso muito mais que palavras, histórias contadas ou disposição para escrever. Era preciso conferir materialidade ao escrito, plausibilidade. As exigências para a escrita da história se tornavam outras e Capistrano não deixava de apontar quais eram sempre que tinha oportunidade.

A materialidade do passado nesse processo de mutação de seus sentidos e usos também passa por uma “revolução epistemológica”. Partindo da tradição da história exemplar o legado adviria principalmente do ensinamento moral depositado numa história, num exemplo, sendo valorizada no âmbito da oratória a sua capacidade de transmissão. Já os vestígios materiais de práticas culturais vinculadas a uma sociedade específica eram tidos como objetos de culto ao antigo e ao exótico, tendo sido, com o decorrer do tempo, realocados para a situação de prova, de testemunho de acontecimentos relativos à humanidade, advindo desse aspecto o seu valor principal para a história moderna. Desta forma, na segunda metade do século XIX, o legado dos historiadores e demais interessados no conhecimento histórico às sociedades futuras não era mais o do exemplo, mas sim, os acervos, os testemunhos materiais, que possibilitariam, continuamente, um melhor e mais completo conhecimento da história pelo desenvolvimento sempre “evolutivo” da própria ciência histórica. Desses acervos, com

leituras críticas, poder-se-ia chegar a um conhecimento mais completo e profundo da história da sociedade, o entendimento do seu presente e quiçá, da promoção de um futuro mais positivo, no sentido do positivismo comteano.

A questão da cientificidade da história foi trabalhada por Koselleck (2004) na perspectiva semântica, por meio da qual pôde ressaltar as transformações no conceito de história ocorridas na Alemanha no final do século XVIII. Transformações que se consolidaram no século XIX em torno da idéia de documento e de fato enquanto fundamentos da ciência histórica, por conferirem coerência à atividade do historiador. A questão que se colocava era como aperfeiçoar os meios de controlar os fatos partindo dos documentos analisados, nos quais poderiam ser encontrados erros e imperfeições que desviariam o pesquisador da verdade. No entanto, a relação da operação historiográfica com a idealidade da ciência moderna sempre foi controversa. O trabalho dos eruditos no trato dos documentos, baseado na acumulação e justaposição de fatos, não satisfazia aos ideais correntes na segunda metade do século XVIII. Como analisado por Koselleck, a história enquanto simples série de eventos, não possuía princípios universais e, portanto, não poderia ser considerada uma ciência. Assim, o autor demonstrou como o conceito de série vai adquirindo outros significados na formulação de um novo entendimento sobre a história. Uma série de eventos como definia Chladenius em 1752 não era (...) meramente uma cantidad o una multiplicidad; sino que muestra también el vínculo de los mismos entre si y su conexión mutua” (Koselleck, 2004, p. 30). Essa mutação, de certa maneira, direcionava-se ao entendimento da história como uma abstração capaz de “captar esa complejidad como una genuína realidad efectiva” e que ultrapassava a soma das histórias individuais justapostas. Tornava-se necessário construir nexos, sentidos, um constructo racional, transformação que configuraria a história num singular coletivo (idem p. 32).

Para Koselleck (2004, p. 45), nas últimas décadas do século XVIII

(...) los tres planos: estado de cosas, exposición y ciencia de ello, se ponen ahora bajo um concepto de realidad de la ‘historia em general’ com las reflexiones que enseñaban por primera vez a comprender realmente esta realidad. Formulado de um modo conciso, la ‘historia’ era uma espécie de categoría transcendental que apuntaba a la condición de posibilidad de las historias.

A “história em geral” surgiu paralelamente à “Filosofia da História” quando a história que até então havia tratado do individual, do particular e do contingente adquiriu um novo campo de experiência, fazendo parte da ‘Filosofia’ e, portanto, passível de tornar-se

ciência, o que de fato se consolidou no século XIX (Koselleck, 2004, p. 47). Por outro lado, o conhecimento do passado como aprendizado para melhor agir no presente deixava de ser a finalidade principal da história. Com as idéias de progresso e evolução que passaram a ser vivenciadas durante a época caracterizada pelo iluminismo, a história somente faria sentido se conduzisse os homens ao futuro.

Dentre as movimentações do século das Luzes que alteram significativamente os sentidos da história é possível perceber pelo menos duas direções: a) o da ‘filosofia da história’, inspirada nos progressos da ciência e da razão, crente na perfectibilidade como resultado da história humana; b) o desejo de realocar a história na categoria de ciência mantendo e prosseguindo no desenvolvimento dos métodos e disciplinas auxiliares, que serão a base para a consolidação da história científica do século XIX. Direções não excludentes num primeiro momento, mas que constroem especificidades visíveis quanto à produção do conhecimento histórico no século posterior.

Uma das características apontadas como sendo a do “homem moderno” é a própria noção de sua situacionalidade temporal (Koselleck, 2004). O entendimento de que faria parte de um novo tempo, de que teria havido alguma fissura no desenrolar da história que lhe possibilitaria experimentar suas concepções de mundo de maneira diferenciada. É essa noção de historiador moderno postulada por Capistrano que fica bastante explícita na forma como ele caracterizava uma tradição “passada”, ultra-passada como a de Rocha Pita.

Para compreender Rocha Pita é preciso sentir o seu estilo, opulento, amplívago, antes brilhante que sólido, antes numeroso que variado, ligeiramente pedantesco, eivado ocasionalmente de antíteses e esmaltado de freqüentes alusões.

Ele esmerou-se no estilo e a este esmero não se entrega impunemente quem escreve no Brasil, então país semibárbaro para Portugal, o centro do saber, a fonte das riquezas e o empório do gosto. Insensivelmente o egotismo penetra, se espargue e domina; a preocupação de verdade entibia; a crítica entra em férias e o desejo de produzir efeito torna-se de considerável intensidade.

(...) Origem da pólvora, genealogias, heráldica, horóscopos, teologia, tudo desfila por suas páginas, antes para mostrarem o saber do autor que para esclarecerem o assunto. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 23.03.1880, EE 4º.Série, p. 119).

O tom pejorativo que Capistrano assumiu, desde muito cedo, em relação à forma com que se escreveu a história do Brasil antes dos anos de 1870 vinculava-se à sua própria concepção de conhecimento histórico que vinha sendo burilada em suas leituras, reflexões e

práticas. Interessante perceber que em sua análise aparecem duas dimensões diferenciadas da história. Uma, a perspectiva da história enquanto conhecimento, cujas implicações são gerais, ou seja, há determinados padrões para o desenvolvimento desse conhecimento. E também a dimensão do lugar onde essa história é escrita, a sua especificidade, que para a história do oitocentos estaria centrada na dimensão do nacional. A partir destas duas perspectivas evidenciadas na análise de Rocha Pita, Capistrano procurou demonstrar as diferenças entre a “velha história” e a “história moderna”, aquela que deveria ser escrita por meio da crítica. Tentando não ser anacrônico, embora estabelecendo as diferentes concepções de história, Capistrano explica

Esses alentos de Hércules seriam menos apreciados se o autor os aplicasse à crítica da história pátria. Não havia em começos de século XVIII uma tendência fortemente acusada neste sentido. A histórica judaica estava inçada de fatos extraordinários. A história eclesiástica apontava a cada instante os milagres de seus eleitos. A história moderna transcendia muitas vezes os limites do possível. A crítica era uma irreverência, e crer sem ter visto continuava ainda a ser uma virtude. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 23.03.1880, EE 4º.Série, p. 119).

Seguindo a retórica de recorrer aos antigos nos pronunciamentos públicos, Rocha Pita agradece sua nomeação para a Academia de História de Lisboa fazendo alusão à força de Hércules que a Academia lhe conferia para sustentar “pesos de Atlantes”. Essa questão é relativa à dimensão do conhecimento histórico enquanto área. O desprendimento dos autores com relação aos testemunhos era comum. Ter o vestígio do passado como referencial basilar a partir do qual a imaginação trabalharia, não chegava a ser uma questão para os escritores do XVIII, desta forma corria solta, sem peias: “*bastava que quisessem exprimir um pensamento moral ou de outra qualquer sorte para idearem um fato a que o pudessem ligar*” (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 23.03.1880, EE 4º. Série, p. 120).

Já a história de Rocha Pita, do ponto de vista de sua dimensão locacional trazia outro problema:

Ele amava também a pátria como homem [Rocha Pita nasceu em Salvador-BA], e o fato de se entregar às pesquisas de seus anais o prova bastante. Mas a idéia da independência não lhe sorria. Quando tratava de qualquer sintoma separatista, a sua simpatia não estava nunca com os brasileiros. Queria ver o Brasil unido a Portugal, colaborando na mesma faina, sendo o mais brilhante engaste de sua coroa, gozando talvez de direitos iguais, mas de nenhum modo autonômico. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 23.03.1880, EE 4º. Série, p. 120).

Capistrano demonstrava assim, em alguma medida, que a história dependeria do seu momento de produção. Àquela produzida por Rocha Pita não satisfazia, além dos aspectos elencados acima, por questões geracionais. Seu patriotismo revelava, por outro lado, uma submissão contínua a Portugal, fator que não agradaria “aos espíritos do nosso tempo”, dizia Capistrano. Outro aspecto pouco valorizado pela bibliografia que trata da vida e obra de Capistrano de Abreu, é a sua dimensão de grupo social. Capistrano remete esse sentimento de continuidade com Portugal presente da obra de Rocha Pita a um fator, entre outros, que chama a atenção, o fato de ele ser rico. Dizia ele: “Nem pode conceber-se que outros fossem os seus sentimentos. Rocha Pita era rico: de Portugal recebera grandes distinções; lá residira por algum tempo; era um saciado”. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 23.03.1880, EE 4º.Série, p. 120). Essa postura é interessante se pensarmos que ele mesmo era um intelectual com poucos recursos financeiros, precisando viver exclusivamente de seu trabalho. O reflexo da situação financeira seria um elemento determinante à experiência de vida de Rocha Pita, segundo Capistrano, sendo transferido para a forma de ele escrever a história. Afinal, que tipo de descontentamento a situação colonial poderia ter provocado num sujeito cuja trajetória intelectual e financeira teria sido um contínuo, uma vida sem sobressaltos. A história desse historiador, desta maneira, era de muitos *elogios* e *memórias* de reis, governadores bispos e arcebispos.

Capistrano fez um paralelo entre os primeiros cronistas da história do Brasil, Gabriel Soares e Fernão Cardim, cuja admiração não era escondida, com a obra de Rocha Pita. Para Capistrano a superioridade dos cronistas estava no “*conhecimento preciso, espírito indagador, a preocupação utilitária*”, no caso de um Gabriel Soares¹⁵³, e na “*observação pronta, o olhar seguro, a sagacidade, a disposição simpática, e a pena flexível e rápida*” de Fernão Cardim. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 23.03.1880, EE 4º.Série, p. 121). Se levarmos em conta as considerações anteriores sobre a importância do momento da escrita, podemos dizer que um dos fatores que diferiam a história de Rocha Pitta das crônicas, seria fundamentalmente a concepção de cada uma. Tomadas como crônicas, as histórias de Cardim e Gabriel Soares, ganham um estatuto de documento, registro de quem vivenciou e observou diretamente os fatos descritos. Tendo sido recuperados, preservados e transmitidos como testemunhos recebem um valor mais elevado diante do trabalho de Rocha Pitta, cuja falta de crítica aos documentos e os sestros de erudição o impediam de penetrar nos sentidos

¹⁵³ Cezar (2000) demonstra como o *Roteiro* agradava aos historiadores do século XIX, principalmente pela marca da autópsia, constituindo-se num relato de quem *viu* ou *ouviu dizer* por quem estava lá e que se destacava pela objetividade do autor na observação e descrição dos eventos, personagens e natureza do Brasil.

históricos de cada época. No entanto, mesmo Rocha Pitta, quando falava sobre fatos contemporâneos apresentava um “testemunho valioso”: “aí ele encontra a tradição ainda não deturpada; examinara muitas vezes os documentos: se não fora ator, ao menos fora espectador atento”. Nessa reflexão de Capistrano, podemos atentar para a diferenciação do trabalho do historiador e do cronista. O historiador, não tendo vivido os acontecimentos narrados, por meio da crítica aos testemunhos, conseguiria compreender uma época, perscrutar sua intimidade, “limpar” o testemunho da tradição que se acumulara no decorrer do tempo. Como a crítica não era uma característica forte de Rocha Pita, ele apenas conseguiria fazer o papel do cronista, “do espectador atento” que descreveria os acontecimentos que lhe eram próximos temporalmente e, por isso, não careceriam do descortinar da tradição para serem compreendidos.

Capistrano atenta sobre a dificuldade que Rocha Pita teria de produzir uma História do Brasil conforme a crítica moderna, não somente por que esta não lhe era uma habilidade, ou por não estar desenvolvida na época em que escrevia, mas também por ser um momento em que a necessidade de história era saciada com muito pouco, comparada com a perspectiva de história que se assentava em Capistrano no final do XIX: “os espíritos se contentavam com um *pouco mais ou menos*, e este Rocha Pita nos dá”. Para Capistrano, uma evidência do tipo de história que satisfazia aos espíritos do setecentos, era a pouca preocupação com a preservação e divulgação dos documentos que “jaziam em sepulturas”, esquecidos, pouco, mal ou não estudados (idem p. 121). Essa situação, como vimos, se prolongou no Brasil durante boa parte do século XIX, sendo reanimada a partir da década de 1870. A própria republicação de Rocha Pita pelo Barão Homem de Melo era tomada por Capistrano num sentido muito mais documental do que propriamente de divulgação de um livro de história com validade contemporânea, talvez, até por esse motivo, seja ressaltado o seu valor como crônica.

A preocupação documental de Capistrano foi ressaltada em seus comentários na *Gazeta* em 30 de outubro de 1880, sobre Alexandre José de Melo Morais Filho, médico e jornalista, que teria tido a idéia de formar uma coleção de documentos sobre a história do Brasil, tendo empregado muitos esforços, gastado muito dinheiro e feito algumas viagens. Uma delas, inclusive, a Portugal, tendo usufruído de uma indicação oficial do governo brasileiro. Muito embora a iniciativa tenha sido particular, Melo Morais doou parte de seu acervo a Biblioteca Nacional, parte foi vitimizada por um incêndio e parte estaria sendo vendida à Biblioteca e a bibliófilos particulares. O colecionador teria tentado sozinho o

trabalho de edição dos documentos reunidos, que eram muitos, e a experiência de Capistrano, em seu trabalho cotidiano, teria provado que esse tipo de empreendimento só poderia ser realizado a contento, se fosse coletivo. A edição de documentos exigia algumas habilidades, não podendo ser realizada por qualquer ou única pessoa.

Editar um volume à primeira vista parece fácil; mas na realidade é muito difícil. Não falemos do caso em que há muitas cópias, com variantes com erros de copistas, como sucedeu com o *Roteiro* de Gabriel Soares, que devemos a Varnhagen. Tomemos o caso mais simples, o em que só há um manuscrito autógrafo; os estudos sobre o autor e sua época, os esclarecimentos dos pontos obscuros, as retificações, as notas não são trabalhos que qualquer pessoa faça. E este trabalho tinha que ser feito não com um ou dois volumes, mas vinte, trinta, cinquenta e talvez mais de cem. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 30.10.1880, EE 4ª.Série, p. 166)

Por mais que fosse louvável a iniciativa heróica de Melo Moraes, na avaliação de Capistrano, havia uma série de problemas relativos à qualidade da edição para o uso futuro dos historiadores, além de ser pouco viável financeiramente diante do alto custo de impressão no Brasil. Capistrano comparava a experiência brasileira com a francesa e a inglesa onde “a impressão é mais barata, o círculo de leitores é mais largo, há sociedades que em suas *trasacion* ou *compte-rendu* fazem seriamente e com proveito o que aqui o Instituto Histórico imitou, ou antes quis imitar” (Abreu,1880, EE 4ª. Série, 166). No Brasil, além da imitação questionável por parte do IHGB no que se refere à edição de documentos, o governo contribuiria parcamente para com esse tipo de iniciativa. Tal dificuldade seria sentida por ele mais tarde, quando pretendeu reunir e publicar documentos sobre o país e precisou se valer de artimanhas editoriais e da contribuição de amigos mais abastados financeiramente para consecução de seus objetivos.

As principais críticas de Capistrano quanto à forma como Melo Moraes editou os documentos foram assim descritas:

O primeiro é que os seus documentos saem às vezes truncados ou fora do lugar conveniente. O segundo é que, tendo de se ocupar de mais de três séculos de nossa história, o laborioso escritor não pôde tratar completamente de nenhum no que está publicado. Assim, um volume de *Corografia* trata do século XIX, outro do século XVI, outro do século XVII, outro dos jesuítas, transcrevendo este, por exemplo, toda a *mônia secreta*, que em primeiro lugar em nada interessa ao Brasil de modo particular e em segundo lugar é de autenticidade contestada mesmo pelos inimigos da Companhia. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 30.10.1880, EE 4ª.Série, p. 166)

Era preciso uma dedicação maior a esse trabalho do que o próprio Melo Moraes,

apesar do gosto pela atividade, poderia dispensar a ela. Capistrano enfatizava que os defeitos presentes na *edição* poderiam ser evitados se o editor não tivesse que recorrer à clínica médica para obter sua subsistência. Editar documentos conforme as regras dizia respeito a uma especialidade profissional que até então era pouco valorizada no país. Além da atividade na Biblioteca Nacional, é provável que em nenhuma outra instituição, até aquele momento, se percebia qualquer remuneração pelo ofício.

A Crônica Geral e Minuciosa do Brasil, também publicada por Melo Moraes, trouxe à luz documentos inéditos sobre o país, mas pouco proveito apresentava para os estudiosos devido ao método adotado para a composição do livro. Segundo Capistrano

Na *Crônica*, o Dr. Melo Moraes seguiu um sistema, que em parte aprovamos e em parte não nos satisfaz: em vez de transcrever os documentos integralmente, dá simples extratos deles.

A parte em que aprovamos este sistema é quando se trata de nomeações, alvarás de lembrança, provisões, etc. Publicar tais papéis é tempo perdido, porque nada adiantam e, repetimos, o Dr. Melo Moraes fez muito bem em dar deles um resumo.

Quando, porém, se trata de regimentos, de informações enviadas do Brasil, parece que o texto completo seria preferível. Por exemplo, as cartas de D. Duarte da Costa não devem continuar mais tempo inéditas; justificam a memória daquele distinto governador que, por causa das lutas com o fogoso e irascível D. Pero Sardinha, tem há quase três séculos sido constantemente vilipendiada. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, 30.10.1880, EE 4^o.Série, p. 167)

Ao editor caberia discernir o que publicar, quanto publicar, em que ordem, visando favorecer o uso da edição por outros pesquisadores e garantir a preservação e vulgarização das informações.

A relação de Capistrano com documentos e o trabalho na Biblioteca Nacional iam afinando o seu discurso na crítica e o seu ofício de historiador. Tateando os documentos, apreendendo a atividade de edição e publicação como coletiva, fazendo incursões nas obras e períodos, elaborava reflexões sobre a história, sobre Brasil e sobre a história do Brasil. Ensaiaava hipóteses, aplicava as teorias sociológicas assumidas e descobria uma infinidade de assuntos a serem tratados como questões pela historiografia brasileira. Na escrita de seus artigos, nos jornais desse período, vemos as concepções de história de Capistrano percorrer trajetórias específicas e gerais, individuais e nacionais com a mesma intensidade. Descobrir o específico era poder analisá-lo como um evento geral, sair do geral para o específico era poder verificar se a teoria se confirmava e como agia numa dimensão local e mínima como o próprio indivíduo. Essa perspectiva funcionava como sua pré-concepção do mundo, herdada

do positivismo de Comte e Spencer, em que todos os fatores seriam interdependentes. Essa, poderíamos dizer, seria uma importante contribuição do positivismo para o desenvolvimento de suas perspectivas históricas. Somada à experiência na Biblioteca Nacional contribuiria para que se desenvolvesse no historiador uma perspectiva muito próxima a de Ranke no processo de individuação e singularização da história. No entanto, uma relação de simpatia com as idéias românticas e o encontro com a sociologia propiciava a Capistrano não perder de vista outros fenômenos que agiam continuamente por meio da influência mútua, como ele sempre considerava em suas análises.

A atividade como funcionário na BN realizada ao mesmo tempo em que a crítica no *Jornal Gazeta de Notícias* e suas incursões nas pesquisas e reflexões sobre a história iam demarcando lugares, procedimentos e concepções históricas que configuravam um novo quadro referencial para a produção historiográfica brasileira. A idéia de prova, materialidade, verificabilidade e explicação vai se sobrepondo à história como “mestra da vida” baseada predominantemente na retórica. Os vestígios do passado adquirem o estatuto de testemunho histórico e a história aos poucos deixava de ser algo evidente na compilação de documentos, ordenação cronológica, biografias para se tornar um campo investigativo, no sentido estrito do termo, como o estabelecido contemporaneamente por Ginzburg (1989, p. 143).

Este autor em seu capítulo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* explicitou o entendimento de que no final do século XIX se estaria estabelecendo um novo modelo epistemológico no âmbito das ciências humanas e sociais que podem ser percebidos no processo pelo qual Capistrano vivenciava ao se tornar historiador.

O paradigma indiciário trabalhado por Ginzburg remonta a todo um desenvolvimento cognitivo que teríamos herdado dos homens do período neolítico. O lado instintivo da investigação de pistas, sinais, rastros, vestígios utilizados pelos caçadores-coletores para obter o alimento seriam as raízes dessa forma de pensar, que teria sido incorporada na vivência cotidiana e que mais tarde foi assumida em diferentes disciplinas tais como: a história, arqueologia, geologia, astronomia física, paleontologia, como reformulação de antigos saberes. Esse paradigma teria por base o conhecimento do individual, do único por meio do exame dos pormenores mais negligenciáveis e imperceptíveis para a maioria. Com a ciência galileana esse paradigma tem dificuldade de se afirmar, já que dentro desse outro modelo epistemológico não se poderia falar do individual, e o mundo conhecível deveria ser explicado por meio da quantificação e da repetibilidade dos fenômenos (Ginzburg, 1989, p. 157).

Para Ginzburg, foi durante o século XVII, com os métodos do conhecimento antiquário incorporados à produção historiográfica, que o paradigma indiciário teria sido incorporado à história. Essa incorporação teria permanecido inalterada mesmo com as exigências de cientificidade do século XIX. A história se manteve, segundo esse autor, “como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto” (Ginzburg, 1989, p. 157).

Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural. (Ginzburg, 1989, p. 157)

O momento vivido por Capistrano com suas experiências e leituras é, como vimos, de afirmação das ciências do homem na sua relação intrincada com a tradição do conhecimento histórico baseado na retórica, de técnicas de trato com documentação enquanto relíquia e testemunho da verdade e as perspectivas da ciência enquanto um mecanismo que produz um conhecimento generalizante sobre a sociedade. O caso de Capistrano, nesse sentido, é importante para pensarmos os confrontos não apenas da história, mas das ciências humanas de maneira mais ampla. O que pode ter garantido o seu diferencial frente à tradição e às características de sua geração, talvez tenha sido justamente a articulação entre esses dois paradigmas: o indiciário e, portanto, individual, e o generalizante, das nascentes ciências sociais, representado largamente por Comte e Spencer.

O cuidado com o específico e a leitura dos pormenores dos documentos para estabelecer sua veracidade testemunhal não permitiram que Capistrano fosse coagido pelos processos de generalização e cedesse ao ideal de quantificação. Ao mesmo tempo, as hipóteses lançadas por meio de teorias generalizantes ampliavam seu leque de questões aos documentos individuais e possibilitavam arriscar considerações explicativas sobre o funcionamento da sociedade. Se podemos, por meio da leitura de suas reflexões e de sua prática profissional, arriscar essas ponderações é por que se tornou perceptível que o estabelecimento de um paradigma investigativo na prática historiográfica exercia e ultrapassava a prática erudita para determinar datas, acontecimentos e personagens. Possibilitando outro processo cognitivo que incorporava o paradigma indiciário, investigativo

para “solucionar” enigmas ou problemas de pesquisa mobilizadores.

Diante das transformações na produção científica ocorrido no início do século XIX, a história poderia ter sido submetida completamente à exigência da descoberta de leis que explicassem os processos históricos, tal como postulava o entendimento das ciências da natureza. No entanto, como assinalou Collingwood (1972, p. 168), o método histórico desenvolvido e que se assentou na produção historiográfica no início daquele século, a exemplo das perspectivas do trabalho de Ranke, teria garantido que a história não tivesse maiores prejuízos diante do paradigma galileano.

Segundo Collingwood (1972, p. 168),

(...) os historiadores dos princípios e meados do século XIX tinham elaborado um novo método de utilizar as fontes – o método da crítica filológica. Este consistia, essencialmente, em duas operações: primeiro, a análise das fontes (que ainda eram fontes literárias ou narrativas) nas suas partes competentes, distinguindo nelas os elementos mais recuados ou mais próximos no tempo, o que tornava possível ao historiador estabelecer diferença entre o que é mais e o que é menos digno de confiança; e depois, a crítica interna mesmo das partes mais dignas de confiança, mostrando como o ponto de vista do autor afectava o seu modo de apresentar os factos e permitindo assim ao historiador tomar em consideração as deformações produzidas.

Ou seja, mesmo com o desenvolvimento da ciência positivista comteana, o processo de elaboração historiográfica conseguiu distinguir seus procedimentos diante das demais ciências. Bastando para afirmar sua importância “descobrir e relatar os factos, em si mesmos: nas célebres palavras de Ranke, *wie es eigentlich gewesen* [como verdadeiramente aconteceu]”, sem a necessidade de estabelecer leis gerais (Collingwood, 1972, p. 169). No entanto, bem sabemos que o positivismo influenciou consideravelmente todo o pensamento do final do século XIX e, na história, a ideia de isolar os fatos e analisá-los em detalhes tinha a função, para muitos historiadores do período, de servir para estabelecer as relações de causa e efeito e as leis gerais do desenvolvimento humano (idem p. 170). Havia, então, duas perspectivas claramente em disputa: a história como processo de generalização e a história como narrativa única, construída com base em textos escritos, a respeito do que “realmente teria acontecido”. As duas partiam de ideais de cientificidade. Principalmente pelo fato de, como explicitou Ginzburg (1989), a crítica textual ter desenvolvido suas potencialidades científicas ao levar em conta apenas os elementos reprodutíveis de um texto escrito, eliminando todos os dados sensíveis tais como odores, sabores, sons, conferindo ao texto uma materialidade estável e libertando-o de questões qualitativas (Ginzburg, 1989, p. 158). Um

exemplo desta cientificidade reivindicada pela história é a proposição de Ranke (1795-1885) que, conforme argumenta Rodrigues, “provava a inutilidade das histórias gerais como fontes principais e a necessidade de o historiador usar arquivos e documentos (...) e tornou o método, a pesquisa e a investigação das fontes um processo científico” (Rodrigues, 1970, p. 53), reservando, desta forma, especificidade ao método de investigação histórica diante do método das ciências da natureza.

No caso de Capistrano, essas questões vêm à tona com muita facilidade, pois passou a se utilizar dos métodos eruditos na análise das fontes após seu trabalho na Biblioteca Nacional e manteve, pelo menos por algum tempo (Rodrigues, 1977; Wehling, 1999; Falcon, 2004), o desejo de aplicar as teorias de generalização às suas análises, inclusive as teorias positivistas e evolucionistas que adquiriu junto aos seus contemporâneos e explicitou em seus primeiros escritos que datam da segunda metade dos anos de 1870. Tendo a preocupação moderna de constituição de nexos e relações entre os fatos, expressos numa forma sintética de narrar a partir da interpretação e não da descrição. O que implica dizer que a forma de lidar com as fontes em termos de procedimentos, estava vinculada às interpretações que deveriam fazer parte de um sistema maior de conhecimento da realidade.

Poderíamos dizer, inclusive, que as técnicas eruditas de leitura e estabelecimento da veracidade dos documentos e suas informações mediarão os dois paradigmas: o indiciário e o científico. Sendo assim, tanto as perspectivas relativas à aplicabilidade de teorias gerais sobre o funcionamento da sociedade quanto um olhar específico sobre os documentos históricos seriam fatores que o definiriam enquanto historiador moderno e se configurariam em elementos importantes para pensar a experiência de Capistrano e as expectativas em torno do próprio trabalho historiográfico.

Importante salientar, para que o processo de constituição de Capistrano de Abreu enquanto historiador não pareça um desdobramento lógico das transformações de um campo de saber, que o historiador se destacou frente aos demais intelectuais brasileiros ao efetuar essa articulação entre o processo de generalização exigido pela ciência moderna, em especial pelo positivismo, e o estudo do específico como se apresentava ao historicismo rankeano. Esse descolamento reflexivo, por sua vez, estava diretamente vinculado com o desenvolvimento de um aprendizado em torno de técnicas, procedimentos de trabalho e um lugar social que constituíam a especificidade relacional de Capistrano de Abreu.

Por outro lado, as transformações na perspectiva historiográfica no sentido de estabelecer uma cientificidade caminhavam junto à perspectiva indiciária que exigia certo

grau de imaginação, em que intuições e lembranças faziam diferença no momento da interpretação histórica. Vamos ver adiante como essas formas de cognição teriam implicações nas posturas e interpretações de Capistrano sobre o passado.

3.3. Ciência e Imaginação histórica

Tudo teria começado com o centenário de Camões. O entusiasmo de Capistrano ao falar das comemorações realizadas no ano de 1880 demonstrava que a iniciativa causou boa impressão, pois “(...) ninguém contestará é que para o presente foi um grande acontecimento, espontâneo, coletivo, intenso e fecundo” (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, setembro de 1880, EE 4ª.Série, p. 241). Sua opinião caracterizada pelo ceticismo permeado por alguns elogios baseados num senso de justiça muito próprio, cedeu aos encantos e possibilidades inauguradas por uma exposição.

O que mais valor deu à participação da Biblioteca Nacional na festa do centenário foi a *Exposição Camoneana*. Quem, dotado de ciência e imaginação histórica, visitou o estabelecimento durante a exposição, há de ter sentido bem fortes vibrações, vendo em espaço estreito agrupadas tantas reminiscências e tantas idades. Aqui, as colchas que encobriam as paredes falavam na Índia, a mãe da história e da civilização. Ali, os vasos e jarros chineses não lembravam só o desterro injusto do poeta: lembrava um povo industrioso, compacto, civilizado, quando a Europa ainda era bárbara, amálgama de grandezas e misérias que a ciência ainda não pôde explicar. Além, os quadros e retratos lembravam as personagens do poema; as divindades luminosas da Grécia; os passos sanguinolentos dos romanos; as lutas homéricas dos portugueses. Mais longe, as edições várias e sucessivas d’*Os Lusíadas* traziam à mente as gerações sucessivas que foram haurir neste golfão de amor à pátria. A um canto, os cabelos louros de D. Inês pareciam ainda cintilar aos lábios apaixonados de D. Pedro. (Livros e Letras, *Gazeta de Notícias*, setembro de 1880, EE 4ª. Série, p. 241).

Capistrano falava de uma sensação diferenciada provocada pela *Exposição* aos que com “ciência” e “imaginação histórica” conseguiriam apreender “tanta reminiscências” e “tantas idades” dispostas na pequena sala. Ciência e imaginação poderiam, enfim, caminhar juntas, para que aquele agrupamento artificial de vestígios de outros tempos pudesse fazer sentido. As “vibrações” sentidas por Capistrano eram provocadas por lembranças não vividas propriamente por ele. Lembranças provocadas por leituras, formas de apreensão das obras de Camões, de acontecimentos e especificidades constitutivas de sociedades históricas

precedentes. Em suma, experiências de outros tempos que ele apreendera pelo escrito e pelas imagens que a leitura provocava. A exposição, seus objetos eram evocativos, tinham a capacidade de mobilizar o visitante. Nesse sentido, Capistrano deixava transparecer uma questão: a fruição daquele momento estaria somente no contato com os vestígios evocadores ou seria necessário ter um conhecimento anterior para “ver” o que eles tornavam possível ver? Independente da resposta a esta questão, a narrativa de Capistrano sobre a exposição nos remete a sua própria atitude para com o passado, dentro de perspectivas que se assentavam no século XIX. Mesmo a racionalidade presente, a experiência somente se constituía pela dimensão sensorial da exposição que teria provocado uma articulação entre o presente visível e sua experiência vivida enquanto cultor da história. Além do seu “valor histórico” estaria embutido no contato com a exposição o seu “valor de época”¹⁵⁴, presente na ênfase em “tantas idades”, “lembranças”, “reminiscências”, “gerações sucessivas que vinham à mente”. Esses “valores” atribuídos aos vestígios do passado foram caracterizados por Riegl no início do século XIX. Para esse autor, como sintetiza Bann (1994, p. 141)

O valor artístico pouco necessita de explicação ulterior, visto que se relaciona com as hierarquias de valor absolutas cultuadas na tradição ocidental, pelos menos desde a Renascença. O valor histórico é igualmente auto-explicativo; ele implica, como coloca Riegl, considerar um monumento em termos de “seu *status* original como artefato” – mais do que por “traços do declínio natural que ocorreu desde a sua criação”. Oposto a esta tendência inevitavelmente idealizadora, Riegl estabelece o critério de “valor de época”, que é definido por sua imediata acessibilidade à percepção: ele incorpora “um imediato efeito emocional que não depende de conhecimento acadêmico nem de educação histórica para sua satisfação, já que é evocado pela simples percepção sensorial”.

Mais que informações sobre as peças, o que elas ofereceram foram cenas da história, os objetos estariam articulados a uma diversidade de fenômenos propostos pela associação da capacidade evocativa e a capacidade imaginativa do visitante, numa inter-relação entre o presente e o presente ausente oferecido pelo objeto ao espectador. Nesse sentido, podemos fazer um paralelo das impressões de Capistrano com a proposição de Proust, em que Bann (1994, p. 150) enfatiza “o poder talismânico” do adjetivo “histórico” “para a experiência da história como uma alteridade mediata”. O texto de Proust que Bann utiliza tem muitas

¹⁵⁴ Nessa discussão sobre o “valor” do passado, Bann faz uma curiosa articulação entre Nietzsche e Alois Riegl, demonstrando que os dois identificaram a presença sensorial nos vestígios do passado que teriam relações com a presença dos diferentes valores, num mesmo tempo histórico. Riegl introduziu importante discussão para compreensão do que entendemos hoje como patrimônio cultural, procurando discriminar entre “valor artístico”, “valor histórico” e “valor de época”. A questão que permeia essa obra está no próprio título de seu ensaio “O culto moderno aos monumentos”. (Bann 1994, p. 141)

semelhanças com o próprio exercício experimentado por Capistrano

(...) Olhe para as torres de Guermantes; elas ainda espreitam a cavalgada da rainha Gertrudes em sua dedicação a Charles, o Mau. Elas não viram nada desde então. O momento em que as coisas existem é determinado pela consciência que as reflete; nesse momento, elas tornam-se idéias e recebem sua forma; e sua forma, em sua perpetuidade, desdobra um século dentro de outros. (Proust apud Bann 1994, p. 150-151)

Impossível não relacionar a “cavalgada da rainha Gertrudes em sua dedicação a Charles, o Mau” e “os cabelos louros de D. Inês [que] pareciam ainda cintilar aos lábios apaixonados de D. Pedro”. Enquanto atividade mediada pelos vestígios do passado, a história, como entendia dever ser Capistrano de Abreu, trabalharia com os dois modos de apreendê-los que não seriam excludentes entre si: a ciência e a imaginação histórica. Os dois estariam baseados numa relação de proximidade e distanciamento, fazendo o exercício do único para o todo ou o inverso, do todo para o único. O único muitas vezes aparece como o documento, o vestígio utilizado para inferir processos de generalização, ou mesmo a apreensão de épocas e momentos da história que emergiam pela evocação provocada pela materialidade do passado.

Uma das principais características assinaladas por Koselleck (2006, p. 51) na apreensão do *topos* moderno do significado da história, a história enquanto singular coletivo é a de que

Passou-se progressivamente a exigir unidade épica também da narrativa histórica. Os fatos do passado puderam ser traduzidos para a realidade histórica apenas por seu trânsito pela consciência, o que se pode entender como uma consequência da querela sobre o pirronismo. Como disse Chladenius: a história só pode ser reproduzida por meio de “imagens rejuvenescidas”. Passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz – em lugar de seqüências cronológicas – os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento casual uma ordem interna.

O exercício frente à exposição é aquele que possibilitava mais uma vez a Capistrano demarcar o seu distanciamento frente ao antiquariato ou à história exemplar. O objeto que poderia ser tomado como fetiche, não deixava de ter uma força evocativa pelas sensações que provocava, mas era chamado, pela historicidade comportada, a compor um universo de fenômenos, por meio de uma atitude a um só tempo reflexiva e imaginativa do historiador. A

perfeita noção de alteridade entre o presente do historiador e a do objeto de outro tempo se tornava fundamental para o historiador moderno. Somente a partir desse reconhecimento é que se conseguiria apreender “um século desdobrado dentro de outros”, como diria Proust, para fazer a leitura “correta” da situação produtora de tais vestígios, sem medo dos anacronismos, e apreendendo uma época em suas feições¹⁵⁵.

Essa atitude resolveria, em alguma medida, as questões colocadas por Riegl, do “culto moderno aos monumentos”, e também as questões colocadas por Nietzsche, que vínhamos trabalhando, das atitudes para com o passado predominantes no século XIX. Podemos dizer que em sua perspectiva perante o passado, Capistrano comungava com a atitude explicitada na argumentação de Riegl, que chama a atenção para dois aspectos importantes: a primazia da visão frente aos demais sentidos, questão cara aos historiadores modernos¹⁵⁶ e a constituição de um sistema de percepção que vai da parte ao todo. Nas palavras de Riegl, as atitudes para com os vestígios do passado

(...) envolvem, por um lado, um ordenamento hierárquico dos sentidos e os efeitos de sentidos admitidamente inferiores, como tato, paladar e olfato, na companhia do órgão superior da visão, e, por outro lado, a construção de um sistema de “parte” e “todo”, de acordo com o qual percepções limitadas mas imediatas do “passado” podem ser integradas em uma consciência global da história como dimensão à parte, mas acessível, da experiência. (Riegl, Alois, 1999, p. 140).

O próprio exercício de crítica das fontes, trabalhado no tópico anterior, está relacionado com esse procedimento de notação e escrutínio do documento que possibilitaria um movimento posterior de reordenamento do específico em situações mais amplas, as quais a imaginação histórica e os conhecimentos já produzidos ajudariam a conformar.

Nesse sentido as duas expressões utilizadas por Capistrano para descrever o

¹⁵⁵ Oliveira (2006, p. 79-80) ressaltou a importância das épocas na obra de Capistrano, elemento que para José Honório Rodrigues, segundo a autora, era um fator distintivo do historiador, na medida em que aprofundava as questões sobre a periodização da História do Brasil. A preocupação com a unidade épica é outro elemento distintivo da história moderna. Segundo Koselleck (2006, p. 52) “somente a história compreendida como um sistema possibilita a existência de uma unidade épica, capaz de trazer à luz e ao mesmo tempo de consolidar suas relações internas”.

¹⁵⁶ Para Cezar (2000, p. 38), analisando a publicação de Varnhagen do manuscrito de Gabriel Soares, a operação historiográfica realizada pelo historiador seria aquela que “valida a representação textual de uma experiência vivida por um indivíduo europeu nas terras do Novo Mundo, tem por pressuposto a possibilidade de a fonte exprimir enunciados verdadeiros. Recurso fundamental à conversão de um texto em fonte fidedigna do passado, as «marcas de verdade» dos relatos quinhentistas são efeitos, em proporção não negligenciável, do *olhar*, ou sobretudo da *autópsia*, ou seja «o olho como marca de enunciação, de um *eu vi* como intervenção do narrador no seu relato, para provar». Princípio teórico-metodológico que rege a produção do relato e que estabelece seus limites, a *autópsia* é também, em grande medida, a condição que justifica o texto nos séculos que se seguem: é somente porque o autor realmente viu o que se passou que seu texto torna-se uma fonte histórica (ou literária).”

fundamento da experiência “vibrante” enquanto espectador da *Exposição Camoneana*: “ciência e imaginação histórica” são os mesmos que estarei trazendo aqui para discussão desse processo de reconfiguração dos sentidos remetidos à idéia de documento histórico e não mais a de relíquia, presentes nas novas atividades da Biblioteca Nacional e na forma como Capistrano perspectivava redigir suas histórias do Brasil. Vou tratar primeiramente de como a Biblioteca Nacional apresentou novas questões ao seu acervo e como o documento ganhou novo estatuto por meio da primeira *Exposição e Catálogo sobre História e Geografia do Brasil*. Posteriormente procurarei me deter em como a idéia de completude apresentada por meio do ordenamento do catálogo contribuiu para construção de um panorama do que seria o país, oferecendo ferramentas importantes para uma questão que ainda estava em aberto: como o Brasil teria se formado a partir de uma perspectiva interna ou de sua configuração externa, visível na conformação territorial? Questão que Capistrano teria construído, junto ao processo de mutação das concepções de história, na sua relação com uma técnica específica de trabalho, trazendo consigo outro questionamento: como dar vida aos documentos de modo a melhor compreendê-los e apresentá-los? Ciência e imaginação histórica, portanto, se reafirmavam nesses primeiros anos de formação de Capistrano de Abreu enquanto um historiador moderno no espaço e tempo em que vivia.

3.3.1. Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil

O sucesso entre o público e os envolvidos na organização da *Exposição Camoneana* teria sido o ensejo para que Ramiz Galvão tivesse a idéia de organizar a *Exposição Brasileira*, que seria inaugurada em setembro de 1881, como anunciava Capistrano no *Almanaque da Gazeta de Notícias*, escrito em setembro de 1880. A *Exposição* teria como finalidade “apresentar reunido tudo quanto se refere à história, geografia e etnografia do Brasil: impressos, manuscritos, cartas, quadros, retratos e moedas” (EE 4ª.Série, p. 241). Naquele momento em que se começava sua organização ela era denominada por Capistrano de Abreu de *Exposição Brasileira* e o adjetivo “brasileiro” trazia consigo a idéia de um trabalho coletivo em que muitas pessoas e instituições seriam mobilizadas para a formação de um conjunto representativo do país

A Biblioteca Nacional é extraordinariamente rica desses objetos. E se o Instituto Histórico despertar do seu sono de crisálida; se o Arquivo Público enviar quanto possui de interessante; se particulares, como o Dr. Alves de Carvalho, Melo Morais, Cândido Mendes, também concorrerem, a *Exposição Brasileira* excederá a *Exposição Camoneana*. Ao mesmo tempo, o catálogo será melhor e mais completa bibliografia histórica, pois conterà uma enumeração quase exaustiva das fontes. (*Almanaque da Gazeta de Notícias*, setembro de 1880, EE 4º. Série, p. 241).

O artigo de Capistrano no *Almanaque* fazia um apanhado dos “acontecimentos literários” do ano de 1880. Um mês antes, 19 de agosto, Ramiz descrevia ao então Ministro dos Negócios do Império, Barão Homem de Mello, a concepção da *Exposição*, encaminhando anexo à correspondência o plano geral e as instruções para encaminhamento de documentos por parte do governo, para participação no evento¹⁵⁷. A essa altura a exposição já estava concebida em pormenores e tornavam-se perceptíveis duas alterações importantes para o entendimento tanto do papel da BN na configuração de novos valores para seus acervos, como para provocar algumas reflexões sobre a manutenção do sentido utilitário da reunião dos mesmos. Na carta ao ministro, Ramiz Galvão afirmava que:

O intuito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro promovendo a “Exposição da História do Brasil” é trazer a luz a massa enorme de **riquezas históricas** que existe esquecida ou a bom recato em poder de estabelecimentos públicos e em mãos de particulares em todo o Império, e aproveito este ensejo para organizar um catálogo completo de quanto possa pertencer ao referido ramo de estudos, - obra que servirá de guia aos cultores desta seara, ponto de partida para investigações [...] - e **tesouro de informações sobre o nosso território, que será tanto mais bem administrado e mais feliz, quanto mais perfeitamente conhecido for.** (Carta do diretor da Biblioteca Nacional Ramiz Galvão ao Ministro dos Negócios Império, Conselheiro Barão Homem de Mello, datada de 19 de agosto de 1880. (Manuscritos BN, folha 1; grifos meus)

A alteração no discurso de Ramiz Galvão pode ser percebida ao ser comparada à apresentação do primeiro volume dos *Annaes da Biblioteca Nacional*, de 1876. Mesmo os dois projetos manifestando igualmente a intenção de divulgar documentos do acervo da BN relativos ao Brasil, podemos atentar para a diferença no uso dos termos “riquezas litterárias”, presente nos *Annaes* (ver item 3.1.), e “riquezas históricas” na correspondência ao ministro. Um detalhe que chama a atenção na concepção da exposição e no tratamento dado ao acervo. Podemos observar certa especialização presente nessa apresentação. Mesmo tratando-se ainda

¹⁵⁷ Ofício do diretor da Biblioteca Nacional Ramiz Galvão ao Ministro dos Negócios Império, Conselheiro Barão Homem de Mello, datada de 19 de agosto de 1880. (Manuscritos BN)

de riquezas, não havia a generalidade que o termo literatura teria consolidado e que é retomado de quando em quando nos pronunciamentos do período, a exemplo da apresentação do próprio Catálogo elaborada por Ramiz¹⁵⁸ e de sua organização interna, dividido em duas grandes seções: a literária e a artística. Apesar da instabilidade, os termos histórico, artístico e literário reuniam em si os conhecimentos possíveis sobre o país, e, vale dizer, variavam com mais frequência em Ramiz que em Capistrano.

Se observarmos a idéia de Capistrano sobre a *Exposição* ao apresentá-la no *Almanaque* perceberemos também que o termo que aparece já não é o utilizado por Ramiz: *tesouro* e, sim, *fonte*, mesmo os dois escrevendo no mesmo momento. Essa pequena alteração nas formas de tratamento documental nos remete, em alguma medida, a separação que se fazia (pre)ver entre a atitude de Capistrano, envolto em questões já próprias ao modo de fazer história, e a de Ramiz Galvão, diretor de um estabelecimento que, entre as finalidades principais, estava o abrigo dos documentos, sua ordenação, classificação e disponibilização para os leitores. Nesse momento, Capistrano estava ao mesmo tempo dentro e fora da instituição. Dentro, por ser funcionário e por participar de uma série de procedimentos voltados ao ordenamento do acervo da BN. Fora, por efetuar uma transformação daquele acervo apreendendo-o enquanto fonte para o historiador, o que implicaria, necessariamente, dessacralizá-lo em seu lugar de culto, a instituição depositária.

Não se deve esquecer, de todo modo, que Ramiz Galvão foi o agente intermediador da promoção de um movimento de inserção da Biblioteca e seu acervo na perspectiva de instituição a serviço das demandas do seu tempo, alterando sua ação e seu propósito. Sua ação voltou-se a um cuidado especial com a documentação sobre o país, procedimento que diante de sua tradição vinculada às obras clássicas e sua dificuldade de modernização, propiciou o desenvolvimento de uma tonalidade política ligada à ação pública e à história nacional. Enquanto propósito, percebe-se que ao tempo em que agia politicamente procurava servir a destinatários específicos. A esse respeito chama a atenção, por exemplo, quando Ramiz remete a *Exposição* e o *Catálogo* não mais ao bibliófilo, ao literato, ao amador e ao sábio, presentes na apresentação dos *Annaes*. Quatro anos depois, o projeto de divulgação documental destinava-se aos “cultores” da história, sendo entendido o Catálogo como “ponto

¹⁵⁸ Na apresentação do Catálogo publicado em 1881, Ramiz Galvão se utiliza novamente do termo “thesouros literários” e não históricos para tratar dos vestígios reunidos e expostos. “A consulta ao Catálogo revelará claramente a quem neste particular mais devemos, e a quem devemos o melhor; o nosso reconhecimento entretanto é igual para com o magnanimo Imperador e para os mais modestos contribuintes, pois que se-uniram todos em accorde e nobilíssima cruzada a favor da Idea. Nesta justa de thesouros litterarios e artísticos não se-poderá dizer que houve vencedores nem vencidos, porque são todos beneméritos brasileiros ou generosos amigos do Brazil”.

de partida para as investigações”. Muito embora a exposição objetivasse se apresentar a um público mais amplo, o *Catálogo*, por sua vez, fazia sentido aos que se interessassem em expandir uma área específica de conhecimento: a História e mais propriamente a História do Brasil. Se atentarmos para a comunicação sobre o evento feito por Capistrano em setembro de 1880, citado anteriormente, esse aspecto fica bem evidente. Repetindo, para o historiador, o Catálogo seria a “melhor e mais completa bibliografia histórica, pois conterà uma enumeração quase exaustiva das fontes” (*Almanaque da Gazeta de Notícias*, setembro de 1880, EE 4ª. Série, p. 241).

Enquanto espaço público a Biblioteca assumia, ao organizar a *Exposição* e o *Catálogo*, o papel de “centro” que visava reunir e promover a divulgação de informações sobre o país. Nesse sentido, além da dimensão identitária que constituía a idéia de uma Biblioteca Nacional é importante trazer para o debate a discussão que Latour (2008) faz desse tipo de instituição, possibilitando a visualização de suas potencialidades, iniciada com a redefinição de seu lugar social. Latour entende Biblioteca

(...) como o nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matéria tornando-se signos”. A biblioteca não se ergue como o palácio dos ventos, isolado numa paisagem real, excessivamente real, que lhe serviria de moldura. Ela curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de *dispatcher*, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimenta continuamente (Latour, 2000, p. 39)

Para o autor, bibliotecas, coleções, gabinetes de curiosidades, o livro, o relato de viagem têm a capacidade tanto de reduzir quanto de possibilitar a ampliação do mundo material, como dois exercícios de complementaridade. Na medida em que se reúne e se constrói um centro de informações ele pode funcionar como um centro difusor, distribuidor que possibilitaria estabelecer relações múltiplas a partir das informações reunidas. O ato de reduzir compreende as atividades de extração, seleção, remoção - transforma a matéria observada em inscrição. O ato de ampliar, a partir da redução, implica em comparar, relacionar, produzir conhecimento a partir de uma inscrição. Desta forma, a Biblioteca poderia ser vista como um lugar que promove a ampliação e a multiplicação de conhecimentos enquanto um “conjunto da rede de transformações que liga as inscrições ao mundo” exercendo os deslocamentos: “redução e amplificação” que produzem um número cada vez maior de inscrições.

Nesse sentido, não é possível ver a Biblioteca como um lugar apenas de coleta, preservação, ordenação. É tudo isso, mas é também uma espacialidade e um lugar social,

como diria Certeau (2002, p. 66) onde se desenvolvem atividades, procedimentos que neste momento da análise estão direcionadas a um sujeito autorizado que delas fará uso. Por mais que os meandros da atividade técnica interna permaneçam em algum grau “alienados”, no sentido de que aquela ordenação não visaria, necessariamente, responder a questões prévias de pesquisa - o que se configurou em uma premissa da perspectiva de Capistrano de Abreu -, tanto a reunião quanto a disponibilização do acervo demonstravam intencionalidades bem precisas naquele momento: servir aos investigadores da história nacional. Desta forma a BN era também um meio que possibilitava o refinamento do Capistrano historiador. Ao historiador enquanto ofício caberia executar a ampliação de sentidos a partir das inscrições reunidas e disponibilizadas. A reconfiguração da Biblioteca Nacional estaria, portanto, vinculada à própria figura deste investigador, ao estabelecimento de um ofício, possibilitando caracterizar melhor o que teria sido o século da história no Brasil e os significados da história moderna no final do século XIX.

Neste momento da Biblioteca Nacional acontecia uma transformação importante para pensarmos os *lugares de acervo* que se instituíam no país, justamente pela perspectiva assumida de deixar um legado aos investigadores contemporâneos à iniciativa e aos futuros. Nos *Annaes* a dimensão da investigação histórica é menos ressaltada do que a idéia de divulgação; já no segundo momento, na Exposição e no Catálogo, a História e a Geografia são o motivo da mobilização da equipe da Biblioteca. Independente de a quem devemos dar crédito à idéia de realização do evento e da publicação, se ao Barão Homem de Melo ou se à equipe da Biblioteca Nacional, o que podemos depreender é que a instituição procurava contribuir com o desenvolvimento das duas áreas, oferecendo, por assim dizer, a matéria prima com a qual seria possível escrever sobre história do Brasil e melhor conhecer seu território.

Como vimos, persistia a tradição relativa à forma de tratar a documentação histórica sobre o Brasil que se referia às descrições espaço-temporais com uma finalidade utilitária: conhecer para melhor administrar. Muito embora o *topos* não tenha se alterado completamente, foram acrescentados pelo menos dois novos usos e finalidades a esses documentos descritivos que rivalizariam com essa função inicial: o desenvolvimento de duas áreas distintas de conhecimento e o estabelecimento da idéia de legado como testamento, situação que discutiremos adiante. Estas novas atitudes ampliavam o significado dos acervos, que não serviriam apenas para utilização administrativa. O acervos passavam a abrigar a simbolização explícita da nação e procuravam favorecer, por meio da investigação e da

patrimonialização do passado, um processo de descoberta, desvelamento e produção de sentido à existência do país.

Outra perspectiva latente era a autonomização de áreas de conhecimento frente à prática administrativa estatal. Por mais que a BN fizesse parte do aparato do Estado, seus funcionários pareciam ter uma atuação mais independente, o que é possível ser dito diante organização do evento e do Catálogo de forma autônoma por parte da equipe. Inclusive, conforme observa Capistrano de Abreu, apesar de Ramiz ter remetido a iniciativa do empreendimento ao Barão Homem de Melo, então Ministro do Império, este não teria a menor idéia da grandiosidade dos resultados¹⁵⁹. A exposição não era um projeto do Estado, embora estivesse intrinsecamente a ele vinculado. É perceptível na documentação relativa à organização do evento e do catálogo a atuação de um grupo de pessoas que pensavam desempenhar uma atividade que contribuía tanto para o enaltecimento da nação quanto para alvancar a compreensão do país por meio dos seus documentos. Capistrano, ao falar principalmente do Catálogo, enaltecia-o como grande obra. Em 1917, ao relembrar o processo de produção do catálogo em carta a João Lúcio de Azevedo, valorizava o trabalho da equipe

Em menos de um ano organizaram-se e imprimiram-se os dois volumes já seus conhecidos. Dois colaboradores sobressaíram a todos; Brum, médico baiano, chefe da seção de Estampas, e Vale Cabral, também baiano, da Seção de Manuscritos. Do meio para o fim da obra, Ramiz foi chamado para a cadeira de Botânica da E. de Medicina, e o peso caiu quase todo sobre Cabral. Foi uma pena, porque a cultura deste pobre amigo não era suficiente. (Correspondência a João Lucio de Azevedo, 25 de setembro de 1917, CCA, 1977, 70)

Na narrativa de Capistrano, a produção do Catálogo aparece como o feitio de uma obra que estava acima da capacidade do próprio grupo de empreendê-la. Nem por isso deixaram de fazer, assumindo o desafio diante de suas formações e experiências. Ainda falando a João Lúcio de Azevedo em 1917, dizia ele

Pude arranjar-lhe um exemplar do *Catálogo* de Alfredo de Carvalho: desejo muito que lhe chegue às mãos. Percorri-o do princípio ao fim e fiquei comovido. Nossa convivência [entre Ramiz e Capistrano] duraria pouco mais ou menos um mês [após Ramiz ter saído da BN]. Nossa

¹⁵⁹ Capistrano, anos mais tarde, ao fazer uma biografia de Ramiz Galvão ao amigo português João Lucio de Azevedo contava: “Em 1880 fez [Ramiz] uma exposição camoniana; daí a idéia da de história e geografia do Brasil. O Barão Homem de Melo, então ministro, tipo acabado de *bourgeois gentilhomme*, diz que a idéia foi sua; não duvido; juro-lhe, porém, que ele não fazia idéia do que podia ser uma exposição de história e geografia e devia ficar espantado de sua obra.” (Correspondência a João Lucio de Azevedo, 25 de setembro de 1917, CCA, 1977, 70)

correspondência não se manteve muito tempo: mas nunca diminuíram de minha parte os sentimentos de afeição. Espero que Oliveira Lima tenha adquirido a melhor parte e, mais feliz que seu patrício [Joaquim Nabuco, provavelmente], possa dar emprego ao precioso material reunido. Quando ele morrer, talvez as cousas corram melhores, e Pernambuco possa adquirir suas coleções. (Correspondência a João Lucio de Azevedo, 25 de setembro de 1917, CCA, 1977, 70)

A elaboração do Catálogo marcou época na vida de Capistrano, assim como sua dedicação ao mundo editorial e à reunião de documentos, como podemos depreender de sua avaliação das coleções que Oliveira Lima arregimentava. Seria uma sorte em sua opinião que as obras listadas no Catálogo fossem adquiridas por um brasileiro. O historiador imaginava que a biblioteca do diplomata voltaria ao Brasil nem que fosse após sua morte, já que as relações entre aquele e o governo não eram das melhores no momento em que escrevia¹⁶⁰. A comoção de Capistrano ao folhear o Catálogo, anos após sua elaboração, nos diz muito sobre o significado do empreendimento para os envolvidos.

A ambição da equipe da Biblioteca Nacional na realização da Exposição e na organização do Catálogo incluía, por exemplo, o mapeamento de documentos existentes no Império e fora dele que dissessem respeito ao país e pudessem contribuir com os “estudos históricos”. Nesse sentido, foram encaminhadas correspondências às províncias, particulares e instituições visando saber e arregimentar o que existia. Segundo Turazzi (2009, p. 100) foram requisitados “livros, manuscritos, cartas geográficas, autógrafos, medalhas, estampas, fotografias, quadros a óleo, desenhos, trabalhos de escultura”. A equipe da Biblioteca Nacional pretendia romper com os preciosismos relativos à “posse” de documentos e objetos, para torná-los relativamente públicos. A proposta era a de que os proprietários dos documentos os emprestassem à Biblioteca para a exposição e para a descrição no Catálogo e, fazendo isso, intencionavam obter doações para o seu acervo permanente, assim como indicar com quem poderiam ser encontrados alguns documentos.

Elaboraram também um questionário que enviado a todas as províncias, buscava detalhes de sua constituição geográfica e histórica (Guimarães, 2006). Desta vez, o objetivo era conhecer melhor o interior do Brasil num nível de circunscrição municipal, fator que diferia sobremaneira das incursões por questões de fronteira. O questionário se dividia entre as duas áreas e trazia as seguintes perguntas:

¹⁶⁰ A Biblioteca de Oliveira Lima, considerada a maior brasileira existente fora do país, foi doada em testamento para a Universidade Católica de Washington e o Brasil, apesar das tentativas, não conseguiu reavê-la.

Geografia: 1) Sobre as circunstâncias topográficas dos nossos municípios; 2) Aspecto geral. Qual é o aspecto geral do município? É ele montanhoso ou plano? Têm matas, campos, rios? 3) Se o município faz parte do litoral, quais são seus portos e mais ancoradouros? 4) Quais são e que préstimos têm as ilhas pertencentes ao município? 4) Qual é o nome, a direção das serras que atravessam o município? 6) Rios e lagoas. Quais são os rios e lagoas que pertencem ao município? Sua denominação e importância? 7) Salubridade. É o município geralmente sadio ou doente? Quais as moléstias que mais perseguem os seus habitantes? 8) Minerais. Quais são os metais e outros minerais com jazidas no município? 9) Madeiras. Nome e préstimo das madeiras de construção e marcenaria. Abundam ou são escassas? 10) Frutas silvestres. Nome e merecimento das diversas espécies de frutas indígenas, que crescem nas matas ou descampados. 11) Animais indígenas. Nome das diversas espécies de mamíferos, aves, peixes do mar e água doce, mariscos e insetos notavelmente úteis ou prejudiciais. **História:** 1) Datas e dados sobre o município; 2) População – A quanto monta o município; 3) Agricultura – em que consiste a indústria da lavoura, criação e pesca? 4) Indústria fabril – em que consiste ela? 5) Comércio – Em que consiste o de exportação e importação? 6) Instrução – Quantas e quais as escolas tanto primárias como secundárias, assim como públicas e particulares? Há bibliotecas e sociedades literárias? 7) Divisão eclesiástica – A que diocese pertence o município? Em quantas freguesias se divide? Data de suas criações. 8) Obras públicas – Quais são os edifícios pertencentes ao Estado, à Província e ao Município? Quais os chafarizes e fontes públicas? 9) Curiosidades naturais: quais cascatas, saltos e cachoeiras notáveis, e assim também as grutas, cavernas e outras curiosidades naturais? 10) Quais são as distâncias do município à capital da Província e às cidades e vilas dos municípios limítrofes? (Guimarães, 2006, anexo II, p. 233. Grifos meus)

Tenho a impressão que um dos principais responsáveis por reunir esses questionários teria sido Capistrano de Abreu, já que algumas correspondências foram emitidas diretamente a ele e constam da sua coleção particular na Seção de Manuscritos na Biblioteca Nacional. Pode-se perceber que a circunscrição municipal, obedecendo a um critério de divisão histórico-polícia do território, procurava abarcar por meio da rubrica “Geografia” todos os elementos físicos do ambiente, enquanto a rubrica “história” traria informações sobre a população e as formas de reprodução social por meio da economia, política, religião, arquitetura, instituições culturais. Chama a atenção no questionário o fato de as “curiosidades naturais” que englobavam cascatas, cachoeiras, saltos, cavernas, grutas constarem na seção relativa à história.

Com o questionário, seus organizadores pareciam querer obter um retrato de cada município que, por somatório, resultaria na visualização do país como um todo. A idéia de inventário se apresentava mais uma vez como necessidade para apreensão do país. Estabelecia-se com o município um quadro limitado de análise em que se encontrariam pessoas capazes de fornecer as informações solicitadas, adaptando, como sugere Chartier em

seu artigo *A história entre a geografia e a sociologia*, “a escala de observação à própria natureza dos fatos da vida social, pois as variações e as singularidades aí são mais frequentes do que as relações estáveis e universais” (Chartier 2002, p. 217). Chartier refere-se ao *Prefácio* de Lucien Febvre a sua tese de 1912, em que dizia que todo o método comparativista dependeria da “avaliação das variações que existem entre situações regionais descritas em sua totalidade”.

Sem intencionar fazer uma correlação direta das pretensões dos funcionários da Biblioteca na elaboração e aplicação do questionário acima descrito com as considerações de Febvre, é importante salientar os diferentes níveis de descrição do país que iam desde uma circunferência totalizadora presente na documentação das fronteiras até a identificação da especificidade dos lugares obtida com os questionários. História e Geografia se apresentavam como duas áreas num mesmo movimento de reconhecimento e utilidade no final do século XIX brasileiro, evidenciadas no momento de organização da Exposição e do Catálogo. O quanto esse questionário tinha de um programa de Estado e o quanto tinha de pretensão de um grupo de estudiosos movidos pelo sentimento patriótico é difícil definir, assim como seu entrelaçamento. Há que se destacar também que esse questionário evidenciava uma preocupação com o presente, não apenas com o passado como o nome da exposição poderia sugerir.

Conhecer melhor o território trazia consigo uma questão de escala de observação e análise. O final do século XIX foi o período de afirmação do legado analítico positivista. Desta forma, não é possível compreender o questionário apenas como um instrumento para melhor administrar, mas também como um instrumento para melhor compreender e isto não se configurava numa prerrogativa do Estado.

Mesmo não atingindo totalmente o objetivo¹⁶¹, “pela primeira vez desenhou-se nítida a imensidade da empresa de descrever a terra brasileira e conhecer os feitos dos seus filhos”, escrevia Capistrano anos mais tarde ao prefaciar a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, em 1918, livro que teria sido doado à Biblioteca no evento (EE. 2ª. Série, 1976, p. 111). As informações do questionário tinham uma atualidade administrativa e é possível dizer, com Maria Inês Turazzi, em seu livro *Iconografia e Patrimônio que a Exposição e o*

¹⁶¹ Ramiz Galvão se ressentia da pouca participação das províncias e de algumas instituições de acervo importantes que se omitiram a colaborar com o evento e à produção do catálogo. Assim se expressou o diretor logo no parágrafo de abertura do Catálogo: “Neste primeiro tentamen faltou muito o concurso dos particulares, e devo confessar que das províncias do Imperio pouquissimo nos-foi remettido; d’ahi os claros em certos periodos, d’ahi as colleções incompletas, e a insufficiencia de notícias em relação a factos particulares de historia local.” (Ramiz Galvão, Apresentação do Catálogo de História e Geografia do Brasil. Anais 009, 1881-1882).

Catálogo eram um esforço por traçar a fisionomia da nação. Se, o “corpo da pátria” — como se expressou Magnoli (1992) ao tratar da importância da constituição do território como símbolo do país pós independência — e a “biografia” do Brasil já teriam sido escritas pelo IHGB, seria a vez da iconografia do período “representar visualmente, as ‘feições’ do Brasil” (Turrazi, 2009, p. 47). A autora destaca em sua pesquisa a importância da seção iconográfica da *Exposição* e do *Catálogo* que adquiria visibilidade na prefiguração de uma imagem sobre o país. Já o *questionário*, a meu ver, promovia a atualidade almejada pelas estatísticas de hoje. Os organizadores pareciam querer dizer com isso: há um Brasil que se configurou no decorrer do tempo, mas há outro que existe hoje e que é tão desconhecido quanto aquele.

Como ressaltou Capistrano, pela primeira vez se teve a noção precisa de que descrever e conhecer o país eram tarefas sem tamanho, que aqueles funcionários tomavam para si em consonância e procurando o apoio dos seus contemporâneos. A esse respeito, em correspondência ao amigo riograndense Assis Brasil, de 12 de março de 1881, Capistrano dizia

(...) Venha, venha. Não tenha medo do meio; não tenha medo de nada. Há de conservar-se refratário; há de com sua presença concorrer para elevar e purificar.

Vou comunicar ao Patrocínio. Quer isto dizer que V. há de fazer uma conferência; apronte-se, pois, desde logo. Peço-lhe, porém, um obséquio: escolha o dia 25, que é dia santo e não é domingo. Nos domingos assisto a umas leituras positivistas a que não posso faltar.

Outras cousas que não posso deixar de lhe pedir. Traga as *Chispas*, a coleção dos jornais em que tem colaborado, para a Biblioteca. Traga os documentos para a Exposição. Apronte-se também para tomar parte nas conferências de História do Brasil. O *Questionário* está quase pronto, e entre as questões algumas existem que V. tratará proficientemente.

Evidenciava-se que a preocupação com o espaço e com a história independia da ação direta do Estado. Como teria ocorrido na França, é possível dizer que no Brasil do final do século XIX surgiu “uma rede espontânea” de estudiosos de diferentes níveis e áreas de interesse que tomava a iniciativa de perscrutar o território em nome do “bem público”, contribuindo “para um vasto *puzzle* nacional” (Revel, 1989, p. 127). A correspondência animada de Capistrano denota essa movimentação. Já as Conferências de história do Brasil planejadas como atividade complementar à Exposição não se efetivaram por falta de quem se arriscasse a falar sobre assunto controverso, pouco estudado e no limiar de transformações epistemológicas. No que se refere ao questionário poucos municípios responderam, empreendimento que nada rendeu diante da pretensão investigativa daqueles que o

conceberam.

Somente em parte o objetivo de abarcar a totalidade dos documentos sobre o país e sua realidade imediata foi concretizado, e isto se deu na materialidade do Catálogo. Era com esse formato que o Brasil poderia ser visto como um todo. Nas palavras de Ramiz Galvão: “O catálogo da presente Exposição não é pura e simplesmente um indicador de livros, painéis, estampas ou medalhas. Tanto quanto no-lo permitiram o espaço e o tempo, vae nelle um esboço de bibliographia histórica brasileira, considerada a historia em sua maior amplitude, e não esquecidos os documentos subsidiários que a-podem esclarecer.” (Ramiz Galvão, Apresentação do Catálogo de História e Geografia do Brasil. Anais 009, 1881-1882). Essa finalidade foi posteriormente reconhecida por José Honório Rodrigues, dizendo que o “*Catálogo* compreende todo e qualquer livro que trate do Brasil, em qualquer língua, de 1500 a 1881, ou seja 381 anos de bibliografia”. Na opinião do historiador, até a data em que escrevia nada de melhor teria sido feito em termos de bibliografia brasílica (1981, p. VIII).

A Exposição foi inaugurada em 2 de dezembro de 1881, data de aniversário do Imperador. O Catálogo foi composto em dois volumes e um suplemento, compreendendo um total de 20.337 entradas, agrupadas em 20 classes, divididas por duas seções, a Litterária e a Artística. Na seção literária se encontrava ainda uma segunda divisão em Preliminares e História do Brasil. Na seção artística não houve subdivisão. Em Preliminares foram agrupadas: classe I Geografia do Brasil; classe II Estatística; classe III Publicações periódicas. Em História do Brasil as classes estavam assim divididas: IV História Civil; V – História Administrativa; VI – História Eclesiástica; VII – História Constitucional; VIII – História Diplomática; IX - História Militar; X – História Natural; XI - História Literária e das Artes; XII- História Econômica; Classe XIII – Biografia; Classe XIV – Numismática. Na Seção Artística constavam as obras propriamente ditas agrupadas da seguinte forma: classe XV – Vistas, paisagens, marinhas; XVI – História; XVII Typos, usos, trajes; XVIII – Genealogia e heráldica; IX – Retratos, Estatuas, Bustos; XX – História Natural.

Num acervo em grande parte concebido dentro da perspectiva clássica era comum, e continuaria sendo por muito tempo, a presença de gêneros documentais cujos suportes apresentariam certa diversidade. Por exemplo, entre os documentos solicitados para organização da Exposição e Catálogo estavam medalhas, quadros a óleo, trabalhos de escultura (ofício Ramiz Galvão ao Ministro do Império, 19 de agosto de 1880). Esse momento de transição exemplifica a dificuldade de percebermos até que ponto essa diversidade de gêneros documentais se devia ao entendimento de seu significado enquanto documento,

monumento na acepção de Le Goff¹⁶², de relíquia, na perspectiva antiquária, ou ainda de legado para as gerações futuras. A cultura letrada, em certa medida, ainda era muito forte e deveria fazer parte de qualquer exposição. Uma especificidade deve ser ressaltada, pois esses “documentos”, em diferentes suportes, deveriam dizer respeito exclusivamente ao Brasil e, com alguma extensão, a Portugal, por conta do período colonial e do Império luso-brasileiro, que comumente constava na rubrica de “obras geraes”, destacando-se os documentos que seriam próprios ao Brasil.

Entendida como documento, como sugerem Amadeo & Kury¹⁶³ (2006, p. 331) ou como “relíquia”, como parece ter se dado a forma de constituição de boa parte do acervo, a exposição pode ser tomada como emblemática de um período de reconfiguração de sentidos para os mesmos vestígios. O conhecimento histórico entre a perspectiva antiquária e a científica, com viés universal ou nacional vinha à luz como uma mistura titubeante das formas de compreender, tratar e reordenar o passado no final do XIX.

Nessa perspectiva, com a organização de um acervo sobre o país, a Biblioteca Nacional assumia um papel significativo ao mesmo tempo em que sofria as transformações da época. As mudanças na experiência histórica e no próprio conceito de história no processo de modernização pode ser melhor visualizado trazendo as reflexões de Hannah Arendt sobre a consciência da quebra de continuidade no fluxo do tempo com a modernidade (1997). Em seu livro *Entre o futuro e o passado* a autora procurou evidenciar a modernidade enquanto uma nova experiência de conceber e vivenciar o tempo. Inicia o livro com uma frase do poeta, escritor e ativista político da Resistência francesa, René Char, que sintetiza o processo vivido na época moderna: “Nossa herança nos foi deixada sem testamento”. Na reflexão de Arendt o testamento é uma metáfora de tradição e é entendido como os ensinamentos sobre o legado daquele que não está mais entre nós. Ao legar o “tesouro” - qualificado como tal e nomeado -

¹⁶² Para Le Goff (1996, p. 537) em princípio haveria uma diferenciação entre monumento entendido como uma herança do passado, incluindo tudo aquilo que pudesse evocá-lo, com poder de perpetuação voluntária ou involuntária e, o documento, que seria uma escolha do historiador. O sentido teria evoluído do termo latino “documentum”, derivado do “docere”, cujo significado era ensinar para o significado de “prova”, amplamente usado no vocabulário legislativo do século XVIII. No sentido moderno de testemunho histórico teria aparecido somente no início do século XIX. Segundo esse autor, para a história positivista do final do século XIX o documento tornou-se “o fundamento do fato histórico, ainda que resulte de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito”. Desta forma os conceitos de documento e monumento tenderam a se diferenciar dentro de novas formas de abordar os vestígios do passado.

¹⁶³ “O CEHB e a Exposição de História do Brasil, como se pode averiguar por esta e outras rubricas, considerou as obras artísticas e os objetos históricos como documentos, sem se prender exclusivamente aos textos impressos ou manuscritos. A própria exposição privilegiou os documentos não textuais, como forma de atrair a atenção do público.” (Amadeo & Kury, 2006, p. 331)

àquele que herda, o testamento descreve o que de valor está sendo transmitido e onde está. Sem testamento, diz Arendt, não há continuidade consciente no tempo, nem passado nem futuro. Há apenas a eterna mudança e herda-se algo sobre o qual nada sabemos, não compreendemos e que, contudo, nos constitui, pois o recebemos. Assim, o “tesouro” está perdido, não por que não existe em realidade, mas por que vagueia sem referências preestabelicidas, não foi nomeado, o que o destitui da qualidade de “tesouro”, de legado.

O sentido de tesouro ou de ensinamento vinculado à tradição e a um regime de historicidade marcadamente propedêutico – da *história magistra vitae*, com o movimento da época moderna perdia sua significação¹⁶⁴. O culto às relíquias e antiguidades se transformava numa prática de um círculo reduzido de pessoas, pouco valorizada no mundo moderno. Da mesma forma, as sociedades tradicionais portadoras de uma memória estruturante na qual baseavam sua organização social e modos de vida foram desestabilizadas com os movimentos de aceleração e mudanças provocadas na época moderna.

Analisando a forma de constituição dos lugares de acervo e suas funções, como foi tratado no segundo capítulo, podemos dizer que a Biblioteca nos anos de 1870 se situou em dois movimentos distintos que contribuíram para resignificar os usos do passado e a experiência da história. Os vestígios do passado adquiriram caráter de documento e de monumento nacional e os lugares de acervo tornaram-se lugares de memória institucionalizada.

A partir do momento em o que lugar de acervo é instituído como o lugar de memória nacional o que se apresenta é o artifício que procura dar conta do sentimento de perda da unidade por meio da tradição. As sociedades não estariam mais baseadas num processo de transmissão espontânea da tradição, demandando iniciativas programáticas de fabricação da assim chamada herança cultural. Nas palavras de Nora (1981, p. 11) “o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória”.

No esfacelamento da memória enquanto tradição vivida e seu processo de institucionalização também a história enquanto ciência se desenvolveu. Nesse momento é possível um paralelo do que vivia a França em sua necessidade de afirmação nacional também no final do século XIX. Nora (1981, p. 12) nos diz que a produção historiográfica desse

¹⁶⁴ Segundo Koselleck (2006) o *topos* da *história magistra vitae* teria perdurado até o século XVIII praticamente ílesa. Já no século XIX, após a experiência da Revolução Francesa e com as transformações técnicas e tecnológicas que produziram uma sensação de aceleração, esse *topos* deixa de ser a referência para o reconhecimento da utilidade da história.

período se fazia na simbiose entre “o científico e pedagógico, teórico e prático”, desta forma história, memória e nação mantiveram uma “circularidade complementar”.

Essa artificialidade na institucionalização da memória pode ser vista como uma reação ou como um sintoma aos processos de transformação social acelerados, principalmente em decorrência da perda do passado enquanto referência basilar para o futuro; como uma disposição programática de constituição de uma unidade nacional por meio de iniciativas do Estado, ou ainda como uma expressão de um sentimento nacional enquanto memória coletiva sedimentada.

Desta forma, se não podemos dizer que a *Exposição* e o *Catálogo* organizados pela Biblioteca Nacional seriam uma forma de a Instituição produzir um testamento, no sentido de Arendt, em que os testemunhos ou vestígios do passado fossem referenciados, nomeados e transmitidos para o homem na modernidade, podemos afirmar que sua produção representava transformações significativas nos sentidos da história e nos usos do passado¹⁶⁵.

Ainda restaria outra dimensão do *Catálogo* já mencionada, mas que podemos explorar um pouco mais: a dimensão de documento enquanto fonte histórica e a organização da documentação e informações sobre o país dentro de uma perspectiva analítica.

Como vimos, para Capistrano, a *Exposição* e o *Catálogo* tratariam da história, geografia e etnologia brasileiras. Estando definidos os termos, os suportes ou referentes é que configurariam as questões. Nesse sentido, no que concerne ao processo de estabelecimento dos documentos salvaguardados ao estatuto de fonte histórica, podemos nos servir da discussão estabelecida por Benzaquen Araújo (1988) e Maria da Glória de Oliveira (2005, em especial no Capítulo 3), em que os dois autores discorrem sobre o significado do método moderno de abordagem historiográfica de Capistrano de Abreu, fundado na crítica, anotação e comentário de documentos para o estabelecimento dos fatos e sua veracidade na relação com a escrita da história. Embora as conclusões dos autores sejam diferenciadas, o princípio de isolamento dos documentos e seu escrutínio ou inquirição, para reutilizar o método judiciário trazido à discussão por ambos, são considerados a característica demarcadora da definição disciplinar da história moderna e atribuídos a Capistrano de Abreu como o grande diferencial do historiador.

¹⁶⁵ A organização da *Exposição* e do *Catálogo* concebida sob a perspectiva patrimônio foi apontada pela historiadora Maria Inez Turazzi (2009, p. 97) que identificou esse momento como aquele em que a Biblioteca apresentava uma preocupação com a constituição de uma memória histórica do Brasil. Para referendar seu argumento a pesquisadora buscou a significação de termos lexicais como “monumento” e “patrimônio”. Utilizando-se da referência constante em dicionários como o Moraes e Caldas Aulete, a autora tratou do significado de monumento e patrimônio enquanto “representação intencional de valores projetados para a posteridade” (idem p. 44)

A face documental¹⁶⁶ do acervo e seu catálogo de referências pode ser vista ao menos de duas formas: aquela que oferece substrato para estudos e pesquisas a serem desenvolvidos dentro da perspectiva da história moderna, enquanto disciplina científica e aquela da comprovação jurídica em processos, por exemplo, de disputa territorial. Desta forma, os vestígios do passado, salvaguardados pela BN e oferecidos à nação seriam os mesmos a serem utilizados para melhor compreendê-la, excedendo a idéia de presentificação do passado ausente, ou de acessibilidade imediata do passado por meio da materialidade dos vestígios. Estava, neste momento, se consolidando a idéia de que a História teria um papel importante para a produção de conhecimentos sobre a sociedade brasileira abalizados pela ciência e isso se daria, inclusive, pela valorização dos documentos que restavam do tempo decorrido e o comprovavam. É sobre esse aspecto que se acentua o pertencimento e descolamento de Capistrano na Biblioteca Nacional, como sugerimos acima.

Os procedimentos que implicavam no processo de individuação das peças que compunham o acervo da Biblioteca e que eram usados na elaboração dos seus catálogos, foram utilizados no *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil* somente na medida do possível, devido ao curto tempo para sua organização. Relembrando o entendimento de Ramiz Galvão, explicitado no 2º. Capítulo, um catálogo não era entendido como um trabalho científico, mas sim como um instrumento de pesquisa que a instituição oferecia aos investigadores. Usar esses documentos dentro da perspectiva científica era, por seu turno, a aspiração de muitos dos intelectuais daqueles anos de 1870. O uso científico desse legado, no entanto, poderia diferir entre eles. No caso específico aqui analisado, o de Capistrano de Abreu, a forma de utilização desses documentos corroborava a opinião de que ele teria afirmado no Brasil a utilização de um método próprio à ciência histórica do século XIX, que o distinguiria entre outros intelectuais e, mais do que isso, afirmaria a circunscrição

¹⁶⁶ Uma passagem do jornal *Gazeta de Notícias* sobre a *Exposição*, utilizada por Amadeo e Kury (2006, p. 331), exemplifica a ampliação do conceito de documento, chamando a atenção para a coleção de estampas apresentadas no evento. “A *Gazeta de Notícias* se deteve precisamente no tema da importância das imagens para a história. Um artigo, publicado em 26 de dezembro, propunha que se reproduzam as estampas interessantes para servir de estudos da sociedade brasileira e detém-se longamente na descrição de alguns quadros e, mais particularmente, na coleção de estampas de tipos, usos e trajés do Brasil, pertencentes ao conde d’Eu: Parece à primeira vista sem importância reproduzir-se ou publicar-se estampas que simplesmente representam tipos, usos e trajés de um povo; entretanto, são elas do mais subido valor para o historiador ou para o pintor, para o romancista ou para o poeta épico ou descritivo, constituem os documentos fiéis e vivos que dão todo o realce ao objeto que se descreve ou se pinta”. (Amadeo & Kury, p. 331). Importante ressaltar que o que temos aqui não é a aceção de documento como a trabalhada pela história moderna, em especial por Capistrano de Abreu, mas sim uma perspectiva naturalista da imagem como reflexo da realidade. As imagens transformadas em documento, eram entendidas como testemunhas das paisagens e tipos brasileiros numa remissão direta, sem o intermédio da crítica tal qual concebia Capistrano de Abreu, como vimos no tópico 3.2. Desta forma, é importante chamar a atenção para a diversidade de atitudes para com a documentação reunida e apresentada na *Exposição e Catálogo*.

de um ofício especializado, o de historiador.

3.3.2. Cientificidade e história

A esse respeito é possível retomar a discussão sobre a influência das idéias positivistas que faziam parte das reflexões de Capistrano e sua geração. O romantismo baseado na “cor local” que teria marcado os intelectuais brasileiros até pelo menos 1870, como diria Halkin falando do contexto europeu (1973, p. 145), “já não respondia a todas as inquietações dos pesquisadores que viam a todo o momento as ciências positivas ganharem terreno em outras áreas de conhecimento”. O exemplo de Taine na crítica literária, cujos conceitos Capistrano procurou utilizar no seu artigo de estréia no Rio de Janeiro, é pertinente para pensarmos em como os ideais de cientificidade estavam subjacentes à forma como ele entendia seu trabalho na BN e de como ele se utilizaria daqueles documentos para responder suas questões. Para Halkin (1973, p. 145), Taine foi um dos autores mais influentes dentre a intelectualidade européia, e a pretensão de “descobrir ‘uma verdadeira filiação racional na seqüência dos eventos sociais’ tornava-se uma grande meta para se experimentar uma história científica. Nessa perspectiva Taine via a possibilidade de uma história para além do individual, formular leis, leis absolutas, objetivas e universais. Ela pretendia ser uma ciência de laboratório, uma disciplina experimental”. Mas como se daria essa configuração da história em sua dimensão científica¹⁶⁷, efetivada por meio dos documentos reunidos, já que estes representavam uma particularidade? Como articular o individual e o todo a partir da realidade observável?

Alguns aspectos desta questão em relação à análise de Capistrano de Abreu foram levantados por Benzaquen (1989) e Oliveira (2005), tal como a centralidade da documentação para o estabelecimento da verdade dos fatos. Ou seja, o trabalho de confrontação, comentário,

¹⁶⁷ A história moderna ampliava sua capacidade de abstração para capturar “una complejidad mucho mayor de lo que admitían las historias individuales anteriores” (Koselleck, 2004, p. 30). O processo de singularização da história iniciado no final do século XVIII e consolidado no século XIX demonstrou, segundo Koselleck, essa transformação da história que se tornava mais que a “suma temporal de los datos sueltos, los cuales, em última instancia, se alineaban según un tiempo natural” (p. 36). O tempo histórico deixava de ser regido por fatores naturais e adquiria uma qualidade épica, como algo diferenciado e passível de diferenciação (2006, p. 58). “Com reflexiones tales como ésta sobre el tipo histórico, el concepto de historia fue adquiriendo esse complejo contenido de realidad efectiva que le aseguraba a la “historia misma” una pretensión propia de verdad.” (2004, p. 37)

anotação, definição de autoria, autenticidade, quantificação, questões fundamentais para a constituição do fato histórico na acepção moderna desse conhecimento.

Diante disso, outro aspecto que gostaria de destacar diz respeito à própria necessidade, no desenvolvimento da ciência moderna, da relação entre os pares, implicando em todas as questões levantadas pelos dois autores, mas reforçando a necessidade de o cientista possibilitar a verificação das afirmações postuladas por *outrem*. Desta forma, o centro da questão da cientificidade da história não estaria somente no estabelecimento da *prova documentária* enquanto tal, mas na disponibilidade de verificação das hipóteses apresentadas por meio dela¹⁶⁸. Este tipo de preocupação foi explicitamente assumido por Capistrano de Abreu e, nessa medida, o diferenciava do trabalho de contextualização de documentos desenvolvido na Biblioteca Nacional. O que estaria em jogo para ele enquanto cientista, não mais enquanto bibliófilo, era a possibilidade de comprovação de suas hipóteses e a sua sujeição e reconhecimento pela crítica. É possível afirmar isto se retomarmos o seu primeiro livro, publicado em 1880, pela tipografia do jornal *Gazeta de Notícias*, o pequeno “*O Brasil no século XVI: estudos. A Armada de D. Nuno Manuel*”, cuja finalidade, em princípio, era estabelecer fatos históricos.

Este primeiro livro daria início a uma série planejada, cuja sequência anunciada na contracapa trazia o título “*A indústria brasileira no século XVI*”¹⁶⁹. Muito embora a série não tenha se concretizado enquanto tal, as discussões foram incorporadas em sua tese do concurso para professor de História do Colégio Pedro II, realizado em 1883. Nesse sentido, é interessante pensar o projeto editorial que Capistrano articulava com a tipografia do *Jornal Gazeta de Notícias*, onde exercia a atividade de crítico.

¹⁶⁸ Essa questão foi abordada por Oliveira (2005), a partir de Grafton (1998) da seguinte forma: “Na medida em que as indicações de procedência configuram-se em apêndices ou suplementos a um texto principal, elas assumem a dupla função atribuída por Anthony Grafton às notas de pé de página em sua relação com a escrita histórica: ‘de uma parte, elas *persuadem, convencem* o leitor de que o historiador acumulou uma quantidade suficiente de trabalho, [...]; de outra parte, elas *indicam as fontes principais que ele realmente utilizou*. Embora não dêem conta do percurso que a interpretação tomou, elas oferecem, frequentemente, ao leitor crítico, indícios suficientes para que seja reconstituída” (2005, p. 96).

¹⁶⁹ Não consegui localizar esses escritos em sua bibliografia. Quando autores que tratam da biografia de Capistrano se referem a esse título *A Indústria Brasileira no século XVI*, citam um artigo publicado por ele em 24 de outubro de 1879, na seção “Livros e Letras” do *Jornal Gazeta de Notícias*. Mas, como podemos observar a seguir, a correspondência a Ramos Paz é de final dos anos de 1880 quando o livro estaria praticamente concluído. O motivo para sua não publicação, portanto, fica em aberto, necessitando uma busca cuidadosa para confirmar sua vinda a público. Até porque em outra correspondência ao mesmo interlocutor, Capistrano fala sobre o adiantado da obra que parece ser *A Indústria...*: “My dear, Fui hoje à rua S. Pedro, n. 2, onde há uns ingleses que escrevem por máquina, para começarem a passar a limpo o meu trabalho. Não os encontrei; só 4ª. feira. Meu trabalho vai depressa agora. Está pronta a primeira parte (Descrição Geográfica); espero acabar hoje ou amanhã a segunda (O Colono na Mata), para passar a 3ª. (Cultura do Café). Na quarta pretendo dar as estradas de ferro, escolas, alimentação, etc. Provavelmente no fim da semana estará pronto tudo, e como os ingleses trabalham depressa, espero entregá-lo à companhia antes do fim do mês”. (Carta a Ramos Paz, 23.12.1880, In CCA, vol. 1, 1977, p. 5)

Em correspondência a Ramos Paz de 23 de dezembro de 1880, Capistrano comenta sobre o processo de elaboração de sua *História do Brasil* e fala do *folheto* tratando da *Armada de D. Nuno*, que saíra às vésperas de sua viagem a Rio Claro para visitar Valentim Magalhães. Lá, pretendia dar continuidade a seus estudos. Provavelmente em férias de suas atividades na Biblioteca Nacional. Assim comenta seus planos

Tivemos poucos livros – Varnhagen, que pretendo ler de fio a pavio; as *Memórias* de Cândido Mendes, que me são indispensáveis para os dois capítulos da *História do Brasil*, que pretendo escrever aqui; Vaz Caminha, Gabriel Soares e Léry, sobre que vou escrever; e um tratado de economia política, indispensável para *A Indústria Brasileira no século XVI*, de que pretendo escrever o último capítulo, porque os outros já estão prontos, e apenas exigem a consolidação das autoridades. (Carta a Ramos Paz, 23.12.1880, In CCA, vol. 1 1977, p. 4)

O livro *A Armada de D. Nuno* foi elaborado de forma muito cuidadosa. É difícil encontrar um erro tipográfico, por exemplo, as notas estão todas bem arranjadas, as palavras estrangeiras assim como títulos de periódicos em *itálico*, citações entre aspas, a escolha dos caracteres, tamanho da edição e os espaços em branco na composição das páginas, são elementos que demonstram um trabalho feito com esmero e com boa revisão das provas. A exceção, nesse caso, fica para a parte de *Aditamentos* que compõe o livro. Nessa seção Capistrano faz algumas retificações, reforça afirmativas a partir de outros documentos. No entanto, sendo elaborada após a impressão do texto base, não passou pelo mesmo procedimento, apresentando vários pequenos erros tipográficos¹⁷⁰.

Esse pequeno livro de estréia “*A Armada de Dom Nuno*”, é oferecido por Capistrano “Aos amigos da Bibliotheca Nacional”. Agradecimento que revelava aquele espaço e convivência como fundamentais para suas reflexões. Numa rápida introdução, Capistrano

¹⁷⁰ A experiência editorial adquirida era partilhada com amigos. Em 1881, Capistrano estava colaborando com Assis Brasil na publicação de seu livro *A República Federal*, oferecendo detalhes de sua habilidade de editor. “Deixei cair a alma aos pés... quando soube que Leuzinger, que eu julgava ser o mais caro de todos, é exatamente o mais barato. Um meu colega, que com ele falou, diz-me que ele fará a impressão por 35\$ - incluindo brochura. À vista disto, nem é bom pensar nos outros dois, que, inferiores como artistas, só levam-lhe vantagem em serem mais careiros.” (Carta a Assis Brasil de 15 de março de 1881, CCA, vol 1, 1977, p.74). Em outra carta, de 29 de março, “O tipo *renaissance* que Leuzinger possui é muito grande relativamente ao formato do livro; por isso resolvi suspender a impressão até receber resposta sua. Faz questão do *renaissance* ou do *elzevier*? Passemos então para outra tipografia. Se não faz, fiquemos mesmo no Leuzinger : ele tem outros tipos, bons, novos, elegantes. Se quiser ver o tamanho do *renaissance* de Leuzinger, peça na Biblioteca da Escola os *Anais da Biblioteca Nacional*, e calcule o efeito.” (Carta a Assis Brasil de 29 de março de 1881, CCA, vol 1, 1977, p.75). Para encerrar, mais um exemplo, ainda falando a Assis Brasil: “O tipo de Leuzinger, escolhido para a *República Federal*, tem todas as qualidades menos uma: servir para ela. É muito grande e feita com ele a impressão não teria o *chic* e o *fini* que V. deseja como artista.” (Carta a Assis Brasil de 06 de abril de 1881, CCA, vol 1, 1977, p.74). Os seja, Capistrano era muito atento aos detalhes da edição de uma obra, havia desenvolvido o “olhar” do editor.

explicava que o livro serviria para incitar uma discussão a partir de suas hipóteses sobre a data da vinda da Armada de D. Nuno ao Brasil, assim como sobre as primeiras incursões sobre a terra do Brasil

As paginas que se vão ler foram publicadas na *Gazeta de Notícias* 13, 14, 16 e 17 de novembro. Como parece que apresentam, si não uma solução, ao menos uma hypothese razoável, ou em todo caso discutível, o autor julgou conveniente reunil-as em volume. Juntou notas e a seguinte lista bibliográfica para facilitar a crítica e as verificações. (Abreu, Capistrano, 1880, p. 5)

Capistrano parecia procurar, por meio da publicação de seu trabalho, num primeiro momento na *Gazeta* e, posteriormente, em forma de livro, estabelecer um debate com os investigadores que haviam se ocupado da temática e dos quais partia para evidenciar erros, acertos e anunciar outras possibilidades de abordagem, a partir de uma forma que ele considerava mais apropriada de ler os documentos. Para tanto, dá visibilidade a três grupos de interlocutores que representavam, por sua vez, três níveis diferenciados de diálogo: o primeiro é composto de “fontes”¹⁷¹, documentos primários, de onde obtém a descrição testemunhal do acontecido por parte dos sujeitos do acontecimento, aqueles que o vivenciaram. O segundo grupo Capistrano chamou de “*Subsidios contemporaneos*”¹⁷², onde lista obras de escritores contemporâneos ao evento, com os quais poderia confrontar as fontes primárias. E, por último, listou as *Monografias*¹⁷³ de investigadores que trataram do assunto antes dele, com os quais dialogava e debatia. Esse procedimento era considerado por ele exemplar para a revisão de fatos que entendia como questionáveis, propondo uma nova leitura. Esta publicação seria

¹⁷¹ “(...) Carta de Vaz Caminha a D. Manuel, escrita da ilha de Vera Cruz a 1 de maio de 1500, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. XL, p. II, P. 13 e seguintes; Navegação de Pedro Alvares Cabral, escrita por um piloto português que nela tomou parte – Collecção de notícias para a historia e geographia das nações ultramarinas, tomo II, n. 3, p. 107 e seguintes; Cartas de Americo Vespuccio em Varnhagen – Americo Vespucci, son cacactère, sés écrits, etc.; Zeytung auss Pressilig Land – apud Humboldt, Examen critique, tomo V, p. 239 e seg. Ternaux – Compans, Arch. des Voyages, tomo II, p. 306; Carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos a D. João III, escrita de Medina do Campo a 14 de Dezembro de 1531, ap. Varnhagen – Nouvelles recherches sur lês derniers voyages Du navigateur florentin,” (p. 9 e 10).

¹⁷² Castanheda – História do descobrimento e conquista da India pelos Portuguezes; Barros – Décadas da Asia; Osorio – De rebu emanuelis; Góes – Chronica de D. Manuel; Corrêa – Lendas da India; Anchieta – Informação do Brazil em 1584, na Revista do Instituto Histórico, vol. VI;

¹⁷³ “D’Avezac – Considerações géographiques sur l’histoire du Brésil; Candido Mendes – Notas para a história pátria, na Revista do Instituto, tomos 39 e 40, p. II; Humboldt – Exame critique de l’histoire de la géographie du nouveau continent; Navarrete – Collecion de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los espagnole dès de fines Del siglo XV; Varnhagen – As primeiras negociações diplomáticas relativas ao Brazil; Varnhagen – Amerigo Vespucci, son caractere, sés écrits (même lês moins authentiques), as vie e sés navigations; Varnhagen – Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin e Le reste des documents, et éclaircissements sur lui; Varnhagen – Cartas de Amerigo Vespucci na parte que respeita às suas três viagens ao Brazil, na Revista do Instituto, 41, I.” (p. 7).

um estudo pontual, uma *monografia*, como ele chamava os estudos circunscritos, e os quais, reclamava, deveriam ser produzidos em maior quantidade¹⁷⁴ para que se pudesse escrever uma história do Brasil com menos lacunas. Mas apresentava também a necessidade do debate para o confronto de diferentes interpretações, realizadas, muitas vezes, a partir dos mesmos documentos. Mostrando-se quase como uma disputa pela melhor leitura, ainda que todas contribuissem, de algum modo, para colocar à prova hipóteses interpretativas. Por meio das provas documentais, as afirmações seriam passíveis de verificação por outros membros do que poderíamos chamar de incipiente “comunidade científica”, vinculada à produção do conhecimento histórico sobre o país. Para Capistrano, a interlocução com D’Avezac, Varnhagen, Candido Mendes, Alexander von Humboldt, estabelecida n’*Armada de Dom Nuno*, em certa medida, colocava em discussão técnicas de análise, crenças e valores compartilhados, ainda que com suas especificidades, no decorrer do século XIX.

É possível utilizar o termo cunhado por Thomas Kuhn (2007, p. 220-221) na medida em que se verificou uma comunidade de troca de informações e documentos efetivada por meio de leituras de manuscritos; pelas técnicas comuns de interpretação que se estabelecia; pelo ambiente de competição que girava em torno do fator “como se lê” os mesmos documentos com interpretações diferenciadas, ainda que a interlocução não se desse apenas entre contemporâneos imediatos; pela publicização das hipóteses abalizadas pelos documentos devidamente criticados; pela manutenção, inclusive, das discordâncias relativas a procedimentos e conclusões a respeito de determinados temas e questões.

A partir da constatação de existência de uma “comunidade” é possível identificar seus membros pesquisando para montar o mesmo “quebra-cabeças” que, no caso desse primeiro livro de Capistrano, parecia girar em torno de “um começo” para a história do Brasil – o descobrimento, fato que havia mobilizado outros estudiosos anteriores a ele e também alguns dos seus contemporâneos. Muito embora seja importante ressaltar que a concepção de ciência poderia diferir entre Capistrano e seus interlocutores, havia a distinção e agrupamento dos que poderiam ser tomados como membros da comunidade pelas técnicas utilizadas e/ou pela autoridade reconhecida.

O reconhecimento dos interlocutores é um momento importante no processo de identificação de uma comunidade científica que, na definição de Thomas Kuhn, no posfácio

¹⁷⁴ Oliveira (2006, p. 90) atentou para a recorrência de solicitações Capistrano por monografias para que fosse possível edificar a História Brasileira. Segundo a autora “Para se escrever uma história do Brasil melhor que a de Varnhagen, conclui Capistrano, seriam necessários o adiantamento e a acumulação dos estudos históricos como se cada monografia servisse de ‘pedra para o monumento’”.

da segunda edição do seu livro *A estrutura das revoluções científicas*, de 1969, seria formada pelos praticantes de uma especialidade. Neste caso poderíamos enquadrar Varnhagen, D’Avezac e Candido Mendes, na forma como Capistrano organiza seus interlocutores, como produtores de conhecimento histórico (diferentes dos cronistas) e Humboldt como autoridade na “comunidade global das ciências da natureza” (Kuhn 2000, p. 220-221).

Muito embora não possamos falar em escola, uma vez que os membros dessa “comunidade” sugerida para pensar a atividade de Capistrano não foram submetidos a uma mesma “iniciação profissional e a uma educação similares”, eles partilharam e absorveram a “mesma literatura técnica e dela retiraram muitas das mesmas lições” (Kuhn, 2000, p. 220). Outras características chamam a atenção para idéia de comunidade científica formulada por Kuhn, como por exemplo, o fato de eles “verem a si próprios e são vistos pelos outros como os únicos responsáveis pela perseguição de um conjunto de objetivos comuns, que incluem treino de seus sucessores”. Na análise desses primeiros anos da atividade de Capistrano não podemos afirmar uma autoidentificação deliberada de uma comunidade como descrevemos aqui, mas é possível falar sobre a construção de um conjunto de referências e de disseminação de técnicas que aproximavam alguns e afastam outros da atividade historiadora e do objetivo de compreender a história do Brasil.

Podemos perceber que nesse momento do trabalho de pesquisa, interlocução e escrita da história de Capistrano que os escolhidos para o diálogo e interpelação foram aqueles que tratavam especificamente da história do país por meio da mediação de documentos. Essa era uma identificação importante que diferenciava a prática de Capistrano de outros membros da sua geração mais voltados à produção ensaística¹⁷⁵. Os vínculos produzidos por nosso autor eram outros. Estavam relacionados à constituição de uma área de conhecimento com um tipo bastante específico de debate que caracterizava a demarcação do ofício historiográfico. Nesse sentido, somente ao desprestígio do positivismo que se consolidou nos estudos sobre o pensamento social brasileiro pode ser remetido o fato do pouco realce dado aos pressupostos e práticas assumidas na afirmação da história enquanto ciência no país, questão que abordarei adiante.

¹⁷⁵ Para Sergio Buarque de Holanda (2008, p. 609) de certa forma, Capistrano estaria entre a historiografia associada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a História do Brasil de Varnhagen e àquela situada pelo autor como de “ensaios de investigação e interpretação social”, onde alocou, entre outros, os trabalhos de Couto de Magalhães, Sílvio Romero, José Veríssimo, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha, Manuel Bonfim, Alberto Torres. Para Sergio Buarque comparada à obra de Capistrano em termos de procedimentos considerados como fazendo parte do *métier* do historiador, não aparece nenhuma outra, nem antes nem depois do historiador cearense. A distinção de Capistrano serviria para este autor como referência frente a qual se colocaria a historiografia brasileira.

A elogiosa referência a um contemporâneo seu, o brasileiro Candido Mendes¹⁷⁶ é bastante significativa se lembrarmos o rigor de Capistrano na crítica aos que se colocavam na seara da história. Candido Mendes é posto à parte do IHGB, instituição da qual era membro, e, ao mesmo tempo, mobilizado como intermediário entre Capistrano e o Instituto, na solicitação de que alguns documentos pertencentes ao acervo daquela instituição viessem a público. Este último fato pode ser pensado como representativo das contendas em torno da posse e do acesso aos documentos históricos, que se tornavam um pressuposto para qualquer conhecimento verdadeiro da história brasileira. A questão do acesso aos documentos aparece no próprio livro de Capistrano:

As chronicas portuguezas não fallam da armada vinda ao Brazil nas proximidades de 1505; mas as chronicas brasileiras são mais explicitas. Vamos citar um trecho da annua de Anchieta escrita em 1584, e publicada no volume VI da *Revista do Instituto*. Antes de fazel-o, apresentamos d'aqui um requerimento ao senador Candido Mendes. S. Ex. que conseguiu a publicação das importantes cartas jesuítas há tantos annos enterradas e esquecidas na *collecção de Evora*, consiga igualmente a publicação de duas annuas de Anchieta que existem na mesma collecção. Uma é de 1583, escripta em hespanhol, e dá as indicações mais completas e interessantes sobre os costumes, vestimentas e habitações dos colonos. Outra é de 1584; é o papel a que mais de uma vez refere-se a annua publicada no volume VI da *Revista do Instituto*. Si S. Ex. não poder conseguil-o, ou porque as condições financeiras do Instituto não permitem, ou porque é difficil imbuir de calor aquelle meio inerte, attenda a outro pedido. Faça que vão para a biblioteca do Instituto os volumes da serie de Evora, que há três mezes o redactor chefe ou antes o capitão-mór da *Revista* detem em sua casa, como si sua casa fosse sucursal do Instituto, como si os livros lhe pertencessem, como si elle por si só fosse o Instituto, como si em questões de historia pátria elle pudesse passar de um simples carcereiro de livros. (*Armada...Capistrano de Abreu*, 1880, p. 45)

Temos visto na trajetória de Capistrano a construção desse caminho para a especialidade que parecia se afirmar em torno da prática historiográfica, afastando-se da história enquanto acúmulo de documentos, enquanto literatura, retórica e enquanto biografia. É preciso dizer que esses gêneros continuavam a existir, mas uma determinada maneira de fazer história se tornava mais legítima que as outras. O espaço que Capistrano de Abreu tinha

¹⁷⁶ Para Capistrano, Candido Mendes era o único estudioso da história do Brasil que poderia ser comparado a Varnhagen em termos contribuição à compreensão do século XVI. No entanto seus trabalhos eram monográficos enquanto o de Varnhagen era uma história que abarcava todos os séculos numa só obra. Assim se refere o autor “Candido Mendes tabém estudo o século XVI, mas por fragmentos. Tomava um dos pontos que lhe parecia obscuro e cavava-o, circunvalava-o e descobria um tesouro. Dessa investigação enfusiavam fagulhas que iluminavam as adjacências; mas, repetimos, não se pode comparar, senão de longe, uma história seguida e completa com monografias limitadas”. (*Sobre o Visconde de Porto Seguro*, *Jornal Gazeta de Notícias*, 21, 22 e 23 de novembro de 1882, EE 1ª. Série, p. 134)

na imprensa, a forma como articulava pessoas em torno de si, a intensa troca de correspondências iniciada nesses anos, o debate acirrado que provocava nos jornais em torno da produção historiográfica, o tom pedagógico de suas críticas e a ênfase num trabalho coletivo e cumulativo por meio de pequenas monografias denotavam alguns dos elementos importantes para a constituição de um campo científico¹⁷⁷.

A partir desse enfoque, gostaria de revisitar a leitura corrente da obra de Capistrano de Abreu em que se estabelece comumente uma fase positivista relacionada a Comte, Taine, Buckle e uma fase historicista vinculada à Ranke e ao “realismo histórico alemão”. Para José Honório Rodrigues, por exemplo, na apresentação das *Correspondências de Capistrano de Abreu vol I*, publicado em 1977, a transição de uma fase a outra estaria situada entre os anos de 1879 e 1882, momento em que trabalhava na Biblioteca Nacional e teria aprendido alemão, aprendizado que o ligaria a Escola Histórica Alemã. Mesmo com a tentativa de demonstrar a rapidez com que Capistrano teria se desvinculado do positivismo, o intérprete não obtém tanta nitidez na divisão entre as duas concepções na prática do historiador analisado, evidenciando um Capistrano que reafirmava concepções positivistas ao mesmo tempo em que se dedicava a um trabalho de crítica documental e historiográfica. Assim se refere o autor¹⁷⁸

Os seus artigos de 79, alguns ainda não reunidos e reproduzidos pela Sociedade Capistrano de Abreu, revelam a decisiva influência da escola positivista, não só na investigação como na interpretação dos fatos da história do Brasil. (...)

Mas as pesquisas e os estudos da Biblioteca Nacional, a leitura constante de Varnhagen e o convívio continuado com autores alemães, que agora frequentava desembaraçadamente, começavam a produzir seus efeitos. Na *Gazeta de Notícias* de junho de 1880 ele já traduz um artigo da *Gazeta de Colônia*, jornal onde iniciara seus trabalhos Friedrich Ratzel, o futuro chefe da escola antropológica. O fato é que a partir dessa época, Capistrano

¹⁷⁷ Entre outros exemplos de seu teor pedagógico e de exortação para que mais estudiosos se engajassem na elaboração da história pátria, podemos citar o artigo *Sobre o Visconde de Porto Seguro* publicado em 1882, na *Gazeta de Notícias*, nos dias 21, 22 e 23 de novembro, em que exortava: “dentre a mocidade que estuda, será possível que ninguém ambicione tornar conhecido algum ponto obscuro do passado? Há-os em abundância, e cada qual mais importante. Há a história das sesmarias, em que ninguém se atreveu ainda a tocar. Há a história das municipalidades, que Lisboa foi o primeiro a entrever. Há a história dos bandeirantes, que jaz esparsa pelos livros e pelos arquivos. Há a história dos Jesuítas, em que apenas pouco mais se conhece do que o período narrado por Simão de Vasconcelos, isto é, quase nada. Há a história das minas...”. Seguiu falando da necessidade da história da Casa da Torre, da das estradas... montando praticamente uma agenda de pesquisa (EE 1^a. Série, p. 139).

¹⁷⁸ Outros autores como Falcon (2000) e Welhing (2000) procuraram abordar Capistrano a partir das influências positivistas e historicistas. Para Falcon haveria influências difíceis de determinar, sendo o cientificismo positivista mais fácil ser identificado do que o historicismo nos textos de Capistrano principalmente dos anos de 1879 e 1882. Já para Welhing teria ficado clara a “poderosa influência de Spencer, Darwin, Comte, Taine e Buckle, numa combinação de evolucionismo com positivismo na qual preponderava o primeiro” e somente nos textos de 1900 era possível perceber a mudança de posição teórica do autor, adotando uma “metodologia historicista de inspiração rankeana”. (2000, p. 29 e 31).

começa a aferrar-se com todas suas forças à realidade da história, ou, como disse muito bem o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, inicia a procura obstinada das realidades, a missão mais importante do historiador, segundo ideais alemães e não positivistas. (Rodrigues, 1977, p. XLI)

Sem querer entrar no debate sobre a possibilidade de distinguir o pensamento/prática de Capistrano em “fases”, parece-me pertinente pensar a forma como Capistrano se constrói enquanto historiador, sugerindo o quanto o positivismo e a crítica documental poderiam se apresentar de forma articulada em suas reflexões sem necessariamente recorrer à oposição entre as perspectivas. Esse entendimento independe da proposição de José Honório de que em 1880 Capistrano já teria intimidade com o historicismo alemão, até porque a afirmação do autor tem por base uma tradução da *Gazeta da Colônia* que Capistrano teria feito nessa época, o que não me parece indicativo suficiente de que o historiador teria lido Ratzel ou Ranke naquele período e, ao mesmo tempo, nada dizem sobre o contrário. Somente muito mais tarde Capistrano faria menção aos dois nomes. No entanto, era um leitor atento de Humboldt, sem dúvida, assim como tinha Gibbon e Thiers como exemplo de historiadores que bem se utilizavam dos documentos históricos. Mesmo Varnhagen, de quem fala José Honório e o próprio Capistrano, teria sido um modelo no qual se mirar para o desenvolvimento da crítica documental¹⁷⁹. As atividades na BN acrescidas a essas leituras conferiam certa maestria às pretensões da crítica alavancadas por ele, misturando concepções e práticas no seu desenvolvimento científico.

Aliás, na segunda metade do século XIX, é muito difícil falar em uma matriz única de disseminação da crítica documental, inclusive por ela ter ocorrido desde a Renascença, pelo menos, e se encontrar em diferentes autores. Grafton (1998, p. 88) destacou na pesquisa de Momigliano, autor que se dedicou a estudar a relação entre a história antiga e a história moderna, a abordagem de Gibbon no seu livro *Declínio e queda do Império Romano*, em que o historiador inglês “combinava a ironia e a perspectiva ampla dos *philosophes* com a erudição rigorosa dos antiquários, dos estudantes rabugentos e pedantes que escreviam em latim sobre os mundos antigo e medieval, que muitos *philosophes* adoravam ridicularizar”. Ou seja, os estilos que vinham se diferenciando, em Gibbon, se misturavam. Poderíamos

¹⁷⁹ Capistrano elogiava a primeira publicação de documento conforme a crítica, que teria sido feita por Varnhagen o *Roteiro de Gabriel Soares* publicado na Revista do IHGB em 1857. Sobre essa edição do *Roteiro*, Silva (2006, p. 95) assim interpreta: “mais do que um incansável elaborador de notas, o historiador, como aquele que através da comparação restituiria a forma original de documentos antes impossibilitados à consulta, tornaria-se um restaurador técnico da sua verdade (originalidade) estando nisso o potencial ajuizador próprio da erudição. Entretanto, seu método erudito, estaria, como pudemos ver, limitado ao que no XIX, caberia averiguar: o nome do autor, o título do manuscrito, a idade do documento. Neste processo, a leitura da fonte sujeitar-se-ia ao conhecimento possível sobre o autor que a teria composto.”

dizer, concordando com José Honório neste caso, que Capistrano estava nos anos de 1880 num processo bastante afirmativo da crítica documental, com o uso desse aparato para o estabelecimento dos fatos, datas, autoria, autenticidade documental, utilizado por poucas pessoas no país *até aquele* momento. A questão que procuramos destacar, no entanto, é que o positivismo, na perspectiva em que Capistrano dele se apropriava, não deixava de ser importante mesmo nessa etapa da *operação historiográfica* principalmente no que se refere à formulação de hipóteses antes e durante a crítica documental. Para Comte, por exemplo, a empiria é que daria sentido às formulações prévias e vice-versa

Porque, se de um lado qualquer teoria positiva deve necessariamente fundar-se em observações, é igualmente sensível, de outro, que para entregar-se à observação, nosso espírito necessita de uma teoria qualquer. Se, ao contemplar os fenômenos, não os relacionássemos imediatamente a alguns princípios, não somente nos seria impossível combinar essas observações isoladas, e, por conseguinte, extrair delas algum resultado, mas seríamos mesmo inteiramente incapazes de retê-las; e, na maioria das vezes, os fatos ficariam despercebidos sob nossos olhos. (Comte, 1983, p. 75)

O modo pelo qual o positivismo foi interpretado pela historiografia brasileira remete esse pensamento a características negativas, dificultando o vislumbre de suas contribuições à atividade científica, à história enquanto ciência ou mesmo às interpretações sobre o país. Nesse sentido, acredito que va-lha à pena retomar o argumento de Luiz Otávio Ferreira (2008) em seu artigo *O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil*, quando afirma:

(...) o positivismo foi não simplesmente uma doutrina da moda ou um elemento retórico presente no discurso dos letrados *leigos* ou científicos. Acreditamos que esse engenhoso e utópico sistema filosófico, político, científico e religioso foi a matriz de um *ethos* ou de um *positivismo difuso*, como observou João Cruz Costa, pelo qual eram compartilhadas motivações, valores, compromissos, regra de conduta, repertório conceitual e lingüístico que deu singularidade a uma parcela importante dos intelectuais e cientistas brasileiros do início do século XX.

Essa abordagem, mesmo tendo como foco o início do século XX, nos ajuda a ressignificar os sentidos do positivismo para Capistrano de Abreu nos anos de 1880. Isto por evitar um preconceito negativo em torno do positivismo na história, fruto de uma leitura da contraposição apresentada pela *Escola dos Annales* sobre seus predecessores. Esta contraposição, predominante na historiografia brasileira, faz com que os intérpretes de Capistrano de Abreu procurem desvinculá-lo do positivismo obrigatória e rapidamente.

Como assinala Ferreira (2009, p. 88), “tanto na história das idéias quando na especializada história das ciências, ficou consagrada a interpretação de que o positivismo, não obstante seu viés explicitamente cientificista, foi um obstáculo ou episódio sem nenhuma relevância para o lançamento das bases da institucionalização das ciências no Brasil”¹⁸⁰. Embora o autor esteja preocupado com o entendimento da função social da ciência de viés positivista, a compreensão desse pensamento em seus próprios termos por parte de seus adeptos é importante para pensar a abordagem da história elaborada por Capistrano de Abreu nesses anos.

Em seu artigo *L’histoire dite “positiviste” en France*, Carbonell (1978) procurou demonstrar como, no final do século XIX, um grupo de intelectuais à frente da *Revue Historique* fundada em 1876, por Gabriel Monod, organizou o ensino superior e a pesquisa histórica na França, reunindo nomes como Renan, Taine e Fustel de Coulanges aos mais jovens, como o próprio Monod, Ernest Lavisse, Albert Sorel, Paul Vidal de La Blache. Alguns dos quais, tidos como representantes do positivismo, nunca teriam assumido uma relação direta com Comte. Suas principais características estavam em entender o conhecimento histórico como estritamente científico e, na linguagem da época, isso queria dizer *positivo* sem necessariamente querer dizer comteano (Carbonell, 1978 p. 174-175). Manifestavam-se “contre une autre école qu’ils se dressent ; c’est en évitant les erreurs qu’elle commet qu’ils fonderont, prudemment et comme négativement, leur propre école et feront de l’histoire, purgée des passions religieuses et politiques qui la pervertissaient, une véritable science”. Carbonell resumiu da seguinte forma a posição do grupo da *Revue* “chasser la théologie, le cléricalisme et le militantisme réactionnaire, c’était constituer l’histoire en science positive” (idem p. 177).

De forma semelhante poderíamos ver a contribuição do positivismo no Brasil, cada vez mais distanciado das doutrinas de Comte, mas preservando a idéia de cientificidade, fundamental para constituição das especialidades de estudo. Diferentemente da França, contudo, as idéias positivistas tiveram vida mais longa no Brasil entre a intelectualidade e arregimentaram diferentes grupos ainda no final do século XIX e início do XX. Portanto, é inegável a necessidade de pensarmos mais sobre a contribuição desse pensamento para o desenvolvimento de processos cognitivos próprios em áreas específicas do conhecimento.

¹⁸⁰ Ferreira (2009, p.91) ressalta a importância das obras de Barros *A ilustração brasileira e a idéia de universidade no Brasil* de 1986 e os de Ângela Alonso *De positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro*, de 1996 e *Idéias em movimento: a geração de 1970 e a crise do Brasil-Império* e o recente *O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração* como livros que rompem com os estigmas que pairam sobre os intelectuais brasileiros e seu período “positivista” ou “cientificista”.

A Armada de Dom Nuno é um bom exemplo da articulação entre a perspectiva positivista e a crítica documental. As fontes primárias, as fontes secundárias utilizadas para a comparação entre as informações, a produção contextual e o debate com seus interlocutores foram mobilizados porque Capistrano tinha questões suscitadas pelo interesse na compreensão do processo formativo do país que o acompanhavam desde os seus primeiros escritos. Questões estas formuladas por meio de uma literatura positivista que reforçava sua pretensão de cientificidade baseada na veracidade e objetividade das informações, e de onde Capistrano partia para procurar confirmações, recusas e o desenvolvimento de suas hipóteses.

No estabelecimento da data e da efetiva viagem de uma Armada portuguesa liderada por Dom Nuno, poderíamos, a princípio, identificar a principal característica da crítica feita por Marc Bloch sobre a história tida como positivista: “a ingenuidade epistemológica, a saber, a idéia de que poderia existir uma fase número um, em que o historiador reuniria documentos, os leria e ponderaria sua autenticidade e veracidade, após a qual viria a fase número dois em que ele as utilizaria” (Ricoeur 2007, p. 188). No caso analisado, além de Capistrano partir de hipóteses prévias, ele estabelecia, como vimos, um diálogo com seus interlocutores, não se configurando, portanto, numa análise do documento pelo documento cujas informações posteriormente seriam inseridas na narrativa. Era a hipótese seguida da comprovação e, por conseguinte, sua verificabilidade que conferiam tonalidade científica aos estudos em torno desse evento. Ao analisar as fontes primárias Capistrano destrincha os meandros das primeiras expedições ao Brasil, colocando tanto fontes quanto os estudiosos do evento em diálogo e confronto. A conclusão parece ter sido aquela antevista por suas hipóteses e que permitiram não terminar a exposição de seus argumentos e apresentação das provas sem arrematar as tramas dos eventos de interesse à história do Brasil, ocorridos na travessia entre a Europa e a América.

Agora lancemos um olhar de relance sobre os seis annos em que estivemos a bordejar.

Cabral descobriu o Brazil, e as narrativas de seu emissário levaram D. Manuel a enviar uma expedição exploradora. Esta não encontrou o que esperava e tornando ao reino, fallou desdenhosamente de uma terra de brazil, de canaffistula e de papagaios.

Por esse tempo chegou João da Nova a Portugal, contando maravilhas de Malaca, a terra da especiaria. A idea de encontrar uma passagem por sua nova descoberta vem a D. Manuel. D’ahi a expedição de Gonçalo Coelho. (p. 60-61)

A expedição malogrou-se por causa da defecção de Vespucci; mas nada

provara que a empreza fosse impossível. D’ahi uma nova tentativa, a expedição realizada pela armada de D. Nuno Manuel.

Também esta mangrou: porém os que n’ella tomaram parte não duvidaram de sua possibilidade.

Nova expedição será naturalmente tentada; mas em breve se tornou dispensável: Albuquerque conquistára Malaca. Desde então o Brazil continuou a ser o que era antes da chegada de João da Nova: uma terra de brazil, de canafístula, de papagaios e bugios.

Não este livro, mas a sua tese do concurso para o Colégio Pedro II “O Descobrimento do Brasil”, de 1883, foi alvo de duas importantes análises sobre o desenvolvimento do método moderno de fazer história, inaugurado por Capistrano no Brasil. Os trabalhos de Ricardo Benzaquem de Araújo “*Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade nos trabalhos de Capistrano de Abreu*”, de 1988, e o de Maria da Glória de Oliveira, “*Crítica, método e escrita da história em Capistrano de Abreu*”, de 2006, procuraram perceber como acontecia o trabalho de crítica e estabelecimento da verdade na obra do historiador.

Os dois se utilizaram da comparação entre o juiz e o historiador no estabelecimento das provas/testemunhos, apresentados para corroborar um fato, mas suas conclusões caminham para campos opostos. As discordâncias, no entanto, estariam principalmente na reflexão sobre o que Ricoeur (p. 170, p. 2000) chamou de fases da operação historiográfica. Enquanto, para Benzaquen, Capistrano operaria sua escrita da história em duas etapas separadas, a saber: a primeira como sendo a da crítica e documentação que se assemelharia a uma peça judiciária fazendo o historiador o papel de juiz ou júri (p. 36) e, a segunda etapa, como sendo a da narrativa. Para Oliveira, dialogando com a proposição de Benzaquen, a primeira etapa poderia ser entendida como “uma operação de ajuste e de configuração do objeto – o descobrimento, para posterior colocação no enredo”. O seu argumento é de que esta fase não estaria necessariamente desvinculada da operação escriturária, análise feita com base em Ricoeur, para quem as fases da operação historiográfica agiriam de forma imbricada (2006, p. 125).

A autora observa no livro analisado por ambos, *O descobrimento do Brasil*, a presença de várias considerações de Capistrano se utilizando de termos como “parece que”, “provavelmente”, “pode-se até dizer”, “está provado que” relativizando o ideal de verdade remetido à história moderna em relação à peça judiciária. Embora houvesse no procedimento de investigação e estabelecimento das provas uma intenção de objetividade e verdade comuns às duas áreas, estas somente seriam possíveis ao historiador no nível da plausibilidade. Tal

proposição fez com que Oliveira se colocasse outra questão: “apesar da convergência preliminar entre um e outro ofício – em função do caráter investigativo e da preocupação com a prova – o traço distintivo da elaboração historiográfica não estaria na natureza essencialmente provisória e contingente da escrita da história, mesmo que nela esteja implícita uma intenção de verdade?” (Oliveira, 2005, p. 128).

São análises importantes e nos ajudam a refletir sobre o processo de afirmação da história moderna no Brasil. Gostaria de chamar atenção, no entanto, sobre certo inacabamento, por não me ocorrer termo melhor, ainda presente na formação do jovem que se queria cientista que se afirmava enquanto historiador. Ele exercitava nesse momento suas crenças, colocava-as à prova, obtinha seus primeiros êxitos, como por exemplo, a identificação da autoria, em 1881, do *Tratado sobre os Índios do Brasil*, de Fernão Cardim, vindo a lume pela Typografia do *Jornal Gazeta de Notícias*¹⁸¹.

Nesses anos, Capistrano evidenciava um nível significativo de experimentação e de pesquisa interessada, unindo ciência e parcialidade nacionalista. Logo na introdução da publicação do *Tratado* Capistrano deixou claro que conferir publicidade e identificar sua autoria faziam parte das preocupações de um *brasileiro* com espírito investigador:

O pequeno tratado sobre os Índios que agora publicamos, ainda não foi impresso em português. Poucas pessoas examinaram-no em Évora, onde está o manuscrito original, e estas o não julgaram, ao que parece, digno de ser posto em circulação.

Os ingleses não pensaram do mesmo modo: desde 1625 está ele traduzido em sua língua e faz parte da curiosa e raríssima coleção de Purchas. Foi aí que o lemos pela primeira vez e reconhecemos seu interesse e seu valor. (Capistrano de Abreu, 1881, EE 1ª. Série, 1977, p. 120).

Desde a leitura do *Tratado* em inglês, Capistrano teria aventado o projeto de traduzi-lo para a língua vernácula. O acesso a uma cópia tirada do original poupou-o de uma segunda tradução do documento, que Capistrano chamava de *traição* por alterar a forma e a essência do escrito uma segunda vez. A primeira questão que se colocava ao historiador sobre o documento foi: “quem é o seu autor?” (p. 121). A afirmação de Samuel Purchas de que a

¹⁸¹ A publicação do *Tratado*, em 1881, pela Typografia da Gazeta de Notícias era uma forma de Ferreira de Araujo, seu proprietário, demonstrar a simpatia pela *Exposição de História e Geografia do Brasil*. Dessa exposição, como vimos, muitos documentos foram “apresentados” aos brasileiros, multiplicando-se em trabalhos monográficos, traduções, edições que partiam da publicização de sua existência no catálogo. O *Tratado* foi publicado pela primeira vez em 1625, na complicação de documentos do inglês Samuel Purchas *A Treatise of Brazil written by a Portugal Who Had Long Lived There* (Oliveira, 2006). A respeito da operação de identificação de autoria desse documento por Capistrano de Abreu ver também Oliveira (2006)

autoria do manuscrito seria do jesuíta Manuel Tristão parecia duvidosa a Capistrano, pois feita “de maneira pouco positiva”. Mas o que ele queria dizer quando definiu a afirmação do inglês como “pouco positiva”?

Positivo fazia parte de certa “atitude intelectual” daqueles que partilhavam das doutrinas de Comte, não evidenciando com isso que, os que utilizassem esses termos pertencentes ao legado positivista seguissem à risca seus preceitos. Mas em se tratando de uma “atitude intelectual” o termo *positivo* era aplicado para o exercício efetivo de uma análise, como é o caso de Capistrano. Hermas Gonçalves Arana em seu livro *Positivismo: reabrindo o debate* elencou pelo menos cinco sentidos para o termo na obra de Comte

Primeiramente “positivo” significa o que é real, o que não é quimérico, fictício, fabuloso...Continuando, “positivo” quer dizer também relevante do ponto de vista prático; útil; o que contribui para o melhoramento de nossas condições coletivas e individuais, para o controle das condições externas de nossa existência. Não faz juz ao adjetivo de positiva a investigação que vise apenas e esterilmente à satisfação de nossa curiosidade intelectual. Continuando, mais ainda, “positivo” remete-se a certo, por oposição ao que é, de sua natureza, duvidoso, insolúvel, como, por exemplo, o objeto dos debates suscitados pela teologia e pela metafísica. Em quinto lugar, o que é positivo contrasta com o que é negativo: a filosofia positiva, assevera Comte, vem para organizar, não para destruir. Ela afasta, é verdade, todas as questões “necessariamente insolúveis”, sem todavia jamais se pronunciar a respeito, “qualquer negação absoluta”. (ARANAS, 2007, p. 16-17).

A partir daí, gostaria de sugerir que a atitude de Capistrano ao caracterizar como “pouco positiva” a afirmação de Purchas estava relacionada com a atividade científica e sua utilidade para a história do país. O *Tratado* poderia passar de uma total ignorância ou indiferença por parte de Portugal, valorizado pelos ingleses na coleção de Purchas, mas dizia respeito, principalmente, considerava Capistrano, ao Brasil. Assim que o leu Capistrano reconheceu o seu valor, não um valor intrínseco ao documento, mas um valor estabelecido pelo olhar patriótico e investigador. Daí a importância do estabelecimento de sua autenticidade e autoria. O valor científico do trabalho de crítica documental pode ser visto pela ampliação do foco de interesse que, num primeiro momento, centra-se na consolidação da autoridade do documento e acaba por englobar o seu valor para a história do país. A data, o autor, as circunstâncias da produção da obra do cronista são importantes por interessarem a uma investigação que estaria colocada. Essa pré-disposição existente no olhar de Capistrano fazia parte da própria maneira de conceber uma investigação no sentido positivo do termo, como podemos conjecturar pelos escritos de Comte a respeito

É pela vinculação dos fatos precedentes que se aprende verdadeiramente a considerar os fatos seguintes. (...) quanto mais se reflita sobre esse assunto, mais se sentirá nitidamente que, sobretudo neste caso, quanto melhor se tenham relacionado os fatos conhecidos, melhor se poderá, não somente apreciar, como até perceber os fatos ainda desconhecidos. (...) É evidente que em nenhuma outra, os mais vulgares são necessariamente os mais importantes, não obstante as pueris pretensões dos vãos coletores de anedotas secretas; mas esses fatos jazem profundamete estéreis, e mesmo essencialmente despercebidos, embora encontremos neles megulhados, por falta das disposições intelectuais e das indicações especulativas, indispensáveis à sua verdadeira exploração científica (...) Nenhum fato social poderá ter significação verdadeiramente científica sem ser imediatamente relacionado a outro fato social; puramente isolado, mantém-se inevitavelmente no estado estéril de simples anedota, suscetível no máximo de satisfazer uma curiosidade vã, mas incapaz de quaquer uso racional”. (Comte, 1983, p. 76)

Mais uma vez Capistrano não partia para descobrir a autoria do escrito apenas com a finalidade de satisfazer a erudição e dar à BN uma obra retirada da obscura situação do anonimato. Capistrano considerou aqueles escritos familiares e lançou a hipótese de que tivesse sido escrito pelo jesuíta Fernão Cardim. Primeiramente, desmontou a afirmação de Purchas para depois lançar mão de seu método de aferição. Dizia ele: “Para chegar a uma solução as provas intrínsecas eram sem dúvidas valiosas, porém não bastavam: era preciso recorrer antes às provas extrínsecas. Felizmente estas não faltavam” (Capistrano de Abreu, 1881, EE 1ª. Série, 1977, p. 120). Duas informações localizadas por Capistrano sobre o período de produção do manuscrito coincidiam com aquele em que Fernão Cardim teria estado no Brasil. “Estas duas coincidências davam um fundamento sólido à hipótese; mas para torná-la certa devia se recorrer às provas intrínsecas, - a comparação de estilos, o cotejo das opiniões, etc.” (idem). E assim seguiu cotejando e comparando, dando aos leitores do manuscrito que publicava as provas de sua descoberta. Mais que isso, a edição preparada por Capistrano, embora não tenha trazido a biografia do autor como gostaria, era completada por notas de Batista Caetano de Almeida Nogueira, especialista em línguas indígenas. O fato de que outra obra de Fernão Cardim estava sendo publicada pela Sociedade de Geografia, em sua *Revista Mensal*, por Fernando Mendes, é, talvez, mais um indicativo do trabalho coletivo e de diálogo entre pares.

Além da idéia do conhecimento positivo que Capistrano teria assumido junto à experiência de como fazer para torná-lo como tal, outra forma de apreensão do mundo reconhecida como positivista e que aparece com graus diferenciados em seus escritos são as spencerianas. Estas contribuem para lançar suas hipóteses sobre o desenvolvimento do Brasil,

sua precariedade e possibilidades. Assim, baseado em fontes de observação e análise – os documentos históricos, fora possível a ele se contrapor ou chamar à reflexão os “positivistas” engajados na aplicação das doutrinas à política, sem levar em consideração as evidências empíricas.

Após a publicação em São Paulo do livro intitulado *Positivismo Republicano na Academia*, de Santos Werneck, com introdução de Bulhões Jardim, Capistrano faz uma crítica na seção “Livros e Letras” da *Gazeta*, em 16 de outubro de 1880, onde deixa transparecer sua simpatia pelas teorias de Spencer e sua diferenciação com relação à Comte. Na oportunidade lamentava o fato de Bulhões ter tratado da teoria dos três estados ao falar de Spencer já que este declarava não adotá-la. Para Capistrano, Spencer teria incorporado o que havia de mais “exato na lei de Comte” na sua lei da evolução (EE 4ª. Série, p. 154).

Na abordagem que Capistrano fazia a partir da teoria spencerina estava colocada a necessidade de se conhecer a história e, no caso específico a história do Brasil. Mesmo não gostando de entrar em discussões políticas no jornal por considerá-las “muito transcendentais” para nelas se aventurar, explicava qual seria a melhor abordagem diante da proposição do livro de Santos Werneck, que colocava em debate a questão de quem teria razão entre aqueles que “tiram da doutrina de Comte conclusões republicanas, ou os que vêm nela as melhores razões para se conservarem fiéis à monarquia?”

Entretanto sempre diremos que, se não estamos convencidos, como o esperançoso escritor do *Positivismo na Academia*, que a monarquia é necessária, não temos dúvida em com ele reconhecer que a república é ineficaz e impotente.

Ele provou-o pela lógica, e poderia prová-lo pela ciência, tomando uma a uma as funções do organismo social, indicando o trabalho que elas fazem na realidade, e mostrando que a falta de autoridade funcional, a pouca dependência entre os fenômenos que daí resulta, o empirismo, o estágio rudimentar em que nos achamos, não podem ser modificados por simples mudança de forma de governo.

Este trabalho, se o resguardasse o conhecimento da história pátria, mostraria que entre o atual regime e o da colônia há muitas diferenças aparentes porém muitas concordâncias profundas e efetivas. O sertão pode dizer-se que é puramente colônia; mesmo as cidades marítimas divergem menos daquele tipo do que à primeira vista qualquer poderia supor. (Capistrano de Abreu, *Jornal Gazeta de Notícias*, 16.10.1880, In EE 4ª. Série, 1977, p. 155)

Nessa reflexão podemos perceber claramente a relação estabelecida por Capistrano entre teoria e história, ou teoria e realidade. Haveria a forma de chegar a essas conclusões pela lógica como foi adotada pelo autor do livro. No entanto, o positivismo de Capistrano levado à atitude prática não poderia abdicar de uma reflexão direta sobre dados observados a partir de

sua interpretação dos documentos históricos que perscrutava com suas questões.

Para Capistrano o conhecimento histórico poderia servir para sustentar a teoria de Werneck, dar embasamento às reflexões do autor. Essa perspectiva estava em consonância com as concepções do positivismo comteano com relação à atividade científica. Como explica Aranas (2007, p. 14), o conhecimento baseado na “teoria positiva” estaria centrado nos fatos, sua observação e na procura pelo estabelecimento de leis de funcionamento. Ao dar ênfase à realidade e não às especulações metafísicas e teológicas, o positivismo comteano retirava a questão do *porque* e afirmava *o como* enquanto a formulação inicial da pesquisa cientificamente orientada. A questão que aparece também em Ranke, tido como historicista e na chamada Escola Metódica é que a função da ciência estaria na *descrição* de *como* os fatos ocorrem, ou seja, as “circunstâncias coordenadas de como os fenômenos ocorrem”, como diria Aranas (*idem*), sobre a “teoria positiva”.

Este *como* possui dimensões diferenciadas nas duas perspectivas. O positivismo está interessado na identificação de leis num processo de generalização e no seu potencial de previsibilidade. Pensado com Sergio Buarque de Holanda, em sua introdução à coletânea de textos de Ranke, intitulado “O atual e o inatual em L. von Ranke”, poderíamos entender o historicismo mais como uma mentalidade no contexto alemão do que propriamente como um método (Holanda, 1996, p. 165). Da contraposição entre o tipo de ciência que Capistrano estava se utilizando e a afirmada por Ranke, é possível destacar a diferença entre o *como* da descrição de um processo único, singular, como esse historiador concebia os fatos históricos, diante do *como* vinculado ao positivismo e caracterizado pela descoberta de leis gerais de funcionamento da sociedade.

Nesse sentido, poderíamos dizer que a crítica documental desenvolvida por Capistrano, neste período, parecia se relacionar tanto com as técnicas de leitura de documentos como com a idéia de cientificidade e verificabilidade de suas afirmações. Estas, correlativas a pressupostos teóricos, baseadas em fontes históricas se colocavam frente à sua “comunidade científica”. Desta forma, é possível dizer que, par a par, na prática historiográfica de Capistrano estão: a idéia de juiz, apresentada Benzaquen (1988) e Oliveira (2006) como vimos acima, e a noção de cientificidade e seus processos afirmativos.

Um fator importante a ser considerado é a discussão proposta por Oliveira (2006) sobre a *operação historiográfica* de Capistrano, em que estaria presente a idéia de plausibilidade antes que uma afirmativa categórica sobre a verdade, assim como o reconhecimento da “natureza provisória e contingente do conhecimento histórico”. Esse

aspecto, diante do que vimos até aqui, amplia a compreensão da apropriação do positivismo, tanto comteano como spenceriano, por parte de Capistrano de Abreu, principalmente no que diz respeito a verdade ou veracidade dos dados levantados. Isto por que, se tomarmos Spencer, por exemplo, autor que o acompanhava, não encontraremos uma idéia de verdade absoluta. Pelo contrário, para este autor, o conhecimento científico é relativo. Como explica Aranas (2007, p. 17-18), “relativo porque somente capta relações (os fatos da experiência e suas leis)”, relativo porque o próprio processo de conhecer é relação. O que chamamos verdade reúne dois planos, significando uma forma de correspondência, neste caso adequada, entre relações: relações subjetivas e relações objetivas (Spencer, 1926, p. 25)”. Sendo assim, como explicita o autor, não existiria um conhecimento absoluto do real, a ciência somente seria capaz de conseguir um conhecimento possível, por meio do método positivo adequado ao objeto de estudo (idem p. 21).

As reflexões sobre os aspectos formativos do país baseadas tanto nas fontes quanto nos pressupostos teóricos colocavam a Capistrano questões significativas que o acompanhavam num contexto de proeminência de idéias evolucionistas. Essa forma de olhar para o país e interpretá-lo como um organismo cujos órgãos teriam determinadas funções era utilizada por ele com alguma frequência para pensar o país. Na coluna da *Gazeta* de alguns meses antes, Capistrano falava da lei desenvolvida por Comte e Spencer

Esta lei é que o desenvolvimento individual e o desenvolvimento específico coincidem completamente.

Assim vemos que os característicos da sociedade brasileira e, pode dizer-se, das sociedades americanas em geral, é terem um só órgão desempenhando várias funções.

Daí resultam muitas conseqüências. (Livros e Letras, *Jornal Gazeta de Notícias*, 29.06.1880, In EE 4^a. Série, 1977, p. 128-129)

Uma das conseqüências elencadas por Capistrano a partir de Spencer é a de que com a sobrecarga de funções num só órgão, sua estrutura permaneceria “rudimentar e indefinida”. A utilização dessa teoria chegava a ser quase “natural” na sua interpretação. Um dos exemplos utilizado foi a de um morador de Petrópolis cuja profissão era de cigareiro, mas que exercia outras atividades: “consertava relógios, afinava pianos, servia de torneiro, empalhava, fabricava estalos para o carnaval”. O morador havia caído em desgraça devido a uma série de infortúnios e nele era possível ver a precariedade do desenvolvimento do país. Nas palavras de Capistrano: “a função, não estando localizada, torna-se pouco intensa na sua

manifestação, pouco produtiva no trabalho que executa” fator que dificultaria a lei do *consensus*, ou seja, a reação do todo sobre as partes e a reação das partes sobre o todo e o “o tipo social ocuparia um estágio inferior na escala do desenvolvimento”. Esse descompasso era percebido em praticamente todo o país. Poderia ser melhor entendido no Brasil colonial, devido ao descaso de Portugal para com a terra do Brasil e, durante o Império era no sertão que esse mal funcionamento do organismo poderia ser melhor visualizado.

Essas análises demonstravam uma forte idéia de sucessividade própria do conceito evolutivo, cuja realidade ou situação poderiam ser apreendidas com os estudos históricos. Com base nessas teorias colônia e império encontravam-se simultaneamente ao tempo que Capistrano escrevia, e a solução para o problema do país parecia não se encontrar necessariamente na mudança de governo. Na explicação dessa situação pela “tecnologia spenceriana” que poderia ter sido utilizada por Santos Werneck, em seu livro acima citado, Capistrano justificava

O motivo é simples e pode exprimir-se assim na tecnologia spenceriana: no Brasil colônia como no Brasil império, o sistema internuncial é pouco desenvolvido. Daí resulta que o sistema operativo permanece como que estacionário, e o sistema regulativo tem que fazer o trabalho dos dois, isto é, tornar-se impróprio para os trabalhos que especialmente lhe competem. Em outros termos: um só órgão tem que exercitar muitas funções, de sorte que nem o órgão se define, nem a função se completa e aperfeiçoa. Submetemos esta fórmula a Bulhões Jardim e a Santos Werneck, cujos escritos lemos com muito prazer e prometem muito. (Capistrano de Abreu, *Jornal Gazeta de Notícias*, 16.110.1880, In EE 4ª. Série, 1977, p. 155)

Poderíamos arriscar dizer que, se, por um lado, as práticas na BN junto à leitura do cânone por ele formado foram fundamentais para sua formação enquanto historiador, por outro, a perspectiva sociológica positivista possibilitou que Capistrano desenvolvesse uma forma de elaboração reflexiva em que a teoria ocupava um lugar importante na produção de suas questões sobre a formação do país. Os dois universos: o das fontes e o da teoria apareciam em articulações bem amarradas em que um aspecto não necessariamente suplantava o outro. Teoria pela teoria, não confrontada com a realidade de pouco serviria para a compreensão do país. As fontes pelas fontes, talvez não tivessem permitido que a história ultrapassasse sua característica cronológica e factual. A veracidade das informações obtidas, por outro lado, era fundamental para sustentar a autoridade do historiador que já não poderia se basear na retórica clássica num contexto de franca afirmação da ciência moderna por meio das especialidades. Da mesma maneira, é nesse intercurso que temas até então pouco

abordados na historiografia brasileira, e não só, se compararmos com a historiografia historicista rankeada centrada no Estado e nos grandes homens que se firmou na Alemanha, ou mesmo na historiografia metódica de Langlois e Seignobos na França, poderíamos dizer, que o positivismo no Brasil teve contribuições importantes para se pensar a história, ao contrário do que a apropriação da crítica elaborada pelos *Annales* fez pressupor de maneira generalizada à historiografia.

3.3.3. O Brasil por dentro

Capistrano de Abreu iniciou suas reflexões sobre o país privilegiando a natureza em sua relação com a história. Essa perspectiva investigativa pode ter se constituído pela importância das leituras de Taine e Buckle que influenciaram toda uma geração, seja pela presença de uma herança romântica em que a natureza exercia um papel proeminente seja pela tentativa de os estudos na área de humanidades se estabelecerem a partir do modelo das ciências da natureza. Independentemente de quais influências teriam sido mais fortes em seu pensamento, a relação do homem com a natureza era um princípio indissociável do modo pelo qual Capistrano apreendia a história e o tempo. A natureza e o espaço, neste ambiente intelectual, contribuiriam efetivamente para que Capistrano constituísse uma abordagem do homem em seus aspectos físicos e mentais que o distanciava da ênfase na demarcação territorial e sua simbolização enquanto artefato correlativo à idéia de nação e também da ênfase no aproveitamento de riquezas, como até então vinham sendo tratadas prioritariamente os elementos da natureza. Sendo assim, além da conquista e defesa do território nacional, a natureza e o espaço eram entendidos por Capistrano como fundamentais para a compreensão da formação do brasileiro, até porque em diferentes lugares podia verificar a diferenciação entre as temporalidades de vida, que se distanciavam da vivenciada na corte.

Uma das suas principais questões era compreender melhor o sertão e o homem do sertão, talvez por lançar a hipótese de que esse lugar, definido apenas na relação com o seu outro, o litoral, em especial o Rio de Janeiro, possibilitaria a ele fazer o exercício de “tirar o véu da tradição” em camadas temporais e ver como o Brasil se formava. A partir do sertão, que permaneceria relativamente estacionário, com alterações lentas, com pouca influência do *exterior*, seria possível compreender um processo de formação nacional original. A relação

direta do homem com a natureza por meio de poucos subterfúgios da vida moderna o aproximaria de temporalidades diferenciadas que, persistentes, conviveriam ainda em seu tempo. Sua afirmativa: “(...) entre o atual regime e o da colônia há muitas diferenças aparentes, porém, muitas concordâncias profundas e efetivas. O sertão pode dizer-se que é puramente colônia; mesmo as cidades marítimas divergem menos daquele tipo do que à primeira vista qualquer poderia supor” (Capistrano de Abreu, *Jornal Gazeta de Notícias*, 16.10.1880, In EE 4ª. Série, 1977, p. 155), é um indício forte de apreensão do país em sua totalidade e diversidade. Importante salientar essa consciência temporal de simultaneidade de situações não-simultâneas, pois Capistrano partia de questões do seu tempo para abordar a história do país de uma forma que se assemelha ao que mais tarde foi elaborado pela *Escola dos Annales* francesa, em especial por Braudel (1978), ao falar de uma história lentamente ritmada em oposição à história factual de oscilações breves, rápidas, nervosas, as quais Capistrano também recusava se utilizando, principalmente, do termo a “natureza não dá saltos”. Na perspectiva de Capistrano, era preciso uma história muito próxima à definição que seria formulada por Braudel (idem, p. 21.) “uma história quase imóvel, a do homem nas suas relações com o meio que o cerca” - a abordagem de um “tempo-geográfico”. Por isso, o estudo dos sertões e do povoamento lhe era tão caro e, nesse sentido, mais uma vez, Capistrano se diferenciava do entendimento que se tem sobre sua “fase positivista”.

Como vimos, ele podia observar diretamente questões que se arrastaram e conformaram o país durante os três séculos de formação e que compunham o momento em que escrevia. Espaço e tempo lentos, identificados nos documentos, comparados com a situação presente e com a impossibilidade de definição do estágio de desenvolvimento em que o país se encontrava, tornaria difícil adotar uma perspectiva completamente evolucionista e linear da história.

Seguindo outra perspectiva analítica, a da simultaneidade de temporalidades, Capistrano estaria inserido numa ambiência que foi bem ressaltada por Benedict Anderson em seu livro *Nação e consciência nacional*. Para esse autor a idéia de simultaneidade foi fundamental para o nascimento da “comunidade imaginada como nação”, pois possibilitava uma nova forma de apreender o mundo (Anderson, 1989, p. 31). Para Anderson, duas formas de imaginar que floresceram na Europa, no século XVIII, ofereceram “os recursos técnicos para ‘reapresentar’ a espécie de comunidade imaginada que é a nação”. Estas duas formas são o jornal e o romance (idem, p. 34), justamente por contribuírem tanto para a circulação das idéias, quanto para a concepção de simultaneidade, que possibilitava, num texto escrito, o

encontro de diferentes elementos narrativos e personagens em um mesmo plano temporal. Ou seja, para Capistrano, essa identificação de simultaneidade coincidia com a tentativa de elaboração de uma história em que seria necessária a articulação de diferentes fenômenos, colaborando para a produção de uma “história una”. Fator que ressaltava a importância dada às crônicas e à reunião de documentos que Capistrano chamava de “histórico-geográficos” frente a outros tipos de fontes documentais.

Os documentos geográficos possibilitavam a apreensão do país de forma horizontal. A quantidade e a diversidade de documentos apresentadas no Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil, embora, na opinião de Capistrano, fossem limitadas, ofereciam a possibilidade da apropriação do espaço descrito. Neles, apanhados de maneira geral, apresentava-se uma visualização do que seria o Brasil como um todo. Contudo, pareciam oferecer a leitura de uma paisagem sem profundidade, o que levava Capistrano a outra questão: como realizar uma narrativa sincrônica para conferir àquela paisagem os diferentes jogos de luz e sombra que possibilitariam capturá-la, por meio da imaginação, numa perspectiva tridimensional, ainda que num texto escrito. Esse foi o feito evidenciado por Anderson (1989) no “*enquanto isso*” do romance moderno que contribuiria para a escrita da nação e no caso aqui analisado, pela escrita moderna de Capistrano de Abreu.

Se com as descrições geográficas Capistrano conseguia ter essa idéia de paisagem, de país como um todo, era com as informações relativas à ocupação humana que ele alcançava a dimensão temporal. Esse processo, que intencionava ultrapassar a história brasileira escrita como uma sucessão de fatos, demonstrava o movimento de Capistrano para desenvolver a história moderna.

Em seus estudos para estabelecer as transformações conceituais do termo História na Alemanha, Koselleck (2006) resalta um aspecto significativo desse novo regime de historicidade que podemos identificar nas preocupações e escrita de Capistrano de Abreu.

A ocorrência dessa história [Geschichte], ao mesmo tempo criticada e ressaltada, que se distanciava de qualquer caráter exemplar digno de ser repetido, foi também um resultado da transposição das fronteiras entre história e poética. Passou-se progressivamente a exigir unidade épica também da narrativa histórica. Os fatos do passado puderam ser traduzidos para a realidade histórica apenas por seu trânsito pela consciência, o que se pode entender como uma consequência da querela sobre o pirronismo. Como disse Chladenius: a história só pode ser reproduzida por meio de ‘imagens rejuvenescidas’. Passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz – em lugar de sequências cronológicas – os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento casual

uma ordem interna. A história chegou à exigência de um conteúdo mais intenso de realidade muito antes de poder satisfazer a essa mesma exigência (Koselleck, 2006, p. 50-51).

Essa transformação na forma de conceber a produção historiográfica trouxe consigo níveis de exigência diferenciados no trato com a documentação, sua crítica e a representação dos acontecimentos decorridos. Para Capistrano, mesmo procurando se assentar numa perspectiva científica, a história não poderia dispensar o seu vínculo com a narrativa para garantir a unidade e vitalidade necessárias a uma história nacional.

Um exemplo disso é a avaliação feita por Capistrano em 1877 sobre a importância de trazer à luz o “livro de Couto”. O documento havia sido obtido por intermédio de Teixeira de Melo, funcionário da Biblioteca Nacional. Embora ainda não fizesse parte do quadro da BN, a relação entre os dois demonstrava a parceria que se estabelecia em torno das descobertas, recolha e troca de informações sobre os documentos para a história do Brasil. Em carta escrita a Lino Assunção, Capistrano fala sobre o livro

Encontrei-me ontem com Teixeira de Melo, que comunicou-me havia feito a primeira remessa do livro de Couto, e pediu-me fosse vê-lo. Fui, e não me arrependo. Passando os olhos pelo índice, encontrei logo alguma cousa sobre a capitania de Piancó, assunto que mais que qualquer outro me tem preocupado, porque é a porta da história do Norte. Nada encontrara até hoje que me servisse, e por isso foi com impaciência que volvi as laudas a ver se já vinha alguma cousa.

O pouco que veio foi um raio de luz. O traçado geográfico já o imaginara eu, e vi-o confirmado; más na parte histórica encontrei novidades, por um lado, e a confirmação de certas tradições paraibanas, muito confusas, por outro, que agora vão tomar forma definida.

Não posso ainda formular juízo sobre o livro, porém julgo não me enganar esperando muito dele. Pela data em que foi escrito, pouco dirá sobre as guerras holandesas, o que é uma felicidade, porque aquela já deu o que poderia dar. Em compensação o autor falarnos-á do fim do século XVII, de todo o período que antecedeu aos Mascates, que em nossos anos, é tão conhecido, agora, como o interior da África, há cem anos, acabará com o exclusivismo da colônia do Sacramento, a que em suma se tem quase circunscrito a história pátria. (Correspondência a Lino de Assunção, 12 de abril de 1877, In CCA, 1977 vol 1, p. 51,)

Imaginar o traçado geográfico antes mesmo de ter as informações confirmadas em documentos era uma das qualidades de Capistrano já ressaltadas por José Honório Rodrigues¹⁸². A imaginação contribuía tanto para apreensão da dinâmica da história do Brasil que se pretendia contar, como para a própria busca e localização dos documentos. Com essa

¹⁸² Procedimento que mais tarde teria reafirmado em correspondência a João Lúcio de Azevedo “no seu processo de trabalho, o documento devia confirmar a adivinhação”. (Rodrigues, 1977, p. L)

imaginação histórica Capistrano “previa” o que poderia encontrar e quais seriam as peças fundamentais para preencher as lacunas e pontos obscuros do seu “quebra-cabeças”. Percebe-se que Capistrano pensava num tipo de história que se opunha aos temas tornados clássicos na historiografia brasileira: a Colônia do Sacramento e a Guerra Holandesa, por exemplo. Ambos diziam respeito a todo o processo de afirmação territorial por parte do Império português e brasileiro, mas não diziam tudo a respeito do que seria o “miolo” dessa história de contornos.

O aspecto da interiorização do país, bastante assinalado pelos intérpretes de Capistrano, está presente em um fragmento escrito em um dos seus ensaios na coluna “Livros e Letras”, da *Gazeta de Notícias*, no ano seguinte à correspondência tratada há pouco. Em outubro de 1880, ao comentar a *História do Brasil*, do historiador português Oliveira Martins, Capistrano escreve:

O Brasil precisa de duas histórias. Uma – história íntima – deve mostrar como aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando a si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação. Esta história deve escrevê-la um brasileiro, e só daqui a quarenta anos será possível, quando estiverem reunidos os documentos, e as monografias tiverem esclarecido pontos obscuros.

A outra história – a história externa – convém que trate o Brasil como colônia portuguesa, a princípio desdenhada, dividida depois em donatárias para fazer frente aos franceses, paulatinamente reduzida a possessão régia, vaca de leite no tempo de D. João IV, bezerro de ouro no tempo de D. João V. Para esta um português é preferível, porque parte dos monumentos existentes em Portugal, e, além disso, proferida por lábios portugueses, a sentença não será acoimada de injusta. (Livros e Letras, Jornal *Gazeta de Notícias*, 19 de outubro de 1880, EE 4ª. Série, p. 157-158).

Em sua tese de doutorado de 2002, *Descobrimientos do Brasil: “a grandes traços e largas malhas”*, ao analisar tanto o processo formativo do país quanto a narrativa sobre esse processo, Daniel Pereira observou que havia uma preocupação constante em Capistrano de “demonstrar a contigüidade territorial do Brasil”. Essa preocupação estaria expressa tanto na forma de organizar *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, artigos escritos no *Jornal do Comércio* em 1899, quanto no capítulo *O Sertão* dos *Capítulos de História Colonial*, de 1907 (Pereira, 2002, p. 73). Para o autor, nos estudos do *sertão* é que se pode encontrar a grande originalidade de Capistrano frente à historiografia brasileira, centrada no litoral. Essa especificidade é tratada por Pereira da seguinte forma:

A atenção que o sertão merece tanto nos *Capítulos* quanto nos *Caminhos*

indica, por um lado, a pretendida originalidade do autor em relação à historiografia brasileira, demasiado concentrada no litoral opulento e transoceânico e, por outro, a tentativa de discernir através deste deslocamento espacial traços de especificidade da formação brasileira. Além da contigüidade territorial, o autor busca demonstrar a paulatina diferenciação entre brasileiros e portugueses, “o segredo do brasileiro”, como escreve nos *Capítulos*. Esta transformação faz parte do enredo de sua história do Brasil que organiza a sua reflexão e que unifica os diferentes pontos de irradiação do povoamento – paulistas, pernambucanos, baianos, mineiros, gaúchos – sob uma única denominação: brasileiros. O que eles têm em comum é a consciência da diferença que nutrem em relação ao reino. Neste enredo de sua história do Brasil está localizada aquela que o próprio autor chamou de “história íntima”. (Pereira, 2002, p. 74)

A interpretação do autor traz muitas contribuições, pois demonstra tanto a originalidade de Capistrano em relação à temática e à narrativa da história do Brasil, quanto torna visível sua preocupação em articular o espaço físico e a urdidura do texto escrito. A esse respeito uma questão merece ser relativizada, pois Pereira atribui a preocupação com a natureza presente na obra de Capistrano a Ratzel. Embora não comprometa a sua análise, é importante dizer que, como temos visto até aqui, a preocupação com a natureza e a formação do brasileiro em sua especificidade, já vinha sendo tratada por Capistrano desde os seus primeiros escritos, iniciados em 1876, mesmo estando permeado pelo arcabouço literário que ele tinha disponível naquele momento. Por sua vez, a primeira obra publicada por Ratzel teria sido em 1882 e é difícil localizar exatamente quando este autor foi incorporado às interpretações de Capistrano. A única citação encontrada em seus escritos sobre o geógrafo alemão foi no artigo *A Geografia do Brasil*, publicado no *Almanaque Garnier*, em 1904. Nele o historiador comenta a contribuição de Martius a essa Geografia que, em certos aspectos, somente poderia ser mais bem compreendida com a *Antropogeografia* de Ratzel¹⁸³.

Mesmo pesando no enquadramento de Capistrano à leitura do geógrafo alemão, Daniel Pereira produz uma tese instigante que nos ajuda a lidar com os passos seguintes dados pelo historiador na elaboração de seus escritos de 1899 e 1907. Ou seja, a centralidade da relação entre natureza e história em suas análises – que já aparecia na *A literatura Brasileira Contemporânea*, em 1876, como vimos no primeiro capítulo, foi também fundamental para a organização de seu trabalho posterior.

Por outro lado, a incorporação de uma atividade técnica aos pressupostos científicos levaram Capistrano a estabelecer o lugar da empiria, onde ele encontrava indícios

¹⁸³ “Martius apreendeu a divisão geográfica natural fundada sobre a flora, a fauna, o homem, e tem páginas de que só podemos medir todo o alcance depois que Ratzel, há uns vinte anos, lançou as bases da antropogeografia” (C.A. Ensaios e Estudos, 2ª. Série, 1976, p. 23).

que iam ao encontro de suas questões, a própria ampliação de suas leituras e a relação com seus pares, tudo isso vindo a contribuir para a mutação dos termos e a forma de tratamento no decorrer de sua trajetória. Se quiséssemos fazer uma linha seqüencial baseada em autores dos quais se utiliza poderíamos dizer que Capistrano começou essa discussão por Taine, Buckle, Gleniee, Darwin, Spencer, em sua fase estigmatizada pela visão negativa em torno do positivismo e, posteriormente, teve a sua redenção, na historiografia, com o destaque para a influência da antropogeografia de Ratzel e do historicismo de Ranke.

Voltando àquele excerto de 1879, podemos apreender a proposta da história de Capistrano em torno de duas histórias, uma interna e outra externa, cada qual a ser escrita pelo ponto de vista de suas nações, para que fosse mais adequado e justo. A história, assim, teria a sua afirmação por meio de quem lhe dissesse respeito e, portanto, seria uma história comprometida com o ponto de vista nacional, fator que quase pôde ser visto, segundo o historiador, na *História Geral* de Varnhagen. Acima de tudo, Capistrano evidenciava ter assumido plenamente a idéia da universalidade formal da nacionalidade (Anderson, 1989, p. 13) enquanto um ponto de partida para o trabalho historiográfico, ao mesmo tempo em que percebia a necessidade de particularizar melhor estas manifestações por meio da história de cada país. A ele chegou a ser constrangedor, por exemplo, lecionar a disciplina de História Geral em substituição a História e Corografia do Brasil, anos mais tarde no Colégio Pedro II, pois considerava não ter se tornado historiador e professor para tal finalidade¹⁸⁴.

Essa convicção profunda foi uma das principais características identificadas por Anderson (1989, p. 14) no processo de constituição da idéia/conceito de nação. A nação, segundo esse autor, é uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana¹⁸⁵. Esse sentimento não impediria que Capistrano sugerisse a elaboração

¹⁸⁴ Em correspondência ao amigo Domingos Jaguaribe, em 1899, demonstrou todo o desconforto e desconcerto com as mudanças no conteúdo da disciplina: “Devia ter-lhe escrito antes; mas encontrei uma situação muito complicada, e que ainda não se desatou, relativamente à minha cadeira no Ginásio. Quiseram fazer de mim professor vitalício de História e Corografia do Brasil, professor de História Universal, lecionando não um ano como antes, porém três. Protestei perante a congregação do Ginásio, reclamei ao Ministro, e este, dando-me razão e negando razão, vai declarar-me extinto. Lembra-me de uma carta sua antiga, em que V. estranhava que eu não tivesse alunos; pois agora há cousa melhor: não há mais professor de História do Brasil no Ginásio Nacional. Não se podia acabar o centenário de modo mais expressivo”. (Correspondência com Domingos Jaguaribe, 1899, CCA, 1977, vol 1, p. 32). Junto ao descontentamento frente à decisão do governo, que dificultaria suas pesquisas sobre a história do país, pelo aumento de carga horária, está presente também a questão que ficaria em aberto: poderia o país comemorar seus 400 anos de história sem uma disciplina sobre essa matéria no Ginásio *Nacional*?

¹⁸⁵ Na caracterização de Anderson (1989, p. 16) “a nação é imaginada como ‘limitada’, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade (...). É imaginada como “soberana”, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído (...) as nações sonham em ser

da história do ponto de vista de outra nação, antiga metrópole, e isso seria mesmo salutar, para visualização dos dois lados de uma situação colonial. Mas, uma História do Brasil necessitava do empenho dos próprios braços e mentes nacionais, evidenciando um processo emancipatório que desde os primeiros escritos de 1875 vinham se afirmando como uma necessidade. Usando um termo contemporâneo, uma história do Brasil escrita por um brasileiro e sob o ponto de vista exclusivamente nacional seria operar o próprio processo de descolonização.

Nesse sentido, podemos retomar um conceito sobre as atitudes perante a história identificadas por Nietzsche naquele final do século XIX que nos ajudam a entender melhor o sentido emancipatório de uma nação frente aos seus opressores. Seria a atitude crítica em relação ao passado, aquela que, pelo que temos visto até aqui, se assemelharia melhor à experimentação de Capistrano com a história. Como entende Nietzsche, uma história crítica interessaria a um tipo específico de pessoa: aqueles “que sofrem e têm necessidade de libertação”. Para o filósofo alemão não seria possível a esse terceiro tipo

(...) viver, quando não se tem a força para romper e dissolver uma parte do seu passado e quando não se faz de vez em quando outro uso desta força: para tanto é necessário arrastar esse passado e colocá-lo diante da justiça, fazê-lo sofrer um severo interrogatório e enfim condená-lo; porém, todo o passado merece ser condenado - pois tudo o que surgiu do homem esteve sempre submetido ao poder e à fraqueza do homem. (Nietzsche, 2005, p. 96)

Não coincidentemente, mas por se colocar do ponto de vista exclusivamente nacional Capistrano publicou seu primeiro livro propriamente historiográfico no ano de 1880, intitulado “O Brasil no século XVI: estudos. A Armada de D. Nuno”. Apurar circunstâncias do início da história do seu país era como realizar um enfrentamento e, nesse sentido, Capistrano se armou de todos os recursos que conhecia. Partia para o embate com as fontes e o seu escrutínio chamando seus pares ao diálogo, aqueles que haviam se debruçado sobre o tema.

Longe de ser imparcial e conceber a ciência como uma atividade estritamente objetiva, no seu primeiro livro, tratando das controvérsias sobre o momento inaugural da história do Brasil, Capistrano desenvolve sínteses, interpretações do caráter psicológico dos envolvidos, críticas incisivas ao IHGB e outras discordâncias com aqueles que se ocupavam dos acontecimentos desse período na história do Brasil. Capistrano, por exemplo, criticava

livres (...) O pendor e o símbolo dessa liberdade é o estado soberano (...) a nação é imaginada como ‘comunidade’ porque (...) é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal.”

Varnhagen por sua devoção à Américo Vespúcio. Para ele, Varnhagen era “o mais ardente e o mais persistente de quantos campeões tem tido até hoje o florentino” (*A Armada...*p. 19). É possível dizer que a base do argumento de Capistrano para demonstrar que teria sido André Gonçalves o comandante da primeira Armada enviada ao Brasil e não D. Nuno estava em tornar questionável o testemunho de Américo Vespúcio.

Primeiramente, Varnhagen, que teria feito descobertas sobre a vinda de uma armada capitaneada por D. Nuno, seguia a opinião de D’Avezac sobre a data de 1501 para a expedição. Ou seja, seria a primeira Armada enviada ao Brasil pós-descobrimento. Esta opinião foi colocada em dúvida pelo senador Cândido Mendes em uma “das mais belas investigações do autor”, observou Capistrano. Os argumentos do senador foram assim apresentados no opúsculo do historiador:

Esta opinião, que tinha a seu favor tão grandes auctoridades, tendia a se propagar quando atacou-a seriamente o senador Candido Mendes. Pelo estudo das *Lendas da India*, de Gaspar Corrêa, elle demonstrou que André Gonçalves, e não Gaspar de Lemos, fora do Brazil levar a noticia do descobrimento a Portugal. Pelo mesmo meio elle tornou provável que foi o mesmo André Gonçalves quem comandou a primeira expedição. (*Armada...*Capistrano de Abreu, 1880, p. 11-12)

Nessa parte do livro entra em cena uma série de recursos utilizados por Capistrano para relativizar a assertiva de Cândido Mendes. Segundo ele, com o estudo do *Lendas das Índias* de Gaspar Corrêa, Cândido Mendes teria tornado *provável* que a expedição de 1501 tenha sido empreendida por André Gonçalves. Para isso, Cândido Mendes identificou que todos os argumentos para sustentar que Gaspar de Lemos, e não André Gonçalves, teria sido quem noticiou a descoberta do Brasil a D. Manuel se baseavam em Castanheda. E como Gaspar Corrêa era contemporâneo deste, seus testemunhos equivaliam-se.

Para Capistrano, o argumento de Candido Mendes tinha o “defeito de provar demais”, pois apenas o fato de Corrêa ser contemporâneo dos outros cronistas que afirmavam a primazia de Gaspar de Lemos não poderia ser justificativa suficiente. Tratou então de enumerar outra que considerava mais forte para referendar a opinião do senador e o seu testemunho, o livro de Gaspar Corrêa:

Felizmente ha algumas circunstâncias que dão o maior peso às palavras do auctor das *Lendas da India*. Omittindo outras que são desenvolvidas no prólogo da parte da tradução ingleza, feita em 1869 para a Hakluyt Society por Henry E. J. Stanley (The Three voyages of Vasco da Gama anda His viceroyalty), indicaremos apenas uma. No que diz respeito a Vasco da

Gama, a opinião de Gaspar Corrêa é a de mais valor, porque funda-se no diário de João Figueira, companheiro do Gama na sua primeira viagem, sobre a qual pôde dizer-se que as afirmações das *Lendas* tem o valor das de Caminha quanto à de Cabral, fez também parte André Gonçalves, “mestre que viera com D. Vasco”. (*Armada...Capistrano de Abreu*, 1880, p. 11-12)

Apenas a contemporaneidade dos autores não seria suficiente para conferir autoridade aos documentos. Era possível destrinchar mais elementos para tornar factível a viagem de André Gonçalves ao Brasil no comando da primeira expedição. Era mais valorável o testemunho de Corrêa, por ele basear-se no diário de um companheiro de viagem de Vasco da Gama, tornando as *Lendas* um testemunho com o mesmo valor dos de Vaz de Caminha e Pedro Álvares Cabral, pois tratava-se do depoimento de uma testemunha ocular. Sem discordar de Candido Mendes, Capistrano estabeleceu uma forma de melhor referendar a opinião do senador que teria ficado sem afirmação conclusiva.

O navio que veio com a notícia, foi o de mantimentos, dil-o Vaz Caminha. Nem podia ser outro, porque a expedição era de guerra, tanto que já tem sido reparado não trazer os padrões de rigor em viagem de descobertas. Por conseguinte, é evidente que Cabral não mandaria um dos grandes vasos tanto mais quanto a sua armada já se achava desfalcada do navio de Vasco de Athayde, e, estando feita grande parte da travessia e consumido muito do mantimento, não offerecia inconveniente distribuir o resto pelos outros navios.

Isto, entretanto, não prova que André Gonçalves fosse o commandante da nau dos mantimentos, mas talvez as seguintes considerações concorram para este resultado. Gaspar Corrêa o afirma, e, em questões que se prendam directa ou indirectamente ao Gama, é a sua opinião de mais valor. Além d’isso, André Gonçalves era plebeu, e, embora quizesse honral-o, D. Vasco havia de hesitar em homberal-o com Sancho de Thoar, Nicoláu Coelho, Bartholomeu Dias. Era mais natural que lhe desse um navio pequeno e humilde; um commando que, ao mesmo tempo que o honrava, não lhe deixaria esquecer o seu lugar. (p. 16)

A baixa origem do capitão André Gonçalves é um argumento que pôde se invocar para estabelecer que elle não podia ter vindo por commandante da expedição em 1501.

O eminente auctor da *Memoria*, que em grande parte nos tem guiado, reconhece-o e por isso não se atreve a declarar-se positivamente a favor de uma hypothese, que aliás é uma de suas mais bellas investigações. (*Armada...Capistrano de Abreu*, 1880, p. 16)

Cândido Mendes teria, segundo Capistrano, hesitado em afirmar positivamente que André Gonçalves teria vindo em 1501, ficando no terreno da probabilidade “é possível, é de presumir que (...) não se pode entretendo afirmar”. Para o historiador a vinda de André Gonçalves era mais do que uma hipótese. Nesse momento entra em cena a argúcia de sua

interpretação:

André Gonçalves era plebeu, mas tal circunstancia perdia agora muito do seu valor. Primeiro porque elle abeirou grande parte da costa, descobriu rios, fez sondagens, compoz um roteiro, desempenhou-se da commissão com toda a galhardia.

Em segundo lugar não se deve esquecer a alegria do rei, que, para dar-lhe alviçaras verdadeiramente regias, não havia de hesitar em honral-o generosamente. Emfim, é preciso não esquecer o Gama, que sentia como próprios os triumphos do seu antigo mestre de navio, e havia de ainda mais incitar e predispor o seu real senhor.

Isso são meras presumpções. Há, porém, um texto de Americo Vesputio que só póde explicar-se satisfactoriamente com a hypothese de se applicar a André Gonçalves. (*Armada...*Capistrano de Abreu, 1880, p. 18)

O documento dá vazão à imaginação de Capistrano. Já não é o documento como comprovação de datas e fatos nele inscritos. São sensações subjetivas que o historiador depreende dos mesmos documentos que vão referendar agora não mais a hipótese de Cândido Mendes, mas a sua. E, nesse sentido, Capistrano percorre o caminho do seu principal interlocutor, possibilitando aos leitores acompanhar o seu raciocínio. A informação de que André Gonçalves era plebeu foi de extrema importância para se pensar a responsabilidade relativa ao comando das expedições nesse período e o jogo hierárquico que se estabelecia na definição das funções numa atividade de tal porte. A situação social do navegador só poderia ter sido atenuada pelo desembarço com o qual André Gonçalves teria desempenhado a missão de anunciar à D. Manuel a descoberta de novas terras.

Toda uma situação é circunstanciada pelo historiador para colocar o plebeu num novo patamar perante à Corte portuguesa, confirmando a confiança nele depositada para retornar ao Brasil, com finalidade exploratória. Estas alegrias, recompensas e retribuições são depreendidas a partir de algum testemunho escrito, mas são suposições plausíveis articuladas por Capistrano para dar conta do que poderia ter acontecido. Isso demonstra como as duas atividades estavam juntas na interpretação de Capistrano: a faculdade de imaginar e a procura de provas como a que vai encontrar num texto de Vespúcio, tornado o grande vilão dessa história elaborada pelo historiador.

Em cartas de Vespúcio a Lorenzo de Pier Francesco de Medici, publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, aparece o desmerecimento de um capitão, chamado pelo florentino de “ignorante”, ao mesmo tempo em que ressaltava a sua própria capacidade de navegação por saber usar os instrumentos de ciência, habilidade que o dito capitão não teria. Se não fosse o fato de ele mesmo entender de cosmografia, dizia Vespúcio,

“andaríamos vagos e errantes, a não nos valermos de nossos instrumentos de tomar altura – o quadrante e astrolábio – bem conhecidos”. Para Capistrano

A primeira vista, esta passagem de Vespucci parece unicamente testemunhar a ignorância e a inépcia do capitão: porém examinando-a melhor percebem-se duas nuances.

A primeira é que a incompetência do capitão não era completa, tanto que, sendo a distância real dos dous pontos de perto de *setecentas* léguas, ao menos em *duzentas o capitão sabia onde estava*. E isto é a peor hypothese, - porque, si o numero de quinhentas refere-se, não à distancia real, mas à distancia percorrida, *em mil e trezentas léguas, “o capitão sabia onde estava”*

Como explicar este mixto de saber e de ignorância? A explicação que nos parece plausível, é a seguinte, e é ahí onde se trai a segunda nuance: tratava-se de um marinheiro pratico, que em mar já muito navegado desafiaria competidores, que poderia sondar com habilidade, que reconheceria um recife à distancia, que perceberia os bancos pelo faro, que nas horas de tormenta seria manobreiro inexcedível, - mas que não sabia cosmographia e não entendia de instrumentos. Em outros termos o capitão a que unicamente se podem applicar as palavras de Vespucci poderia ser um braço enexcedível, porém era uma cabeça fraquíssima. (*Armada...Capistrano de Abreu, 1880, p. 21*)

Embora não fosse exímio no conhecimento dos instrumentos e da ciência da navegação, o capitão desprezado por Vespúcio era um navegador prático, experiente. Capistrano havia montando neste ponto, com perspicácia que impressiona, um antagonismo social que sua interpretação dos documentos, misto de crítica e imaginação, teria permitido entrever. Sua conclusão, portanto, após a verificação das fontes antes percorridas por Cândido Mendes, juntando outros argumentos, afirma: foi André Gonçalves o comandante da expedição de 1501-1502 que explorou o Brasil, ou seja, não poderia ser esta a expedição de Dom Nuno como queriam D´Avezac e Varnhagen. A análise segue com o estabelecimento da Armada de Gonçalo Coelho de 1503 – 1504, para finalmente comprovar a Armada de D. Nuno em 1505-1506.

Esse exemplo da primeira armada é apenas um dos que demonstra que Capistrano adere à idéia de interpretação em amplo sentido do termo. Dizia o autor que quando um fato não está documentado ou provado, suposições não seriam proibidas para esclarecer obscuridades, desde que elaboradas a partir destes mesmos documentos que não trariam resposta tão precisa e imediata quanto desejado. (*Armada...Capistrano de Abreu, 1880, p. 30*).

Em todos os episódios Américo Vespúcio é descrito como um homem excessivamente vaidoso, pouco generoso, irresponsável, insubordinado, que agia com má fé e se contrapunha a qualquer comando, realizando apenas o que bem entendesse. Navegava

“sem preocupar-se com a sorte dos companheiros, como si o navio lhe pertencesse, ou elle fosse um *lord* que navegava em um *yacht* de recreio” (*Armada...Capistrano de Abreu*, 1880, p. 32).

A caracterização elaborada por Capistrano de Vespúcio é baseado na ironia. Uma mesma característica elevada pelo navegador sobre ele mesmo: o conhecimento cosmográfico e a habilidade com os instrumentos o teriam deixado na mão na segunda Armada, pois o navio que continha todos esses instrumentos havia naufragado.

Mappas, roteiro, instrumentos, tudo se perdeu. Vespucio sabia-o. Foi por este meio que obrigou a ficar consigo a nao que Gonçalo Coelho destacara à sua procura. Foi fundado n'isto que se deixou ficar na Bahia e na colônia, imóvel como a montanha de Mahomet, à espera que Coelho desse os primeiros passos. Foi por isso que, na carta escripta a Solderini, elle dava como certa a perda dos três navios a que ficara reduzida a expedição (*Armada...Capistrano de Abreu*, 1880, p. 33).

Sem entrar nos meandros das afirmações, o objetivo da transcrição do excerto é apenas destacar o procedimento interpretativo de Capistrano. Anteriormente, ao contrapor as habilidades de André Gonçalves às de Vespúcio, Capistrano recorre a elementos interpretativos que não necessariamente estavam escritos nos documentos. Novamente, na disputa sobre a segunda armada entre Vespúcio e Gonçalo Coelho, o autor também recorre a elementos que não se encontravam diretamente nos documentos, como o fato de que cada um queria se sair melhor na empreitada de reconhecer as novas terras.

Nessa linha, Capistrano escreve:

Coelho viu logo que entre elle e Vespucio o combate era desigual. O mandal-o à ilha foi como que uma trégua. O destacamento do navio foi uma capitulação tácita. Vespúcio queria-a formal; Coelho não se prestou a tanto. Seguiu, pois, para o sul executar a sua commissão. Durante o espaço que separa Lisboa do rochedo em que se perdeu a capitanea, elle estudara cuidadosa e zelosamente os roteiros, cartas. etc. com zelo tanto maior quanto a lábria e a basofia do florentino tornavam-lhe intolerável aquelle pedagogo impertinente. Engolfara-se, pois, na illusão de poder por si só levar a bom êxito a empreza arriscadíssima. Até talvez Cananéa a costa fora explorada e já estava bastante conhecida, e até ahi Coelho podia avançar. Para adiante, sem conhecimento prévio, sem os instrumentos que tinham immergido com a capitanea, qualquer passo era imprudente. Que fazer? Continuar, apesar de tudo, era arriscar a empreza, e servir de trophéo a Americo Vespucci. Tornar, era ainda peor: era ornar-lhe vivo o triumpho. Havia um meio termo: ficar no Brazil, e mandar a Portugal pedir socorros. (*Armada...Capistrano de Abreu*, 1880, p. 34)

Capistrano reconhecia que todas essas suposições não passavam de hipóteses, perceptíveis somente pela carta de Vespúcio “desde que a virarem pelo avesso”. Virar o documento pelo avesso parecia ser um procedimento que Capistrano adotou desde muito cedo. Como a segunda expedição teria sido malograda, Capistrano imaginou que o rei teria encaminhado uma terceira, que seria a Armada de D. Nuno de 1503-1504. O objetivo era encontrar uma passagem para a terra das especiarias e não exatamente a exploração das terras do Brasil. O esforço interpretativo do autor estava carregado de uma paixão indisfarçável pelo país somado a uma crítica severa a tudo que lhe dissesse respeito e é esse aspecto que gostaria de destacar.

No exercício de análise dos documentos sobre os primeiros anos de descoberta das terras do Brasil, Capistrano desloca a atenção sobre as datas e personagens para o entorno e a produção de sentido, descortinando vários aspectos bem pouco heróicos ou nobres envolvidos nas viagens de exploração. Fazendo isso, de certa forma, o momento inaugurador da história brasileira passa a ser dessacralizado. Como diria Nietzsche a respeito da atitude crítica sobre o passado, era preciso “(...) rasgar o véu: é então que se percebe o quanto injusta é a existência de um objeto, de um privilégio, de uma casta, de uma dinastia, o quanto tudo isso merece desaparecer” (Nietzsche 2005, p. 97).

Abordar esse começo do Brasil era como realizar uma inversão da forma como se procurava narrar a História até então, quando se investia em inaugurar um começo grandioso para o país, como nas tentativas do IHGB em localizar antigas e evoluídas civilizações que teriam ocupado estas terras ou nas de Varnhagen, que procurava construir uma coesão indicativa do processo civilizatório do país¹⁸⁶.

Para Nietzsche, essa postura de enfrentamento e desvelamento poderia ser muito danosa a quem ousasse assumi-la, justamente pelo risco de “cortar a machado suas raízes” (Nietzsche, p. 97). Para a geração de 1870, como vimos, muitas vezes era preciso fazer um corte com a perspectiva da herança lusitana. No caso de Capistrano essa questão não se apresentava numa tentativa de apagar a contribuição lusa na formação do Brasil e do brasileiro, mas tratava-se, talvez, de tornar o começo dessa formação mais mesquinho, como diria Foucault na interpretação de Nietzsche sobre todo o começo. Para Foucault, em *As*

¹⁸⁶ Para Pereira (2002, p. 60) “A tendência a construir a imagem de uma sociedade coesa pela *História Geral*, tendia a apagar ou deixar na sombra os conflitos existentes. Não podem figurar na História porque indignos do processo civilizatório dirigido pela Coroa. Pelo contrário, as medidas que tinham como fim regular tais conflitos e impor uma ordem, eram destacadas como positivas para a “nacionalidade brasileira”, na expressão do autor. É o caso da incorporação pelo Estado das capitâneas “que ainda tinham donatários”, no tempo de D. José e Pombal. Medida centralizadora contra as “demásias e prepotências dos capitães-mores locais”.

verdades e as formas jurídicas, Nietzsche teria estabelecido uma diferenciação fundamental entre origem (*Ursprung*) e invenção (*Erfindung*), concebendo todo o início numa dimensão histórica, ou seja, como *invenção*, recusando a utilização do termo *origem* pelo seu teor metafísico. Nas palavras de Foucault,

A invenção – *Erfindung* – para Nietzsche é, por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável. Este é o ponto crucial da *Erfindung*. Foi por obscuras relações de poder que a poesia foi inventada. Foi igualmente por puras obscuras relações de poder que a religião foi inventada. Vilania portanto de todos estes começos quando são opostos à solenidade da origem tal como é vista pelos filósofos. O historiador não deve temer as mesquinhas, pois foi de mesquinhas em mesquinhas, de pequena em pequena coisa, que finalmente as grandes coisas se formaram. À solenidade de origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções (Foucault, 2003, p. 16).

Para Capistrano de Abreu, o único interesse da parte de Portugal com relação ao Brasil nesses primeiros anos era a sua identificação enquanto uma *passagem* para a Malaca. Essa intenção foi malograda, “(...) desde então o Brazil continuou a ser o que era antes da chegada de João da Nova: uma terra de brazil, de canafístula, de papagaios e bugios” (*Armada...*). Era preciso assumir essa situação pouco digna perante o reino para ser possível escrever uma história do Brasil diferenciada do que havia. Daniel Pereira (2002, p. 64) trabalha bem esse aspecto ao falar da perspectiva transoceânica do historiador. Para este autor, o projeto de história de Capistrano de Abreu abria a perspectiva de que o Brasil aos poucos superava a situação de inferioridade a Portugal, superando outros projetos por se colocar sob o ponto de vista nacional, priorizando não o olhar externo sobre o país, sua perspectiva diplomática e seus contornos territoriais, mas apresentando de que forma o Brasil e os brasileiros se faziam internamente, pelo povoamento¹⁸⁷.

A perspectiva nietzschiana da *história crítica*, enquanto atitude perante o passado trata de uma possibilidade de apreensão e ação no mundo que estimularia tanto a vida quanto a morte. Para Capistrano, imbuído de idéias evolucionistas, partilhando com muitos de sua geração a crença no progresso do país, alimentava nos seus primeiros escritos uma postura otimista com relação ao futuro. Para isso, era preciso olhar para o momento mesquinho de seu

¹⁸⁷ Para Pereira (2002, p. 64) “O fato de que, na interpretação do historiador cearense, o cuidado em examinar os caminhos do povoamento seja a principal novidade de Frei Vicente liga-se, sem dúvida, com o seu próprio projeto sobre a história do Brasil. E expressa também o que chamamos de superação do transoceanismo intelectual, ou, a possibilidade de conceber aquela história de forma a retratar um enredo diferente daqueles até então imaginados pela historiografia brasileira.”

início a fim de suplantá-lo e efetivamente construir um país e brasileiros sem sentimentos de inferioridade, seja em relação a Portugal seja em relação à Europa ou aos Estados Unidos, crítica que mais tarde se tornaria incisiva em seus escritos diante da aproximação da diplomacia brasileira com aquele país¹⁸⁸.

Na concepção de Capistrano de Abreu, para suplantar a condição histórica de inferioridade era necessário não apenas a mudança de sistema de governo, mas uma transformação no sentimento dos brasileiros. Apenas assim destruía-se aquele passado para a construção de outro, entendido como mais afirmativo. Era uma história pensada a partir da perspectiva de uma nação, entendida em seu processo de diferenciação, cuja explicação mais precisa Capistrano teria encontrado em suas primeiras discussões a partir da crítica literária, portanto em um período de sua trajetória intelectual que muitas vezes é relegado por seus intérpretes como uma fase menos “nobre”, caracterizado como cientificista, positivista ou evolucionista. Como vimos no primeiro capítulo, em Capistrano, a diferenciação necessária para se pensar a nação era produzida pela história, mas era uma síntese referente ao mundo natural, de Lineu, e outra ao organismo biológico pós-Darwin que esclarecia esse processo: *natura non facit saltus e struggle for life*.

Para combater a atrofia, a revolução, como disse, era improfícua: *natura non facit saltus*. Por mais complexos, os fenômenos sociológicos são mais modificáveis; porém a intervenção quase sempre se limita a influir sobre a intensidade e velocidade do movimento. Pode tornar-se mais rápida a transição; não se pode prescindir dela.

Para provar que não prescindimos dela, basta olhar ao redor. Como o catalético, que sente a consciência da vida de envolta com a pressão da morte, nós sentimos a atração do progresso e somos obrigados a estacionar. Ao mesmo tempo duas tendências diversas elaboram a sociedade: integração e diferenciação; diferenciação do sistema que herdamos, integração e adaptação ao sistema que se forma. Forças correlativas e complementares, não se desenvolvem com a mesma intensidade, nem na mesma proporção: como sempre, à decomposição precede o movimento orgânico. Assim ao passo que temos instituições como as da Europa, as funções estão alteradas, a plenitude vital mutilada, a significação é diferente. No *struggle for life*, perderam-se ao mesmo tempo, se ganharam novas propriedades. Daí este estado de fermentação, de empirismo, de aprendizagem. (*A literatura brasileira contemporânea, 1875, EE 1ª. Série, 1975, p. 52-53*).

A explicação de Capistrano sobre como seria o funcionamento do Brasil enquanto

¹⁸⁸ A esse respeito ver Daniel Pereira em sua tese de doutorado de 2002, especialmente o segundo capítulo, quando trata da relação de Capistrano de Abreu e o Barão do Rio Branco. Importante também para essa discussão a dissertação de Mestrado de Eduardo Ferraz de 2007, principalmente o segundo capítulo.

organismo, já tratado no primeiro capítulo, nos ajuda a compreender melhor tanto o impulso relativo ao progresso e à evolução quanto à fatalidade da dissolução ou decomposição, um os elementos dinâmicos na formação de uma individualidade orgânica. A observação dessa transformação, no entanto, apenas seria possível pela história, pelos processos de transição que adquiriam um valor maior nessa forma de abordagem do passado do que os momentos de ruptura. Neste sentido, o amesquinamento da descoberta das terras do Brasil enquanto data e fato pode ser lido também como o início de uma história que se *forma e desenvolve* no espaço e no tempo, juntando vestígios desse processo sem ter a certeza de qual seria o seu fim, mas com expectativa de um horizonte promissor. Desta forma, era possível conhecer a formação do brasileiro e do Brasil, ainda que entendido como inacabado no final do século XIX, de onde Capistrano olhava para trás e reconhecia o movimento formativo de uma nação que nem sempre estivera ali. Para Pereira (2002, p. 75)

Capistrano está convencido de que vive no momento histórico em que o processo de formação da nação, iniciado nos tempos coloniais, chegaria ao seu termo. Por outro lado, por estar ainda em curso, correria o risco de um desvio que poderia levar a sociedade não na direção de uma posição autônoma no concerto das nações, mas na da sua subordinação e, mais grave, com o risco da própria dissolução de uma herança acumulada de três séculos de formação.

Cabe então perguntar como seria possível demonstrar a formação do país se o seu conhecimento não se daria a partir da cronologia e de sua natureza. Com a tese de Daniel Pereira (2002), percebemos a relevância da “história íntima” no projeto de Capistrano, que a entende como aquela que “ (...) deve mostrar como aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando a si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação”. Anunciada nos anos de 1880, esta história viria a ser o programa que o historiador seguiria.

Envolvido com reflexões sobre a maneira de produzir a história do seu país, Capistrano também refletia sobre como escrevê-la, adotando uma atitude crítica perante o passado, como caracterizou Nietzsche, autor que nos ajudou a melhor entender a convivência entre as atitudes perante o passado existentes no final do século XIX brasileiro. Aqui é preciso fazer um último alinhavo da trajetória de Capistrano, seguida desde seus primeiros escritos de 1875. No intervalo de cinco anos compreendido entre 1875 e 1880, ano de publicação de seu primeiro livro, Capistrano passou pela experiência da Biblioteca Nacional, manuseando diferentes fontes e estando na equipe que organizava a Exposição de História e Geografia do

Brasil. Exploramos esta experiência no Capítulo 2 e, agora, vale a pena retomar um dos seus elementos para explorar mais um aspecto da importância da imaginação histórica para o autor.

Em *Armada de Dom Nuno* - que em princípio seria apenas um estudo crítico sobre as controvérsias quanto às datas das primeiras viagens organizadas ao país por Portugal -, mais do que identificar uma cena judiciária, Capistrano procurou montar o cenário de um drama, o próprio drama do início da relação entre dois continentes. A esse respeito é significativo o papel não apenas do documento como materialidade, fundamental à sua concepção de história, mas também a imagem imaginada. Capistrano ainda não conseguia ver totalmente como seria possível realizar a sua escrita da história que partia do documento devidamente escrutinado, suas questões e a imaginação, fatores que apresentados dariam vida aos acontecimentos decorridos. Por mais que tivesse lido livros inspiradores, compreendido como as novas ciências contribuía para a história enquanto ciência, a forma como todas esses elementos seriam apresentados lhe era uma questão em aberto.

A cena descrita da *Exposição Camoneana* nos deixou espaço para percebermos a capacidade de Capistrano em abstrair partindo da concretude de um elemento, mas como faria isso com os documentos que tinha em mãos e com os quais se achava mais próximo a cada dia na Biblioteca Nacional? Na *Armada...* o que lhe pareceu mais adequado foi um drama, ainda que a idéia de drama se apresentasse mais como síntese do que como forma.

Vieram aos poucos os colonos. Em Pernambuco se começou o cultivo do assucar. Mais de um capitania foi creada. Porém nada havia que chamasse a atenção do rei de um modo continuo e especial para a nossa terra. Esse *que* forneceram-no os Francezes. Foram elles os primeiros a prezar o paíz, a conhecer lhe os vastos recursos, a utilizar-lhe os ricos productos, a estabolar relações continuas entre os dous continentes. (vejam os livros de Ternaux-Compans, d'Avezac, Margry, Gaffarel, etc)

Nas paginas da *Zeytung auss Presilig Landt* já se desenham as scenas de um drama tenebroso, que tem por scenario o seio virgem do Atlantico, e por espectadores os espaços vagos do azul.

São personagens: - Brasis, Francezes, Portuguezes.

Drama que atravessou de século a século. (p. 62).

Ao escrever estas linhas, Capistrano estava encantado com o romance de Machado de Assis, “o único romance que do ano de 1880 parece digno de menção e leitura”, como dizia no *Almanaque da Gazeta* ao passar o ano em revista (*EE 4ª. Série, 1977, p. 244*). Alguns meses antes da escrita do seu livreto, um bilhete foi enviado por Capistrano a Machado de Assis, dizendo

Dear Sir,

A sua bondade é tão grande que me incomoda. Fui anteontem, mas levado antes pela simpatia que lhe dedico e pela vontade de vê-lo e ouvi-lo do que por negócio. Ia também para falarmos sobre o plano que na distribuição de fatos da *História do Brasil* me parece mais próprio para tornar a narrativa una. Ontem não voltei, hoje não irei, nem tão cedo, porque às 2 horas, ao sair da Biblioteca, tenho aula no Colégio Aquino. Se soubesse a que hora encontrá-lo em sua residência, iria qualquer domingo... o seu portador já acha demasiada a demora; por isso faço ponto e assino-me. (Correspondência de Capistrano de Abreu a Machado de Assis, 23 de julho de 1880, CCA, 1977, vol 1, p. 47)

O encontro entre os dois teria ocorrido em qualquer domingo? Teria sido Machado de Assis que lhe deu a idéia de fazer um “drama” sobre a história que Capistrano desejava contar? Questões cujas respostas não são tão importantes para o presente trabalho, mas que trazem várias considerações sobre o historiador analisado. O quadro a ele reputado de historiador positivista, cientificista, excessivamente centrado nas fontes de seus primeiros anos de escrita carrega consigo uma série de nuances que perpassam por uma infinidade de experiências confluentes em sua constituição enquanto historiador. Compreender o desenrolar dos fatos significava também poder reconstruí-los de forma a dar vida aos vestígios por ele verificados e escrutinados. Mas como costurar os fatos de forma a fazer sentido era uma seara que Capistrano apenas tateava, estabelecendo uma lista de problemas identificados em outros trabalhos de História do Brasil cujos erros pretendia evitar cometer. Para ajudá-lo na difícil tarefa de compreender melhor por meio da imaginação os fatos sucedidos, Capistrano tinha uma estratégia, preferindo as crônicas enquanto tipologia documental em meio a todas as outras. Comentando ao amigo Lino de Assunção sobre o livro de Couto, Capistrano explicava:

Mas o que sobretudo espero do livro é que seja uma crônica. Primeiramente, nós a temos em número tão limitado! Depois, documento avulso não dá a vida, nem o movimento, quando a crônica na exista. Peço-te, pois, amigo, que nas tuas investigações especialmente te apliques a crônicas e descrições geográfico-históricas. Na vida de d. Duarte de Ramos Coelho indicam-se algumas, entre as quais uma sobre os holandeses na Bahia, de “Tácito”, que deve ser Fr. Manuel Calado, autor do “Valoroso Lucideno”, muito dedicado à família Bragança e seu antigo vassalo antes da exaltação ao trono. (Correspondência de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção, em 12 de abril de 1879)

É muito difícil separar momentos e perspectivas teóricas na trajetória de Capistrano de Abreu. Certo é que aos poucos Capistrano abandonava a retórica positivista, mas é importante dizer que muitas de suas considerações sobre como o país poderia ser

compreendido em seu processo de formação podem ser visualizados também nesse período de formação do próprio historiador. A importância da literatura, por outro lado, não era abandonada de todo nesse seu momento cientificista, por possibilitar a imaginação histórica e a elaboração de uma *narrativa* *una* na distribuição dos fatos, ainda que o Brasil se apresentasse não completamente formado ou unificado. A história precisava ser ciência e ser narrativa, uma maneira de produzir e escrever que não prescindiam uma da outra, independentemente dos procedimentos técnicos e perspectivas científicas adotadas.

Considerações finais

Ao final desta tese alguns aspectos merecem ser destacados. Em primeiro lugar é a diversidade de formas de conceber a formação da sociedade brasileira por meio de leituras comuns, da crítica literária e das concepções sobre o passado produzidas e vivenciadas por uma mesma geração.

Algumas das características de Capistrano de Abreu tratadas na tese foram definidas por ele mesmo como positivas na construção do *self*¹⁸⁹. Por exemplo, no prefácio do livro de Rocha Lima, *Crítica e Literatura*, de 1878, ao elogiar a postura do amigo falecido naquele ano, Capistrano ressaltava elementos no pensamento do crítico que demonstravam, em alguma medida, suas próprias reflexões, inquietações e postura perante a vida.

Não quero dizer com isso que Capistrano teria assumido uma maneira imutável de lidar com o processo de auto-formação e de produção de conhecimento, mas havia uma característica a qual valorizava e que foi importante para pensar sua personalidade. Ele mesmo definia como ponto positivo na vida de um estudioso a “inteligência plástica e compreensiva”. Assim se refere a Rocha Lima,

A sua inteligência plástica e compreensiva assimilava as diferentes teorias de maneira admirável. A sua palavra espirituosa destacava aspectos novos nas questões mais abstrusas. As objeções que apresentava, as sugestões que oferecia, limitando o campo do debate, encaminhavam muitas vezes a conclusões por todos admitidas. Além disso, o seu caráter tão lhano, como firme, sabia afagar as susceptibilidades, e evitar choques e divergências fatais em sociedade de tal ordem.

¹⁸⁹ A “autodelagem” de Capistrano de Abreu foi tema da dissertação de mestrado de Eduardo Ferraz, de 2007. Nela, o autor procurou demonstrar como o historiador “se endereçava para o mundo” construindo um autorretrato corroborado por seus interlocutores “a imagem do intelectual que vela pelo estudo, isolamento e constância nas idéias”. (Ferraz, 2007, p. 14).

Já no necrológio de Varnhagen do mesmo ano do prefácio do livro de Rocha Lima, dizia que o pior defeito do historiador era a falta do *espírito plástico e simpático* que o impedia de vislumbrar a história do Brasil num todo “solidário e coerente” (EE 1ª. Série, p. 89). Era na crítica aos autores que Capistrano construía um pouco de si.

No caso de Rocha Lima, Capistrano traçou uma trajetória colada à sua. Contava como aquele autor se precaveu contra a aplicação do “método científico aos estudos psíquicos e sociológicos” a partir da leitura de Vacherot, autor que também deveria tê-lo “curado para sempre da tendência a admitir o determinismo nos fenômenos psicológicos e históricos” (EE. 1ª. Série, 1976, p. 75).

Falava sobre como a obra de Taine¹⁹⁰ estimulou Rocha Lima à aplicação do seu método de análise em que procurava *a sensação primordial*, o *momento*, o *meio* e, a *raça* considerados fatores formadores da sociedade e da produção literária. Outra descoberta foi a de Buckle. Se por um lado, dizia Capistrano sobre o amigo, “repugnavam-lhe a teoria das leis morais” do escritor inglês, por outro a “exposição da influência mesológica; a discussão do método introspectivo; a concepção de história científica” encontrou terreno fértil para a recepção dessas idéias.

Capistrano destacou também o encontro de Rocha Lima com o positivismo¹⁹¹. Um grande sistema explicativo, dizia ele, que oferecia muitas respostas às inquietações do momento e que teve influência significativa na construção da personalidade do crítico e sua postura frente aos seus contemporâneos. Para Capistrano,

Aí começou a executar o plano de vida que, como disse, ideara. Atravessar a vida com os olhos fixos na honra e no dever; evitar não só as fraquezas como as aparências de fraqueza; impor-se pelo caráter puro e pelos sentimentos elevados à estima dos adversários e dos amigos; obrigá-los a reconhecerem que a sua alma não era da mesma têmpera que a deles, - eis o que planejara em sua solidão. Agora que interpretava doutrinas puras e regeneradoras, considerava um sacerdócio a sua missão; não queria que seus atos tirassem conclusões desfavoráveis a elas, e nada o contristava como o ver que nem

¹⁹⁰ “A princípio leu com incredulidade, levado pela torrente do estilo, pela originalidade das idéias e pelo vigor de fantasia, que brilham em todas as páginas do fecundo escritor. Resolveu depois verificar praticamente o valor de suas teorias no terreno da crítica literária. Procurou a *sensação primordial* que existe nos artistas e serve de princípio coordenador e característico de suas obras. Procurou a influência que o *momento* exerce sobre o indivíduo e que o *meio* e a *raça* exercem sobre o *momento*. E achou, e reconheceu que uma transformação completa em suas idéias era indispensável e urgente.” (EE 1ª. Série, p. 75-76)

¹⁹¹ “Via no sistema de Comte reduzidas a um conjunto grandioso e consistente todas as aspirações que lhe fluíam pelo espírito. Via solvidas todas as dúvidas, desfeitas todas as dificuldades. A sociologia, a conquista mais esplêndida do século XIX, revelando-se em sua beleza severa e escultural, transportava-lhe o espírito em um enlevo infável, e ser positivista enchia-o de nobre orgulho e de férvida emulação.” (EE 1ª. Série, 1976, p. 76).

sempre pensavam ou obravam assim outros que se a achavam em igualdade de circunstâncias. (EE 1ª. Série, 1976, p. 77).

A vinda para o Rio de Janeiro, em 1877 e a adoção das teorias de Spencer teria sido outro marco na vida de Rocha Lima. “As simpatias mentais”, como dizia Capistrano sobre o autor, teriam “se alargado quebrando ou modificando o velho molde positivista”. Embora o “gênio de Comte” ainda fosse admirado pelo crítico, ele “indagava se Spencer não representaria melhor as tendências décimo-nonistas”, se a classificação hierárquica das ciências¹⁹² do inglês não seria “menos automórfica” que a do francês.

Rocha Lima, segundo Capistrano, recusava com repugnância a lei dos três estados¹⁹³ “porque além de ser uma generalização empírica, nem se aplica a todas as sociedades, nem a todos os fenômenos de uma sociedade”. Spencer, cuja obra surgiu depois da “revolução operada pelo darwinismo” na biologia, e da “teoria da associação” na psicologia, “poderia elevar um monumento mais considerável que a filosofia positivista” dizia Capistrano, desenhando a biografia intelectual de Rocha Lima. O que o fascinava em Spencer, dizia ainda, era sobretudo a “concepção sintética do Universo, que reduz todas as realidades a órgãos de uma função imensa – Evolução, - órgãos que apenas se distinguem pelo maior ou menor grau de heterogeneidade, pela maior ou menor proporção em que são definidos ou indefinidos”. (EE 1ª. 1976, Série, p. 79).

As principais idéias de Spencer que teriam marcado época no pensamento de Capistrano foram o conceito de “evolução”, que por vezes aparece como “formação” e seu oposto “dissolução”, muito embora seu emprego possa ter se alterado em termos de significado no decorrer de sua obra (Pereira, 2002; Ferraz 2007).

No período analisado nesta tese foi possível distinguir uma forma de aplicação do conceito de evolução de Spencer à análise da sociedade brasileira, em que o baixo desenvolvimento do país poderia ser explicado pela sobrecarga de funções num só órgão, fator que dificultava o desenvolvimento pleno de todos os órgãos que comporiam o organismo social. Essa análise o preservava dos determinismos ambiental, embora

¹⁹² Para Comte, por exemplo, as ciências fundamentais seriam: “a física celeste ou a astronomia; a física terrestre ou a física propriamente dita; a físico-química; a fisiologia ou a biologia; e a física social ou a sociologia (...). A ordem das ciências é determinada pelo grau de simplicidade ou, o que vale o mesmo, pelo grau de generalidade dos fenômenos, donde resulta sua dependência sucessiva e, por conseguinte, a facilidade maior ou menor do estudo (...). A ordem hierárquica das ciências é determinada por seu grau de generalidade, de simplicidade e de dependência recíproca”. (ARANA, p. 90, 2007).

¹⁹³ Segundo Arana (2007, p. 87), para a lei comteana dos três estados “todas as nossas concepções, nas diferentes ordens do conhecimento, começam teológicas, transitam pela condição metafísica, e se tornam finalmente positivas – seqüência “invariável, necessária”.

reconhecesse a força que o *meio* exercia sobre a formação da sociedade brasileira, e também do determinismo racial. O conceito de evolução para Spencer envolvia também, segundo Baiardi (2008, p. 19), a diversificação “estando as partes desigualmente expostas a diferentes forças e elementos, elas vão se diferenciando, assumindo formas e funções diferenciadas”, o que contribuiria para que pensasse no país como uma singularidade.

O percurso da vida intelectual de Rocha Lima poderia ter sido a descrição de sua própria trajetória, uma vez que o amigo sequer poderia contestá-lo na seqüência e nos elementos escolhidos de cada um dos autores que teriam exercido influência significativa sobre a geração cearense dos anos de 1870. A coerência estabelecida por Capistrano à vida de Rocha Lima apareceu num quadro evolutivo interrompido apenas com a morte do amigo cuja obra prefaciava. A ilusão biográfica na acepção de Bourdieu (1995)¹⁹⁴ ajudou a pensar a produção por Capistrano de uma coerência aos seus próprios pensamentos, posturas e percursos usando como subterfúgio o prefácio/necrológico de Rocha Lima.

Após ter experimentado o método de Taine em *A literatura brasileira contemporânea*, de 1875, ter aprofundado as leituras positivistas a ponto de discutir em seus artigos o que seria uma boa ou uma má interpretação das teorias de Comte, acabou por considerá-lo, em 1878, modular demais. Nesses seus primeiros anos a obra de Spencer teria satisfeito melhor seu processo de análise e compreensão do funcionamento da sociedade, sem deixar de admirar o “gênio de Comte” como dizia ao falar de Rocha Lima.

A organização biográfica conferida a Rocha Lima, portanto, poderia servir à Capistrano, como estou sugerindo. Essa questão se tornou um problema durante a elaboração da tese. A crítica de Bourdieu (1995) sobre a tendência em trabalhos com teor biográfico de organizar a vida do sujeito analisado numa “seqüência ordenada de relações inteligíveis” acompanhou esta pesquisa. A forma clara, sintética, pretensamente “transparente” de Capistrano expor seu pensamento contribuiu para, muitas vezes, a adoção dos fios condutores produzidos por ele mesmo em sua trajetória. Como de fato é o exemplo dessas considerações finais, em que por sua mão, também procuro refletir sobre o que foi possível realizar com essa tese. Neste caso é importante ressaltar o processo constitutivo de uma auto-imagem que era

¹⁹⁴ Bourdieu fez uma crítica à chamada “história de vida” que remete justamente a essa necessidade, inscrita no senso comum de conferir coerência a uma trajetória individual. Assim se refere o autor sobre alguns pressupostos desta teoria “Em primeiro lugar o fato de que a vida constituiria um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser compreendido como uma expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto. (...) Essa vida organizada como uma história (no sentido de narrativa), desenrola-se segundo uma ordem cronológica que é também uma ordem lógica, desde um começo, desde uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início e também de princípio, de razão primeira, até o seu fim, que é também um objetivo de realização (*telos*). (Bourdieu, 1995)

também uma auto-formação perseguida pelos estudiosos do período diante da estruturação dos estudos sobre o país.

Desta forma, procurei além de levar em conta o “endereçamento para o mundo”, na feliz expressão de Eduardo Ferraz (2007), - autor que percebeu a proeminência dessa característica em Capistrano de Abreu - a presença de sensibilidades múltiplas que o vinculavam nesses seus primeiros escritos a diferentes redes sociais que envolviam tradições e inovações no processo de produção de conhecimento sobre o país.

Por isso a importância de considerar a relação de Capistrano com sua geração, com a tradição e geração anterior, com as instituições IHGB e BN, perspectivando compreender como nosso autor se colocava enquanto indivíduo nessa experiência viva. Esses elementos articulados procuraram formar o que Bourdieu (1995) chamou de *superfície social* que possibilitaria a constituição de uma existência desta e não daquela maneira.

Entendo que esses anos analisados dizem respeito a apenas um momento da vida de Capistrano de Abreu, mas as possibilidades de análise oferecidas exemplificaram, a meu ver, as considerações de Bourdieu sobre os acontecimentos biográficos:

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estágios sucessivos da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. É evidente que o sentido dos movimentos que levam de uma direção a outra (...) definiu-se na relação objetiva entre o sentido dessas posições no momento considerado, no interior de um espaço orientado. Isto é, não podemos compreender uma trajetória (...) a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo onde previamente ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vinculam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinente do campo – ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis. (Bourdieu, 1995, p. 77)

Observando o caminho por ele mesmo traçado, por meio principalmente da figura de Rocha Lima, pudemos perceber como conseguia fugir aos determinismos tão comuns à sua época assim como reunir pensamentos e personalidades com características tão diferentes e divergentes quanto as que se apresentavam em Alencar, Silvio Romero e Machado de Assis. Essa abordagem me possibilitou tratar não apenas de um personagem, mas de um momento histórico do país, em que algumas questões se tornaram candentes a uma mesma geração, sem deixar de, por um lado, evidenciar componentes idiossincráticos e por outro minimizar o risco de incorrer na “ilusão biográfica”. De qualquer forma, entre as referências construídas por

nosso autor é importante dizer que o seu processo de formação enquanto estudioso destacou especificidades frente aos seus predecessores e seus contemporâneos, sem, conscientemente, se desprender totalmente deles.

Dito isto, o restante da tese pôde ser melhor visualizado com essas lentes. Uma “inteligência plástica e compreensiva” com a qual Capistrano procurava exercer suas reflexões e atividades contribuiria também, para que ele pudesse lidar com outros tipos de tradição de saber que não estavam relacionadas diretamente com a literatura – embora fizessem parte do universo dos livros e documentos, assim como da questão principal para aqueles homens da segunda metade do século XIX brasileiro: a nação.

Em relação a Alencar pudemos falar da contribuição da população indígena e do meio como temas que circulavam e constituíam a idéia de formação do brasileiro, assim como de uma sensibilidade romântica para temas nacionais. Capistrano diferenciava-se do literato no entendimento de que a literatura não deveria cumprir a missão de construir a nacionalidade. Entendia-a muito mais como expressão de sentimentos produzidos social e historicamente, sem deixar de ter em conta elementos individuais do autor como uma espécie de *germe original*, freqüente na crítica romântica. Nada disso seria de especial interesse se Capistrano não fizesse parte de um momento do pensamento social brasileiro em que a crítica negativa ao período romântico na literatura não estivesse sendo encampado por diferentes nomes entre aqueles que se propunham reflexões sobre a formação da sociedade brasileira.

A relação de Capistrano com Alencar propiciou também evidenciar a diferença de ênfase entre a crítica romântica, que buscava o momento original de uma produção eminentemente nacional e a crítica de 1870 que colocava em foco a sociedade que teria produzido aquela literatura. Sua sensibilidade romântica o diferenciava de algumas posturas de seus contemporâneos, principalmente no que se refere à formação da sociedade brasileira, tais como: a compreensão de temporalidades mais lentas nesse processo, certa precaução em relação a rupturas bruscas, o significado do indianismo pensado por meio da distinção entre eles. Um pensava no indianismo com expressão social outro como programa de ação.

No caso da relação com Machado de Assis, havia algumas semelhanças que os aproximavam em alguns aspectos: o entendimento de que a literatura era uma expressão artística e não uma missão nacionalista; o discernimento de que as obras literárias poderiam se destacar pela sua expressividade enquanto experiência local ou enquanto experiência humana universal. A diferença de Capistrano em relação a Machado, nesse caso, é a de que não deixava de valorizar as obras que conseguiam atingir apenas à expressividade local, pelo

significado que a obra e o artista teriam para uma sociedade nacional. Para Capistrano, ambas as formas de expressão satisfaziam aos preceitos artísticos e estéticos e ainda assim falavam de seu tempo e de sua sociedade. Já para Machado de Assis a nota que deveria ser valorizada na obra literária era a que comunicasse a universalidade do gênero humano, independente da “cor local” que poderia estar presente. Diferenciava-se de Machado de Assis pelo que o unia a Alencar, o indígena, o meio e a importância do indianismo para a identificação do surgimento de um sentimento nacional.

Por outro lado, a admiração de Capistrano por Machado de Assis e sua compreensão de literatura ofereceram ao historiador importantes elementos para se pensar uma narrativa para a história do Brasil, como acontecia no romance machadiano. Mesmo com pretensões diferenciadas, enquanto um se expressava pela literatura, com a sensibilidade instintiva, argúcia do observador, estilo de escrita, o outro procurava se expressar pela ciência, com seus métodos e regras. Neste ponto, por sua vez, Capistrano se aproximava de Silvio Romero.

Integrantes da geração de 1870, Capistrano e Romero compartilhavam o otimismo com as descobertas dos métodos nomológicos para o estudo da sociedade, as mesmas leituras, a mesma questão: o Brasil e os brasileiros vistos pelo viés da ciência moderna. Os dois giravam em torno de temáticas como o meio e os grupos étnicos para melhor compreender o país em que viviam. Ambos, filhos do Norte que se encontraram no Rio de Janeiro apenas a partir dos anos de 1880, e mesmo antes encetaram debates por meio da crítica literária e da imprensa. Talvez as semelhanças entre os dois fiquem por aí, o que não é pouco. Mas as diferenças se tornaram divergências nesses primeiros anos de atuação no ambiente de letrados da corte. Elas giravam em torno da forma de uso das mesmas teorias, do olhar de Capistrano mais centrado nos vestígios do passado enquanto Romero possuía uma ansiedade maior para as perspectivas de futuro. Essas diferenças de ponto de vista, os dois estando num mesmo presente, foram significativas no resultado interpretativo sobre o Brasil, assim como na contribuição de ambos para duas disciplinas diferentes, um para a história, outro para a etnografia (Turin, 2004).

O respeito de Capistrano pelo legado romântico fazia com que perseguisse temas e aspectos da formação da sociedade brasileira, tais como o elemento indígena, o clima, o povoamento que se dariam ao longo do tempo, em que o ambiente e o homem se relacionassem de maneira a constituir uma especificidade, uma singularidade. Já para Romero a formação da literatura e povo brasileiros se devia ao cruzamento de raças e línguas, sendo o

mestiço o elemento diferenciador (Ventura, 1991, p. 19-48). A perspectiva de um futuro positivo, no período estudado, existia em Capistrano, tanto quanto em Romero. Para o primeiro ela se baseava na idéia de formação íntima, resultado da confluência de elementos do mundo exterior numa interioridade transformadora que se expressaria na sociedade. Sua referência era o passado, sua crença estava no incremento das instituições capazes de estimular o desenvolvimento paulatino de uma realidade em movimento. Para o segundo, conforme alguns dos seus intérpretes¹⁹⁵, a formação do povo brasileiro estaria no futuro, um futuro promissor, que resultaria numa população branca e civilizada. Seu motor era a ação reformadora, capaz de tirar o país do atraso em que se encontrava (Mota, 2000, p. 18). Nesse sentido, Silvio Romero era um otimista “revolucionário”, Capistrano um otimista comedido, afinal a “evolução” em termos de desenvolvimento civilizacional era destino comum - como acreditavam. Somente os meios de chegar a ela é que seriam diferentes. Para um, essa evolução seria atingida principalmente por meio do melhoramento racial, enquanto para o outro por meio de mecanismos sociais e econômicos. Importante salientar que no momento desse primeiro debate (1876) a questão racial enquanto referência para se pensar o Brasil ainda não estaria de todo consolidada, o que ocorreria em 1880 (Ventura, 1991). Ainda assim, como bem assinalou Ferraz (2007) o meio/natureza e o indígena permaneceriam como fundamentais às reflexões posteriores de Capistrano de Abreu.

Acompanhar a relação de Capistrano com esses personagens importantes na história brasileira foi um modo de acentuar sua primeira experiência de vida intelectual na Corte, quando, muito jovem, mas bastante arrojado, se inseriu entre uma minoria especialmente ativa que naqueles anos de 1870 se dedicava a pensar o país. A importância dessa análise para a estrutura da tese esteve em evidenciar elementos do processo reflexivo do autor, os quais visibilizaram características que o aproximavam e o diferenciavam frente ao demais.

O primeiro capítulo da tese, portanto, se preocupou em falar de Capistrano por meio de sua forma de entender o país e se relacionar com o ambiente intelectual no qual se inseria, ressaltando como incorporava em suas reflexões as obras lidas e os debates de seu tempo. Mas esse capítulo também foi importante para capturar algumas impressões de sua forma de “digerir” o mundo exterior, importantes para pensar outros *deslocamentos* como aquele que a

¹⁹⁵ Segundo Ventura (1991, p. 49), Silvio Romero entendia que “o servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziram uma nação informe, sem qualidades fecundas e originais”. Esse pensando parece ter feito com que Romero preferisse se ausentar do seu presente e imaginasse um quadro mais positivo no futuro vislumbrado na idéia de “branqueamento”. Ainda segundo Ventura, o “branqueamento” progressivo das raças consideradas inferiores, alavancaria o brasileiro ao ideal de civilização ocidental, entendimento que teria atenuado o vaticínio do racismo científico que dominou as reflexões sobre a sociedade brasileira a partir dos anos de 1880 (Idem, p. 58-61).

corde, seu contato e sua ocupação na Biblioteca Nacional lhe possibilitariam.

É um consenso entre os intérpretes de Capistrano de Abreu que a Biblioteca Nacional foi fundamental no seu processo formativo enquanto historiador. Desta forma, em princípio devido a dificuldade de encontrar na bibliografia um estudo que pudesse esclarecer sobre como essa influência teria se dado, acabei por procurar compreender que tipo de instituição era a BN naqueles anos e qual sua relação com as concepções do passado que conviviam e se assentavam durante o Império. Para tanto, foi importante relacioná-la com o IHGB, instituição dedicada à história e à construção de uma memória nacional.

Somente com esse exercício pude me aproximar mais dos significados adjacentes à idéia da Biblioteca Nacional enquanto um laboratório de história e o que estaria em jogo no período em se tratando da elaboração da história do Brasil. Como a questão estava colocada em torno da idéia de laboratório, o enfoque do capítulo girou em torno dos documentos, a materialidade necessária à atividade de análise proposta pelo historiador que estava se construindo.

Ao abordar o documento como elemento central no processo de constituição da historiografia moderna pude evidenciar como esse suporte de informações foi tratado de diferentes maneiras no país. Os lugares de acervo instituídos demonstraram, em certa medida, o movimento vivenciado pelas transformações na produção de conhecimento. Havia nesse período o desmembramento paulatino das humanidades em relação às ciências da natureza. Essas questões interferiram na constituição dos acervos, nas intencionalidades de suas publicações e na forma de tratamento operacionalizado para garantir sua preservação e acesso.

Enfim, seguindo pistas apontadas por autores como Dias (1968), Schiavinatto (2003), Kury (2000) e Turazzi (2009) pude visualizar a relação entre Estado, instituições e iniciativas individuais no trato com os documentos sobre o país. Para melhor pensar os usos e concepções em voga me utilizei largamente da *II Consideração intempestiva* de Nietzsche, texto de 1878, que iluminou muito do que estava posto no cenário brasileiro do período analisado.

Por meio desse autor foi possível compreender como a Biblioteca Nacional permaneceu durante longo tempo presa a uma perspectiva antiquária do passado, relacionada ao culto ao antigo enquanto relíquia, e distante da erudição entendida como escrutínio e crítica documental. A erudição no trato da documentação histórica teria sido o ganho de Capistrano ao trabalhar na instituição. Esse descompasso se colocou como um problema à pesquisa num primeiro momento, uma vez que não existiria na Biblioteca Nacional uma tradição erudita de

trabalho com os documentos. No entanto, analisar os relatórios do Ministério do Império, pasta a qual estavam vinculadas as instituições de acervo (Arquivo Imperial, Biblioteca Pública e mesmo o IHGB¹⁹⁶) possibilitou capturar tanto uma tradição específica relacionada à forma de concepção e tratamento conferido às instituições pelo Estado, como o momento das transformações mais incisivas na direção de uma consciência histórica que dependeria das materialidades documentais para sua consolidação.

Esse aspecto é importante na medida em que toca em dois pontos caros à constituição da historiografia moderna: a história nacional e a ambição de cientificidade da história. Dois pontos que procurei articular à experiência de Capistrano de Abreu. Pensando ainda com Nietzsche, mas na perspectiva da história monumental por ele talhada, pude entender melhor, principalmente, a atuação do IHGB e seu prestígio institucional e como Capistrano se distanciava das concepções e práticas daquele ambiente que se manteve até o final do século XIX enquanto referência para a história brasileira. Ao mesmo tempo, as transformações ocorridas na Biblioteca Nacional nos anos de 1870 contribuíram para o estabelecimento de rotinas e procedimentos com a documentação histórica do país até então ausentes de outros estabelecimentos. Agregou também, um caráter público ao acervo, procurando facilitar o seu acesso, por meio da organização, elaboração de obras de referência e divulgação por meio de catálogos, *Annaes da Biblioteca Nacional* e de exposições.

Outro aspecto evidenciado na tese foi o fato de a BN ter sido a instituição que primeiro descreveu o perfil de um profissional hábil para o trabalho numa Biblioteca: aquele que uniria algumas características do erudito com a dedicação de um funcionário remunerado. A Biblioteca destacava também a particularidade da nação como prioridade e não como uma generalidade comum ao erudito. Aos poucos foi possível vislumbrar a tendência à especialidade no mundo dos letrados do país. Ser funcionário de uma instituição de acervo, cargo obtido por meio de concurso público foi uma das notas diferenciadas na biografia de Capistrano frente à sua geração, com repercussões importantes na sua afirmação enquanto historiador.

Nesse sentido, procurei demonstrar que os vestígios do passado puderam ser entendidos enquanto suportes de informações descritivas (principalmente da natureza e território do Brasil), importantes tanto para a administração quanto para a afirmação de disputas territoriais; enquanto relíquias da humanidade, alimentando os colecionadores e seu culto ao antigo; enquanto tesouros nacionais a serem preservados; e, ao mesmo tempo, são

¹⁹⁶ Como o IHGB recebia verbas do governo Imperial emitia relatórios de atividades ao Ministério do Império.

tomados como objetos de análise crítica para reconstrução de um passado nacional. Desta forma, instituições de acervo, concepções sobre o passado e documentos puderam ser bons instrumentos para a investigação sobre o apartamento e diferenciação das formas de conceber a produção do conhecimento e, nesta pesquisa, foram fundamentais para a melhor compreensão de como Capistrano de Abreu se inseriu e construiu seu próprio caminho na relação com esses elementos a um tempo herdados e construídos.

Mais uma vez e sem receio, sou levada pelas mãos do próprio Capistrano, entendendo em sua trajetória o significado mais profundo do termo freqüentemente usado por ele no período analisado: *natura non facit saltum*. É possível dizer que enquanto sujeito histórico, sensível ao passado e por sua experiência constitutiva, o trabalho na Biblioteca Nacional não causou uma revolução nas suas concepções sobre a produção de conhecimento sobre o país, mas possibilitou significativas transformações decorrentes do aprendizado e da prática de um ofício. É possível imaginar que pela ambição e ousadia demonstrada por Capistrano de Abreu ao se inserir no debate sobre a questão nacional no Rio de Janeiro - sendo um homem de poucos recursos financeiros, embora bem relacionado - que um emprego por meio de um concurso público era mais que um alento. Era a garantia de subsistência, um estímulo para o desenvolvimento de suas perspectivas científicas, um lugar de autoridade de onde falar e se relacionar e um lugar de onde poderia alimentar muitas expectativas.

O momento em que Capistrano se insere na Biblioteca não poderia ser mais propício. O ambiente de trabalho era favorável ao seu desenvolvimento. Um diretor muito ativo, novas verbas, diretrizes bem assentadas, colegas empenhados nos mesmos objetivos, o ideal coletivo de trabalhar pelo país por meio do cuidado com sua história, materializada nos documentos e obras sob a guarda da instituição. Era um lugar que possibilitava sua expansão.

A freqüência à Biblioteca desde a chegada ao Rio de Janeiro e seu posterior exercício prático com a documentação histórica do país logo surtiram efeito em sua coluna no *Jornal Gazeta de Notícias*. Uma das questões principais exposta nos artigos era como proceder para melhor escrever uma história do Brasil. Um novo paradigma se estabelecia e desta vez sua proximidade e afastamento acontece com outra figura proeminente da historiografia brasileira: Varnhagen. Mais uma vez, entre semelhanças e diferenças, Capistrano vai produzindo sua especificidade, demonstrada aqui e ali na forma de conceber e proceder a pesquisa histórica.

Como Capistrano mesmo chegou a dizer sobre Varnhagen, era uma “pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram

em ciência sob o nome de sociologia” (*Necrológio*, 1879, EE 1ª. Série, 1975):

Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como consequência e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguiu-lo-ia. (*Necrológio*, 1879, EE. 1ª. Série, 1975, p. 90)

A influência da ciência positivista foi muito grande nesses primeiros anos de trabalho de Capistrano de Abreu, mas não no sentido que comumente vemos referidas em conceituações sobre o “cientificismo” do período. No caso analisado, o termo mais correto é o de “cientificidade”. Muito embora haja uma hierarquia favorável à ciência frente às outras formas de compreensão da realidade em Capistrano de Abreu. O termo “cientificismo” foi usado de forma pejorativa, contribuindo para velar importantes contribuições dos intelectuais do final do século XIX para o desenvolvimento da ciência brasileira, principalmente no caso das ciências humanas em que as análises predominantes priorizam o viés político.

Desta forma, o último Capítulo pretendeu demonstrar o quanto as contribuições das leituras positivistas foram importantes a Capistrano para problematização das fontes históricas e para a singularidade de suas considerações sobre aspectos formativos do país, sem necessariamente se tornarem uma camisa de forças, justamente por sua busca constante de uma “inteligência plástica e compreensiva”.

A atenção de Capistrano em relação à literatura, à imaginação histórica e ao sentimento nacionalista, dimensões mais relacionadas a elementos psicológicos, também contribuíram significativamente para o posicionamento de Capistrano e seu exercício profissional. Ao apresentar esses aspectos, que apareceram nos seus escritos, pude relativizar a própria concepção de história moderna, baseada prioritariamente nos ideais de cientificidade e verdade e evidenciar a dimensão da poética também presente nessa configuração historiográfica como atentou Koselleck (2006). A imaginação era um componente importante na análise documental e sua perspectiva crítica perante a historiografia brasileira não deixava de transparecer o sentimento de afirmação nacional.

Esse momento analisado da vida do historiador procurou evidenciar que o processo de sua constituição enquanto tal não tem necessariamente a ver com um fim teleológico, mas

com movimentos, opções, posicionamentos, condicionantes, ambiências e, sem dúvida, certa dose de liberdade individual. De fato este trabalho não é uma biografia e se constituiu em torno da problemática da cultura histórica do Brasil oitocentista. Capistrano de Abreu foi, por sua vez, a personalidade que possibilitou colocar questões sobre esse momento de afirmação da história moderna no país. Procurei colocar em prática, como disse desde a *Introdução*, a perspectiva da micro-análise, principalmente ao procurar recuperar “as mediações existentes entre a racionalidade individual e a identidade coletiva” (Revel, 1998, p. 25), fazendo um contraponto entre um ambiente social e uma existência específica.

Fontes de Pesquisa

Impressos

ABREU, Capistrano. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no séc XVI*. Rio de Janeiro : Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1883. 104p. (or. BN 103, 3, 7); (ver primeira e segunda edições)

ABREU, Capistrano. A Literatura Brasileira contemporânea (conferência) *Jornal Constituição*. 29.01.1875.

ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro : M. Orosco & C., 1907. 261p. (um mapa, ed. De 200 exemplares, separata de “O Brasil e suas riquezas naturais, suas indústrias”). (or. BN, 103, 3, 15).

ABREU, Capistrano. *O Brasil no século XVI. Estudos I*. A Armada de D. Nuno Manoel. Rio de Janeiro : Typografia da Gazeta de Notícias, 1880. 79 p. (or.BN. 103, 4,2);

ABREU, Capistrano. *O descobrimento do Brasil pelos portugueses*. Rio de Janeiro : Lammert & Cia, 1900. [Coleção Ramos Paz. Obras Raras BN 103, 4, 6A].

_____. *Correspondências Capistrano de Abreu* vol. 1. In RODRIGUES, J. H. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Correspondências Capistrano de Abreu* vol. 2. In RODRIGUES, J. H. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Correspondências Capistrano de Abreu* vol. 3. In RODRIGUES, J. H. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Ensaio e estudos: crítica e história, 1ª. série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Ensaio e estudos: crítica e história, 2ª. série*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Ensaio e estudos: crítica e história, 3ª. série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Ensaio e estudos: crítica e história, 4ª. série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALENCAR, José. *Sonhos D´ouro*. EBooklibrisl www.ebooksbrasil [1972]. Abril/Março de 2006.

ARARIPE JÚNIOR. *Teoria, crítica e história literária*. (obra completa). São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

ASSIS, Machado. *A nova geração*. (01.12.1879). In. Machado de Assis. *Crítica & Variedades*. (Obras Completas). São Paulo : O Globo, 1997.

ASSIS, Machado. *Notícia da atual Literatura Brasileira – instinto de nacionalidade*. (24.03.1873). In. Machado de Assis. *Crítica & Variedades*. (Obras Completas). São Paulo : O Globo, 1997.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1908. (1 ed. 1839)

BUCKLE, Thomas. *Histoire de La Civilization em Angleterre*. Paris : Librairie internationale, 1865

Catálogo da Exposição de História do Brazil. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. vol. IX. Parte I. 1881-1882. Rio de Janeiro : Typ G. Leuzinger & Filhos, 1881.

Catálogo da Exposição de História do Brazil. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. vol. IX. Parte II. 1881-1882. Rio de Janeiro : Typ G. Leuzinger & Filhos, 1881.

Estatuto da Biblioteca Nacional de 1821. www.unicamp.br/iel/memória

GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Voç. 12. (1884.1885). Rio de Janeiro : Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1887.

GALVÃO, Ramiz. Preliminares. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. vol. 1, 1876-1877. Rio de Janeiro : Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1876.

LIMA, Raimundo da Rocha. *Crítica e Literatura*. Maranhão : Typ. do Paiz, 1878. [Obras Raras. BN 93, 2, 16];

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro : Ministério de Cultura/Fundação Casa Rui Barbosa, 1994.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Como de se deve escrever a história do Brasil*. [1845]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1845.

ROMERO, Silvio. *Compêndio de História da Literatura*. (Com a colaboração de João Ribeiro) Edição comemorativa. Org. Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro : Imago, Ed. Universidade Federal de Sergipe, 2001.

_____. *Ethonologia Selvagem*. Estudo sobre a memória: Região e raças selvagens do Brasil do dr. Couto de Magalhães. [Appendice; O caráter nacional e as origens do povo brasileiro] Recife : Typ. da Província, 1875.

TAINÉ, Hippolyte. *Filosofia Del Arte*. Buenos Aires : Joaquin Gil Editor, 1945.

_____. *Histoire de la littérature anglaise*. Paris : La Hachete e Cia, 1877.

Revistas e Periódicos

- Annaes da Biblioteca Nacional (coleção 1876 e 1883)
- Revista do IHGB (coleção 1838 e 1870)
- O Patriota (1813-1814).
- Jornal Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro (1879-1883)
- Jornal *O Globo* (1875-1879)

Arquivos e coleções

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Coleção João Capistrano de Abreu.

- Respostas ao Questionário aplicado aos municípios para organização da Exposição de História e Geografia do Brasil;

Fundo Biblioteca Nacional (1870-1883)

- Carta do diretor da Biblioteca Nacional Ramiz Galvão ao Ministro dos Negócios Império, Conselheiro Barão Homem de Mello, datada de 19 de agosto de 1880.
- Relação de nomes dos Expositores de História e Geografia do Brasil;
- Relação dos documentos avulsos do Catálogo da Exposição História e Geografia do Brasil;
- Estatísticas dos Expositores da Exposição de História e Geografia do Brasil;
- Apontamentos sobre o Catálogo da de História e Geografia do Brasil, por Alfredo do Vale Cabral;
- Relatórios das seções da Biblioteca Nacional – 1882 a 1897.
- Guia da Exposição de Historia do Brazil Realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1881. Rio de Janeiro : Typographia da Gazeta de Notícias 1881. (BN 81, 4, 16)

Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP

Center for Research Libraries

- Relatórios da Biblioteca Nacional ao Ministério do Império. (1832-1883) Coleção Documentos Brasileiros - *Center for Research Libraries (CRL) e Latin American Microform Project (LAMP)*. www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio

Assunto: Biblioteca Real e Pública (Biblioteca Nacional; Arquivo Público; Museu Nacional e IHGB)

GALVÃO, Ramiz. Relatório ao Ministério do Império. Anexo D-1, 20.01.1872.

GALVÃO, Ramiz. Relatório ao Ministério do Império, 1873.

GALVÃO, Ramiz. Relatório ao Ministério do Império, 1874.

GALVÃO, Ramiz. Relatório ao Ministério do Império, 1875.

GALVÃO, Ramiz. Relatório ao Ministério do Império, 20.01.1878.

GALVÃO, Ramiz. Relatório ao Ministério do Império, 20.01.1879.

GALVÃO, Ramiz. Relatório ao Ministério do Império, 20.01.1880.

Bibliografia

ALENCAR, Mario de. “Capistrano de Abreu”, de 23 de dezembro de 1907. *Almanaque Brasileiro*. Garnier, de 1909, p. 358-363.

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo/Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

_____. *De positivismo e de positivistas*. Interpretações do Positivismo Brasileiro. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, Rio de Janeiro, n. 42, 1996.

AMADEO, Maria Eliza & Lorelai Kury. O catálogo da Exposição de História do Brasil (1881). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 120, p. 1-367, 2000.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Correspondência cordial: Capistrano de Abreu e Guilherme de Studart*. Coleção outras histórias, n. 19. Fortaleza : Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

AMED, Fernando José. *As edições das obras de Capistrano de Abreu*. História: questões e debates : Curitiba, n. 32, p. 108-110.

AMOROSO, Marta Rosa e SÁER, Oscar Calávia. Capistrano de Abreu e os índios. In. REIS,

E.; ALMEIDA, M. H. T. e FRY, P (org.) *Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo : Hucitec/ANPOCS, 1996, p. 182-196.

_____. Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In. SILVA, Aracy Lopes e GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (org.) *A temática indígena em sala de aula*. Brasília: MAC/MARI/UNESCO, 1995, p. 236-256.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo : Editora Ática S.A., 1989.

ARANA, Hermas Gonçalves. *Positivismo: reabrindo o debate*. Campinas/São Paulo : Autores Associados, 2007.

ARARIPE JÚNIOR. *Obra crítica. Coleção de textos da língua portuguesa moderna*. Vol I. 1863-1887. Ministério da Cultura/Casa Rui Barbosa, 1958.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz. Casa-Grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo : Editora 34, 2005.

_____. *Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*. *Revista Estudos Históricos*, n. 1, 1988.

ARENDT, Hannah. *Entre o futuro e o passado*. São Paulo : Perspectiva, 1997.

ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: médio, la cultura y la expansión de Europa*. México : Fondo de Cultura Económica, 1996.

BABELON, Jean-Pierre & CHASTEL, André. *A noção de patrimônio*. Paris : Liana Levi, 1994.

BARATIN, Marc. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro : UFRJ, 2008.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Ilustração brasileira e a idéia de Universidade (1959)*. São Paulo : Convívio/Edusp, 1986.

BARBOSA LIMA SOBRINHO. Capistrano de Abreu – historiador. *Revista do IHGB*, 1953, p. 86.

BARROSO, Gustavo. Capistrano de Abreu e a interpretação do Brasil. *Revista do IHGB*, n. 221: 92-101, ou/dez.1953.

BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro Batista. *Correspondência Cordial: Capistrano de Abreu e Guilherme Studart*. Fortaleza : Museu do Ceará/Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno – Séculos XIX e XX*. Lisboa : Edições 70, 1977.

BERNARD, Cláudio. Consideraciones experimentales comunes a los seres vivientes e los corpos brutos. In. *Introducción al estudio de la medicina experimental*. Buenos Aires: Emecé Editores.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro : Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo : Cultrix, 1975.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: teoria da ação*. São Paulo : Papirus, 1996.

BOTTMANN, Denise Guimarães. Padrões explicativos na historiografia brasileira. *Dissertação de mestrado em História*. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas : Unicamp, 1985.

_____. A propósito de Capistrano. *Primeira Versão*. Publicação Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1989.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In Balakrishnan, Gopal & ANDERSON, Benedict. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro : Contraponto, 2000.

BUARQUE, Virgínia A. Castro. *Escrita singular: Capistrano de Abreu e Madre Maria José*. Coleção outras histórias, n. 20. Fortaleza : Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

BUCKLE, Thomas. *Histoire de la civilisation em Angleterre*. Paris : Librairie Internationale. A. Lacroix, Verboec Khoven et Cie, éditeurs, 1985. (Coleção Machado de Assis, ABL)

BURGUIÈRE, André. Dicionário das ciências históricas. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1986.

CÂMARA, J.A. Saraiva. *Capistrano de Abreu - tentativa biográfica*. Rio de Janeiro : José Olympio Editora, 1969.

CANABRAVA, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Revista de História*. São Paulo : USP, 1971.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte : Editora Itatiaia Limitada, 1981.

_____. *O método crítico de Silvio Romero*. Rio de Janeiro : Ouro sobre azul, 2006.

_____. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo : Martins Editora, 1962.

_____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo : Publifolha, 2000.

CANGUILHEM, Georges. *Estudes d'histoire et de philosophie des sciences: concernant lês vivants e l avie*. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 1994.

CAPEL, Horacio. Natureza y cultura: América y el Nacimiento de la Geografia Moderna. In. *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo : Edusp, 1995.

CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. Coleção outras histórias, n. 8, 2ed. Fortaleza : Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. *As Repúblicas das Letras Cearenses*. Literatura, Imprensa e Política - São Paulo: Pós-Graduação em História/ PUC-SP (Dissertação de Mestrado), 2000.

CARDOSO, Luciene P. Carris. Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909). *Revista da Sociedade Brasileira da História da Ciência*, vol. 3, n. 01, Rio de Janeiro : SBHC, 2005.

CARMO, J. A. Pinto. *Bibliografia de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1942.

Carmo, José Arimateia Pinto do. *Bibliografia de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1942, 133 p. (or. BN 103, 4, 18)

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

_____. *A formação das almas: imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *Brasil: naciones imaginadas*. In. GUERRA, François-Xavier & Annino, Antonio. *Inventando la nación: iberoamérica. Siglo XIX*. México : Fondo de Cultura Económica, 2003.

CARVALHO, José Murilo. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi. Rio de Janeiro, n1. P. 123-142.

_____. Apresentação In *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo : Editora 34, 1999.

CASSIRER, Ernest. *A filosofia do iluminismo*. Campinas : Unicamp, 1994.

CERTEAU. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. Dossiê: Historiografia e Escrita da História, Agora. *Revista de História e Geografia*. Santa Cruz : Unisc/RS, 2005 (prelo).

CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Souza (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, p. 37-58, 2000.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa : Difel, 1990.

_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2002.

CHÂTELET, François (dir.). *História da Filosofia*. Lisboa : Dom Quixote, 1995.

_____. *Uma história da razão: entrevistas com Émile Noël*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

_____. *História da idéias políticas*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2000.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XII e XVIII*. In Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo : Editora Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

CHRISTINO, Beatriz Protti. *As redes de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-~î em face da sul-americanística 1890-1929*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Departamento de Lingüística, 2006.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa : Editorial Presença Ltda, 1972.

COMTE, Auguste. *Sociologia*. (org. Evaristo de Moraes Filho). 2.ed. São Paulo : Ática, 1983.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. In *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000.

CORREA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

COUTINHO, Afrânio. *Euclides, Capistrano e Araripe*. In. *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro. Ediouro, s/d. (BN IV – 186, 7, 46)

DANTES, Maria Amélia M. Relações científicas e tradições científicas locais: modelos institucionais no Brasil no final do século XIX. In. *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo : Edusp, 1995.

DARNTON, Robert. História intelectual e cultural. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva Dias. Aspectos da ilustração no Brasil. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 278, Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1968.

_____. A interiorização da metrópole. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo : Perspectiva, 1972, p. 160-184.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *Ciência um caso de política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil-Império*. Tese de Doutorado em História, USP, São Paulo, 1995.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.19, n. 55.

EDLER, Flávio. *De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu*. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 925-43, 2000).

Estatuto da Real Biblioteca de 1821. In: <http://www.unicamp.br/iel/memória/> consultado jun/2010).

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FALCON, Francisco José Calazans. As Idéias e noções de “Moderno” e “Nação” nos textos de Capistrano de Abreu: os ensaios e estudos, 4ª. Série – comentários. In *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, n. ½, volume 12. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, p. 5-27.

_____. O Brasil de Capistrano de Abreu: características de sua produção historiográfica. *Trajeto Revista de História da UFC*. Vol. 3, n. 5. Fortaleza : UFC, 2004.

_____. O Brasil de Capistrano de Abreu: características de sua produção historiográfica. *Trajeto Revista de História da UFC*. Vol. 3, n. 5. Fortaleza : UFC, 2004.

FARGE, Arlete. *Le goût de l'archive*. Paris : Éditions du Seuil, 1989.

FERRAZ, Eduardo. *A inacabada história de Capistrano de Abreu*. Dissertação de Mestrado (Pós em História PUC-RJ), outubro 2007.

FERREIRA, Luiz Otávio. *Os politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1892-1922)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1989.

_____. O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. In LIMA, Nísia Trindade de & SÁ, Dominichi Miranda de. *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Rio de Janeiro : Fiocruz; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M.. *Ciência no Torrão Natal: a adaptação de modelos estrangeiros e a construção de uma problemática científica nacional*. In. *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo : Edusp, 1995.

FOOT HARDMAN, Francisco. Euclides da Cunha : brutalidade antiga – sobre história e ruína em Euclides. *Revista Estudos Avançados*, v. 10, n. 26. São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1998.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Edioras/Puc-RJ, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. São Paulo : Vozes, 1997.

_____. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro : FGV, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GALVÃO, Ramiz. Necrológio de Capistrano de Abreu. *Revista do IHGB*, tomo 101, v. 155, 1927, 462-463.

GERBI, Antonello. *história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo : Cia das Letras, 1996.

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo : Fundação Editora da Unesp, 1998.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo : Cia das Letras, 2002.

GOMES, Plínio Freire. O Amazonas e o Prata na mitogeografia na América. In. *Topói. Revista de História*. Programa de Pós-graduação em História Social da URFJ. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001, v. 3.

GONTIJO, Rebeca. História e Historiografia em Capistrano. *Revista História*. São Paulo, v. 24, n. 2, 2005.

_____. *O velho vaqueano*. Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. UFF, Niterói, 2006. (Tese de Doutorado)

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Campinas : Papyrus, 1998.

GUERRA, François-Xavier & Annino, Antonio. *Inventando la nación: iberoamérica. Siglo XIX*. México : Fondo de Cultura Econômica, 2003.

GUERRA, François-Xavier. *A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades*. In *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo : Editora Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal Guimarães. De baixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 338, jun/set. 1995.

_____. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro : Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história-nacional”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

_____. História e Natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol 7, n. 2, 2000.

_____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica do século XIX. *Revista Topói*, vol 3, 2002.

_____. *Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX*. (Apresentação). In. O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro : UFRJ, 2003 (a).

_____. *A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre : Editora UFRGS, 2003 (b).

_____. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. In RIOS & FURTADO FILHO (orgs.) *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza : Imprensa Universitária, 2008.

HALKIN, Léon-E. *Initiation a la Critique Historique*, 4ª ed., Paris. Armand Colin, 1973.

HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro : UFRJ, 2003 (a)

_____. *Regimes d'historicité. Presentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003 (b)

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília : UNB, 2003 (c).

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2 ed., 1990.

HOBBSAWN, Eric et alli. *A invenção das tradições*. São Paulo : Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Cobra de Vidro*. São Paulo : Livraria Martins Editora, 1940.

_____. *Historical Thought in Twentieth-Century Brazil*. In. BURNS, E. Bradford (by). *Perspectives on Brazilian History: edited with an introduction and bibliographical essay*. New York & Londres: Columbia University Press, 1967.

_____. O atual e o inatual na obra de Leopold Von Ranke. In *Livro dos Prefácios*. São Paulo : Cia das Letras, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Belo Horizonte : UFMG/Nova Fronteira, 2000.

JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo : Hucitec, 2003.

_____. *Peças de mosaico: cinco estudos sobre a formação política do Brasil*. Tese de Livre Docência em História do Brasil Colonial. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000.

JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro : Editora PUC/RJ; Edições Loyola; IUPERJ/UCAM, 2006.

_____. Entrevista com Reinhart Koselleck. In: *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro : Editora PUC/RJ; Edições Loyola; IUPERJ/UCAM, 2006.

KODAMA, Kaori. Entre a experiência e o registro: o conhecimento geográfico e histórico no Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará..., de Raimundo José da Cunha Matos. In LESSA, Mônica Leite & FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro : Eduerj, 2008.

_____. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *história/História*. Madrid : Editora Minima Trotta, 2004.

_____. *Futuro pasado: para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona : Ediciones Paidós, 1993.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, n. 10, 1992, p. 134-146.

KURY, Lorelai (org.). Iluminismo e Império no Brasil: “*O Patriota (1813-1814)*”. Coleção História e Saúde, Clássicos e Fontes. Rio de Janeiro : Editora da Fiocruz, 2007.

_____. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2004.

_____. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentistas: experiência, relato e imagem. *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. VIII, Suplemento, p. 863-880, 2001.

_____. Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 267-291, 1998.

_____. (org.) Iluminismo e Império no Brasil *O Patriota (1813-1814)*. Coleção História & Saúde: clássicos e fontes. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2007.

_____. Explorar o Brasil: o Império, as Ciências e a Nação. In: Lorelai Kury. (Org.). Comissão Científica do Império. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2009.

LA CAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983

LACERDA, Dicionário Encyclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa para uso dos portugueses e brasileiros. Lisboa, 1870.

LA COMBE, P. Judet de. Filologia e História. In BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro : Imago, 1993.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo : Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc.; JACOB, Christian (Coord.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 21-44.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Ed.Unicamp, 1996.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo : Edusp, 1996.

LEVI, Geovanni. *Usos da biografia*. In AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro : FGV, 2002.

LOPES, Maria Margaret. As ciências dos museus: a história natural, os viajantes europeus e as diferentes concepções de museus no Brasil do século XIX. In. *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo : Edusp, 1995.

_____. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*, 1997.

LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro ; Bertrand Brasil, 1993.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, Lia Osório. As idéias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. *Revista Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*. Ano I, n. 2, jul-dez, 2000. Rio de Janeiro, RJ.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro : Graal, 1988.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Casa Rui Barbosa, 1994.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo : Unesp/Editora Moderna, 1997.

_____. O Estado em busca do seu território. In.: Jancsó, István (org.) *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo : Hucitec, 2003.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. São Paulo : Ática, 1982.

PESSANHA, Mary Cristina. A geografia no Brasil nos últimos anos do Império. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, vol. 3, n. 2. Rio de Janeiro : SBHC, 2005.

MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu: vida e obra do grande historiador*. Fortaleza: Do Centenário, 1952.

MATOS, Pedro Gomes. *Capistrano de Abreu* (Vida e obra do grande historiador). Fortaleza : Fontenele Editora [typ. Royal], 1953. 410p. (or. BN 103, 3, 8).

MATTOS, Ilmar. *Capítulos de Capistrano*. <http://modernosdescobrimientos.inf.br>.

_____. La experiencia del império del Brasil. In. GUERRA, François-Xavier & Annino, Antonio. *Inventando la nación: iberoamérica. Siglo XIX*. México : Fondo de Cultura Económica, 2003.

_____. *O Tempo Saquarema*, São Paulo, Editora Hucitec/INL, 1987.

MENEZES, Raimundo de. *Capistrano de Abreu. Um homem que estudou*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos escolhidos*. 2 ed. São Paulo : Abril Cultural, 1984.

_____. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo : Edusc, 2004.

_____. L'histoire ancienne et l'antiquaire. In *Problèmes d'Historiographie Ancienne et Moderne*. Paris : Gallimard, 1983.

MONTEIRO, Mozart. Curso Capistrano de Abreu. *Revista do IHGB*, v. 221 out/dez/ 1953, p. 151-181.

MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (org.) *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas : Unicamp; Rio de Janeiro : Eduerj, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. Hucitec : São Paulo, 2000.

MORAES. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Robert de. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, n.8. Rio de Janeiro : UFRJ, 1991.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*, 2. ed. São Paulo : Ática, 1977.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Silvio Romero: dilemas e combates da virada do século XX*. Rio de Janeiro : FGV, 2000.

MURARI, Luciana. *Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, 2002.

NEVES, Guilherme Pereira das. Del Imperio Lusobrasileño al Imperio Del Brasil (1789-1822). In. ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (coord.) *Inventando la nación. Iberoamérica. Siglo XIX*. México : Fondo de Cultura Economica, 2003.

NASCIMENTO, Alba Cañizares. *Capistrano de Abreu (o homem e a obra) primeiro ensaio crítico-biográfico*. Rio de Janeiro. F. Briguiet & Cia, 1931.

NIETZSCHE, Friederich. *Escritos sobre História*. São Paulo: Loyola, 2005.

NETO, Artur Bispo dos Santos Neto. *A filosofia do Romantismo*. Alogas: Edufal, 2005.

NOVAES, Adauto (orgs.). *A crise do estado-nação*. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro, 2003.

O espaço em questão. *Terra Livre* 5. São Paulo : Editora Marco Zero/AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros, 1988.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo*. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana. São Paulo : Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da História em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. PPG/História/UFRGS, 2006. (dissertação de Mestrado).

ORIBE, Aquiles B. *Capistrano de Abreu: perfis de su personalidad*. Montevideo : Imp. El Siglo Ilustrado, 1927, 35p.

OTÁVIO FILHO, Rodrigo. A vida de Capistrano de Abreu. *Revista do IHGB*, v. 221, out/dez, 1953, 46-66.

PAIVA, Tancredo de Barros. Bibliografia Capistraneana. In. *Annaes do Museu Paulista*. Tomo IV. São Paulo, 1931.

PAZ, Francisco. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

PEIXOTO, Renato Amado. O mapa antes do território: o Rio Javari e a Construção do Espaço Nacional. In. Trajetos. *Revista de História da UFC*, v. 2 n 3. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2002.

_____. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e cartografias do século XIX*. 2005. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil a grandes traços e larga malhas*. Tese de Doutorado (Pós em História PUC-RJ), 2002.

PEREIRA, Sergio Nunes. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, vol. 3, n. 2. Rio de Janeiro : SBHC, 2005.

PESTRE, Dominique. *Por uma história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens*. Cadernos IG/Unicamp, vol. 6, n. 1: Campinas, 1996.

PINHA, Daniel. *Como e porque sou moderno: o lugar do passado no pensamento crítico de José de Alencar*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Cultural, PUC, Rio de Janeiro, 2007.

POMIAN, Krzystof. *Sur l'histoire*. Paris : Gallimard, 1999.

_____. *Collections: une typologie historique*. In Romantisme n. 112.

PRADO, Paulo. *Capistrano*. São Paulo. O estado de São Paulo, 26.09.1928.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo : Unesp, 1996.

PUNTONI, Pedro. *O sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira*. In Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo : Editora Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

RAISON, Jean Pierre/pamard, Chantl Blanc. Paisagem. *Enciclopédia Einaudi*. Portugal: Casa da Moeda/Imprensa Nacional

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo : Brasiliense, 1985.

REBELLO, Edgar de Castro. *Capistrano de Abreu e a síntese histórica*. Rio de Janeiro: Ed. São José, 1956.

_____. Capistrano de Abreu. *Revista do IHGB*, v. 221, out/dez. 1953, p. 204-213.

REGNER, Anna Carolina K. P. Charles Darwin na América do Sul: para além de lagartos e tiranos. In. *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo : Edusp, 1995.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Capistrano – geógrafo. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 221, out./dez, 1953.

REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro : FGV, 1999.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro : Difel, 1989.

Revista Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Ano I, n. 2, jul-dez, 2000. Rio de Janeiro, RJ.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1990.

_____. *Tempo e Narrativa*. Tomo I e III. Campinas : Papirus, 1994.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas : Eitora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alöis. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Ed. Visor, 1999.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2001.

RODRIGUES, José Honório. Duas obras básicas de Capistrano de Abreu: os Capítulos de História Colonial e Caminhos Antigos e povoamento do Brasil. In. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. Capistrano de Abreu e a Historiografia brasileira. In. *História e historicidade do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.

_____. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. *Correspondências de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1977.

_____. Introdução. In. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1977.

_____. Introdução. In. Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5ª ed. Revisa, prefaciada e anotada. Brasília: Editora da UNB, 1963.

_____. Novas Cartas de Capistrano de Abreu. In. *Revista de História*, n. 31. São Paulo, 1957.

_____. *Teoria da História do Brasil (Introdução metodológica)*. São Paulo : Editora Nacional, 1978.

_____. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ª.ed. São Paulo : Ed. Nacional: INL, 1978.

RONCAYOLO, Marcel. Região. *Enciclopédia Einaudi*. vol. 8. Lisboa : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

ROWLAND, Robert. *Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente*. In Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo : Editora Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2006.

SANTOS NETO, Artur Bispo. *A filosofia do Romantismo*. Alagoas: Udufal, 2005.

SANTOS, Milton & Maria Laura Silveira. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo : Hucitec, 1996.

SCHIVIANATTO, Iara Lis. *Imagens do Brasil: entre a natureza e a história*. In Jancsó, István (org.). Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec/Unijuí/Fapesp, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia da Letras, 2001.

_____. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. v. 1. 556 p.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são? Ensaio*. São Paulo : Cia das Letras, 1987.

SERRES, Michel. *Diálogo sobre a ciência, a cultura o tempo: conversas com Bruno Latour*. Lisboa : Instituto Piaget, 1996.

_____. *Os cinco sentidos: filosofia dos corpos misturados*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão*. São Paulo : Cia das Letras, 1885.

SILVA, Taise Tatiana Quadros da. Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721). *Revista História da historiografia*. N. 03, 2009, p. 204-215. Ouro Preto.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. São Paulo : Unesp, 2003.

SIMMEL, Georg. Filosofia del Paisaje. In. *El individuo y la libertad: ensayos de crítica de la cultura*. Barcelona : Edicions 62, 1986.

_____. Subjective Culture [1908]. In. *Georg Simmel on individuality and forms*. Chicago : University of Chicago Press, 1971.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: O.G. VELHO (org.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

_____. As grandes cidades e a vida do espírito [1903]. “Die Großstädte und das Geistesleben”. In: SIMMEL, Georg. Gesamtausgabe. Frankfurt: M. Suhrkamp. 1995. vol. 7. pp. 116-131. Tradução de Leopoldo Waizbort. *Revista Mana*, n. 11, p. 557-591, 2005.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: *Meaning and context*. Quentin Skinner and his critics. Princeton/New Jersey : University Press, 1988.

SMITH, Anthony. O nascimento e os historiadores. In Balakrishnan, Gopal & ANDERSON, Benedict. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro : Contraponto, 2000.

SCHNEIDER, Alberto. Silvio Romero: o hermenauta do Brasil. São Paulo : Anablume, 2005.

SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1973.

SOBRINHO, B. L. Capistrano de Abreu – historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*, v. 221, out/dez, 1953, 46-66.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Jessé & OËLSE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília : Editora da UnB, 1998.

SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo : Cia das Letras, 1990.

SUSSENKIND, Flora & VENTURA, Roberto. *História e dependência : cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo : Ed. Moderna, 1984.

TAINÉ, Hypólito. *Filosofia Del Arte*. Buenos Aires : Joaquin Gil Editor, 1945.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Cia da Letras, 1996.

TULLY, James. (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

TURAZZI, Maria Inez. Imagens da nação: a Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. In: ANDERMANN, Jens; GONZÁLES, Beatriz. *Galerias del progreso: museos, exposiciones y cultura visual en America Latina*. Rosário (Argentina): Viterbo, 2006, p. 117-150.

_____. *Iconografia e patrimônio: o catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação*. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

TURIN, Rodrigo. Quando a etnologia faz história: o primado a observação e a construção da temporalidade em Silvio Romero. In: Annaes do *XI Encontro Regional de História, ANPUH-*

RJ, 2004, Rio de Janeiro.

TURNER, Frederick. *O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1990.

VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, 1997.

VELOSO, Monica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2 1988, p. 239-263.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. Cia das Letras, 1991.

_____. História e crítica em Silvio Romero. In: ROMERO, Silvio. *Compêndio de História da Literatura*. (Com a colaboração de João Ribeiro) Edição comemorativa. Org. Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro : Imago, Ed. Universidade Federal de Sergipe, 2001.

VERGARA, Moema. *A Revista Brasileira: Vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Rio de Janeiro, 2003 (Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RJ).

VIANA, Hélio. O Ensino de História da América. In: REIS, Artur César D. e outros. **O Ensino de História do Brasil**. México. D.F, 1953.

VIANNA, Hélio. *Capistrano de Abreu: ensaios bibliográficos*. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, 1955.

VILLALTA, Luiz Carlos. Censura literária e circulação de impressos entre Portugal e Brasil (1769-1821). In DUTRA, Eliana & MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar do impresso na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX*. São Paulo : Annablume, 2006.

WEBER, Max. *Ciência e Política : duas vocações*. São Paulo : Editora Cultrix, 1993.

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte : UFMG, 2000.

_____. Livros do Arco do Cego. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1), 131-140, 2004.

WEHLING, Arno . Capistrano de Abreu, a fase cientificista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 311, 1976. _____. Capistrano de Abreu e A Interpretação da História do Brasil. *Revista de Ciências Humanas (UGF)*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 52-71, 1998.

_____. Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil. In *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, n. 1/2, volume 12. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1999.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea da História. *Revista de História*. Campinas : Unicamp, 1991.

_____. *Trópicos do Discurso*. Ensaaios sobre a crítica da cultura. São Paulo : Edusp, 1994.